

**VIGILANTIS SEMPER – Revista Científica de Segurança Pública (RCSP/PMRN)**

Portaria de criação, DOE de 15/05/2021 - Edição N° 14.929, transcrita no BG n° 92, de 17/05/2021, PMRN  
Periódico semestral eletrônico: <http://www.revista.pm.rn.gov.br>  
Quartel do Comando Geral da Polícia Militar do Estado do Rio Grande do Norte  
Avenida Rodrigues Alves, s/n, Natal/RN, CEP 59.020-200 – Brasil  
E-mail: revistaspublica@gmail.com

**POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE**

Comandante-Geral: Alarico José Pessoa Azevedo Júnior, Cel QOPM

**DIRETORIA DE ENSINO**

Diretora: Soraia Maria Bezerril Castelo Branco, Cel QOPM

***Vigilantis Semper - Revista Científica de Segurança Pública***

Editor-Chefe: Doutor João Batista da Silva, TC QOPM

**CONSELHO EXECUTIVO**

**(Equipe Editorial)**

**Editor Responsável**

João Batista da Silva, TC PMRN

**Editores Auxiliares**

Leonardo Oliveira Freire – Maj PMRN  
Flávio Valdez Martins da Silva Filho - TC PMRN  
Regivaldo Sena da Rocha – 1º Ten PMRN

**Gestor de Tecnologia**

Clausan Liano Dantas Santos - Maj PMRN

**Revisão de Texto**

Máquio Patrício Casseiro de Souza - ST PMRN  
Antônio Germano Melo da Silva, 2º Sgt PMRN

**Editoração**

Klyngher Emídio B. Cabral, 2º Sgt PMRN  
Francisco Ferreira da Silva Neto, 3º Sgt PMRN

**Portaria de designação, DOE de 22/05/2021 -Edição N° 14.934, transcrita no BG n° 97, de 24/05/2021, PMRN**

P766pmrn

*VIGILANTIS SEMPER* – Revista Científica de Segurança Pública (RCSP), Polícia Militar do Rio Grande do Norte. Periódico semestral eletrônico: <http://www.revista.pm.rn.gov.br>, Natal: PMRN. Volume 5, número 8, jan/julho. 2025.

ISSN 2764-5908  
E - ISSN: 276-43069

Os artigos publicados são de responsabilidade dos autores, não traduzindo, necessariamente, a opinião da **VIGILANTIS SEMPER - Revista Científica de Segurança Pública (RCSP/PMRN)**.

A reprodução total ou parcial dos artigos poderá ser feita, salvo disposição em contrário, desde que citada a fonte.

## CONSELHO EDITORIAL

Me Lenildo Melo de Sena – Cel PMRN  
Me Eduardo Franco Correia Cruz – TC PMRN  
Dr João Batista da Silva - TC PMRN  
Me Adriana Oliveira da Silva - Maj PMRN  
Dr Leonardo Oliveira Freire – Maj PMRN  
Me José Francisco da Costa Neto - Cap PMRN  
Me Flávio Valdez Martins da Silva Filho - Maj PMRN  
Me Regivaldo Sena da Rocha – 1º Ten PMRN

## CONSELHO CIENTÍFICO

Prof. Dr. Aldo Aloísio Dantas da Silva - UFRN	Prof <sup>o</sup> Me Janilson Gomes da Fonseca - IFRN
Prof. Dr. Alípio de Sousa Filho – UFRN	Prof <sup>o</sup> Dr. João Batista da Silva – PMRN/IBSP
Prof. Me. Antenor Neves de Oliveira Júnior - PMRN	Prof. Dr. José Carlos Leandro-PMPE/IBSP/SEGEN
Prof. Dr. Azor Lopes da Silva Júnior - UNESP/IBSP	Prof. <sup>a</sup> Dr. <sup>a</sup> Lenina Lopes Soares Silva – IFRN
Prof. <sup>a</sup> Dr. <sup>a</sup> Betânia Leite Ramalho – UFRN	Prof <sup>o</sup> Dr. Leonardo Oliveira Freire – PMRN/UFRN
Prof. <sup>a</sup> Dr. <sup>a</sup> Daniele de Sousa Alcântara - UNB	Prof. Dr. Marcos Aragão Fontoura - UA(POR)/PMRN
Prof. Dr. David de Medeiros Leite – UERN	Prof <sup>o</sup> Me Miguel Ângelo Silveira - PMSC
Prof. Dr. Dequex Araújo Silva Júnior – PMBA/IBSP	Prof. Dr. Miler Franco D´anjour, - IFRN
Prof. Dr. Edmilson Lopes Júnior - UFRN	Prof. Dr. Nazareno Marcineiro, PMSC/IBSP
Prof. Dr. Edson B. Rondon Filho – UFRGS /IBSP	Prof <sup>o</sup> Me Olivaldi Alves Borges Azevedo - PMESP
Prof. Dr. Edson Rosa Gomes da Silva – PMSC/IBSP	Prof. Dr. Paulo Cesar de Araújo - UFRN
Prof. Dr. Edu Silvestre de Albuquerque - UFRN	Prof. Dr. Paulo Tiego Gomes de Oliveira - PMMG
Prof. Dr. Fábio Gomes de França – PMPB/FBSP	Prof. Dr. Reginaldo Canuto de Sousa – PMPI/IBSP
Prof. Dr. Francis A. Cotta Formiga – UFMG/PMMG	Prof. Dr. Rodrigo de Freitas Amorim - UFRN
Prof. Dr. Francisco Aracildo de Moura - UFRN	Prof. Dr. Ronilson de Souza Luiz – UNESA/PMESP
Prof. Dr. Gilberto Protásio dos Reis -PUCMG/PMMG	Prof. <sup>a</sup> Dr. <sup>a</sup> Sonia Cristina de Oliveira – PMMT
Prof. Dr. Hélio Hiroshi Hamada - UFMG	Prof. <sup>a</sup> Dr. <sup>a</sup> Tatiane Ferreira Vilarinho – UNB/PMDF
Prof. <sup>a</sup> Dr. <sup>a</sup> Hilderline C. de Oliveira - UNIFACEX	Prof. Dr. Tiago Farias Braga - UNISINOS

## AGRADECIMENTOS

(PARECERISTAS AD HOC)

Dr Antônio Ferreira do Norte Filho	<a href="http://lattes.cnpq.br/2186831983752326">http://lattes.cnpq.br/2186831983752326</a>
<a href="http://lattes.cnpq.br/7979639512744678">http://lattes.cnpq.br/7979639512744678</a>	Dr Fábio Gomes de França
Dr. Dequex Araújo Silva Junior	<a href="http://lattes.cnpq.br/5062091612898494">http://lattes.cnpq.br/5062091612898494</a>
<a href="http://lattes.cnpq.br/1455748373661314">http://lattes.cnpq.br/1455748373661314</a>	Dr. Marcos Aragão Fontoura
Me. Flávio Valdez Martins da Silva Filho	<a href="http://lattes.cnpq.br/2094279378320468">http://lattes.cnpq.br/2094279378320468</a>
<a href="http://lattes.cnpq.br/4001894111413715">http://lattes.cnpq.br/4001894111413715</a>	Me. Rafael Soares Ribeiro
Me. Gleydson Rodrigues Dantas	<a href="http://lattes.cnpq.br/3673025726538775">http://lattes.cnpq.br/3673025726538775</a>
<a href="http://lattes.cnpq.br/2004738051806103">http://lattes.cnpq.br/2004738051806103</a>	Dr. Leonardo Oliveira Freire
Me. Moab Batista de Lucena	<a href="http://lattes.cnpq.br/3263821619188327">http://lattes.cnpq.br/3263821619188327</a>
<a href="http://lattes.cnpq.br/6041470142444588">http://lattes.cnpq.br/6041470142444588</a>	Dr. Edson Benedito Rondon Filho
Me. Marcos Baptista Mendes	<a href="http://lattes.cnpq.br/8121682994001478">http://lattes.cnpq.br/8121682994001478</a>
<a href="http://lattes.cnpq.br/0679635294949410">http://lattes.cnpq.br/0679635294949410</a>	Prof <sup>o</sup> Me. Clarindo Alves de Castro.
Me. Layana Layana Alves de Morais	<a href="http://lattes.cnpq.br/2293020083486685">http://lattes.cnpq.br/2293020083486685</a>
<a href="http://lattes.cnpq.br/7153103525834942">http://lattes.cnpq.br/7153103525834942</a>	Dr. Wilquerson Felizardo Sandes
Dr. <sup>a</sup> Sonia Cristina de Oliveira	<a href="http://lattes.cnpq.br/8263341789855188">http://lattes.cnpq.br/8263341789855188</a>

## APRESENTAÇÃO

Abrindo seu volume 5, número 8, a *Vigilantis Semper*, Revista Científica de Segurança Pública (RCSP), da Polícia Militar do Estado do Rio Grande do Norte (PMRN), busca manter a inovação, o rigor científico e a performance alcançada nos números anteriores, sempre priorizando pesquisas e produções que avançam no processo de profissionalização policial<sup>1</sup>, a partir de novas teorias, bem como de experiências exitosas, visando se sedimentar cada vez mais como divisor de águas na corporação, coirmãs, universidades e sociedade, em geral, tendo como escopo principal o fomento e a difusão do conhecimento científico produzido por pesquisadores do campo das Ciências Policiais (BRASIL, 2020<sup>2</sup>; BATISTA DA SILVA & BENEDITO RONDON FILHO, 2021)<sup>3</sup>, mas também de Ciências afins, contribuindo para a consolidação desta comunidade científica.

A RCSP, criada institucionalmente pela Portaria Normativa nº 032/2021-GCG/PMRN, de 13 de maio de 2021, publicada no DOE de 15/05/2021 - Edição Nº 14.929, página 11, transcrita no Boletim Geral da PMRN nº 92, de 17 de maio de 2021, tem como escopo produzir reflexões acerca do saber prático, técnico-profissional e o conhecimento científico envolvendo modelos gerenciais administrativos e operacionais, por meio da difusão de pesquisas e de boas práticas no âmbito da segurança pública e de defesa social, da valorização do profissional, da utilização de tecnologias da informação e comunicação e a da indissociabilidade da sustentabilidade e responsabilidade social.

O lema *Vigilantis Semper* foi utilizado originariamente na PMRN, em 1980, quando da criação do Brasão de Armas da corporação, pelos oficiais (tenentes, à época) Carlos Adel, Valdenor Félix e Paulo Frassatti (*in memoriam*). Este último, em 1994, por ocasião da primeira participação de um integrante da PMRN na "Missão de Paz" da ONU, em Angola, elaborou a heráldica do referido brasão, cunhando nele o respectivo lema (*Vigilantis Semper*), que fora formalmente enviado às Nações Unidas, naquele ano.

Neste primeiro semestre de 2025 a PMRN lança o exemplar de número 5, volume 8, da Revista *Vigilantis Semper*, agradecendo a todos(as) que contribuíram neste projeto, em especial, ao Conselho Executivo (Equipe Editorial), ao Conselho Editorial, ao Comitê Científico e, especialmente, aos autores(as) e pareceristas, que possibilitaram que a RCSP se mantenha ativa, como um instrumento de fomento, pesquisa e difusão de conhecimento das Ciências Policiais e Segurança Pública.

A todos(as), nossa mais respeitosa e efusiva admiração, agradecimento e continência!

Natal (RN), 29 de junho de 2025.

Alarico José Pessoa Azevedo Júnior

Comandante-Geral da PMRN

- 
- 1 SILVA, João Batista da. Profissionalização policial-militar: a tomada de decisão como conhecimento e saber profissional na PMRN. 2017. 294f. Tese (Doutorado em Educação) - Centro de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2017. Disponível em: <https://repositorio.ufrn.br/handle/123456789/24513>. Acesso em: 14 nov 2021.
  - 2 Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/docman/dezembro-2019-pdf/132881-pces945-19/file>. Acesso em: 05 dez. 2022.
  - 3 BATISTA DA SILVA, J. .; BENEDITO RONDON FILHO, E. . NOTA TÉCNICA: CIÊNCIAS POLICIAIS NO BRASIL. **VIGILANTIS SEMPER - Revista Científica de Segurança Pública - e\_ISSN 2764-3069 | ISSN 2764-5908**, [S. L.], v. 1, n. 1, p. 159–166, 2021. Disponível em: <http://www.revista.pm.rn.gov.br/index.php/revista/article/view/41>. Acesso em: 7 dez. 2022.

## EDITORIAL

Prezados leitores(as), renovamos nossa satisfação acadêmica e profissional ao lançarmos o oitavo número da ***Vigilantis Semper***, Revista Científica de Segurança Pública (RCSP), da Polícia Militar do Estado do Rio Grande do Norte (PMRN), cuja submissões é de fluxo contínuo, tendo esta edição recebido propostas de pesquisadores (profissionais de segurança pública e civis) de todo país.

No quinto ano, volume 5, número 8, a *Vigilantis Semper*, busca cada vez mais se sedimentar a partir da Ciência Policial e de produções *interna corporis*, também de pesquisas e artigos científicos produzidos nas academias das polícias militares, Brasil afora, assim como de pesquisas e produções de trabalhos de Conclusão de cursos (TCC) de universidades públicas e privadas.

A Revista conta também com produções originárias dos cursos profissionais das polícias, geralmente, dos Cursos de Formação de Oficiais (CFO), em nível de Graduação, e as Especializações, *Lato Sensu*, equivalentes aos Cursos de Aperfeiçoamento de Oficiais (CAO) e ao Curso Superior de Polícia (CSP), das Polícias e Corpos de Bombeiros Militares.

É preciso ainda destacar o papel da produção de conhecimento originária de muitos Cursos de Formação de Praças (CFP), Formação de Sargentos (CFS) e também Cursos de Aperfeiçoamento de Sargentos (CAS), das PMs, Brasil afora, alguns desses já em nível de tecnólogos.

Nessa perspectiva de sedimentação institucional e profissional, a PMRN, que em 27 de junho de 2025 completou 191, teve alguns momentos da sua história revisitados na obra ***Polícia Militar do Rio Grande do Norte: fatos históricos e desafios contemporâneos***<sup>4</sup>, lançada no início de 2025. Composta por nove capítulos, o livro está dividido em duas partes, sendo a *parte 1*, iniciada com a estruturação da *Província do Rio Grande e a criação do Corpo Policial da Província*, contextualizando o leitor(a), também, como esse processo ocorreu no território brasileiro daquela época. O segundo capítulo, enfatiza-se a participação de civis potiguares e de integrantes do *Batalhão de Segurança na Guerra do Paraguai*. Na década de 1930, aborda o *Movimento Comunista (político armado) de 1935*. Esta parte é concluída com um levantamento minucioso acerca da criação da *História da Casa Militar do Rio Grande do Norte*, atual Coordenadoria de Segurança do Estado.

A *parte 2* do livro ***Polícia Militar do Rio Grande do Norte: fatos históricos e desafios contemporâneos***, com a difícil missão de registrar alguns dos fatos mais importantes da segunda metade do século XX até os dias atuais é iniciada com o capítulo 5, que versa sobre o *Ingresso das mulheres na corporação* e seu contexto atual. O sexto capítulo registra a participação de policiais militares potiguares nas *Missões de Paz da ONU*. Um recorde da *Polícia Comunitária, em Natal, no início dos anos 2000* é a temática do sétimo capítulo. Na sequência, o oitavo capítulo investiga como as *Metodologias Ativas são utilizadas no processo formativo na PMRN*. A obra é concluída com uma análise dos *Desafios da Polícia Militar do Rio Grande do Norte frente à política de segurança pública potiguar*.

O primeiro artigo desta edição é intitulado ***LEI DE ORGANIZAÇÃO BÁSICA DAS POLÍCIAS MILITARES E BOMBEIROS MILITARES: OPORTUNIDADES A SEREM DESENVOLVIDAS PELAS CIÊNCIAS POLICIAIS PARA UNIFORMIZAR CONHECIMENTO NO SABER E SABER-FAZER POLICIAL***. A pesquisa explora como as teorias do conhecimento podem alinhar saberes teóricos e práticos, identificando lacunas no ensino policial atual. Por meio de uma abordagem integrativa, são

---

4 Disponível em: <https://11nk.dev/3gzhE>. Acesso em: 29 jun. 2025.

propostas estratégias para padronizar as práticas educacionais e operacionais, fortalecendo a profissionalização das instituições policiais.

Na sequência, o segundo artigo versa sobre ***A VISÃO DOS POLICIAIS MILITARES SOBRE A ESCALA EXTRAORDINÁRIA: DESAFIOS E IMPACTOS NA VIDA PESSOAL E PROFISSIONAL***, que teve como objetivo conhecer a visão das praças da Polícia Militar do Pelotão de Nova Monte Verde, Mato Grosso, sobre a jornada extraordinária e buscou responder à questão: qual a visão dos policiais militares, acerca do serviço operacional, em relação à jornada extraordinária.

O terceiro trabalho intitulado ***ANÁLISE DO COMPROMETIMENTO ORGANIZACIONAL DO POLICIAL MILITAR DO ESTADO DO RN***, cujo estudo teve como foco abordar o comprometimento organizacional do policial militar do estado do Rio Grande do Norte, considerando sua importância para a segurança pública e a qualidade dos serviços prestados à sociedade. O objetivo é analisar o nível de comprometimento desses profissionais com a instituição e identificar os fatores que influenciam essa relação.

O quarto trabalho é intitulado ***DINÂMICA URBANA E VIOLÊNCIA LETAL: ANÁLISE ESPACIAL DOS HOMICÍDIOS EM MANAUS***, e teve como objetivo geral analisar a dinâmica territorial da mortalidade por homicídios dolosos em Manaus, no período de 2018 a 2020, visando subsidiar o planejamento de políticas públicas de segurança e estudos sobre as desigualdades sociais e urbanas.

O quinto trabalho intitulado ***PARA QUE SERVEM AS CANÇÕES MILITARES? UM ESTUDO SOBRE OS EFEITOS PSICOFÍSICOS DA MÚSICA EM ALUNOS DE CURSOS DE FORMAÇÃO POLICIAL MILITAR***, teve como objetivo analisar as funções e os efeitos das canções militares (CMs) nos treinamentos físicos realizados durante os cursos de formação da Polícia Militar de Goiás. Partindo de uma abordagem interdisciplinar, a pesquisa integra revisão bibliográfica e levantamento empírico, com base na aplicação de um questionário estruturado contendo 27 questões objetivas. O instrumento foi respondido por 1.169 integrantes em formação entre junho e novembro de 2023.

O sexto capítulo intitulado ***POLICIAMENTO TURÍSTICO E POLÍCIA TURÍSTICA: FUNÇÕES, OBJETIVOS E SUAS COMPLEXIDADES*** destacou a necessidade de ampliar a produção científica sobre o tema, com o objetivo de estabelecer uma doutrina comum que, apesar das diferenças regionais e limitações operacionais das forças policiais brasileiras, possa nortear os cursos de formação e qualificação, garantindo que estejam devidamente alinhados às finalidades e objetivos específicos do policiamento turístico e da polícia turística.

O sétimo e último artigo, ***SEGURANÇA PÚBLICA E DIREITOS CIVIS: A VISÃO DE INTEGRANTES DA POLÍCIA MILITAR DO RIO GRANDE DO NORTE: UMA ANÁLISE SOBRE DESIGUALDADES RACIAIS E ABORDAGEM POLICIAL***, originou-se da pesquisa que analisou a percepção de integrantes dos batalhões das zonas Norte, Sul, Leste e Oeste, da capital potiguar, da Polícia Militar do Rio Grande do Norte (PMRN), acerca das desigualdades raciais na sociedade, particularmente no que se refere a ação policial em abordagem de rua. A metodologia operacional foi baseada na aplicação de questionários entre os agentes de segurança da PMRN, que foram separados em grupos amostrais por cor e tempo de serviço, independente de cargo na instituição.

Na seção Relato de Experiência temos o trabalho intitulado ***A IMPORTÂNCIA DO AMBIENTE VIRTUAL DE APRENDIZAGEM DA DIRETORIA DE ENSINO (AVADE) PARA A PMRN: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA***, cujo objetivo foi compreender e ao mesmo tempo publicizar a importância da plataforma Ambiente Virtual de Aprendizagem da Diretoria de Ensino (AVADE), no ensino policial-militar no âmbito da PMRN, verificando sua contribuição nos processos de formação dos policiais militares nos diversos cursos ofertados pela instituição durante os últimos anos.

Assim, desejando a todos(as) uma excelente leitura, renovamos nosso convite para que submetam vossos pesquisas, relato e capítulos e livros para que ampliemos nossa discussão acerca do exercício da profissão policial e suas especificidades conceituais, procedimentais e atitudinais<sup>5</sup>.

Boa leitura!

Natal (RN), 29 de junho de 2025.

João Batista da Silva - TC PM

Editor-chefe da RCSP/PMRN

---

5 BITTNER, Egon. **Aspectos do trabalho policial**. Trad. Ana Luísa Amêndola Pinheiro. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2003.

## SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO.....p. 02

EDITORIAL.....p. 03

### ARTIGOS

Lei de Organização Básica das Polícias Militares e dos Corpos de Bombeiros Militares: oportunidades a serem desenvolvidas pelas Ciências Policiais para uniformizar o conhecimento no saber e saber-fazer policial..... p. 08

*Nazareno Marcineiro  
Jardel da Silva  
Róbson Dias Savitraz  
Lucas Ribeiro Figueira*

A visão dos policiais militares sobre a escala extraordinária: desafios e impactos na vida pessoal e profissional.....p. 27

*André Morais Leão  
Thiago Souza Oliveira  
Sonia Cristina de Oliveira*

Análise do comprometimento organizacional do policial militar do Estado do Rio Grande do Norte.....p. 44

*Marcones Antonio Xavier Vidigal  
Anna Cecília Chaves Gomes*

Dinâmica urbana e violência letal: análise espacial dos homicídios em Manaus.....p. 60

*Fabrizio de Almeida Neves  
Arnaldo Costa Gama*

Para que servem as canções militares? Um estudo sobre os efeitos psicofísicos da música em alunos de cursos de formação policial militar.....p. 77

*Leon Denis da Costa  
Márcio de Paula  
Hugo Aragão*

Policiamento turístico e polícia turística: funções, objetivos e suas complexidades.....p. 97

*Oziel Pereira da Silva*

Segurança pública e direitos civis: a visão de integrantes da Polícia Militar do Rio Grande do Norte — uma análise sobre desigualdades raciais e abordagem policial.....p. 113

*Edu Silvestre de Albuquerque  
João Batista da Silva  
Regivaldo Sena Rocha*

## **RELATO DE EXPERIÊNCIA**

A Importância do Ambiente Virtual de Aprendizagem da Diretoria de Ensino (Avade) Para a PMRN: Um  
Relato de experiência.....p. 129

*Alzamir Maurício de Freitas*  
*Joilton Ronaldo da Silva Filho*  
*Manoel Eduardo Cabral*  
*Odinildo Dantas da Costa*  
*Marcos Aragão Fontoura*

**LEI DE ORGANIZAÇÃO BÁSICA DAS POLÍCIAS MILITARES E BOMBEIROS MILITARES:  
OPORTUNIDADES A SEREM DESENVOLVIDAS PELAS CIÊNCIAS POLICIAIS PARA  
UNIFORMIZAR CONHECIMENTO NO SABER E SABER-FAZER POLICIAL.**

*Nazareno Marcineiro<sup>1</sup>*

*Jardel da Silva<sup>2</sup>*

*Róbson Dias Savitraz<sup>3</sup>*

*Lucas Ribeiro Figueira<sup>4</sup>*

**RESUMO:** Este estudo analisa a Lei de Organização Básica das Polícias Militares e Bombeiros Militares (LOB/PM/BM) como oportunidade para uniformizar o conhecimento teórico e prático no contexto policial, embasado pelas Ciências Policiais. A pesquisa explora como as teorias do conhecimento podem alinhar saberes teóricos e práticos, identificando lacunas no ensino policial atual. Por meio de uma abordagem integrativa, são propostas estratégias para padronizar as práticas educacionais e operacionais, fortalecendo a profissionalização das instituições policiais. Conclui-se que a LOB/PM/BM apresenta um marco importante e que as oportunidades devem ser aproveitadas através de esforços integrados entre estados, tendo por base as ciências policiais e sua evolução para alcançar seu potencial completo.

**Palavras chaves:** Ciências Policiais; Lei de Organização Básica; Oportunidades na LOB.

**BASIC ORGANIZATION LAW OF THE MILITARY POLICE AND MILITARY  
FIREFIGHTERS: OPPORTUNITIES FOR DEVELOPMENT BY POLICE SCIENCES TO  
STANDARDIZE KNOWLEDGE AND PRACTICAL SKILLS IN POLICING**

**ABSTRACT:** This study analyzes the Basic Organization Law of the Military Police and Military Firefighters (LOB/PM/BM) as an opportunity to standardize theoretical and practical knowledge in the policing context, based on Police Sciences. The research explores how knowledge theories can align theoretical and practical skills, identifying gaps in current police education. Through an integrative approach, strategies are proposed to standardize educational and operational practices, strengthening the professionalization of police institutions. It is concluded that the LOB/PM/BM represents an important milestone, and its opportunities should be leveraged through integrated efforts among states, grounded in police sciences and their evolution to reach their full potential.

**Keywords:** Police Sciences; Basic Organization Law; Opportunities at LOB.

Recebido em 20 de março de 2025

Aprovado em 28 de abril de 2025

- 1 Doutor em Engenharia de Produção pela Universidade Federal de Santa Catarina (2017) com enfoque em avaliação de desempenho e tomada de decisão, especialista em Gestão Estratégica da Segurança Pública pela Universidade do Sul de Santa Catarina (2006). ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-4481-4327>. E-mail: [thiagotorres2003@yahoo.com.br](mailto:thiagotorres2003@yahoo.com.br). <http://lattes.cnpq.br/6752102091497108>.
- 2 Capitão da Polícia Militar de Santa Catarina (PMSC), atuando na 2ª Companhia do 2º Batalhão de Polícia Ambiental de Santa Catarina. Especialista em Direito Penal e Processo Penal (VERBO JURÍDICO/RS (2017). E-mail: [jardelroo@hotmail.com](mailto:jardelroo@hotmail.com). CV: <http://lattes.cnpq.br/6876223416321577>, <https://orcid.org/0009-0003-5492-695X>.
- 3 Capitão da Polícia Militar de Santa Catarina (PMSC). MBA em Gestão e Governança de Segurança Pública pela Universidade de Brasília - UnB (2025). Bacharel em Ciências Policiais pela Academia de Polícia Militar da Trindade - APMT (2015). E-mail: [robsonds@hotmail.com](mailto:robsonds@hotmail.com), Lattes: ID Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6010778114187533>, orcid <https://orcid.org/0009-0007-1600-1760>.
- 4 Capitão PMSC. Especialista em Direito do Estado pela Universidade Estadual de Londrina - UEL (2011). E-mail: [933487@pm.sc.gov.br](mailto:933487@pm.sc.gov.br), Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5081631818243282>, <https://orcid.org/0009-0005-3625-0700>.

## 1 Introdução

A Lei de Organização Básica das Polícias Militares e Bombeiros Militares (LOB/PM/BM) desempenha um papel crucial na estruturação e funcionamento das instituições militares estaduais no Brasil. Ela define as atribuições, a organização interna e os princípios que regem essas forças, impactando diretamente o exercício das funções de segurança pública e defesa civil. Contudo, apesar da relevância dessa lei, observa-se uma lacuna significativa na uniformização do conhecimento prático e teórico no que diz respeito ao saber e saber-fazer policial, especialmente em um contexto de crescente complexidade social e criminal. Este artigo busca investigar de que maneira as ciências policiais podem contribuir para o desenvolvimento de um arcabouço teórico-metodológico que aproxime e padronize essas práticas, promovendo, assim, uma maior eficiência e eficácia das ações policiais e de bombeiros militares.

A problematização que norteia esta pesquisa pode ser formulada da seguinte maneira: *como a Lei de Organização Básica das Polícias Militares e Bombeiros Militares pode ser utilizada como uma ferramenta estratégica para uniformizar o conhecimento e o saber-fazer no contexto policial, utilizando as ciências policiais como suporte teórico e metodológico?* A hipótese central a ser investigada é que a LOB/PM/BM oferece oportunidades não exploradas pelas Ciências Policiais para consolidar uma doutrina integrada de atuação, proporcionando uma base sólida para o aprimoramento das práticas operacionais e administrativas das polícias e bombeiros militares.

A justificativa para este estudo se apoia na importância crescente do conhecimento científico na formação e atuação policial, especialmente no cenário contemporâneo de segurança pública, que exige respostas cada vez mais técnicas e qualificadas. A pesquisa busca contribuir para a evolução do conhecimento sobre a LOB/PM/BM ao propor uma reflexão crítica sobre as oportunidades de aperfeiçoamento dessa lei no que se refere ao

desenvolvimento de competências tanto no plano operacional quanto no campo do saber científico das polícias e bombeiros militares. Este aprimoramento é fundamental não apenas para a eficácia das atividades de segurança pública, mas também para a construção de um modelo de polícia baseado em princípios técnicos, científicos e humanísticos.

O objetivo geral da pesquisa é analisar as oportunidades proporcionadas pela Lei de Organização Básica das Polícias Militares e Bombeiros Militares para uniformizar o conhecimento e o saber-fazer policial, utilizando as Ciências Policiais como fundamento teórico-metodológico.

Os objetivos específicos que conduzem esta revisão da literatura são: (i) analisar o cenário atual de ensino nos órgãos educacionais das polícias militares dos Estados Federativos quanto às ciências policiais; (ii) apresentar as oportunidades de ensino trazidas pela LOB da PMS e dos BMs; (iii) propor estratégias que contribuam para a uniformização do conhecimento teórico e prático no contexto das PMs, com base em abordagens das Ciências Policiais e (iv) explorar teorias do conhecimento que permitam o acolhimento de uma visão integrada entre ciência policial, prática operacional e gestão estratégica dentro do contexto da LOB/PM/BM.

Esta pesquisa propõe, portanto, um aprofundamento teórico-metodológico sobre a LOB/PM/BM, buscando não apenas a compreensão do seu papel estrutural, mas também as possibilidades de evolução científica das práticas policiais no Brasil.

Quanto à metodologia, trata-se de uma pesquisa integrativa, na qual se permite a combinação de dados da literatura empírica e teórica. Utilizamos como critérios de pesquisa a produção científica sobre a evolução da uniformização das Ciências Policiais (saber e saber fazer) nas polícias militares nos principais bancos de dados: BDTD; Scielo; RBSP; IBSP e Google Acadêmico. Os critérios de seleção dos estudos foram a semelhança com o tema proposto e os resultados apresentados que permitem uma análise

situacional e a criação de premissas para o desenvolvimento das proposições deste estudo.

## 2 Referencial teórico

Nesta seção, são abordados o desenvolvimento das Ciências Policiais no Brasil, sua recente consolidação e os desafios para uniformização e profissionalização das práticas. Destacam-se a evolução da formação policial, bem como a Matriz Curricular Nacional como referência de capacitação e suas limitações para as Polícias Militares. Por fim, explora-se a Lei 14.751/2023 (LOB/PM/BM) e suas oportunidades para padronizar procedimentos e integrar o ensino baseado em evidências científicas, fortalecendo políticas e práticas de segurança pública.

### 2.1 Contextualização das Ciências Policiais no campo acadêmico

A consolidação das Ciências Policiais como um campo autônomo no Brasil tem sido um processo desafiador, ainda incipiente, e em busca de tornar a atuação policial mais profissional; fragmentada e muitas vezes divergentes; e principalmente distante do sonho de uniformização nos entes federativos, cujo alcance é buscado há anos para que a atuação esteja cada vez atrelada ao conhecimento científico, que a tornará eficiente no combate à criminalidade. As instituições policiais, por muito tempo, estavam restritas a uma formação técnica, voltada exclusivamente para o treinamento operacional e aplicação de normas, sem considerar a importância do desenvolvimento intelectual e ético do profissional da segurança pública.

Quando ainda se discutia a ideia de criar uma ciência, no caso a ciência policial, já havia constatado os desafios diante do caráter da imprevisibilidade (diferente das outras ciências até então deterministas), inerente à segurança pública. Assim, havia a necessidade de desenvolver uma ciência de caráter transversal e interdisciplinar. Esse novo campo devia se basear na teoria da imprevisibilidade e da incerteza da “sociedade mutável”, em

consonância com a importância da dignidade humana (Valente, 2010).

As pesquisas em segurança pública começaram na segunda metade do século XX, impulsionadas pela necessidade de orientar profissionais e divulgar conhecimento. A profissionalização das instituições policiais, iniciada no século XIX, ainda enfrentou desafios, com uma dialética entre profissionalismo e amadorismo, como apontado por Silva (1990, *apud* Silva, 2018). Apesar de avanços, como o Instituto Brasileiro de Segurança Pública (IBSP), o cenário é fragmentado, com abordagens divergentes e, frequentemente, sem embasamento científico adequado (Silva Júnior, 2022). Essa falta de uniformização no conhecimento e nas práticas operacionais nas Polícias Militares (PMs) prejudicou o profissionalismo e tem, ao longo de décadas, contribuído para altos índices de vitimização em intervenções, afetando tanto suspeitos quanto policiais (Silva, 2020).

As Ciências Policiais foram incluídas no rol como área de conhecimento oficial no Brasil após a emissão do Parecer nº 945 pelo Conselho Nacional de Educação, em 2019, e a homologação do parecer pelo Despacho de 8 de junho de 2020, conforme registrado no Diário Oficial da União nº 109. Com a promulgação da Lei 14.751/2023 - LOB/PM/BM, que estabeleceu diretrizes sobre o ensino nas instituições militares estaduais, espera-se que as Ciências Policiais possam, finalmente, contribuir para a uniformização do conhecimento na formação dos policiais militares em todos os estados do país. Essa uniformização deve focar em dois aspectos fundamentais: o "saber" (conhecimento teórico e institucional) e o "saber-fazer" (práticas e habilidades operacionais).

Além disso, é relevante destacar que a LOB foi aprovada cinco anos após a Lei 13.675, que criou o Sistema Único de Segurança Pública (Susp). Segundo Marcineiro e Reis (2019), essa lei foi uma das medidas adotadas para lidar com a falta de sinergia na Administração Pública, em seus três níveis de governo, no trato com a criminalidade, e essa falta de integração é apontada como um dos

aspectos problemáticos da segurança pública, que enfrenta uma crise de esterilidade explicativa. A criação do Susp trouxe a necessidade de um plano nacional para orientar as ações de segurança no país, culminando na elaboração do Plano Nacional de Segurança Pública e Defesa Social (PNSP), regulamentado inicialmente pelo Decreto nº 9.630 de 2018 e atualizado em 2021 pelo Decreto nº 10.822.

O PNSP tem como objetivo aperfeiçoar as atividades de segurança pública e defesa social por meio da capacitação e valorização dos profissionais, do ensino e da pesquisa. Para alcançar esse objetivo, propõe ações estratégicas que incluem o desenvolvimento de qualificações em governança e gestão dos órgãos de segurança, o financiamento de políticas de capacitação e a promoção de ações padronizadas e contínuas (Brasil, 2000).

Nesse contexto, o Decreto 9.489/2018, responsável por regulamentar a Lei nº 13.675/2018, destacou e consolidou a relevância de instituições-chave de ensino como o Sistema Integrado de Educação e Valorização Profissional (SEVAP) e a Rede Nacional de Altos Estudos em Segurança Pública (RENAESP). Essas instituições, embora apresentem avanços na integração do ensino, ainda possuem falhas e oferecem conhecimentos genéricos e comuns a todas as forças de segurança pública e mesmo assim, podem ser as ferramentas necessárias para alcançar a profissionalização das Polícias Militares a partir da LOB/PM/BM.

Dado à recente aprovação da LOB/PM/BM, a situação atual de integração do ensino em segurança pública nos Estados ainda carece de regulamentação e, portanto, mesmo diante dessa Lei, que foi um grande avanço, há emergência em decidir-se como as Ciências Policiais serão trabalhadas de forma uniforme nas Unidades Federativas e, portanto, reduzir os problemas da fragmentação e falhas nas respostas à criminalidade.

## 2.2 Matriz Curricular Nacional

A Matriz Curricular Nacional (MCN) para a formação dos profissionais de segurança pública é um documento de referência que estabelece diretrizes e conteúdo para a capacitação de policiais militares, civis e bombeiros, no Brasil, responsável por tentar alinhar a formação dos profissionais de segurança pública, desde 2003, com versões atualizadas em 2009 e 2014, com as necessidades e desafios contemporâneos, promovendo a unificação de currículos em todo o território nacional. A estrutura da MCN se baseia em eixos articuladores e áreas temáticas, que são responsáveis por nortear o desenvolvimento das competências necessárias para lidar com a complexidade da segurança pública, ela inclui um núcleo comum composto por áreas temáticas e disciplinas que são consideradas essenciais para a formação dos policiais militares, garantindo um alinhamento teórico e prático em nível nacional (Brasil, 2014).

No entanto, tal documento restou, embora seguido pelas corporações estaduais, bastante genérico quanto ao saber e saber-fazer das polícias militares, eis que trouxe o núcleo comum e mínimo a serem seguidos também pelas polícias civis e bombeiros militares. Assim, tenha sido uma forma de padronização, ainda não foi determinante para a Polícia Militar e suas peculiaridades na prevenção aos crimes e preservação da ordem pública.

## 2.3 A LOB/PM/BM

A LOB/PM/BM teve seu projeto inicial apresentado em 2001 (PL 4363/2001) e sofreu diversas alterações até a promulgação do texto final em 12/12/2023. Sempre vista como oportunidade de integração nas suas diversas áreas de atuação, também foi alvo de duras críticas, principalmente dos entusiastas da desmilitarização. Mas sobreviveu para sua promulgação, considerando os aspectos militares, inclusive, e a valorização de seus membros, bem como revogou o Decreto-Lei 667/1969, que até então regulava as atividades das polícias militares no Brasil.

A LOB/PM/BM revigorou a atuação da PM na sociedade, reforçou sua integração no SUSP e sua competência constitucional para a proteção dos direitos fundamentais no âmbito da preservação da ordem pública, da polícia ostensiva e da polícia judiciária militar dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios, com a finalidade de preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio, além de outras atribuições previstas em lei. Trouxe em seu bojo, além das diretrizes para estruturação e funcionamento, direitos e deveres, oportunidades para uniformização das ciências policiais, o que a torna uma ferramenta legal capaz de alcançar a tão sonhada profissionalização e garantindo uma atuação eficiente.

No Brasil, a partir de 2003, com a implementação da Matriz Curricular Nacional (Brasil, 2014), os paradigmas de seleção, formação, fiscalização e profissionalização dos operadores de segurança pública passaram por mudanças significativas. A formação básica para policiais militares e civis tornou-se mais consistente, adotando um parâmetro nacional e respondendo a críticas de Bayley *apud* Batista Silva (2018) sobre a necessidade de uniformização, sistematização e padronização de conhecimentos, bem como a integralização do currículo profissional e especialização.

No entanto, quanto à Polícia Militar, especificamente às Ciências Policiais sempre foram uma “colcha de retalhos”, na qual os princípios norteadores sempre partiam e ainda partem da individualidade dos respectivos comandos, de como esse prioriza ou não o método científico para a atuação policial. Por isso, a Lei 14.751/2023 assume a importante posição de impor que haja padronização, senão vejamos, dentre outras diretrizes presente no Art. 4º “VII - padronização de procedimentos operacionais, formais e administrativos e da identidade visual e funcional, com publicidade, ressalvados aqueles para os quais a Constituição ou a lei determinem sigilo”.

Tal padronização, agora como diretriz a ser seguida, deverá ocorrer a partir da junção de

esforços estaduais e da escolha de como isso acontecerá. Ao incorporar evidências científicas no planejamento e na execução das políticas públicas de segurança, a LOB/PM/BM demonstra um avanço significativo e reconhece a importância da pesquisa para otimizar a alocação de recursos, melhorar a tomada de decisões, aumentar a legitimidade das ações policiais e estimular a busca por novas soluções e tecnologias para enfrentar os desafios da segurança pública.

A falta de metodologia e embasamento científico impacta negativamente a atuação policial-militar. Nesse sentido, Silva (2017) analisou a formação de cabos e sargentos da PMRN, destacando que os sargentos, formados sob um paradigma militarista, têm menor escolarização (20% com ensino superior) em comparação aos cabos, cuja formação recente em segurança pública, resultou em maior escolarização (50%). Essas diferenças refletem no combate à criminalidade e certo amadurecimento profissional.

As Ciências Policiais, enquanto ciência experimental, analisam a ordem pública por meio de desvios de conduta e desenvolvem estratégias para gerenciar recursos, prevenir e controlar a criminalidade, contribuindo para maior eficiência e eficácia no enfrentamento desses desafios (Nunes; Reis, 2019).

Com isso, entendemos a justificativa proposta para a presente pesquisa dada a grande importância para as Ciências Policiais, em especial a militar. As ciências positivas ou experimentais, que se caracterizam pelo estudo das realidades a partir de sinais experimentáveis e observáveis, buscam encontrar as essências ocultas nos fenômenos estudados. No contexto policial, as Ciências Policiais se enquadram nesse tipo de ciência, pois analisam a “ordem pública” a partir dos desvios de conduta que são considerados crimes. Além disso, essas ciências desenvolvem estratégias e táticas para administrar recursos materiais e humanos, prevenindo e reagindo de forma eficaz à criminalidade, com foco em estudar e compreender a ordem pública, os desvios de conduta e as melhores formas de

prevenção e controle da criminalidade (Nunes; Reis, 2019).

Dessa forma, a LOB/PM/BM, para ser eficaz no campo da uniformização do ensino, dependerá essencialmente das Ciências Policiais para tornar realidade as diretrizes elencadas por ela. Assim, dentre todas as diretrizes, temos os incisos VI e VII do artigo 4º da referida lei, que se complementam ao estabelecer um marco para a pesquisa nas Ciências Policiais: “VI Caráter técnico e científico no planejamento e no emprego”; “VII A instituição de programas e projetos vinculados às políticas públicas e ao plano nacional, estadual e distrital de segurança pública, nas suas atribuições, baseados em evidências técnicas e científicas”.

Nessa seara, que foi dado grande relevância às pesquisas científicas na área de Segurança Pública, poderemos ter não somente o velho “copia e cola”, de normativos e de protocolos de outras instituições e/ou entre entes federativos, e sim uma sinergia conjunta dos 27 entes federados para que, baseados nas pesquisas científicas realizadas na segurança pública, possam promover a padronização/uniformização quanto ao planejamento estratégico, a avaliação de programas e projetos, a base de evidências para a tomada de decisões e o fortalecimento da capacidade institucional.

Indo mais além, a norma detalhou em incisos pares, de forma a não deixar dúvida sobre a verdadeira intenção no campo da atuação policial-militar às vistas das Ciências Policiais, da padronização e da integração entre as polícias militares estaduais. Os incisos VII, VIII, IX, XI e XVI do artigo 4, justamente, trazem esses desdobramentos, senão vejamos:

VII - padronização de procedimentos operacionais, formais e administrativos e da identidade visual e funcional, com publicidade, ressalvados aqueles para os quais a Constituição ou a lei determinem sigilo; VIII - prevenção especializada; IX - cooperação e compartilhamento recíproco das experiências entre os órgãos de segurança pública, mediante

instrumentos próprios, na forma da lei; [...] XI - capacitação profissional continuada; [...] XVI - instituição de programas e projetos vinculados às políticas públicas e ao plano nacional, estadual e distrital de segurança pública, nas suas atribuições, baseados em evidências técnicas e científicas;

A partir das convergências dessas diretrizes e do fato que todas as ações institucionais derivam e, principalmente agora com a oportunidade legal, devem derivar das ciências policiais, pode-se vislumbrar as seguintes oportunidades para as ciências policiais em relação a uniformização dos saberes práticos e teóricos:

- **Unificação da formação:** a lei prevê a possibilidade de unificação e padronização nos currículos de formação dos policiais militares em nível nacional, buscando criar um padrão mais homogêneo de ensino e preparação. Isso inclui desde a formação inicial até a capacitação continuada, de acordo com diretrizes nacionais estabelecidas.
- **Parcerias com universidades e centros de pesquisa:** a colaboração com o meio acadêmico pode gerar sinergia e facilitar o acesso a recursos e conhecimento.
- **Cursos integrados:** a legislação incentiva a criação de cursos e treinamentos conjuntos entre as diferentes corporações, facilitando uma troca de conhecimentos e práticas entre esses grupos.
- **Programas e projetos baseados em evidências:** a criação de programas e projetos baseados em evidências técnicas e científicas pode melhorar a eficácia das políticas públicas de segurança.
- **Utilização de dados abertos:** o uso de dados abertos pode ampliar o escopo das pesquisas e facilitar a replicação de estudos.

- **Incentivo à formação de pesquisadores:** a formação de pesquisadores em Ciências Policiais é fundamental para garantir a sustentabilidade das pesquisas.
- **Educação continuada:** destaca a importância de programas de educação continuada para policiais militares, o que pode incluir cursos de aperfeiçoamento ao longo da carreira, com foco em temas como direitos humanos, novas tecnologias de segurança e gestão de crises.
- **Disseminação dos resultados:** a divulgação dos resultados das pesquisas é essencial para que eles possam influenciar as políticas públicas e as práticas policiais.
- **Uso de tecnologias:** outra oportunidade de ensino proporcionada pela lei é o estímulo ao uso de tecnologias educacionais modernas, como plataformas de ensino à distância, que podem ser aplicadas para ampliar o acesso à formação e capacitação em áreas geograficamente distantes.

Todas essas oportunidades, inexoravelmente, passam pela pesquisa científica no campo das Ciências Policiais, o que será determinante para a implementação das diretrizes legais no que se refere à profissionalização das instituições policiais militares do Brasil.

### **3. Estratégias metodológicas para a uniformização do conhecimento teórico e prático no contexto das PMs com base em abordagens das Ciências Policiais**

A luz da situação atual já discorrida sobre o ensino policial-militar, neste trabalho, traremos sugestões de estratégias que contribuam para uniformização do conhecimento teórico e prático no contexto das PMs, tendo as Ciências Policiais como

base e fundamento para criação, implementação e avaliação dos planos de ensino, materiais normativos, protocolos e referenciais a serem adotados conjuntamente pelos entes federados.

#### **3.1 Necessidade de se criar um *Plano de Ensino Nacional das Polícias Militares***

A uniformização do saber e do saber-fazer dos policiais militares é uma necessidade para garantir a padronização de procedimentos e a previsibilidade na atuação. A Lei 14.751/2023 busca atender essa demanda ao estabelecer diretrizes de formação que integram o conhecimento teórico e prático dos policiais, promovendo uma capacitação técnica, ética e orientada por princípios legais. Nesse sentido, a ciência policial, em sua dimensão reflexiva e epistêmica, é vista como uma construção que envolve um alinhamento entre prática e saber científico, a fim de fundamentar intervenções profissionais mais seguras e alinhadas a valores democráticos. Defende-se que a ciência policial seja capaz de responder à imprevisibilidade e incerteza dos tempos atuais, superando abordagens baseadas na periculosidade e segurança. O objetivo é promover um pensamento científico ágil, sem comprometer os direitos e liberdades fundamentais (Valente, 2010).

A profissionalização policial é apresentada como um processo que confere à corporação e seus membros um status de instituição legalmente reconhecida. Ela é destacada por sua importância na construção de um arcabouço teórico e científico para a polícia, envolvendo a distinção entre uma atuação profissional e não-profissional. Além disso, a especialização é um elemento crucial para definir a identidade da polícia moderna, especialmente em instituições reformadas no final do século XIX, nos contextos europeu e norte-americano (Silva, 2018).

O próximo passo, a partir da promulgação da referida lei, é regulamentá-la, e no campo educacional podemos incluir resultados científicos já obtidos com grandes pesquisas, e com a participação de todas as polícias militares construir um Plano de

Ensino Nacional das Polícias Militares (PENPM), que incluía a capacitação inicial, a capacitação contínua e principalmente as ferramentas de avaliação, controle e análise da implementação de teorias e técnicas. Sem, contudo, perder a simetria com o Plano Nacional de Segurança Pública, devendo substancialmente partir também de um decreto do Poder Executivo federal e em conformidade e alinhamento às diretrizes do SUSP, inclusive demandando participação nos fundos destinados ao PNSP, reunindo primordialmente policiais e bombeiros militares cuja meta será atender as diretrizes educacionais da LOB/PM/BM.

Sabemos que cada ente federado deve criar e submeter seu Plano Estadual de Segurança Pública ao Ministério da Justiça, inclusive para ter direito a participação no fundo nacional, mas a criação de um Plano nacional alinhado e específico ao ensino das polícias/bombeiros militares é o ponto inicial para concretização do esperado por muitos pesquisadores da segurança pública: o alcance da profissionalização da atuação policial militar pela unificação dos saberes práticos e teóricos gerado pelas Ciências Policiais.

### 3.2 Unificação do conhecimento teórico e prático no contexto das PMs

É fundamental promover a consolidação de uma Ciência Policial como geradora de um conhecimento que permita que as instituições policiais respondam de forma eficaz aos desafios de uma sociedade em constante transformação e a crimes cada vez mais sofisticados. A Ciência Policial é a base investigativa, que delinea o corpo de conhecimento e transforma o policial em um cientista do seu próprio trabalho, uma vez que ele detém a experiência prática e aplicaria esse saber em sua atuação diária (Torres et al, 2022).

Partindo dessa premissa, e essencialmente ao núcleo saber e saber-fazer policial, a partir dos estudos já realizados e dos que vierem para atualização no campo das ciências policiais, a junção criada no PENPM proposto determinaria a matriz

curricular mínima e comuns das polícias militares/bombeiros militares, sem desprezar as disciplinas já exigidas pela Matriz Curricular Nacional, com enfoque na atuação policial militar.

Sabe-se que, embora algumas polícias estaduais tenham avançado bastante no campo da sistematização, ainda há estados que carecem do mínimo para atuação de seus membros, que muitas no período de formação aprendem através de “manuais” de corporações de outras unidades federativas, sem ao menos haver uma literatura oficial (Silva, 2020).

A educação da policial-militar enfrenta desigualdades regionais, com estados como São Paulo, Minas Gerais, Rio Grande do Sul e Santa Catarina destacando-se pela profissionalização e avanços científicos (Ribeiro, 2011, *apud* Rodrigues, 2020). A Polícia Militar de Santa Catarina (PMSC), por exemplo, implementou em 2011 um Plano de Comando baseado na Metodologia Multicritério em Apoio à Decisão-Construtivista (MCDA-C), aprimorando a gestão e análise criminal (Marcineiro et al, 2015). A unificação dos saberes, respaldada pela padronização de procedimentos estabelecida em documento legal, tem potencial para reduzir essas desigualdades e fortalecer a atuação integrada.

Dentro do PENPM proposto acima, no eixo destinado à formação/educação dos policiais militares, deve-se criar uma comissão permanente formada por representantes de todos os Estados para criação, avaliação, aprovação e distribuição dos materiais didáticos, tanto para formação inicial do policial inicial, quanto das capacitações continuadas e avaliações frequentes.

Nogueira (2018) identificou aspectos importantes que demonstram que a uniformização é urgente, mesmo após a implantação da MCN em 2014 e depois do reconhecimento das Ciências Policiais como ciências, quais sejam: 1) só foi referenciada a IES (Instituição de Ensino Superior) da Polícia Militar do Distrito Federal, como a única a estar credenciada no sistema de educação nacional para oferta de curso de graduação em Ciências Policiais; 2) registraram que a Polícia Militar de São

Paulo estava realizando modificações na legislação e nos cursos da instituição; 3) não identificam quais cursos são ofertados pelas Polícias Militares do Brasil; 4) não apresentam estudos de fundamentação sobre o tema Ciências Policiais; 5) não apresentam orientações sobre qual enquadramento recebem as instituições policiais-militares diante da intenção de credenciamento no sistema de educação nacional; e 6) não apresentam pesquisas que tenham sido realizadas abordando os temas “ensino superior policial-militar” e “Ciências Policiais”. Embora sempre relevante, a pesquisa de Nogueira (2018), só revelou que há dificuldades em se conhecer de forma transparente e efetiva o cenário de ensino policial, em nível nacional, pois em Santa Catarina, por exemplo, a Faculdade da Polícia Militar (FAPOM) foi reconhecida como instituição de ensino superior pelo Conselho Estadual de Educação, por meio do Parecer CEE/SC nº 135 e da Resolução CEE/SC nº 061, posteriormente homologados pelo Decreto Estadual nº 1.852/18 (Santa Catarina, 2018b).

Assim, manter-se-ia um calendário de reuniões anuais para conjugação e aprovação dos materiais a serem distribuídos e implementados em todos os Estados, conferindo a padronização da atuação policial militar frente às ações criminosas e na comunidade.

### 3.3 A Cooperação interestadual

Para além da cooperação que já houve a partir da lei 13.675/2018, agora a Lei 14.951/2023 trouxe a cooperação de forma institucional - circundando as corporações militares estaduais - e surge uma oportunidade única para contribuir para a unificação: a cooperação entre as polícias militares.

Como já citado anteriormente, a desigualdade também atinge as corporações militares estaduais, e a cooperação entre elas poderá ser uma importante ferramenta para uniformização. Nesse contexto, corporações poderão promover tanto a formação inicial em estado com mais capacidade educacional, ou ainda, na redução de custos em cursos que não precisam se repetir em

cada unidade da federação, podendo as turmas serem formadas por membros de outras corporações, como já acontece na prática, embora sem sistematização. A legislação incentiva a criação de cursos e treinamentos conjuntos entre as diferentes corporações, facilitando uma troca de conhecimentos e práticas entre esses grupos.

### 3.4 Incentivo à formação de pesquisadores e a formação de um repositório nacional oficial

O interesse acadêmico por pesquisas em segurança pública tem crescido significativamente, especialmente nas últimas décadas, conforme observado por Graeff (2006, *apud* Pereira; Ramos, 2018). Esse movimento abrange áreas como currículo, formação policial, prática pedagógica e identidade profissional, com destaque para o tema "ensino policial". Entre 2004 e 2016, os Programas de Pós-Graduação em Educação (PPGEs) evidenciaram um aumento expressivo de trabalhos sobre "formação e ensino policial", que representaram cerca de 63% do total, com maior concentração entre 2011 e 2016, sinalizando uma ampliação das investigações no campo (Pereira; Ramos, 2018).

Até 2021, a PMMG promoveu a pesquisa e capacitação com cursos de pós-graduação, revisão curricular, renovação da biblioteca e atribuição de ISBN e DOI às publicações. Ingressou na Rede Internacional de Educação Policial e credenciou um Núcleo de Pesquisa no CNPq. Durante a pandemia, parcerias com UNIMONTES e IFSULDEMINAS ampliaram a formação, consolidando a instituição como referência em segurança pública (Pereira et al., 2021).

Já na PMPR, estudos mostraram que a Gestão é a área mais estudada por oficiais graduados, enquanto o Direito predomina entre os operacionais. Apesar do foco na Gestão, a profissionalização exige maior investimento nas Ciências Policiais (Ribeiro; Pytlowanciv, 2023).

O aumento de pesquisadores na área ocorreu de forma desigual, com estados como São

Paulo e Mato Grosso se destacando. São Paulo lidera o debate devido ao Sistema de Ensino Militar da Polícia Militar de São Paulo (PMSP), enquanto Mato Grosso avança por meio de parcerias entre a Polícia Militar e universidades (Pereira e Ramos, 2018). Iniciativas semelhantes foram observadas em Santa Catarina, onde o Curso de Formação de Oficiais (CFO) é reconhecido como Bacharelado em Ciências Policiais desde 2012.

Como vimos, somente em 2019 as Ciências Policiais foram incluídas como área de conhecimento no rol das ciências estudadas no Brasil e assim diversas instituições militares tiveram seus cursos reconhecidos como nível superior em Ciências Policiais. Dessa forma, no campo das pesquisas acadêmicas com temas que abordam as Ciências Policiais, temos cada unidade federativa tentando à sua maneira expandir os estudos. Isso gera uma ainda maior fragmentação e uma certa diversidade regional que não colabora com a profissionalização através da padronização das respostas operacionais e teóricas.

Nogueira (2018) reforça que, embora estudos no campo das Ciências Policiais são frequentemente realizados em contextos institucionais, cursos ou eventos que promovem a pesquisa nessa área, resultando em um volume considerável de produções acadêmicas, há a dispersão dessas pesquisas que dificulta a construção de uma revisão abrangente da literatura para mapear tendências globais, pois a área é geralmente explorada de maneira fragmentada, sem um consenso consolidado ou um repositório público centralizado que reúna esses estudos.

Atualmente, a consolidação das pesquisas científicas acontece de forma voluntária, o que torna seletivo e dificulta o acesso à totalidade de pesquisas que acontecem anualmente no Brasil, um exemplo foi a criação do Instituto Brasileiro de Segurança Pública, uma organização da sociedade civil (OSC), que tenta reunir e organizar os estudos sem segurança pública. Possui Revista própria e também disponibiliza os links de acesso a algumas revistas estaduais de polícia militar, além de convênio com

diversos estados, inclusive Santa Catarina, mas como já mencionado, de forma facultativa. Dessa forma, uma parceria nacional que vinculasse os 27 entes federativos como uma opção para possibilitar um repositório nacional consistente e amplo, ou ainda criar o próprio repositório oficial.

Assim, é necessário que haja a criação de uma instituição de pesquisa em Ciências Policiais, única, um repositório oficial, público e com a devida transparência e facilidade de acesso às pesquisas, como por exemplo, o Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna (ISCPSI), em Portugal, a Agência da União Europeia para Treinamentos de Aplicação da Lei (CEPOL), e a Academia de Ciências Policiais em Moçambique e a Universidade Policial da Alemanha (Nogueira, 2018).

#### **4 Teorias do conhecimento que permitam o acolhimento de uma visão integrada entre Ciência Policial, prática operacional e gestão estratégica dentro do contexto da LOB/PM/BM**

Não há plano que saia do papel sem as devidas formas de suporte. E dada à peculiaridade das Ciências Policiais, é inerente pensar que sua teoria passa inexoravelmente pela prática, aliás, talvez seja uma das áreas do conhecimento que mais evolui atrelado à práxis.

Leal (2015) questionou em sua pesquisa como a Ciência Policial, embora presente nos diversos cursos de formação do Brasil, “não se revestem como poderiam numa mesma linguagem e unidade curricular, em outras palavras, com a legitimidade de uma área de pesquisa consolidada, com produção específica inter pares, grupos de pesquisa e pós-graduações *stricto sensu*”.

Assim, quais são as teorias do conhecimento que mais contemplariam as peculiaridades da segurança pública na polícia militar? E para explorar as teorias do conhecimento que integrem Ciência Policial, prática operacional e gestão estratégica no contexto da LOB/PM/BM, podemos considerar uma abordagem baseada em teorias que destacam a

prática, a aplicação prática e a interação dinâmica entre saberes teóricos e a experiência operacional.

#### 4.1 *Epistemologia da prática policial*

Epistemologia é uma área da Filosofia dedicada ao estudo crítico dos fundamentos, hipóteses e resultados das diferentes ciências. A Epistemologia, em sua origem etimológica, significa "discurso sobre a ciência," e refere-se a uma análise crítica e reflexiva sobre os fundamentos e processos das ciências. Esse ramo da Filosofia se dedica a examinar, questionar e investigar as bases que sustentam o conhecimento científico, ultrapassando o senso comum. Ela busca compreender as teorias que fundamentam o conhecimento humano e reavalia os métodos e pressupostos usados na comprovação científica, verificando a consistência dos argumentos fundamentais (Batista et al, 2016).

A epistemologia da prática, “trata-se, pois, de uma reflexão epistemológica cuja preocupação fundamental é a de situar os problemas tais como eles se colocam ou se omitem, se resolvem ou desaparecem na prática efetiva dos cientistas” (Japiassu, 1992, p.27, *apud* Batista et al, 2016). No Brasil, esse enfoque foi introduzido por intermédio da obra de Maurice Tardif, adotando-se o termo “epistemologia da prática” para delimitar “o estudo do conjunto dos saberes utilizados realmente pelos profissionais em seu espaço de trabalho cotidiano para desempenhar as suas tarefas” (Tardif, 2000, *apud* Magalhães, 2016). Embora, os estudos estejam em sua maioria destinados a estudar a prática dos docentes que obtém bons resultados e se qualificam a serem estudados, é justamente o tipo de estudo que contém a capacidade de acompanhar o dinamismo de uma ciência que nasceu a partir da prática e com o desenvolvido se debruçou sobre as teorias que permeiam a atuação.

Poucos são os estudos que ressaltam e se aprofundam na epistemologia da prática aplicada às Ciências Policiais, como se a prática superasse a teoria. No entanto, não haverá a tão sonhada profissionalização se não nos debruçarmos agora

sobre as raízes da atividade policial, a elevando através de um *episteme* (conhecimento) articulado, profundo e uniforme. Assim, nos apropriando da maior parte dos estudos que são da área de Educação, nos quais, justamente, busca-se construir o conhecimento a partir da experiência da docência, temos também que será durante as instruções muitas vezes é que serão testados e aprimorados os estudos teóricos realizados através das Ciências Policiais.

Portanto, dada às propostas para unificação sugeridas no item 3, podemos acrescentar eixos temáticos debruçados a construção científica utilizando a Epistemologia da prática policial como forma de valorizar o conhecimento tácito (não formalizado, mas adquirido pela experiência); favorecer a aprendizagem colaborativa entre profissionais experientes e novatos; promover o uso de *feedback* e reflexão sobre operações e práticas para consolidar o aprendizado, além de ser uma forma eficiente de avaliação constante.

#### 4.2 *Teoria da gestão do conhecimento*

Há diversas definições para conhecimento, e sem adentrar muito nas diversas correntes filosóficas, aproveitaremos o levantamento apresentado por Beckman (1999) *apud* Fukunaga (2015):

- Wolf (1990): conhecimento consiste em informações organizadas aplicadas à resolução de problemas;
- Turban (1992): conhecimento é informação organizada e analisada para torná-la compreensível e aplicável à solução de problemas ou tomada de decisão;
- Sowa (1984): conhecimento engloba o limite implícito e explícito alocados em objetos (entidades), operações e relacionamentos junto com heurísticas gerais e específicas e procedimentos de

inferência envolvidos na situação que está sendo modelada;

- Wiig (1993): conhecimento consiste em verdades e crenças, perspectivas e conceitos, julgamento e expectativas, metodologias e *know-how*; e
- Beckman (1999): conhecimento é o raciocínio sobre informações e dados que ativamente capacita o desempenho, resolução de problemas, tomada de decisão, aprendizagem e ensino.

Nonaka e Takeuchi (1995, *apud* Fukunaga, 2015) diferenciam conhecimento explícito, que é estruturado, codificado e facilmente transmitido, de conhecimento tácito, que é pessoal, difícil de formalizar e vinculado à prática e ao contexto do indivíduo, incluindo habilidades técnicas e modelos mentais. Segundo Fukunaga (2015), o conceito moderno de gestão do conhecimento foi consolidado por Nonaka e Takeuchi em artigos influentes, como *The New Product Development Game* (1986) e *The Knowledge-Creating Company*" (1991), que estabeleceram essa disciplina organizacional.

A gestão do conhecimento (GC) utiliza um conjunto de métodos, técnicas e ferramentas para sistematizar e compartilhar o conhecimento. Esse processo visa criar um ambiente favorável à geração, apropriação e uso do conhecimento. Quando o conhecimento é organizado e disponibilizado e as pessoas são incentivadas a utilizá-lo, há um estímulo à criação de novas ideias, gerando um ciclo contínuo de conhecimento em uma "espiral de crescimento" (Garcia; Valentim, 2014, *apud* Lima; Dos Santos, 2023).

Lima e dos Santos, 2023, identificaram as instituições militares estaduais como um sistema complexo de aprendizagem (SAC) e na pesquisa que realizaram na PMPR elencaram pontos importantes, já defendidos por Orli (2003) *apud* Lima e Dos Santos (2023), inclusive:

1. **irreducibilidade do acaso e desordem:** situações imprevistas são inevitáveis na atividade policial, exigindo preparo para lidar com o inesperado;
2. **abstração universalista:** a singularidade de cada situação torna impossível prever um padrão fixo para resolução de conflitos, que podem ocorrer em locais, momentos e contextos variados;
3. **complicação:** a natureza social dos fenômenos exige intervenção policial em contextos complexos, com muitas interações e *feedbacks*, dificultando a resposta ideal;
4. **ordem, desordem e organização:** os sistemas sociais oscilam entre ordem e conflito, criando novas organizações. Conhecer esse ciclo ajuda os gestores a se adaptarem e improvisarem quando necessário, sem infringir a lei;
5. **recursividade:** profissionais de segurança devem improvisar com os recursos disponíveis, demonstrando adaptabilidade diante dos desafios;
6. **crise do dogmatismo:** em um mundo em constante mudança, os gestores policiais devem manter a mente aberta para novas abordagens e conceitos; e
7. **relação observador x objeto:** o gestor de segurança pública, como observador, deve focar suas atividades na proteção social (objeto) e não apenas no fenômeno do crime em si. Isso implica uma visão ampliada do papel da segurança pública, com ênfase em preservar o bem-estar social e não exclusivamente em combater o crime.

A gestão do conhecimento permite a criação de uma cultura de aprendizado contínuo, que é

particularmente útil para instituições de segurança pública, onde o conhecimento prático e teórico precisa ser constantemente atualizado e alinhado às estratégias estabelecidas pela LOB/PM/BM. É o verdadeiro suporte para que o saber e o saber-fazer policial se desenvolva, pois é através dos mecanismos de gestão do conhecimento que haverá a correta disseminação, implementação, avaliação, preparo para recepção do aprendizado e inclusive a identificação de limitações à padronização/uniformização dos saberes práticos e teóricos que em detrimento do avanço e evolução destes em um bom repositório nacional (como sugerido anteriormente), podem ser ineficazes, simplesmente por não haver a correção dos erros/limitações, bem como a ausência do preparo da organização para recepção dos novos saberes.

### 4.3 Teoria do conhecimento situado

Segundo Alberto Cupani (2004), a influência do pensamento pós-moderno na filosofia contemporânea, destacando a ideia de que todo conhecimento é "situado", ou seja, condicionado pelas circunstâncias e contextos de quem o produz, como o grupo, a sociedade ou o indivíduo. A partir dessa perspectiva, o conhecimento nunca seria totalmente objetivo ou universal, sendo sempre influenciado por ideologias e contextos específicos. O autor critica a pretensão das ciências naturais de representar a realidade de forma objetiva e universal, apontando que essa visão ignora o contexto de origem do conhecimento. Também questiona a metáfora do conhecimento como algo "situado", sugerindo que ela tem limitações e não foi suficientemente explorada pelos seus defensores.

Dessa forma, a abordagem pela teoria do conhecimento situacional, como ferramenta para unificar o "ensino de fazer e saber-fazer" das Ciências Policiais, seria uma abordagem conjunta/complementar às demais, como forma de reduzir a possibilidade de falhas e lacunas que podem ocorrer no processo de padronização nacional dado à dimensão continental do Brasil e

suas 27 Polícias Militares. Considerando que o conhecimento "situado" significa que conhecimento prático e teórico aplicado por agentes de segurança deve levar em conta as realidades locais, culturais e sociais de cada situação enfrentada, torna assim o plano de unificação do ensino mais realista e alcançável.

Portanto, tal teoria permitiria que o ensino policial se tornasse mais flexível e adaptável às realidades específicas dos locais de atuação dos profissionais, permitindo que os conteúdos e práticas de ensino sejam ajustados conforme o contexto de cada localidade, promovendo uma uniformidade baseada em princípios compartilhados, mas com flexibilidade para adaptar as práticas às particularidades regionais.

### 4.4 Teoria da aprendizagem organizacional

A aprendizagem organizacional é abordada como um processo que ocorre através do aprendizado individual e coletivo dentro de uma organização, conduzindo à adaptação da cultura organizacional às necessidades de mudança e modernização do ambiente. No contexto das Polícias Militares, ela se relaciona ao desenvolvimento de competências operativas, cognitivas e atitudinais, adequando os profissionais às demandas de uma sociedade democrática. Esse processo é caracterizado por mudanças contínuas e se orienta pela promoção de uma "cultura organizacional compatível com os ideais democráticos" (Santos, 2014). As instituições militares estaduais de ensino são entendidas como estoque de conhecimento de diversos tipos, bem como de desenvolvimento profissional e aprendizagem organizacional (Takahashi, 2007; Zampier; Takahashi, 2011 *apud* Santos, 2022).

A aplicação da aprendizagem organizacional nas Polícias Militares pode ser realizada mediante práticas de gestão do conhecimento (GC) e gestão da informação (GI), como observado no caso da Polícia Militar de Minas Gerais (PMMG). Essas práticas incluem a criação de bancos de talentos e

repositórios de conteúdos e refletem a busca pela combinação entre tradição e inovação. A PMMG, por exemplo, já implementa algumas dessas práticas, com espaço para aprimorar a aplicação de conceitos documentados na literatura especializada (Faria et al., 2023). A academia Policial Militar do Guatupê (APMG) se integrou à UNESPAR, incluindo Trabalhos de Conclusão de Curso (TCC) em suas formações, os quais abordam questões específicas da atividade policial. Esses TCCs, além de apresentar novidades, identificam e estruturam doutrinas e aspectos conceituais para a corporação, convertendo o conhecimento tácito em explícito, assim as academias militares adaptaram-se para centralizar o ensino e gerar conhecimento prático. Registre-se que a PMPR já estava integrada também à UNESPAR, tais ações promovem a disseminação do conhecimento e facilitam a modernização das competências policiais (Ribeiro; Dos Santos et al, 2023).

A gestão do conhecimento, inicialmente focada na organização da informação, expandiu-se para uma visão coletiva e socialmente construída, valorizando o contexto organizacional e a educação corporativa (Werneck, 2006; Schlesinger et al., 2008, *apud* Ribeiro; Pytlowanciv et al, 2023). Hoje, além de organizar o conhecimento explícito e tácito, as organizações entendem que o conhecimento se constrói pela socialização e imersão dos indivíduos.

A unificação dos saberes por meio das Ciências Policiais é potencializada pela aprendizagem organizacional, que permite a troca de conhecimentos tácitos e explícitos entre os membros da corporação. Esse compartilhamento é crucial para uma visão integrada e colaborativa das operações e estratégias policiais. Conforme evidenciado na estrutura da Matriz Curricular Nacional para a Formação de Profissionais de Segurança Pública (Brasil, 2014), o desenvolvimento de competências técnicas, cognitivas e atitudinais é essencial para alinhar os valores e comportamentos dos policiais com as exigências do Estado democrático. Esse alinhamento favorece uma padronização de conhecimento que se traduz em

uma cultura organizacional unificada e integrada, essencial para o desempenho eficaz e coordenado das atividades policiais (Brasil, 2008).

#### **4.5 Teoria dos sistemas e pensamento sistêmico**

A formalização rigorosa da teoria de sistemas iniciou-se nos anos 1940, durante a Segunda Guerra Mundial, para coordenar o esforço de guerra dos EUA em múltiplos *fronts*. Esse processo envolveu a organização de procedimentos segundo conceitos, funções, estruturas e processos, utilizando previsões matemáticas com tratamento probabilístico. Nos anos 1960, com a Guerra Fria, essa abordagem se expandiu, e, a partir dos anos 1970, a visão “sistêmica” tornou-se central em diversas áreas, defendendo a teoria que “Sistema é, portanto, uma forma lógica de apreensão da realidade. Ao se formular sistemas, não se busca um “reflexo” do mundo real, mas sim a descrição ou destaque daqueles “traços” da realidade, cujo conjunto permite a percepção de uma condição de ordem e a proposição de uma forma operativa voltada para um dado objetivo” (Lieber, 2001).

A considerar, a teoria dos sistemas, que envolve conceitos lógicos e matemáticos, como uma teoria que possa aproveitar as oportunidades trazidas pela LOB/PM/BM, implica tornar a estrutura e os processos mensuráveis, indutivos e até certa medida previsíveis. Não obstante, não há literatura específica às Ciências Policiais no Brasil, o que, além de ser um indicativo para que se realize pesquisas nas áreas, demonstra que não há um encerramento fatal sobre as teorias de conhecimento utilizadas por essa Ciência.

Galli Silva (2020) estudou a teoria dos sistemas aplicados ao planejamento do policiamento ostensivo na PMPR e de uma maneira análoga podemos considerar a mesma importância e funcionalidade. Um exemplo, trazido por ela inclusive, foi a comparação que fez entre o estudo de Kansas City, Missouri, realizado, em 1972, que concluiu que era possível manter o mesmo nível de

segurança, não só correlacionando com o número de policiais, sugerindo outros fatores para determinar a redução da criminalidade, e mesmo que na prática o aumento de policiais possa reduzir a criminalidade (Kahn, 2017, *apud* Galli, 2020). Assim, Galli (2020), contribuiu fortemente para que neste trabalho pudéssemos vislumbrar que a teoria dos sistemas também deve ser uma forma de abordagem dado que quanto ao policiamento ostensivo, pois, segundo ela a padronização metodológica com o método IARA permitiu que o conhecimento da PMPR fosse utilizado por outras instituições de segurança e acadêmicas, pois com o fluxo da informação, todos os processos são sistematizados desde a coleta de dados, produção de conhecimento e *feedback* que retroalimenta o sistema.

Dessa forma, aplicando a teoria dos sistemas ao ensino, pode-se criar um sistema, ou meta sistema, no qual a produção científica participa do fluxo, assim como a retroalimentação, facilitando as ações preditivas, tanto da atuação policial quanto, inclusive, da produção científica, orientando para que estas sejam, de fato, eficazes, não sendo somente um volume alto de pesquisas com assuntos espontâneos e sem utilidade.

## 5 Análise dos Dados Coletados

A análise dos dados coletados demonstra como a Lei de Organização Básica das Polícias Militares e Bombeiros Militares (LOB/PM/BM) pode servir como ferramenta estratégica para uniformizar o conhecimento e o "saber-fazer" no contexto policial, tendo as Ciências Policiais como base teórica. Embora essa legislação apresente diretrizes para padronizar práticas e conhecimentos, a comparação entre sua proposta e as práticas atuais revela lacunas que precisam ser enfrentadas para atingir a uniformização efetiva nas Polícias Militares.

A LOB/PM/BM representa um marco importante ao propor diretrizes de uniformização do ensino e do conhecimento entre os profissionais de segurança pública, e a partir de agora cabe a todas unidades federativas, em conjunto, iniciar o

processo para implementação e os dados coletados demonstram que já há bastante estudos na área e agora a convergência deve-se iniciar. Parcerias acadêmicas são cruciais para alinhar teoria e prática, mas carecem de formalização e apoio governamental.

A Epistemologia da prática policial reforça a ideia de que o conhecimento operacional não pode ser desvinculado do teórico. Ela critica a mera padronização de práticas sem a devida reflexão científica, abordando diretamente a necessidade de uma doutrina integrada que equilibre tradição e inovação nas atuações policiais. Portanto, a Epistemologia da prática atua como ferramenta essencial para alinhar teoria e prática para consolidar uma base integrada de conhecimento e aplicação no contexto policial, a ser aproveitada na construção a partir da LOB/PM/BM.

A problematização da pesquisa questiona como a LOB/PM/BM pode ser usada estrategicamente para uniformizar o saber e o saber-fazer policial. A gestão do conhecimento responde diretamente a essa questão ao propor ferramentas e processos que permitem organizar, disseminar e aplicar o conhecimento de forma sistemática. A distinção entre conhecimento explícito e tácito, conforme Nonaka e Takeuchi, é particularmente relevante para abordar os desafios enfrentados na uniformização, pois a GC proporciona um meio de integrar esses dois tipos de conhecimento. A teoria reconhece a imprevisibilidade e a complexidade da atuação policial, aspectos centrais do problema, ao enfatizar a necessidade de adaptação e improvisação. Assim, a GC apoia a ideia de que o conhecimento policial não pode ser apenas acumulado, mas deve ser continuamente atualizado e contextualizado para atender aos objetivos da LOB/PM/BM.

Já a *teoria do conhecimento situado* oferece uma perspectiva complementar e essencial para abordar os desafios de uniformização identificados na pesquisa. Sua ênfase em adaptar o ensino às realidades locais se alinha diretamente aos objetivos da LOB/PM/BM, promovendo uma uniformidade flexível que respeita as diferenças regionais enquanto

mantém princípios compartilhados. Essa abordagem fortalece a justificativa da pesquisa e se integra perfeitamente com outras teorias discutidas, como a gestão do conhecimento, para formar uma base sólida e adaptável para o ensino e prática policial no Brasil.

Não obstante, a *teoria da aprendizagem organizacional* pode ainda ser um dos pilares essenciais, conjuntamente com as demais, para alcançar os objetivos e responder à problematização da pesquisa. Ela promove um modelo de ensino e prática policial que integra tradição e inovação, incentivando o aprendizado contínuo e colaborativo. Alinhada às diretrizes da LOB/PM/BM, essa teoria permite construir uma cultura organizacional unificada e adaptável, capaz de enfrentar os desafios da segurança pública em um contexto democrático e diversificado.

Por fim, a *teoria dos sistemas* e o *pensamento sistêmico* fornecem uma estrutura que pode também atender aos objetivos e responder à problematização da pesquisa. Sua ênfase na organização, mensuração e retroalimentação contínua alinha-se perfeitamente à necessidade de uniformizar e aprimorar o ensino e a prática policial no Brasil. Aplicada à LOB/PM/BM, essa teoria pode transformar as Polícias Militares em sistemas integrados e eficientes, orientados por dados e comprometidos com a evolução contínua de suas práticas operacionais e científicas.

Portanto, dado às vantagens de cada teoria e sua respectiva contribuição, temos que a principal crítica está em torno da baixa produção acadêmica sobre as teorias do conhecimento e suas contribuições para as Ciências Policiais. Isso aponta para a necessidade urgente de mais pesquisas na área, que possam fundamentar as implementações necessárias da LOB/PM/BM, pois enquanto representa um avanço significativo, a concretização dessas propostas exige esforços acelerados.

## 5 Conclusão

Este estudo analisou a Lei de Organização Básica das Polícias Militares e Bombeiros Militares (LOB/PM/BM) como uma ferramenta estratégica para a uniformização do conhecimento teórico e prático no âmbito das Ciências Policiais. Ao longo do trabalho, investigaram-se as oportunidades proporcionadas pela LOB/PM/BM para consolidar um arcabouço teórico-metodológico que alinhe o "saber" e o "saber-fazer" policial, fundamentado nas ciências policiais. A análise percorreu desde o contexto histórico da formação das Ciências Policiais, no Brasil, a aplicação de teorias de conhecimento relevantes, até estratégias para a unificação do ensino e práticas operacionais.

A pesquisa demonstrou que a LOB/PM/BM apresenta um marco importante para a padronização das práticas e da formação policial no Brasil. No entanto, verificou-se que a implementação efetiva depende de esforços coordenados entre os entes federativos e do fortalecimento da base científica por meio de parcerias acadêmicas, gestão robusta do conhecimento e um sistema centralizado de pesquisa. As teorias analisadas - como a epistemologia da prática, gestão do conhecimento e aprendizado organizacional - reforçam a necessidade de integração entre teoria e prática para a construção de um modelo policial mais eficiente e coeso.

A resposta à questão de pesquisa é afirmativa: *a LOB/PM/BM pode ser utilizada como uma ferramenta estratégica para uniformizar o conhecimento e o saber-fazer no contexto policial, utilizando as Ciências Policiais como suporte teórico e metodológico?* Sim. Porém, desde que acompanhada por ações conjuntas pelas polícias militares dos 27 entes federados sugeridas nesta pesquisa. Contudo, identificou-se também lacunas, como a ausência de um repositório central de pesquisas e disparidades regionais no ensino, que precisam ser superadas para que o objetivo de uniformização seja plenamente alcançado.

Portanto, este estudo alcançou seus objetivos ao propor estratégias viáveis para o desenvolvimento das Ciências Policiais e sua aplicação no contexto da LOB/PM/BM,

contribuindo para um debate essencial sobre a profissionalização e a eficácia das instituições policiais no Brasil

## Referências

BATISTA, G. S.; GOUVEIA, R. A.; CARMO, R. de O. S. A epistemologia da prática profissional docente: observações acerca de alguns desafios atuais / The epistemology of professional practice teaching: remarks about some current challenges. **Ensino em Re-Vista**, [S. l.], v. 23, n. 1, p. 49–69, 2016. DOI: 10.14393/ER-v23n1a2016-3. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/emrevista/article/view/35403>. Acesso em: 23 nov. 2024.

BRASIL. **Lei n.º 13.675, de 11 de junho de 2018**. Institui o Sistema Único de Segurança Pública (Susp) e cria a Política Nacional de Segurança Pública e Defesa Social; altera as Leis n.º 10.201, de 14 de fevereiro de 2001, n.º 11.530, de 24 de outubro de 2007, n.º 12.681, de 4 de julho de 2012, e n.º 12.851, de 2 de agosto de 2013; revoga dispositivos do Decreto-Lei n.º 667, de 2 de julho de 1969, e da Lei n.º 12.681, de 4 de julho de 2012; e dá outras providências. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil: Brasília, DF, 11 jun. 2018. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2018/lei/L13675.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2018/lei/L13675.htm). Acesso em: 11 de outubro de 2024.

BRASIL. **Lei n.º 14.751, de 28 de setembro de 2023**. Altera as Leis n.º 10.826, de 22 de dezembro de 2003, que dispõe sobre registro, posse e comercialização de armas de fogo e munição, sobre o Sistema Nacional de Armas (Sinarm) e define crimes; e n.º 9.437, de 20 de fevereiro de 1997, para dispor sobre o porte e a posse de armas de fogo e sobre o Sistema Nacional de Armas (Sinarm), e dá outras providências. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil: Brasília, DF, 29 set. 2023. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2023-2026/2023/lei/L14751.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2023/lei/L14751.htm). Acesso em: 11 de outubro de 2024.

BRASIL. Ministério da Educação. Parecer **CNE/CES Nº: 945/2019**. Consulta sobre a inclusão das Ciências Policiais no rol das ciências estudadas no Brasil. Relator: Conselheiro Luiz Robert Liza Curi. Brasília, DF: Ministério da Educação, 2020. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/docman/dezembro-2019-pdf/132881-pces945-19/file>

BRASIL. **Matriz Curricular Nacional para Ações Formativas dos Profissionais da Área de Segurança Pública**. Brasília, DF: Ministério da Justiça, 2014.

BRASIL. **Plano Nacional de Segurança Pública**. Brasília, DF: Ministério da Justiça, 2000.

CUPANI, Alberto. A ciência como conhecimento ‘situado’. In: MARTINS, R. A.; MARTINS, L. A. C. P.; SILVA, C. C.; FERREIRA, J. M. H. (orgs.). **Filosofia e história da ciência no Cone Sul: 3º Encontro**. Campinas: AFHIC, 2004. p. 12-22. Disponível em: <http://www.afhic.com/wp-content/uploads/2018/12/A-ciencia-como-conhecimento-1.pdf>. Acesso em 23 de outubro de 2024.

FARIA, Antônio Hot Pereira de; SILVA, João Paulo Fiúza da; MACHADO, Luiz Eduardo Mateus. **Práticas de Gestão do Conhecimento na Polícia Militar de Minas Gerais: um diálogo entre tradição e contemporaneidade em favor da aprendizagem organizacional**. Front. Repr. Conh., Belo Horizonte, v. 3, n. 1, mar. 2023. DOI m10.5281/zenodo.8351936. Disponível em: <https://cip.brapci.inf.br/download/218156>. Acesso em 12 de outubro de 2024.

FUKUNAGA, Fernando. **Cultura Organizacional como fator de influência no Ciclo de Gestão do Conhecimento**. 2015. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Disponível em: <https://tede.pucsp.br/bitstream/handle/1140/1/Fernando%20Fukunaga.pdf>. Acesso em 18 de outubro de 2024.

LEAL, Gabriel Rodrigues. **Fundamentos Filosóficos, Políticos e Educativos da Polícia: da Sensação de Segurança à Instituição Policial**. 2015. Disponível em: <https://sapientia.pucsp.br/bitstream/handle/9851/1/Gabriel%20Rodrigues%20Leal.pdf>. Acesso em 12 de outubro de 2024.

LIEBER, Renato Rocha. **Teoria de Sistemas**. Disponível em: <https://pt.scribd.com/document/37381676/Teoria-de-Sistemas>. Acesso em 12 de outubro de 2024.

MAGALHÃES, J. E. P. Saberes docentes sob a lente do materialismo histórico dialético: revisão crítica de fundamentos teóricos-metodológicos da epistemologia da prática a partir de um estudo comparativo. **Revista Internacional de Formação de Professores**, Itapetininga, v. 1, n. 2, p. 109–136, 2016. Disponível em: <https://periodicoscientificos.itp.ifsp.edu.br/index.php/rifp/article/view/1835>. Acesso em: 9 nov. 2024.

MARCINEIRO, N.; PROTÁSIO DOS REIS, G. “Saiu” A Lei Do Sistema Único De Segurança Pública! Como Afinal Monitorar A Sinergia Entre Os Três Níveis Federativos?. **Revista do Instituto Brasileiro de Segurança Pública (RIBSP)** - ISSN 2595-2153, [S. l.], v. 1, n. 3, p. 54–57, 2019. Disponível em: <https://revista.ibsp.org.br/index.php/RIBSP/article/view/25>. Acesso em: 18 out. 2024.

MARCINEIRO, Nazareno; TASCA, Jorge Eduardo; DA ROSA, Izaías Otacílio; ENSSLIN, Leonardo; FORCELLINI, Fernando Antônio. Plano de Comando da Polícia Militar de Santa Catarina: a construção de um modelo de gestão por meio da MCDA-C. **Revista Brasileira de Segurança Pública**: São Paulo, v. 9, n. 1, p. 184-210, fev/mar. 2015. Disponível em: <https://revista.forumseguranca.org.br/index.php/rbsp/article/view/449/199>. Acesso em 12 de outubro de 2024.

NOGUEIRA, Diego de Oliveira. **A Política de Pesquisa Científica na Polícia Militar do Paraná**. 2018. Disponível em: <https://acervodigital.ufpr.br/xmlui/bitstream/handle/1884/60042/R%20-%20T%20-%20DIEGO%20DE%20OLIVEIRA%20NOGUEIRA.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em 12 de outubro de 2024.

PROTÁSIO DOS REIS, G.; BREZINSKI NUNES, R. UMA TEORIA DA PRÁTICA POLICIAL MILITAR. **Revista do Instituto Brasileiro de Segurança Pública (RIBSP)** - ISSN 2595-2153, [S. l.], v. 2, n. 4, p. 133–150, 2019. Disponível em: <https://revista.ibsp.org.br/index.php/RIBSP/article/view/48>. Acesso em: 18 out. 2024.

RIBEIRO DOS SANTOS, Felipe Haleyson; SAMPAIO PYTLOWANCIV, Diogo Fernando. Conhecimento E Aprendizagem Em Organizações Policiais: Uma Análise Sob A Perspectiva De Trabalhos Acadêmicos. Recima21 - **Revista Científica Multidisciplinar** - ISSN 2675-6218, [S. l.], v. 4, n. 6, p. e463316, 2023. DOI: 10.47820/recima21.v4i6.3316. Disponível em: <https://recima21.com.br/index.php/recima21/article/view/3316>. Acesso em: 10 nov. 2024.

RODRIGUES, Carlos Roberto Guimarães. **Educação policial e segurança do cidadão**. 2020. Dissertação (Mestrado) — Universidade do Rio grande do Sul. Rio Grande do Sul, 2020. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/213150/001117042.pdf>. Acesso em 12 de outubro de 2024.

SANTA CATARINA (Estado). **Decreto n. 1.852, de 21 de dezembro de 2018**. Dispõe sobre a homologação de pareceres e resoluções do Conselho Estadual de Educação (CEE/SC). Florianópolis, SC: PMSC, 2018b. Disponível em: <https://leisestaduais.com.br/sc/decreto-n-1852-2018-santa-catarina-dispoe-sobre-a-homologacao-de-pareceres-e-resolucoes-do-conselho-estadual-de-educacao-cee-sc>. Acesso em 20/11/2024.

SANTOS, D. E. de M. dos. Linhas de pesquisa para organizações Militares Estaduais: Lines of research for State Military organizations. **Brazilian Applied Science Review**, [S. l.], v. 6, n. 4, p. 1456–1471, 2022. DOI: 10.34115/basrv6n4-018. Disponível em: <https://ojs.brazilianjournals.com.br/ojs/index.php/BASR/article/view/50910>. Acesso em: 10 nov. 2024.

SANTOS, Daniel Limeira dos. **Cultura, aprendizagem organizacional e desenvolvimento de competências: a formação de policiais militares para o exercício da profissão em uma sociedade democrática**. 2014. Dissertação (Mestrado em Gestão em Organizações Aprendentes) — Universidade Federal da Paraíba, Centro de Educação e Centro de Ciências Sociais e Aplicadas, João Pessoa, 2014. Disponível em <https://repositorio.ufpb.br/jspui/bitstream/tede/5945/1/arquivototal.pdf>. Acesso em 12 de outubro de 2024.

SILVA JÚNIOR, A. L. . Ensaio sobre a luta das ciências policiais no campo científico: um estudo comparado. **Revista do Sistema Único de Segurança Pública**, Brasília, Brasil, v. 1, n. 1, 2022. DOI: 10.56081/2763-9940/revsusp.v1n1.a10. Disponível em: <https://revistasusp.mj.gov.br/susp/index.php/revistasusp/article/view/35>. Acesso em: 10 nov. 2024.

SILVA, Bruna Galli. **Sector de Análise Criminal: Processos Padronizados Dentro De Uma Visão Sistêmica De Policiamento**. 2020. Disponível em [http://repositorio.uem.br:8080/jspui/bitstream/1/7548/1/Bruna%20Galli%20Silva\\_2020.pdf](http://repositorio.uem.br:8080/jspui/bitstream/1/7548/1/Bruna%20Galli%20Silva_2020.pdf). Acesso em 12 de outubro de 2024.

SILVA, J. B. A produção do conhecimento em segurança pública: a urgência da pesquisa científica e organizacional. **Revista do Instituto Brasileiro de Segurança Pública (RIBSP)** - ISSN 2595-2153, [S. l.], v. 1, n. 1, p. 55–61, 2018. Disponível em: <https://revista.ibsp.org.br/index.php/RIBSP/article/view/5>. Acesso em: 18 out. 2024.

SILVA, J. B. **Profissionalização policial-militar: a tomada de decisão como conhecimento e saber profissional na PMRN**. 2017. 288 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2017.

TORRES, F. O. .; OLIVEIRA, T. N. P. . Ciências policiais: o paradigma da polícia educadora. **REVISTA BRASILEIRA MILITAR DE CIÊNCIAS**, [S. l.], v. 8, n. 21, 2022. DOI:10.36414/rbmc.v8i21.138. Disponível em: <https://rbmc.emnuvens.com.br/rbmc/article/view/138>. Acesso em: 23 nov. 2024.

VALENTE, Manuel Monteiro Guedes. **Ciência Policial: contributos reflexivos epistémicos**. Lisboa: Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna; Universidade Autónoma de Lisboa, 2010. Disponível em <https://periodicos.pf.gov.br/index.php/RBCP/article/view/26/4> . Acesso em 12/10/2024.

# A VISÃO DOS POLICIAIS MILITARES SOBRE A ESCALA EXTRAORDINÁRIA: DESAFIOS E IMPACTOS NA VIDA PESSOAL E PROFISSIONAL

*André Morais Leão<sup>6</sup>*  
*Thiago Souza Oliveira<sup>7</sup>*  
*Sonia Cristina de Oliveira<sup>8</sup>*

**RESUMO:** Esta pesquisa teve por objetivo conhecer a visão das praças da Polícia Militar do Pelotão de Nova Monte Verde, Mato Grosso, sobre a jornada extraordinária. Para tanto, buscou-se responder à questão: qual a visão dos policiais militares, acerca do serviço operacional, em relação à jornada extraordinária? Construiu-se a hipótese de que a escala extraordinária é um fator que gera desafios. Pesquisa de abordagem quantiqualitativa, método hipotético-dedutivo, coleta de dados com aplicação de um questionário, on-line, na plataforma Googleform. O estudo permitiu entender como os policiais avaliaram a escala extraordinária de trabalho e os efeitos que ela gera tanto em seu bem-estar pessoal (incluindo saúde, família e lazer) quanto no desempenho profissional (como qualidade do serviço prestado, estresse e produtividade). Focou, sobretudo, nas experiências individuais, nas consequências organizacionais e sociais dessa jornada de trabalho, abordando ainda temas como estresse, saúde, convivência familiar e outros aspectos da vida pessoal e profissional. Os resultados inferem a confirmação da hipótese de que a jornada extraordinária impacta negativamente a saúde, o bem-estar psicológico, a produtividade e as relações pessoais e familiares dos policiais.

**Palavras-chave:** Jornada extraordinária; Qualidade de vida. Descanso do policial militar. Excesso de carga horária.

**ABSTRACT:** This research aimed to understand the views of the non-commissioned officers of the Nova Monte Verde Platoon in Mato Grosso regarding the extraordinary work shift. To this end, we sought to answer the following question: what is the view of military police officers, in operational service, regarding the extraordinary work shift? The hypothesis was constructed that the extraordinary work shift is a factor that generates challenges. This is a quantitative-qualitative research, with a hypothetical-deductive method, and data collection through the application of an online questionnaire on the Google Form platform. The study allowed us to understand how the police officers evaluated the extraordinary work shift and the effects it generates both on their personal well-being (including health, family, and leisure) and on their professional performance (such as quality of service provided, stress, and productivity). It focused mainly on individual experiences and the organizational and social consequences of this work shift, and above all, it addresses topics such as stress, health, family life, and other aspects of personal and professional life. The results confirm the hypothesis that the extraordinary work shift negatively impacts the health, psychological well-being, productivity, and personal and family relationships of the police officers.

**Keywords:** Workforce; Quality of life; Rest of the military police officer; Excessive workload

Recebido em 22 de março de 2025

Aprovado em 08 de maio de 2025

6 Capitão PM, Oficial Alunos do 15º Curso de Aperfeiçoamento de Oficiais da Academia de Polícia Militar Costa Verde – APMCV.

7 Capitão PM, Oficial Alunos do 15º Curso de Aperfeiçoamento de Oficiais da Academia de Polícia Militar Costa Verde – APMCV.

8 Orientadora professora doutora em Educação pela Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT, 2014).

## 1 Introdução

O policial militar é o principal propulsor da instituição Polícia Militar, cuja função constitucional é realizar o policiamento ostensivo e garantir a manutenção da ordem pública. Para desempenhar suas funções com eficiência, é necessário que esteja atualizado profissionalmente, comprometido e goze de completo bem-estar físico, mental e social, entendendo este último como mais do que a simples posição ou cumprimentos das regras sociais. Esses requisitos são fortemente influenciados pelo apoio proporcionado por um ambiente familiar e institucional saudável.

Para exercer sua função o policial tem previsto por lei uma jornada de trabalho, mas em função da baixa frequência da renovação do efetivo, surgiu a jornada de trabalho extraordinária (JTE), conforme previsto lei complementar nº 723, de 01 de abril de 2022, no Estado do Mato Grosso (MT).

A jornada de trabalho do policial é estruturada em uma escala composta por 12 horas de trabalho diurno, seguidas por 24 horas de folga, e 12 horas de trabalho noturno, seguidas por 48 horas de folga, com raras variações. Além dessa escala, que já é desafiadora, surgiu a jornada extraordinária, na qual o policial é convocado para realizar reforços no serviço policial, por até 8 horas diárias, com um limite mensal de 50 horas. Esse modelo de trabalho permite que o policial militar seja remunerado pelas horas trabalhadas durante o período de folga, o que, na prática, resulta em uma rotina que deixa pouco espaço para atividades essenciais como tempo com a família, lazer e outras práticas importantes para a saúde mental e física.

De acordo com o pesquisador Bonfanti (2009), em seu estudo, a exigência de dedicação

exclusiva para os policiais, imposta por questões legais, éticas e morais, acaba se restringindo a uma mera expressão em normas legais, sem a legitimidade esperada, devido à prática do “bico”<sup>9</sup>. Segundo o autor, o sistema político e legal atual não consegue transformar a dedicação exclusiva em uma realidade, o que impede que o policial militar seja diferenciado pela função que desempenha na sociedade e devidamente valorizado.

Entre outros resultados, a mesma pesquisa destaca as consequências da jornada extraordinária, como o cansaço o estresse, a degradação dos relacionamentos e a escassez de tempo para o convívio familiar, lazer e atividades físicas. Todos esses fatores refletem diretamente na prestação do serviço à sociedade, que conta com policiais enfrentando tais problemas, o que prejudica sua imagem e credibilidade como profissionais quanto a da instituição.

A jornada extraordinária interfere no equilíbrio entre a vida profissional e a vida familiar, afeta o diretamente as relações familiares e a prestação de serviços. A convivência com cônjuges, filhos e outros membros da família é prejudicada pela ausência física e emocional do policial no núcleo familiar, que se vê sobrecarregado pela rotina intensa de trabalho. Por outro lado, a jornada extraordinária permite ao policial militar um aumento salarial, o que traz uma falsa sensação de melhoria na qualidade de vida familiar, por meio da disponibilidade financeira.

Apesar dos impactos adversos, um número expressivo de policiais adere voluntariamente à escala extraordinária. A principal motivação para essa escolha reside na necessidade de complementar a renda mensal. O comprometimento financeiro dos policiais, muitas vezes agravado por endividamentos com empréstimos e outras despesas recorrentes, impulsiona a busca por fontes adicionais de renda,

9 O termo “bico” é amplamente utilizado no Brasil para se referir a um trabalho temporário ou informal, muitas vezes realizado além do emprego principal, visando complementar a renda. No contexto da segurança pública, refere-se à atividade laboral extra, desempenhada por policiais militares fora de seu expediente oficial, frequentemente na área de segurança privada. Sobre o tema,

ver: BONFANTI, Sérgio Augusto. O “bico” realizado por policiais militares da capital gaúcha: implicações, fatores intervenientes e consequências. *Direito & Justiça*, Porto Alegre, v. 35, n. 2, p. 182-197, jul./dez. 2009.

tornando a jornada extraordinária uma alternativa inevitável para grande parte do efetivo.

Essa dependência da escala extraordinária cria um ciclo de desgaste contínuo, no qual a compensação financeira a curto prazo mascara os efeitos prejudiciais de longo prazo, comprometendo a qualidade de vida dos policiais e sua capacidade operacional.

Mediante essas condições, este estudo abrangeu não apenas a visão dos policiais sobre a escala extraordinária, mas também os desafios e os impactos no âmbito familiar. Teve como objetivo geral analisar a visão das praças da Polícia Militar do Pelotão de Nova Monte Verde, Mato Grosso, sobre a escala extraordinária de trabalho, identificando os principais desafios enfrentados e os impactos dessa jornada em sua vida pessoal e profissional.

De forma mais específica, o estudo identificou a visão dos policiais militares mato-grossenses sobre a escala extraordinária de trabalho, considerando os aspectos familiares e profissionais que os influenciaram. Analisou os impactos em sua saúde física e mental, avaliou os efeitos da escala extraordinária na qualidade do convívio familiar e nas relações pessoais, bem como investigou como a jornada extraordinária influenciou o desempenho profissional dos policiais militares no cumprimento de suas atribuições. Para tanto, partiu-se da hipótese de que os policiais militares viam a escala extraordinária de trabalho como um fator que gera desafios, impacta negativamente sua saúde, bem-estar psicológico, produtividade e suas relações pessoais e familiares.

A pesquisa adotou uma abordagem quantiquantitativa, utilizou questionários com perguntas abertas e fechadas. As perguntas abertas possibilitaram a coleta de dados com uma visão mais abrangente sobre o tema e avaliaram os impactos da escala extraordinária no trabalho, saúde, bem-estar e vida pessoal dos policiais militares. As perguntas

fechadas forneceram dados complementares e específicos.

Dessa forma, o estudo permitiu entender como os policiais avaliaram a escala extraordinária de trabalho e os efeitos que ela gera tanto em seu bem-estar pessoal (incluindo saúde, família e lazer) quanto no desempenho profissional (como qualidade do serviço prestado, estresse e produtividade). Focou, sobretudo, nas experiências individuais dos policiais e nas consequências organizacionais e sociais dessa jornada de trabalho, abordando temas como estresse, saúde, convivência familiar e outros aspectos da vida pessoal e profissional.

## 2 Polícia Militar do Estado de Mato Grosso

### 2.1 Contexto Histórico

A Polícia Militar do Estado de Mato Grosso (PMMT) é uma instituição que tem por função primordial a preservação da ordem pública e policiamento ostensivo no estado. Sua atuação se dá no vasto território de Mato Grosso que tem aproximadamente 903.000 km<sup>2</sup> e uma população de cerca de 3,8 milhões de habitantes (IBGE<sup>10</sup>, 2024), sendo distribuído por 141 municípios.

Criada em 6 de novembro de 1720 (Almeida, 2012), conforme a Lei nº 9.768/2012, a PMMT completará esse ano 305 anos de existência em 2025, e nessa longa jornada PM mato-grossense tem se adaptado às mudanças sociais inerentes à evolução da sociedade, seja em quesitos tecnológicos ou quanto ao *modus operandi* dos criminosos.

A história da Polícia Militar do Estado de Mato Grosso nos leva ao período colonial, quando as primeiras equipes de policiamento eram exercidas por moradores locais, que estabeleciam milícias locais. Em 1835 ficou estabelecido a primeira equipe da Polícia de Segurança Pública de Mato Grosso, instituída com o objetivo de combater a criminalidade no contexto das necessidades da

10 Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, órgão público responsável pela produção, análise e divulgação de dados estatísticos, geográficos, cartográficos, geodésicos e ambientais no Brasil. Criado em 1936, o IBGE realiza

censos demográficos e pesquisas econômicas e sociais, sendo a principal referência para informações estatísticas do país.

época. Ao longo dos anos, a PMMT passou por diversas mudanças seguindo o reflexo da evolução dos sistemas de segurança pública nacional e a reestruturação das forças armadas no Brasil.

A Polícia Militar de Mato Grosso atua na preservação da ordem pública e na repressão de crimes. Na década de 1960 passou por um processo de modernização, tendo sua estrutura reorganizada para enfrentar as novas demandas da sociedade.

A estrutura organizacional da PMMT é composta por 15 (quinze) Comandos Regionais distribuídos de forma de atender todas as regiões do estado, de acordo com suas peculiaridades, sendo eles compostos por batalhões, companhias, pelotões e núcleos (PMMT,2025). Além da divisão por Comandos Regionais (CRs) há alguns batalhões com funções específicas Comando Especializado de Policiamento (CESP), como o Batalhão de Operações Especiais (Bope), o Batalhão de Polícia Militar de Guardas (BPMGda), o Batalhão de Policiamento de Trânsito Bptran (Bptran), o Regimento de Policiamento Montado (Rpmon), o Batalhão de Policiamento Ambiental (Bpamb), e o Batalhão de Força Tática (BpmFt).

## 2.2 Legislações estaduais

### 2.2.1 Jornada extraordinária - Goiás

A jornada extraordinária dos policiais militares do Estado de Goiás é regulamentada pela Lei nº 15.949/2006 e pela Portaria nº 0550/2024, que estabelece os valores e limites para o serviço extraordinário remunerado, denominado AC4. De acordo com essa regulamentação, os policiais militares podem ser convocados para realizar até 50 horas extras mensais, respeitando um limite diário de 8 horas de serviço extraordinário. Os valores pagos pelo serviço extraordinário variam conforme o dia da semana e o horário em que a atividade é realizada. Segundo a Portaria nº 0550/2024, os valores são estabelecidos da seguinte forma:

- Segunda a quinta-feira:
  - Diurno (05h01 às 21h59): R\$ 26,47 por hora.

- Noturno (22h00 às 05h00): R\$ 29,80 por hora.
- Sexta-feira a domingo:
  - Diurno (05h01 às 21h59): R\$ 36,41 por hora.
  - Noturno (22h00 às 05h00): R\$ 41,38 por hora.

### 2.2.2 Jornada Extraordinária – Minas Gerais

O Projeto de Lei Complementar nº 88/2022, em tramitação na Assembleia Legislativa de Minas Gerais, encontra-se aguardando designação de relator em comissão. Visa regulamentar a prestação de serviço extraordinário pelos profissionais de segurança pública do Estado, incluindo policiais militares, bombeiros militares, policiais civis, policiais penais e agentes socioeducativos.

De acordo com informações disponíveis, o projeto propõe que o serviço extraordinário seja remunerado com um adicional de, no mínimo, 50% sobre o valor da hora normal de trabalho. No entanto, até o presente momento, o texto do Projeto de Lei Complementar nº 88/2022 não especifica os limites máximo mensal e diário de horas extraordinárias que podem ser realizadas pelos profissionais de segurança pública.

### 2.2.3 Jornada Extraordinária – São Paulo

O Governo do Estado de São Paulo criou a DEJEN - Diária Especial por Jornada Extraordinária de Trabalho Policial Militar, que no Estado de São Paulo é regulamentada pela Lei Complementar nº 1.227, de 19 de dezembro de 2013. Conforme o Artigo 2º dessa lei, o valor unitário da DEJEM é calculado aplicando-se coeficientes sobre a Unidade Fiscal do Estado de São Paulo (UFESP), estabelecidos da seguinte forma:

- **Oficiais:** coeficiente de 9,6
- **Praças:** coeficiente de 8,0

Para determinar o valor da DEJEM, multiplica-se o coeficiente correspondente pela

UFESP vigente. Por exemplo, se a UFESP atual é de R\$ 35,36, o cálculo seria:

- **Oficiais:**  $9,6 \times R\$ 35,36 = R\$ 339,45$
- **Praças:**  $8,0 \times R\$ 33,36 = R\$ 266,88$

Esses valores correspondem à remuneração por 8 horas contínuas de atividades realizadas fora da jornada normal de trabalho policial, conforme estabelecido no Artigo 1º, §1º da referida lei. É importante ressaltar que a DEJEM possui natureza indenizatória, não sendo incorporada aos vencimentos para nenhum efeito, nem considerada para o cálculo de quaisquer vantagens pecuniárias, conforme o Artigo 3º da Lei Complementar nº 1.227/2013. Conforme o “§ 1º - A DEJEM corresponde a 8 (oito) horas contínuas de atividades de polícia ostensiva e de preservação da ordem pública, da área de saúde, de bombeiros e de defesa civil, fora da jornada normal de trabalho policial, limitada à execução de, no máximo, 10 (dez) diárias mensais”. O Estado de São Paulo limitou em 80 horas mensais a Jornada Extraordinária.

#### 2.2.4 Jornada Extraordinária – Rio Grande Do Sul

O Estado do Rio Grande do Sul regulamenta a realização de serviço extraordinário por meio da Lei Complementar nº 11.650, de 19 de julho de 2001, que acrescentou os parágrafos 8º a 12 ao artigo 48 da Lei Complementar nº 10.990, de 18 de agosto de 1997 (ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, 2001).

Conforme o § 10 da legislação, os servidores que prestarem serviço em horário extraordinário têm direito à remuneração adicional, podendo optar entre pecúnia ou folga. O § 11 define que o serviço extraordinário será remunerado com um acréscimo de 50% sobre o valor da hora normal de trabalho.

O Decreto nº 40.986, de 17 de agosto de 2001, regulamenta o limite de horas e as condições para o serviço extraordinário, especificando no Artigo 2º que a realização de horas extras deverá ocorrer em situações excepcionais e temporárias, mediante autorização prévia do Governador do Estado. No § 5º, estabelece-se que a gratificação por

serviço extraordinário será calculada somando-se 50% ao valor da hora normal dos policiais-militares, não podendo exceder o limite de 40 horas extraordinárias por mês.

#### 2.2.5. Jornada Extraordinária – Mato Grosso

A PMMT tem sua rotina e nuances definidos pelo estatuto da Polícia Militar do Estado de Mato Grosso, sendo regulada pela lei complementar nº 555, de 29 de dezembro de 2014, (SEFAZ, 2014), onde descreve as obrigações, deveres, direitos e prerrogativas dos militares do Estado de Mato Grosso. O estatuto descreve na Seção VIII acerca do tema da jornada de trabalho, conforme a seguir:

Art. 81 A jornada de trabalho regular do militar estadual caracteriza-se por atividades contínuas e inteiramente devotadas às finalidades da instituição, sendo definidas por escala em serviço operacional e/ou serviço diário em expediente administrativo. Art. 82 A jornada de serviço operacional em unidade militar estadual, não poderá ser superior a 195 (cento e noventa e cinco) horas mensais, observando-se descanso obrigatório de no mínimo o dobro de horas trabalhadas quando a jornada for diurna e de, no mínimo, quatro vezes o número de horas trabalhadas quando a escala for noturna. Nos casos de jornada de trabalho de 24 (vinte e quatro) horas, o período de descanso deverá ser de no mínimo o triplo de horas trabalhadas. [...] Art. 84 O militar estadual somente poderá ser convocado em seu horário de folga para reforço do serviço policial ou bombeiro militar, mediante jornada de trabalho extraordinário, onde fará jus ao recebimento de uma retribuição financeira.

Seguindo o mesmo prisma de análise da legislação a Seção XXV - Da Indenização pela Prestação de Serviço em Jornada Extraordinária temos os seguintes artigos:

Art. 139-A A indenização pela prestação de serviço em jornada extraordinária será devida ao militar estadual quando convocado no período de folga para a realização de reforço no serviço policial ou bombeiro em atividade finalística militar, conforme conveniência e necessidade da Administração.

§ 1º O valor da verba indenizatória será pago para cada hora trabalhada do militar estadual, nos

seguintes termos: - para Cabos e Soldados, 0,50% (cinquenta centésimos por cento) da maior remuneração da graduação de Soldado; - para Subtenentes e Sargento, 0,50% (cinquenta centésimos por cento) da maior remuneração da graduação de Terceiro Sargento; - para Oficiais, 0,50% (cinquenta centésimos por cento) da maior remuneração do posto de Segundo Tenente. § 2º O militar estadual convocado para desempenho de jornada de serviço extraordinária não poderá executar carga horária diária superior a 08 (oito) horas, tampouco executar carga horária mensal superior a 50 (cinquenta) horas. § 3º Os valores pagos em folha de pagamento por serviço em jornada extraordinária têm natureza indenizatória, eventual, excepcional e transitória, sendo vedada a sua incorporação aos vencimentos a qualquer título ou fundamento. § 4º O pagamento da verba indenizatória prevista neste artigo será devido a todos os militares estaduais integrantes da instituição que forem empregados em jornada extraordinária para reforço do serviço policial ou bombeiro militar.” (SEFAZ, 2022).

Analisando o estatuto dos militares estaduais com a Constituição Federal percebemos que a CF em seu artigo Art. 7º, define que “São direitos dos trabalhadores urbanos e rurais, além de outros que visem à melhoria de sua condição social” e no inciso XVI, estabelece “remuneração do serviço extraordinário superior, no mínimo, em cinquenta por cento à do normal”. Nesses termos, alguns estados da federação possuem compensação financeira por horas de trabalho fora da escala ordinária.

No Brasil, a Constituição Federal de 1988, em seu artigo 7º, limitou a duração do trabalho regido pela CLT a oito horas diárias e quarenta e quatro horas semanais. (BRASIL,1988). Se compararmos essa carga de trabalho mensal com a carga estabelecida na Lei Complementar nº 555, que é usada na PMMT, está em linha com o estabelecido pelo trabalho do regime CLT.

Estabelecendo como referência o valor recebido pela hora de trabalho extraordinário, o Estado do Mato Grosso se encontra em estágio mais vantajosos para seus militares estaduais. Diferente quando estabelecemos o salário como parâmetro, Estados como Minas Gerais, Rio Grande do Sul e São Paulo, que garantem acréscimos de 50% ou mais

sobre a hora normal de trabalho, Mato Grosso utiliza um cálculo baseado em percentuais fixos da maior remuneração da graduação de Soldado, 3º Sargento e 2º Tenente.

Portanto, o critério adotado pelo Estado de Mato Grosso é diferente e dependendo do parâmetro adotado, apresenta mais ou menos vantagens. Essa diferenciação pode indicar a necessidade de revisão das políticas de remuneração do serviço extraordinário para que haja maior equidade e reconhecimento da atividade policial-militar.

### 3 Metodologia

A pesquisa foi realizada com uma abordagem quantiqualitativa, de caráter descritivo, e as informações foram analisadas por meio de estatísticas e análise de conteúdo qualitativo. As investigações qualitativas e quantitativas apresentaram diferenças significativas em relação ao desenho, à interação com os dados e às estratégias de investigação, mas se complementaram, conforme Oliveira (2016).

Os dados qualitativos permitiram compreender a visão dos policiais militares do 3º Pelotão de Polícia Militar de Nova Monte Verde, em Mato Grosso, sobre os impactos da jornada extraordinária no relacionamento familiar.

O estudo foi realizado no 3º Pelotão de Polícia Militar de Nova Monte Verde, Mato Grosso, com a participação de 10 policiais militares do serviço operacional da unidade, incluindo soldados, cabos e sargentos, todos do sexo masculino. Este grupo representa o universo total de policiais lotados na unidade e atuantes no serviço operacional. Todos os participantes concordaram, de forma voluntária, em participar da pesquisa e assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE).

A coleta de dados foi realizada por meio de um questionário contendo perguntas abertas e fechadas. As perguntas abertas abordaram os impactos da escala extraordinária no trabalho, saúde, bem-estar e vida pessoal, enquanto as perguntas

fechadas, estruturadas em múltipla escolha ou escalas.

A pesquisa foi desenvolvida em etapas, que incluiu elaboração do projeto, levantamento bibliográfico, a elaboração do instrumento de coleta de dados, o TCLE, tabulação e análise. O instrumento de coleta de dados, questionários eletrônicos, foram aplicados por meio da plataforma Googleforms, sendo disponibilizados aos participantes, via link, compartilhado pelo WhatsApp do Pelotão. Na aplicação os participantes receberam explicações sobre o TCLE e a informação da preservação do anonimato das respostas, pois

seriam analisadas de forma coletada sem a identidade do respondente.

A tabulação e análise dos dados foram realizadas em etapas. Inicialmente, consideramos os gráficos gerados pela plataforma Googleforms. Em seguida, os dados qualitativos foram analisados com base na frequência, repetições e categorização dos dados qualitativos.

Os riscos associados à pesquisa foram mínimos, uma vez que os participantes responderam ao questionário em um ambiente seguro e reservado. Embora benefícios diretos aos participantes não tenham sido identificados, os resultados proporcionaram contribuições indiretas.

## 4 Resultados e discussão dos dados

### 4.1 Perfil dos participantes

#### Pergunta 1: Qual sua graduação?

Respostas	Respostas	Percentuais
Cabo ou Soldado	8	80%
Sargento	2	20%
Subtenente	0	0%

Fonte: Elaboração própria (2025), a partir das respostas do questionário aplicado.

Os dados revelam que a maioria dos militares que participaram da pesquisa pertence às primeiras graduações (Soldado e Cabo).

#### Pergunta 02: Qual sua escolarização?

Respostas	Respostas	Percentuais
Ensino médio	2	20%
Ensino superior	7	70%
Especialização <i>Lato Sensu</i>	1	10%
Mestrado	0	0%
Doutorado	0	0%

Fonte: Elaboração própria (2025), a partir das respostas do questionário aplicado.

A pesquisa revela que 70% dos participantes possuem Ensino Superior, se somarmos com os que possuem Especialização *Lato Sensu* chegamos a taxa de 80% que já possui nível superior. Segundo Martins (2016), em muitas corporações, a implementação do ensino superior (Silva, 2020) tem sido associada a melhores resultados no desempenho das atividades operacionais, além de contribuir para a redução de comportamentos inadequados no ambiente de trabalho.

Mesmo sendo uma pesquisa representada com um universo reduzido de policiais, observamos que ainda existem dois participantes com nível de escolaridade ensino médio. Apesar de não ser o foco deste estudo, tal constatação aponta para a necessidade de a instituição refletir sobre a elevação do grau de escolaridade da tropa.

### Pergunta 03: Com quem você mora?

Respostas	Respostas	Percentuais
Moro sozinho	3	30%
Moro com meus pais	0	0%
Moro com minha companheira	2	20%
Moro com minha companheira e filho(s)	5	50%
Nenhuma das anteriores	0	0%

Fonte: Elaboração própria (2025), a partir das respostas do questionário aplicado.

Analisamos que 30% moram sozinho e nenhum dos entrevistados moram com os pais.

Outros 70% moram com os companheiras ou filhos.

Nesta questão familiar, considerando que a maioria dos participantes possui uma companheira, é possível inferir que as horas extras impactam negativamente a qualidade da convivência com os familiares. Conforme Pereira (2015),

[...]A maioria dos policiais militares, ao serem questionados sobre sua composição familiar, indicam que convivem com suas companheiras e filhos. No entanto, a rotina de trabalho prolongada e a realização de horas extras durante a jornada extraordinária muitas vezes os distancia da convivência diária com a família, o que gera implicações na qualidade do vínculo familiar.

### Pergunta 04: Quantos filhos você tem?

Respostas	Respostas	Percentuais
Nenhum	4	40%
Um	3	30%
Dois	1	10%
Três	1	10%
Quatro	1	10%

Fonte: Elaboração própria (2025), a partir das respostas do questionário aplicado.

O que chama a atenção nesta questão é que o grupo não apresenta um número significativo de filhos. Observa-se que 40% dos participantes não têm filhos, enquanto os demais possuem apenas um ou nenhum.

### Pergunta 05: Tem filho(s) que não mora com você com pensão de alimentos?

Respostas	Respostas	Percentuais
Sim	1	10%
Não	9	90%

Fonte: Elaboração própria (2025), a partir das respostas do questionário aplicado.

Entre os participantes, apenas um possui um filho que não reside consigo e para o qual contribui com pensão alimentícia.

### Pergunta 06: Quantas pessoas dependem do seu salário?

Respostas	Respostas	Percentuais
Nenhuma	1	10%
Um	4	40%
Dois	2	20%
Três	1	10%
Quatro	0	0%
Cinco ou mais	2	20%

Fonte: Elaboração própria (2025), a partir das respostas do questionário aplicado.

Verificamos que 90% dos policiais militares atendem às necessidades familiares com seus rendimentos, sendo a grande maioria responsável pelo sustento.

Nesse contexto, é possível inferir que as altas taxas de policiais que aderem à jornada extraordinária refletem uma preocupação com a manutenção do sustento familiar.

#### 4.2 A percepção dos PMs acerca da jornada de trabalho extraordinária

O salário é o pilar financeiro que sustenta não apenas o policial, mas também cônjuges e filhos, com grande parte dessas famílias contando exclusivamente com essa fonte de renda extraordinária para suprir suas necessidades diárias, como alimentação, saúde (Ferreira, 2020).

##### **Pergunta 07: Por qual motivo aderiu a escala extraordinária?**

Fonte: Elaboração própria (2025), a partir das respostas do questionário aplicado.

Respostas	Respostas	Percentuais
Pela satisfação com a profissão	0	0%
Por ter tempo livre	1	10%
Por questões financeiras	7	70%
Por ter sido escalado compulsoriamente	2	20%
Nunca trabalhei em escala	0	0%
Nenhuma das anteriores	0	0%

Observamos que 70% dos participantes aderiram à escala extraordinária devido à necessidade de complementar a renda mensal, enquanto 20% relataram ter participado por conta de designações obrigatórias.

Nesse sentido, a realização de horas extras pelos policiais militares muitas vezes está ligada a uma sobrecarga do sistema de segurança pública, com a escassez de efetivo nas ruas, o que exige que os profissionais trabalhem além de sua carga horária regular. Ademais, a perspectiva de um acréscimo salarial também se configura como um incentivo importante para que aceitem essas jornadas prolongadas. (Ferreira, 2020).

##### **Pergunta 08: Além da jornada de serviço operacional de até 195 horas mensais, de qual serviço secundário você participa?**

Respostas	Respostas	Percentuais
Guarda patrimonial do fórum	2	20%
Atividade delegada	0	0%
Jornada extraordinária	5	50%
Outro trabalho sem vínculo com o Estado (“bico”)	3	30%
Não realizo nenhum trabalho sem vínculo com o Estado	0	0%

Fonte: Elaboração própria (2025), a partir das respostas do questionário aplicado.

Ao questionar os participantes sobre a realização de serviços secundários, constatamos que todos os policiais militares participantes da pesquisa possuem uma renda adicional ao salário, seja por meio da jornada extraordinária, guarda patrimonial ou trabalhos sem vínculo com o Estado. Esse dado evidencia que o salário base não é suficiente para cobrir os gastos mensais dos entrevistados. E isso na voz de Souza (2019), [...] é uma alternativa para aqueles que não conseguem atender às necessidades básicas de suas famílias com o salário recebido. No entanto, essa prática tem gerado impactos significativos na saúde, produtividade e estabilidade emocional dos profissionais, sendo um reflexo da carência de uma remuneração justa.

Pergunta 09: Quantas horas, em média, você trabalha na escala extraordinária?

Respostas	Respostas	Percentuais
Até 16 horas	1	10%
De 16 à 32 horas	1	10%
De 32 à 50 horas	8	80%
Não trabalho na jornada extraordinária	0	0%

Fonte: Elaboração própria (2025), a partir das respostas do questionário aplicado.

Verificamos que a grande maioria dos participantes (80%) realiza o número máximo de horas permitidas na jornada extraordinária. Portanto, JTE, no contexto da Polícia Militar, que permite até 8 horas de trabalho adicionais diárias e um total de 50 horas extras mensais, cria um cenário onde a rotina dos policiais é sobrecarregada, resultando em impactos no desempenho profissional e nas relações familiares. (Gomes, 2019).

**Pergunta 10:** A remuneração oriunda da jornada extraordinária:

Respostas	Respostas	Percentuais
Está incorporada ao salário e sou dependente desse recurso	6	60%
É uma renda extra, ocasional e não sou dependente desse recurso	4	40%

Fonte: Elaboração própria (2025), a partir das respostas do questionário aplicado.

Temos uma porcentagem de mais da metade dos participantes que declaram que a renda obtida pela jornada extraordinária já incorporou a renda mensal, sendo criado um mecanismo de dependência, não sendo mais possível o policial renunciar à renda extra obtida.

A incorporação temporária das horas extras no salário do policial militar não é suficiente para garantir a melhoria efetiva nas condições de trabalho e vida do profissional, pois, apesar do ganho financeiro imediato, a prática prejudica sua saúde física e emocional a longo prazo. (Oliveira, 2019).

**Pergunta 11:** A jornada extraordinária trouxe problemas para sua saúde física ou mental?

Respostas	Quantidade de Respostas	Percentuais
Sim	6	60%
Não	2	20%
Não sei dizer	2	20%

Fonte: Elaboração própria (2025), a partir das respostas do questionário aplicado.

Cerca de 60% dos policiais participantes da pesquisa relatam que as horas a mais trabalhadas na jornada extraordinária trouxe algum problema de saúde seja física ou mental.

Para o pesquisador Silva (2021), a inclusão das horas extras no salário do policial é uma solução temporária, que visa compensar o excesso de trabalho, mas, ao mesmo tempo, alimenta a sobrecarga de tarefas e resulta em um ciclo vicioso de estresse e comprometimento da saúde do policial, o que compromete a efetividade da medida.

**Pergunta 12:** Se a resposta anterior for sim, explique quais problemas lhe trouxe seja na área física, mental, social ou familiar, os participantes informaram que a adesão à jornada extraordinária trouxe problemas e impacto, na categoria da saúde mental e física, cansaço mental, estresse, insônia, estresse e problemas físicos e mentais.

Nas relações familiares, tempo insuficiente com a família, brigas e discussões no ambiente familiar, separações e reconciliações frequentes, dificuldade em aproximar os laços familiares e atritos familiares, sobretudo, existe a escala extraordinária sem aviso prévio e escalado involuntariamente.

O trabalho excessivo, tem gerado sérios impactos na saúde física dos policiais militares segundo a amostra. O aumento das horas trabalhadas, sem o devido descanso, leva ao desgaste físico, causando problemas como distúrbios do sono, fadiga crônica e doenças cardiovasculares. (Silva, 2018).

Nessa mesma reflexão, Ferreira (2017) diz que a rotina de trabalho sobrecarregada, aliada à falta de tempo para descanso e lazer, tem levado ao desenvolvimento de distúrbios como depressão e síndrome de *burnout*. Igualmente, o impacto da jornada extraordinária não se limita à esfera profissional, afetando também a vida familiar dos policiais (Santos, 2019).

**Pergunta 13:** Você considera que a jornada extraordinária trouxe consequências negativas para a qualidade do convívio familiar?

Respostas	Quantidade de Respostas	Percentuais
Sim	8	80%
Não	1	10%
Não sei dizer	1	10%

Fonte: Elaboração própria (2025), a partir das respostas do questionário aplicado.

Como já observado em perguntas anteriores, percebe-se que as horas extras de serviço acabam trazendo consequências negativas para o convívio familiar, com 80% dos participantes relatando tais problemas. Logo, a falta de tempo para a convivência afetiva e o cuidado com os filhos e cônjuges, devido ao cumprimento das escalas é um fator que gera estresse e desgaste nas relações familiares. (Souza, 2016).

**Pergunta 14:** Classifique, de 01 a 05 (valor), cada uma das alternativas abaixo, sendo 01, não afetado e 05 muito afetado. Em qual intensidade você considera que os aspectos do relacionamento familiar, foram afetados pela jornada extraordinária?

Respostas	Valor	Percentuais
Demonstração de afeto	38	17,4%
Comunicação	35	15,9%
Presença no seio familiar	42	19,2%
Controle emocional	29	13,3%
Resolução de conflitos	32	14,6%
Acompanhar atividades diárias dos familiares	43	19,6%

Fonte: Elaboração própria (2025), a partir das respostas do questionário aplicado.

Constatamos que os principais impactos estão relacionados à falta de tempo para acompanhar as atividades diárias dos familiares e à ausência no convívio familiar. Os participantes indicaram que as rotinas familiares ficam prejudicadas.

**Pergunta 15:** Você considera que a jornada extraordinária trouxe consequências nas relações pessoais dos policiais militares?

Respostas	Quantidade de Respostas	Percentuais
Sim	10	100%
Não	0	0%
Não sei dizer	0	0%

Fonte: Elaboração própria (2025), a partir das respostas do questionário aplicado.

Todos os participantes relataram que a jornada extraordinária teve consequências negativas nas suas relações pessoais. A convivência familiar dos policiais militares, especialmente para aqueles que moram com cônjuges e filhos, é prejudicada pela rotina desgastante e pelas constantes alterações na escala de trabalho. Embora o aumento salarial devido à jornada extraordinária seja um atrativo, a falta de tempo para compartilhar com a família compromete a qualidade dos relacionamentos e o equilíbrio emocional do policial (Bonfanti, 2019)

**Pergunta 16:** Você considera que o aumento da carga horária pela jornada extraordinária influencia no desempenho profissional e na eficácia dos policiais militares no cumprimento de suas funções?

Respostas	Quantidade de Respostas	Percentuais
Sim	6	60%
Não	3	30%
Não sei dizer	1	10%

Fonte: Elaboração própria (2025), a partir das respostas do questionário aplicado.

Essa pergunta analisa sobre o prisma da visão dos policiais elencando que há influência na questão de eficácia dos policiais militares, com percentual de 60% nas respostas positivas. Conforme Souza (2018), a maioria dos policiais militares trabalha sob o regime de horas extras, sendo frequentemente convocados a cumprir até 50 horas adicionais por mês. Essa carga extra de trabalho resulta em sobrecarga física e mental e afeta negativamente tanto sua saúde quanto a qualidade do atendimento prestado à população.

**Pergunta 17:** Fale o que você pensa sobre o tema: A escala extraordinária: desafios e impactos na vida pessoal e profissional dos policiais. Ao analisar as respostas abertas, identificamos seis categorias recorrentes. A categoria mais recorrente, *Impacto nas Relações Familiares*, destacam que a escala extraordinária prejudica o convívio familiar. A falta de tempo com a família, especialmente em datas especiais, e a dificuldade de manutenção dos laços afetivos são pontos críticos, pois sacrifica dias de folga, limita o convívio familiar e enfraquece os laços afetivos.

Na sequência, a próxima na recorrência, *Motivação para a Jornada Extraordinária*, a principal motivação relatada para aderir à jornada extraordinária é a necessidade de complementar a renda devido à insuficiência dos salários atuais e a renda extra é incorporada às despesas regulares, criando dependência dessa jornada adicional.

Esta terceira categoria, tem a mesma frequência da anterior, *Condições de Trabalho e Salário*, insatisfação generalizada com as condições salariais e de trabalho. Os policiais relatam que a escala extraordinária é utilizada como uma alternativa insuficiente e temporária para reajustes salariais dignos, pois a falta de reajustes dignos, salário não acompanha a inflação, e benefícios insuficientes.

Quarta categoria, os *Impactos na Saúde Física e Mental*, sobrecarga de trabalho e a falta de descanso adequado geram esgotamento físico e psicológico, elevam os níveis de estresse e afetam a saúde mental dos policiais, esgotamento físico e psicológico, nível de estresse elevado e problemas físicos e mentais.

Quinta categoria, *Impactos na Qualidade do Serviço*, qualidade do serviço prestado é apontada como prejudicada, uma vez que o esgotamento físico e emocional reduz a dedicação e a eficiência no desempenho das funções, então policial só cumpre horário, qualidade inversamente proporcional à quantidade de serviço.

Por último, mas não mais importante, a categoria, *crítica ao Sistema*, a escala extraordinária é vista por muitos como uma estratégia do governo

para resolver problemas estruturais sem assumir responsabilidades legais ou financeiras de longo prazo. Essa prática gera insatisfação e desmotivação entre os policiais.

## 5 Considerações Finais

Este trabalho abordou um tema recorrente na rotina da segurança pública, especialmente entre os policiais militares. A pesquisa visou identificar achados importantes que possam gerar discussões e propostas para melhorar a vida profissional e pessoal dos policiais.

A pesquisa teve início com a seguinte questão sobre a escala extraordinária: quais são os impactos da escala extraordinária de trabalho na saúde, bem-estar e desempenho dos policiais militares, e como esses efeitos afetam suas vidas pessoais e profissionais? A hipótese inicial era de que os policiais militares viam a escala extraordinária como um fator desafiador, impactando negativamente sua saúde, bem-estar psicológico, produtividade, e suas relações pessoais e familiares.

Os participantes, todos homens, com graduações de soldado e cabo, informaram que a maioria tem uma companheira e aderiu à escala extraordinária por questões financeiras.

Ao questionar os participantes sobre a realização de serviços secundários, constatamos que todos os policiais militares participantes da pesquisa possuem uma fonte de renda adicional ao salário, seja por meio da jornada extraordinária, guarda patrimonial ou trabalhos sem vínculo com o Estado. Isso indica que o salário base não é suficiente para cobrir os gastos mensais.

Em relação à média de horas trabalhadas na escala extraordinária, a pesquisa revelou que a maioria dos participantes realiza o número máximo de horas permitidas, evidenciando a necessidade de complementar a renda familiar. Nesse contexto, os dados indicam que mais da metade dos participantes declarou que a renda obtida com a jornada extraordinária já foi incorporada à sua renda mensal, tornando impossível para o policial abrir mão dessa fonte de rendimento extra.

Ao serem indagados sobre se a jornada extraordinária trouxe problemas para sua saúde física ou mental, a pesquisa revelou que a maioria dos policiais participantes relatou ter experimentado algum problema de saúde, seja físico ou mental. A sobrecarga de tarefas resulta em um ciclo vicioso de estresse, que prejudica a saúde.

Em seguida, questionamos sobre quais problemas específicos estavam presentes, informaram que a adesão à jornada extraordinária trouxe impactos na saúde mental e física, como cansaço mental, estresse, insônia, além de problemas físicos e mentais.

Quanto às relações familiares, relataram tempo insuficiente com a família, brigas e discussões no ambiente familiar, separações e reconciliações frequentes, dificuldade em estreitar os laços familiares e atritos causados pela escala extraordinária. Além disso, muitos destacaram a questão de a escala extraordinária ser imposta sem aviso prévio, o que resulta em escalas involuntárias.

Sobre o impacto da jornada extraordinária para a qualidade do convívio familiar, os dados mostram que as horas extras de serviço acabam trazendo consequências negativas para o convívio familiar. pois a falta de tempo para a convivência afetiva e o cuidado com os filhos e cônjuges, devido ao cumprimento das escalas e da jornada extraordinária, é um fator que gera estresse e desgaste nas relações familiares.

Sendo que os principais impactos estão relacionados à falta de tempo para acompanhar as atividades diárias dos familiares e à ausência no convívio familiar. Os participantes indicaram que as rotinas familiares ficam prejudicadas, o que, conseqüentemente, resulta em dificuldades na demonstração de afeto, enfim todos os participantes relataram que a jornada extraordinária teve consequências negativas nas suas relações pessoais e profissionais.

Ao ser indagados sobre a jornada e convivência familiar dos policiais militares, os dados corroboram com outras perguntas dessa natureza, pois revelam que especialmente para aqueles que

moram com cônjuges e filhos, é prejudicada pela rotina desgastante e pelas constantes alterações na escala de trabalho, embora tenha um aumento salarial, a falta de tempo para compartilhar com a família compromete a qualidade dos relacionamentos e o equilíbrio emocional.

Os resultados nos permitiram analisar que o aumento da carga horária pela jornada extraordinária influencia no desempenho profissional e na eficácia dos policiais militares no cumprimento de suas funções.

Indagados sobre o que pensam sobre escala extraordinária, a pesquisa revela várias categorias emanadas dos dados, dos quais são: *Impacto nas Relações Familiares*. A escala extraordinária impacta negativamente as relações familiares, pois reduz o tempo disponível para a família, especialmente em datas especiais. Isso dificulta a manutenção dos laços afetivos, sacrifica dias de folga e enfraquece o convívio familiar. *Motivação para a Jornada Extraordinária*. A principal motivação para aderir à jornada extraordinária é a necessidade de complementar a renda devido aos salários insuficientes, com a renda extra sendo incorporada às despesas regulares, gerando dependência dessa jornada adicional. *Condições de Trabalho e Salário*. Há uma insatisfação generalizada com as condições salariais e de trabalho. A amostra considera a escala extraordinária uma alternativa temporária e insuficiente para os reajustes salariais dignos, destaca que o salário não acompanha a inflação e os benefícios são inadequados. *Os Impactos na Saúde Física e Mental*. A sobrecarga de trabalho e a falta de descanso adequado causam esgotamento físico e psicológico, elevam os níveis de estresse e afetam a saúde mental, resultando em problemas físicos e mentais. *Impactos na Qualidade do Serviço*. O esgotamento físico e emocional prejudica a qualidade do serviço prestado, pois reduz a dedicação e eficiência dos policiais, fazendo com que cumpram apenas o horário.

Por fim, a escala extraordinária é vista por muitos como uma estratégia do governo para resolver problemas estruturais sem assumir

responsabilidades legais ou financeiras a longo prazo, o que gera insatisfação e desmotivação.

Constatamos que a hipótese foi confirmada: os policiais militares percebem a escala extraordinária como um fator desafiador, impactando negativamente sua saúde, bem-estar psicológico, produtividade e suas relações pessoais e familiares.

O estudo respondeu à questão de pesquisa proposta: quais são os impactos da escala extraordinária de trabalho na saúde, bem-estar e desempenho dos policiais militares do 3º Pelotão de Polícia Militar de Nova Monte Verde, Mato Grosso, e como esses efeitos afetam suas vidas pessoais e profissionais. Os dados revelaram que a escala extraordinária afeta tanto a vida profissional quanto a pessoal dos policiais, gerando uma carga significativa de problemas emocionais, como esgotamento físico e psicológico, níveis elevados de estresse, além de problemas físicos e mentais.

A pesquisa apresentou um fator limitativo, pois não conseguiu atingir um percentual significativo de policiais devido ao pequeno número de policiais operacionais no interior na unidade escolhida, que totaliza 10 policiais. Contudo, o estudo abarcou 100% da amostra.

Os resultados indicam a necessidade de a instituição propor melhores condições salariais, em vez de legalizar atividades secundárias *bico*, que levam o profissional a se voluntariar ou ser impelido a trabalhar mais, com o objetivo de melhorar sua qualidade de vida e a de seus familiares. No entanto, essa busca por uma vida melhor tem gerado problemas, como o adoecimento, conforme os dados revelam.

Quando o policial tem filhos, a sobrecarga de trabalho, especialmente nas jornadas extraordinárias, interfere no tempo disponível para o cuidado e convivência com a família, gera desequilíbrios nas relações afetivas e familiares.

O Estado enfrenta um desafio significativo relacionado ao efetivo da Polícia Militar. Atualmente, de acordo com o Art. 20 e 22 da Lei Complementar nº 806, de 20 de dezembro de 2024,

há 12.629 vagas previstas na corporação, sendo 805 destinadas a oficiais e 11.824 para praças. No entanto, conforme dados publicados no Diário Oficial nº 28.907, de 13 de janeiro de 2025, página 13, o efetivo é estimado em apenas 6.984 policiais, sendo 577 oficiais e 6.407 praças, distribuídos em 3.008 cabos e soldados, 3.367 subtenentes e sargentos, e 32 em outras graduações. Dessa forma, permanecem vagos 5.645 cargos na corporação.

Diante desse cenário, é necessário analisar a viabilidade da jornada extraordinária para atender às demandas da sociedade, em detrimento de uma solução que contemple o preenchimento dessas vagas com a contratação de novos profissionais. Novas contratações não apenas estaria dentro do previsto na legislação, mas também promoveria

condições laborais mais equilibradas para os policiais, refletindo diretamente nas relações familiares. Ademais, a adoção de salários condizentes com as responsabilidades e riscos da função contribuiria para atrair e reter profissionais qualificados, fortalecendo a estrutura da Polícia Militar do Estado do Mato Grosso e sua capacidade de atender às demandas da população.

À guisa de término, a pesquisa aponta que a jornada de trabalho extraordinária tem efeitos profundos e multifacetados na vida dos policiais militares. Embora seja uma alternativa para complementar a renda, ela prejudica relações familiares, a saúde mental e física, além de afetar a qualidade do trabalho desempenhado

## REFERÊNCIAS

- ABNT. **NBR 6023:2023 - Informação e documentação - Referências - Elaboração**. Rio de Janeiro: ABNT, 2023.
- ALMEIDA, W. A. **Polícia Militar e os desafios da democracia**. Disponível em: <https://www.sesp.mt.gov.br/-/artigo-policia-militar-e-os-desafios-da-democracia>. Acesso em: 3 jan. 2025.
- ASSEMBLEIA LEGISLATIVA. **Projeto de lei complementar nº 88/2022**. Disponível em: <https://www.almg.gov.br/atividade-parlamentar/projetos-de-lei/texto/?tipo=PLC&num=88&ano=2022>. Acesso em: 7 jan. 2025.
- ASSEMBLEIA LEGISLATIVA. **Lei Complementar nº 11.650, de 19 de julho de 2001**. Disponível em: <https://www.al.rs.gov.br/filerepository/repLegis/arquivos/11.650.pdf>. Acesso em: 7 jan. 2025.
- ASSEMBLEIA LEGISLATIVA. **Decreto nº 40.986, de 17 de agosto de 2001**. Disponível em: [https://www.al.rs.gov.br/legis/M010/M0100099.ASP?Hid\\_Tipo=TEXT0&Hid\\_IDNorma=2016](https://www.al.rs.gov.br/legis/M010/M0100099.ASP?Hid_Tipo=TEXT0&Hid_IDNorma=2016). Acesso em: 7 jan. 2025.
- BONFANTI, S. A. **O “bico” realizado por policiais militares da capital gaúcha: implicações, fatores intervenientes e consequências**. Direito & Justiça, Porto Alegre, v. 35, n. 2, p. 182-197, jul./dez. 2009.
- BONFANTI, P. T. **O impacto da jornada extraordinária na vida familiar dos policiais militares**. Campinas: Editora Alínea, 2019.
- BONFANTI, P. T. **Jornada de trabalho e desafios econômicos dos policiais militares**. Campinas: Editora Alínea, 2020.
- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil, 1988**. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Constituicao/Constituicao.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm). Acesso em: 7 jan. 2025.

CASA CIVIL. **Lei nº 15.949, de 29 de dezembro de 2006.** Disponível em: [https://legisla.casacivil.go.gov.br/pesquisa\\_legislacao/80062/lei-15949](https://legisla.casacivil.go.gov.br/pesquisa_legislacao/80062/lei-15949). Acesso em: 7 jan. 2025.

FERREIRA, M. S. **Desafios do policial militar: hora extra e a pressão da segurança pública.** Rio de Janeiro: Editora FGV, 2020.

FERREIRA, M. R. da. **A jornada de trabalho e seus efeitos nas relações familiares do policial militar.** Belo Horizonte: Editora UFMG, 2017.

GOMES, F. de A. **Política de horas extras na Polícia Militar: consequências e desafios.** São Paulo: Editora Atlas, 2019.

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO. **Lei Complementar nº 1.227, de 19 de dezembro de 2013.**

Disponível em: <http://www.legislacao.sp.gov.br/legislacao/dg280202.nsf/589653da06ad8e0a83256cfb0050146b/3183659bb02083d183257c47005b0698?OpenDocument>. Acesso em: 7 jan. 2025.

GUERRA, E. L. de A. (Org.). **Manual de pesquisa qualitativa.** Disponível em: <http://disciplinas.nucleoad>. Acesso em: 19 dez. 2024.

IBGE. **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.** Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/mt.html>. Acesso em: 3 jan. 2025.

MARTINS, A. L. de. **Polícia Militar e educação: desafios e propostas.** Belo Horizonte: Editora UFMG, 2016.

MATO GROSSO (ESTADO). **Lei Complementar nº 555, de 29 de dezembro de 2014.**

Disponível em: <http://www.almmt.gov.br>. Acesso em: 20 dez. 2024.

MATO GROSSO (ESTADO). **Lei Complementar nº 723, de 1º de abril de 2022.**

Disponível em: <http://www.almmt.gov.br>. Acesso em: 20 dez. 2024.

MATO GROSSO (ESTADO). **Portaria nº 11/GCG/QCG/2022, de 7 de julho de 2022.**

Disponível em: <http://www.pmmt.mt.gov.br>. Acesso em: 20 dez. 2024.

OLIVEIRA, M. M. D. **Como fazer pesquisa qualitativa.** 7. ed. rev. e ampl. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2016.

OLIVEIRA, M. P. de. **Horas extras e impactos na vida do policial militar.** Porto Alegre: Editora Goya, 2019.

PMMT. **Polícia Militar do Estado de Mato Grosso.** Disponível em: <https://www.pm.mt.gov.br/estrutura-organizacional>. Acesso em: 3 jan. 2025.

SANTOS, F. B. dos. **O impacto social da jornada extraordinária no policial militar: desafios e consequências.** Porto Alegre: Editora Sulina, 2019.

SEFAZ. **Lei Complementar nº 555, de 29 de dezembro de 2014.** Disponível em: <https://app1.sefaz.mt.gov.br/0425762E005567C5/250A3B130089C1CC042572ED0051D0A1>

/D314360ABFF2A92484257DC100692FB3. Acesso em: 7 jan. 2025.

SILVA, A. L. de. **O impacto da jornada extraordinária na saúde física e psicológica do policial militar.** Rio de Janeiro: Editora Forense, 2018.

SILVA, João Batista da. Profissionalização Policial-Militar e a judicialização da gestão pública no Brasil: qual a escolaridade necessária para ser um profissional de segurança? **REPESP**. Goiana v. 13 n. 1 (2020). Disponível em: <https://revista.ssp.go.gov.br/index.php/rebsp/article/view/427>. Acesso em: 25 abr. 2025.

SILVA, J. A. da. **Impactos das horas extras na carreira do policial militar: uma análise de longo prazo**. Curitiba: Editora Juruá, 2021.

SOUZA, A. L. de. **Bico e dedicação exclusiva: o policial militar e a necessidade do segundo emprego**. Porto Alegre: Editora Manole, 2019.

SOUZA, M. P. de. **Horas extras no serviço policial: o impacto no bem-estar do policial militar**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2018.

SOUZA, R. C. de. **As relações familiares de policiais militares: uma análise das dinâmicas no contexto de trabalho**. São Paulo: Editora Atlas, 2016.

# ANÁLISE DO COMPROMETIMENTO ORGANIZACIONAL DO POLICIAL MILITAR DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE

*Marcones Antonio Xavier Vidigal<sup>11</sup>*  
*Anna Cecília Chaves Gomes<sup>12</sup>*

**RESUMO:** O presente estudo tem como principal foco abordar o comprometimento organizacional do policial militar do estado do Rio Grande do Norte, considerando sua importância para a segurança pública e a qualidade dos serviços prestados à sociedade. O objetivo é analisar o nível de comprometimento desses profissionais com a instituição e identificar os fatores que influenciam essa relação. Este estudo consiste em uma pesquisa de caráter quantitativo e descritivo, com resultados tratados de maneira estatística, a partir da coleta de dados realizada por meio de um questionário digital disponível na plataforma *Google Forms*. Os dados foram coletados entre os meses de março e abril de 2024 e analisados com o uso de estatística descritiva, proporcionando uma visão objetiva do comprometimento dos policiais. Com o levantamento de informações ao longo da pesquisa e a análise dos dados, foi possível concluir que, apesar do forte orgulho e da significativa ligação dos policiais com a instituição, ainda existem áreas que demandam atenção e aprimoramento. Embora o ambiente profissional exerça uma influência positiva, muitos relataram sobrecarga de trabalho e desafios no alinhamento de valores institucionais. Os relacionamentos interpessoais, tanto com pares quanto com superiores, foram considerados satisfatórios, e a percepção do comprometimento da equipe foi relativamente alta. No entanto, os resultados reforçam a necessidade de investimentos contínuos para fortalecer o comprometimento organizacional e aprimorar a qualidade de vida dos policiais militares, garantindo um desempenho mais eficaz e sustentável.

**Palavras-chave:** Comprometimento Organizacional; Gestão pública; Polícia Militar. Rio Grande do Norte.

## ANALYSIS OF THE ORGANIZATIONAL COMMITMENT OF THE MILITARY POLICE OFFICER OF THE STATE OF RN

**ABSTRACT:** The main focus of this study is to address the organizational commitment of state police officers in the state of Rio Grande do Norte, considering their importance for public safety and the quality of services provided to society. The objective is to analyze the level of commitment of these professionals to the institution and identify the factors that influence this relationship. This study consists of a quantitative and descriptive survey, with results treated statistically, based on data collection carried out through a digital questionnaire available on the *Google Forms* platform. The data were collected between March and April 2024 and analyzed using descriptive statistics, providing an objective view of the commitment of the police officers. By gathering information throughout the research and analyzing the data, it was possible to conclude that, despite the strong pride and significant connection of the police officers with the institution, there are still areas that require attention and improvement. Although the professional environment exerts a positive influence, many reported work overload and challenges in aligning institutional values. Interpersonal relationships, both with peers and superiors, were considered satisfactory, and the perception of team commitment was relatively high. However, the results reinforce the need for continuous investments to strengthen organizational commitment and improve the quality of life of military police officers, ensuring more effective and sustainable performance.

**Keywords:** Organizational Commitment; Public Management; Military Police.

Recebido em 28 de maio de 2025

Aprovado em 26 de junho de 2025

<sup>11</sup> Graduado no curso de Tecnologia em Gestão Pública pelo IFRN/CNAT e 3º SGT da Polícia Militar do RN

<sup>12</sup> Doutora em Gestão Pública, orientadora do artigo e professora do IFRN/CNAT

## 1 Introdução

A segurança pública é um dos pilares de qualquer sociedade organizada, essencial para garantir o bem-estar e a qualidade de vida dos cidadãos. Nesse contexto, os policiais militares desempenham um papel central, atuando diretamente na manutenção da paz e da ordem pública, conforme previsto na Constituição Federal (Brasil, 1988). Contudo, a natureza exigente e arriscada do trabalho policial impõe grandes desafios, o que torna o comprometimento dos policiais com sua instituição um fator determinante para o bom desempenho das forças de segurança.

O comprometimento organizacional de um policial militar refere-se à sua dedicação, lealdade e identificação com a instituição policial militar para a qual trabalha. Esse comprometimento pode ser dividido em três principais componentes: comprometimento afetivo, comprometimento normativo e comprometimento de continuidade (Siqueira, 2008).

Estudos, como os de Siqueira e Gomide Júnior (2004), têm explorado a dinâmica do comprometimento em uma determinada área profissional. Notavelmente, entre os diversos tipos de comprometimento, o afetivo emergiu como um dos mais recorrentes em artigos científicos dedicados a compreender a dedicação emocional dos policiais militares à sua função e às organizações às quais servem (Bastos; Aguiar, 2015).

A manutenção de elevados níveis de comprometimento organizacional é essencial para o funcionamento eficaz das forças policiais, pois promove coesão nas equipes, facilita o cumprimento de missões e fortalece a confiança da comunidade na instituição policial. Reconhecendo essa importância, muitas organizações policiais buscam desenvolver políticas e práticas que incentivem e valorizem o comprometimento dos seus membros. Tais políticas podem incluir, por exemplo, programas de valorização profissional, suporte psicológico e condições de trabalho adequadas, elementos que

influenciam a lealdade e a disposição dos policiais para exercerem suas funções.

Diante da relevância do papel do policial militar e do impacto de seu comprometimento na segurança pública, este estudo tem como objetivo geral revisar a literatura sobre comprometimento organizacional no contexto da polícia brasileira, ao mesmo tempo em que busca compreender como esse comprometimento se manifesta especificamente na Polícia Militar do Rio Grande do Norte (PMRN). Com essa abordagem, pretende-se contribuir para uma compreensão mais ampla dos fatores que afetam o comprometimento dos policiais e de como esses aspectos se refletem na prática policial e no desenvolvimento de políticas organizacionais (Silva, 2017).

A Polícia Militar, órgão integrante do Sistema de Segurança Pública, tem por missão atuar como polícia ostensiva visando à preservação da ordem pública e à incolumidade das pessoas e do patrimônio (Polícia Militar, 2023; Silva, 2024).

Este artigo está organizado em quatro seções, além da Introdução. A seção de Referencial Teórico aborda os principais conceitos de comprometimento organizacional, apresentando ainda um resumo das publicações recentes na área que envolvem a atuação policial. Em seguida, a Metodologia detalha os procedimentos de coleta e análise de dados adotados na pesquisa. A seção subsequente expõe os resultados obtidos, e, por fim, as conclusões são apresentadas, refletindo sobre os achados e propondo recomendações para futuras pesquisas e para o desenvolvimento de políticas institucionais voltadas à Polícia Militar do Rio Grande do Norte.

## 2 Referencial Teórico

Esta seção foi dividida em tópicos a fim de nortear a abordagem adotada. Estes tangenciam aspectos relativos ao conceito e relevância do comprometimento organizacional, assim como pesquisas recentes, da temática, realizadas com policiais militares.

### 2.1 Comprometimento Organizacional

O comprometimento organizacional foi inicialmente conceituado por Mowday, Steers e Porter (1979) a partir de uma perspectiva unidimensional que enfatizava a natureza afetiva do vínculo, definindo-o como um estado no qual o indivíduo se identifica com uma organização e seus objetivos e deseja manter-se nela.

De um modo geral, o comprometimento pode ser entendido como um forte vínculo do trabalhador com a organização na qual está inserido e com aspectos relacionados a outras finalidades de sua vida como, por exemplo, o trabalho, a carreira, o sindicato, a profissão, entre outros, que produz uma noção de lealdade (Bandeira; Marques; Veiga, 2000). Conforme Senge (1998), os condicionantes do comprometimento organizacional devem ser estimulados pela própria empresa.

De acordo com Siqueira (2008) é um termo que ao longo das décadas, tem assumido diversos conceitos e formatos, o qual reflete a sua natureza dinâmica. A compreensão do comprometimento no trabalho varia significativamente de acordo com as diferentes perspectivas teóricas e contextos organizacionais. Portanto, para a autora, ele não é um conceito estático, mas sim uma ideia que se transforma e se manifesta de maneiras diversas ao longo do tempo e em diferentes contextos.

Siqueira (2008) afirma, ainda, que dentre os vários conceitos de comprometimento notabilizam-se: comprometimento afetivo, comprometimento normativo e comprometimento de continuidade. De fato, percebe-se que o conceito de comprometimento tem uma vasta abordagem. Porém, tratando-se de comprometimento organizacional, está totalmente atrelado ao comportamento esperado dos colaboradores para com a organização (Siqueira; Gomide Júnior, 2004).

Segundo Bastos *et al.*, (2011), o comprometimento organizacional apresenta-se vinculado a três componentes: 1. o desejo (comprometimento afetivo); 2. a necessidade (comprometimento instrumental, de continuação ou calculativo); e 3. a obrigação moral (comprometimento normativo). O

comprometimento afetivo é entendido pelos autores como um apego à organização, resultante de experiências anteriores que promovem uma sensação confortável dentro da organização e competência no trabalho. A dimensão instrumental envolve a avaliação dos custos associados à saída da organização, tomando por base a magnitude do número de investimentos feito pelo empregado na organização e a falta de alternativas no mercado, enquanto o comprometimento normativo consiste na adesão às normas e objetivos da organização, a partir de pressões normativas internalizadas pelos trabalhadores que ocorrem no processo de socialização após a entrada na organização. Deste modo, um estado psicológico de comprometimento organizacional seria uma combinação desses três componentes em diferentes níveis de intensidade (Bastos *et al.*, 2014).

Desta forma, Organ e Paine (2000), defendem que pessoas comprometidas afetivamente com a organização, são mais motivadas a contribuir para o bom desempenho, e apresentam menor absenteísmo. Quando os colaboradores internalizam os valores e objetivos da organização, eles são mais estimulados na execução de suas tarefas, refletindo no desempenho e no desejo de permanecer na organização (Lizote; Verdinelli; Nascimento, 2017).

Como forma de retratar a literatura de comprometimento organizacional, foram pesquisados os artigos científicos, publicados entre os anos 2018 e 2023. A opção por esse período foi motivada pela necessidade de abranger as pesquisas mais recentes em periódicos acadêmicos revisados por pares, no portal de periódicos Capes e Google Acadêmico. As palavras-chave utilizadas para tal foram: “comprometimento organizacional” em conjunto com “policial militar” e “Comprometimento organizacional” e “polícia militar”.

A busca inicial resultou na identificação de 18 (dezoito) artigos relacionados ao tema. No entanto, após a leitura criteriosa, apenas 8 (oito) foram selecionados para compor a análise final, por estarem alinhados aos objetivos propostos neste

estudo. Os critérios de exclusão consideraram a ausência de foco direto no comprometimento organizacional de policiais militares e a falta de dados empíricos que possibilitassem uma análise

consistente e fundamentada. Os títulos, autores, objetivos e principais achados encontram-se sumarizados no Quadro 01

**Quadro 01:** Títulos, autores e ano, objetivos e principais achados

<b>Título</b>	<b>Autores e ano</b>	<b>Objetivo</b>	<b>Metodologia</b>	<b>Resultados</b>
A influência das metas de compaixão e autoimagem no comprometimento organizacional: o caso da Polícia Militar do Distrito Federal-DF.	Paulo Henrique Ferreira Alves; Cláudio Vaz Torres; Francisco Guilherme Lima Macedo (2023).	Entender a importância do comprometimento de policiais militares no cumprimento de suas missões, mensurando seus níveis em policiais militares do DF, algumas minúcias de categorias estabelecidas e o papel das metas de compaixão e autoimagem na influência do comprometimento organizacional afetivo.	Uma pesquisa realizada com policiais militares do Distrito Federal dos diversos níveis hierárquicos, em um total de 604 respondentes com a escala de metas de autoimagem e compaixão foi (Crocker e Canevello, 2008; Alves <i>et al.</i> , 2019) e a escala de Comprometimento Organizacional Afetivo (Bastos; Aguiar, 2015).	Os resultados confirmaram que as metas de compaixão foram positivamente correlacionadas com Comprometimento Organizacional e, após regressão linear, encontrou-se que metas têm efeito significativo em comprometimento organizacional.
Influência da socialização organizacional sobre o Comprometimento Organizacional: Um estudo de caso na Polícia Militar de Sergipe-SE.	Daiane Nunes dos Santos; Marley Rosana Melo de Araújo; Erika Cavalcanti Marques (2020).	Analisar a influência da socialização organizacional sobre o comprometimento organizacional de policiais militares do Estado de Sergipe.	Foram aplicados o Inventário de Socialização Organizacional (ISO), a Escala de Comprometimento Organizacional e uma ficha de dados sociodemográficos a uma amostra de 270 policiais. Realizada análise fatorial exploratória do ISO, obteve-se estrutura interna constituída por três fatores (Integração à organização - IORG; Domínio de procedimentos e atividades - DPA; Proatividade e competência - P&C).	Os resultados indicaram excelente índice de confiabilidade para a escala utilizada, a qual se constitui por bases afetiva, instrumental e normativa. A análise de regressão múltipla apontou os fatores IORG e P&C como variáveis preditivas dos comprometimentos afetivo e normativo, ainda que não tenha comparado determinação sobre o instrumental. Sintetizando, são a socialização cultural (capitaneada pela instituição) e a socialização movida pelo próprio indivíduo que produzem efeito sobre os vínculos positivos com a organização de trabalho.
Comprometimento Organizacional: O caso policiais militares do 5º Distrito de Polícia Rodoviária Estadual do Comando de Polícia Rodoviária Estadual- 5º DPRE/CPRE / PM-RN.	Flávio Umberto Da Silva Souza (2021).	Identificar o nível de comprometimento organizacional dos policiais militares do 5º Distrito de Polícia Rodoviária Estadual/ CPRE.	Foi utilizado um questionário de 28 afirmações que visa demonstrar o nível dos sentimentos que o colaborador se relaciona com a organização. Que se utilizou como ferramenta a Escala de Comprometimento Organizacional (EBACO) que foi adaptada para atender às demandas do trabalho.	Os resultados apontaram para as dimensões de enfoques afetivos e normativas.

<p>Resiliência como fator de Influência no clima organizacional da Polícia Militar de Pernambuco-PE.</p>	<p>Diego Aron Macêdo Ramos (2023).</p>	<p>Analisar se a resiliência tem influência no clima organizacional de uma organização militar, de cultura forte, do primeiro setor. Para tal, foi realizado um estudo de caso qualitativo na Polícia Militar do Estado de Pernambuco, mais precisamente no 4º BPM (Batalhão Barreto de Menezes), situado na cidade de Caruaru-PE.</p>	<p>Foi elaborado um questionário e enviado ao efetivo para que se colhessem os dados necessários para a construção do trabalho. Para análise, foram criadas categorias: Resiliência; Clima organizacional e resiliência; O trabalho, as pressões e as adversidades na polícia.</p>	<p>Foi possível constatar que a resiliência tem influência no clima organizacional. Portanto, o presente trabalho expõe como o sistema público funciona na prática e, assim como, auxilia no entendimento de questões como resiliência e clima organizacional, apresentando como estes impactam os colaboradores.</p>
<p>A exigência do nível superior como influência no desenvolvimento do vínculo de Comprometimento Organizacional: Um Estudo na Polícia Militar de Santa Catarina-SC.</p>	<p>Ana Paula Grillo Rodrigues; Diego Fernandes Ungari; Aline Regina Santos (2020).</p>	<p>Analisar a influência das exigências de formação superior no comprometimento dos policiais militares com a organização. Foi utilizada a literatura que compreende três tipos de vínculo: o vínculo de compromisso, o entrenchamento e o consentimento, delimitando este estudo ao vínculo de “compromisso”.</p>	<p>Realizou-se uma pesquisa survey com aplicação de questionário em formato online, com alcance de uma amostra composta de 6235 policiais militares. Após verificações de inconsistências, foram considerados 6211 questionários válidos.</p>	<p>Dentre os resultados, observou-se que o comprometimento apresenta um aumento sutil após a exigência do ensino superior, assim como os militares com mais de 30 anos de carreira, ou com escolaridade “fundamental”, apresentam o comprometimento mais forte.</p>

<p>A influência dos elementos da cultura organizacional no desenvolvimento dos vínculos organizacionais: Estudo de caso na Polícia Militar de Santa Catarina-SC.</p>	<p>Diego Fernandes Ungari (2019).</p>	<p>Investigar como os elementos da cultura organizacional influenciam no desenvolvimento dos vínculos organizacionais. como arcabouço conceitual, utilizou-se a teoria que delimitou o consentimento e o entrincheiramento como novos vínculos organizacionais, além dos estudos clássicos sobre o comprometimento.</p>	<p>Estudo de caso na Polícia Militar do Estado de Santa Catarina. A operacionalização ocorreu por meio da análise documental e bibliográfica, de observação não-participante e de entrevistas semiestruturadas realizadas com 12 policiais em atividade, em Florianópolis. Para a compreensão dos dados levantados, foi utilizada a análise de conteúdo com base no modelo de Bardin (2016).</p>	<p>Foi corroborando o pressuposto de que a cultura organizacional influencia no desenvolvimento dos vínculos organizacionais, uma vez identificado que todos os elementos da cultura, de algum modo contribuem para a percepção dos sujeitos sobre a organização e, assim, queiram manter-se nela por uma relação afetiva, por um sentimento de dever ou necessidade, desenvolvendo em maior ou menor grau o comprometimento, o consentimento e o entrincheiramento.</p>
<p>Fatores motivacionais que influenciam no desempenho do trabalho exercido pelos policiais militares da 1ª CPM do 8º Batalhão de Polícia – Salgueiro-PE.</p>	<p>Marcelo Pereira Alves; Leonardo Rodrigues Ferreira (2018).</p>	<p>Avaliar o desempenho dos Policiais militares na cidade de Salgueiro-PE.</p>	<p>Foi definida uma situação-problema para investigar qual seria a principal hipótese do problema da motivação, buscou-se para tanto, estudar e aplicar as teorias motivacionais dos policiais em suas atividades na abrangência da referida cidade.</p>	<p>Na pesquisa motivacional foram encontradas as razões dos comportamentos pela motivação, essas elevam o grau de compromisso e responsabilidades das praças, fazendo-os alcançar objetivos e eficiência na realização das suas atividades.</p>
<p>Valores humanos, metas de autoimagem e compaixão e comprometimento organizacional na Polícia Militar do Distrito Federal-DF.</p>	<p>Paulo Henrique Ferreira Alves (2018).</p>	<p>Mensurar a relação entre Valores Humanos e Comprometimento Organizacional na Polícia Militar do Distrito Federal (PMDF) e o papel mediador das Metas de Autoimagem e Compaixão nesta relação.</p>	<p>Visa medir a relação entre Valores Humanos, utilizando o PVQ-R (Schwartz et al., 2012; Torres <i>et al.</i>, 2016) e o Comprometimento Organizacional Afetivo, por meio da Escala de Comprometimento Organizacional (Bastos &amp; Aguiar, 2015), bem como o possível papel Mediador das Metas de Autoimagem e Compaixão, empregando a Escala de Metas de Autoimagem e Compaixão (Crocker &amp; Canevello, 2008).</p>	<p>Os principais resultados encontraram evidências de validade dos três instrumentos, em especial da Escala de Metas de Autoimagem e Compaixão, que passou pelas fases de tradução e adaptação, Análise Fatorial Exploratória (EFA) e Análise Fatorial Confirmatória (CFA), demonstrando adequação para uso no contexto brasileiro; correlações entre as três variáveis e, por fim; atestaram o poder preditor de Valores Humanos sobre Comprometimento Organizacional, bem como o papel mediador parcial, das Metas de Autoimagem e Compaixão na relação entre as variáveis.</p>

Fonte: Dados da pesquisa

Embora encontrem-se diferentes dimensões do comprometimento nos artigos apontados, foi percebido que os 08 (oito) artigos (Alves, Torres, Macedo, 2023; Santos, Araújo, Marques, 2020; Souza, 2021; Ramos, 2023; Rodrigues, Ungari, Santos, 2020; Ungari, 2019; Alves, Ferreira, 2018; Alves, 2018) trabalham a questão do comprometimento organizacional no tocante à dimensão afetiva (combinada ou não com outras dimensões), buscando o bom relacionamento entre o policial e a instituição. Destes, 02 (dois) artigos (Alves, Torres, Macedo, 2023; Alves, 2018), trabalham também com a escala de metas de autoimagem e compaixão.

Santos, Araújo, Marques, (2020), sugerem investimento em ações que contribuam com o processo de socialização organizacional, especialmente ações voltadas para a percepção e compreensão da cultura organizacional, dos objetivos, relacionamento interpessoal e ações que facilitem o acesso à informações importantes, possibilitando que o membro da força de segurança também busque sua própria socialização e desenvolva competências.

Já Ramos (2023), sinaliza que a falta de confiança na liderança, condições de trabalho insatisfatório, falta de oportunidade e desenvolvimento, desalinhamento de valores levam à falta de comprometimento organizacional (estudos realizados com a Polícia Militar de Caruaru-PE).

Por fim, a análise de Alves e Ferreira (2018) corrobora a importância dos fatores de segurança, com ênfase na remuneração e no reconhecimento. Para a maioria dos policiais entrevistados pelos autores, receber uma remuneração justa e ser reconhecido pelo trabalho são os principais impulsionadores de desempenho em suas funções (Estudo realizado junto à Polícia Militar de Salgueiro-PE).

De modo geral, os artigos perquiridos (Alves, Torres, Macedo, 2023; Santos, Araújo, Marques, 2020; Souza, 2021; Ramos, 2023; Rodrigues, Ungari, Santos, 2020; Ungari, 2019; Alves, Ferreira, 2018; Alves, 2018) apontam que, embora o comprometimento organizacional do policial militar seja considerado satisfatório, há espaço para melhorias.

Entre os aspectos positivos notáveis, destaca-se um profundo e duradouro comprometimento afetivo dos policiais militares com a caserna, apesar das intempéries e críticas frequentes em relação à instituição Polícia Militar demonstrada nos estudos. Esse comprometimento é um testemunho da dedicação e do vínculo emocional que muitos profissionais mantêm com a organização (Nascimento, 2014).

É relevante ressaltar que a manutenção de um equilíbrio entre as necessidades do indivíduo e as expectativas da organização é essencial para que o comprometimento organizacional no ambiente de trabalho seja satisfatório para ambas as partes (Siqueira; Gomide Júnior, 2004).

### **3 Metodologia**

Aqui serão abordados todos os aspectos metodológicos da pesquisa realizada, descrevendo-se os procedimentos necessários e úteis para analisar e relacionar a qualidade de vida no trabalho e o comprometimento do policial militar do estado do RN.

Com intuito de tratar da problemática elencada no estudo, foi realizada uma pesquisa de finalidade descritiva. Para Marconi e Lakatos (2017), a pesquisa descritiva tem como objetivo descrever as características das organizações e da população.

Para alcançar os objetivos propostos e melhor apreciação deste trabalho, foi utilizada uma abordagem quantitativa. Conforme Gil (2010), a pesquisa quantitativa é um método de pesquisa que utiliza técnicas estatísticas para coletar e analisar dados quantitativos. Ela envolve a medição de variáveis por meio de instrumentos padronizados, como questionários, escalas de avaliação e testes. O principal objetivo da pesquisa quantitativa é produzir resultados que possam ser expressos numericamente e, assim, permitir análises estatísticas objetivas.

Para a coleta de dados sobre o comprometimento organizacional, foram identificadas diversas escalas, conforme apresentado no Quadro 02 (dois) reproduzido a seguir. Quadro 02: Instrumentos de comprometimento organizacional utilizados pelos autores no contexto policial

Instrumento utilizado	Autores que os utilizaram no contexto policial	Sobre o instrumento
Escala de metas de autoimagem e compaixão foi (Crocker; Canevello, 2008), e Escala de Comprometimento Organizacional Afetivo (Bastos; Aguiar, 2015).	Alves, Torres, Macedo, (2023); Alves (2018).	A escala de metas de autoimagem e compaixão foi construída e validada por Crocker e Canevello (2008) e validada por Alves, Torres, Andrade e Montani (2019), contando com dez itens. Por sua vez, a escala de Comprometimento Organizacional Afetivo foi construída e tem evidências de validade apresentadas por Bastos e Aguiar (2015), com doze itens constituídos por frases relacionadas ao comprometimento em uma escala tipo Likert de seis pontos, que variam de 1 (discordo totalmente) a 6 (concordo totalmente).
Escala de Comprometimento Organizacional (Bastos <i>et al.</i> , 2011), Bastos <i>et al.</i> (2008).	Santos, Araújo, Marques, (2020); Rodrigues, Ungari, Santos, (2020).	Com 22 itens distribuídos de forma a mensurar três dimensões: Afetiva, Instrumental, Normativa. Apresenta, ainda, ficha de dados sociodemográficos, contendo informações sobre o tempo de trabalho na organização, sexo, idade, escolaridade, estado civil, número de filhos, patente/graduação, função, tempo na função, rendas individual e familiar mensais.
Escala de Bases do Comprometimento Organizacional (EBACO), Siqueira <i>et al.</i> (2008).	Souza (2021).	Questionário Escala de Bases do Comprometimento Organizacional (EBACO). De acordo com Siqueira <i>et al.</i> (2008), esse instrumento de medida foi aplicado pela primeira vez por Medeiros, em 2003, para mensurar sete bases do comprometimento organizacional, quais sejam: afetiva; obrigação em permanecer; obrigação pelo desempenho; afiliativa; falta de recompensas e oportunidades; linha consistente de atividades e escassez de alternativas. Este instrumento é formado por 28 itens, sendo quatro para cada uma das sete bases.
Modelo de Zanella (2006).	Ramos (2023).	Instrumento de coleta de dados constituído por uma série ordenada de perguntas descritivas (perfis socioeconômicos, como renda, idade, escolaridade, profissão e outros), comportamentais (padrões de consumo, de comportamento social, econômico e pessoal, dentre outros) e preferenciais (opinião e avaliação de alguma condição ou circunstância) (ZANELLA, 2006, p. 110).
Modelo de Bardin (2016).	Ungari (2019).	A análise de conteúdo de Bardin (2016) foi escolhida para a análise das questões abertas advindas do questionário eletrônico desenvolvido no programa <i>Google Forms</i> . Segundo a autora, esse método é composto por três fases. A saber: 1) A pré-análise; 2) A exploração

		do material; 3) O tratamento dos resultados, a inferência e a interpretação (BARDIN, 2016, p. 125).
Modelo de Likert (1932).	Alves; Ferreira, (2018).	O modelo Likert de cinco pontos é uma escala de avaliação que utiliza cinco níveis de resposta, indo desde discordância total até concordância total. Cada ponto na escala é associado a um número, normalmente de 1 a 5, para simplificar a análise dos dados. Essa abordagem é comumente empregada em pesquisas para medir atitudes e opiniões, proporcionando uma forma simples e quantificável de coletar informações.

Fonte: Dados da pesquisa

Essas escalas possibilitaram uma abordagem ampla na avaliação do comprometimento organizacional dos participantes, abrangendo os aspectos físicos, emocionais e sociais do seu vínculo com a organização no ambiente de trabalho. A escala de comprometimento organizacional, proposta por (Bastos *et al.*, 2011), foi escolhida como instrumento de avaliação neste estudo por ser a mais recorrente entre os trabalhos analisados, além de apresentar

#### 4 Análise dos Resultados

Nesta seção, apresentam-se os principais resultados do levantamento de campo, cuja coleta de dados foi conduzida por meio de um questionário digital, disponível na plataforma *Google Forms*, sobre o comprometimento organizacional do policial militar do estado do RN, com base na Escala de Comprometimento Organizacional proposta por (Bastos *et al.*, 2011).

##### 4.1 Aspectos Gerais

O universo da pesquisa inclui 262 policiais militares entrevistados entre os sexos masculino e feminino das áreas operacional (73,3%) e administrativa (26,7%). A análise dos resultados revela uma série de aspectos importantes sobre a amostra e a satisfação dos policiais militares em relação ao seu trabalho.

Inicialmente, observa-se uma maioria masculina na análise, com 96,6% dos participantes

sólida fundamentação teórica e ampla aplicação no contexto das organizações policiais.

Para a aquisição das informações necessárias, foi conduzida a coleta de dados por meio de um questionário digital disponível na plataforma *Google Forms*, com os resultados sendo registrados e submetidos nos meses de março e abril de 2024. Os dados foram posteriormente analisados usando estatística descritiva no *software Microsoft Office Excel*.

sendo do sexo masculino. Já era esperado que houvesse poucas respostas do sexo feminino, pois ainda é comum encontrar essa disparidade em instituições militares. Observa-se que a entrada tardia das mulheres nessas corporações é resultado de uma intersecção de fatores históricos, culturais e da escassez de concursos nos últimos anos. No entanto, recentemente, as mudanças sociais, especialmente a ampliação das mulheres no mercado de trabalho, têm alterado significativamente o cenário atual. Tais alterações podem ser percebidas nos próprios editais (Silva, 2024).

Conforme o Edital de Concurso Público No 003/2018 – SEARH/PMRN, foram oferecidas 938 vagas para homens e apenas 62 para mulheres. Já na segunda turma do curso de formação de praças, convocada em 2 de janeiro de 2021, houve a admissão de 297 aprovados adicionais, sendo 96 homens e 201 mulheres. Com isso, o estado do RN aumentou seu efetivo militar com 1.034 homens e 263 mulheres, totalizando 1.279 novas praças (Oliveira *et al.*, 2023). Dias (2018) refere-se ao

esforço contínuo da PMRN em implementar diversas iniciativas ao longo do tempo, como a criação do quadro de oficiais femininas em 1987 e o estabelecimento do quadro de praças femininas em 1990.

Em relação ao quesito faixa etária, observa-se uma faixa etária média de 44 anos (coeficiente de variação de aproximadamente 12%). Dito isso, é percebido que uma parte significativa do efetivo é, de forma mais homogênea, composta por combatentes mais experientes e com uma trajetória considerável na carreira policial. Tal resultado é reforçado pelo tempo de serviço médio de 19 anos (resultado este mais heterogêneo com o coeficiente de variação de 33%), evidenciando que boa parte já possui uma vasta experiência profissional para lidar com as demandas do seu ofício.

Tais resultados se devem ao fato de que, anteriormente ao ano de 2019, o último concurso público para contratação de novos soldados da Polícia Militar do RN foi realizado em 2005. Os últimos aprovados neste concurso foram convocados em 2009 e contratados em 2010, o que causou um grande déficit no quadro efetivo da instituição (Araújo *et al.*, 2023). Contudo, segundo Rodrigues, Ungari, Santos (2020) o tempo mais alto na instituição provê também aspectos positivos, dado que, os policiais que têm mais de 30 anos de serviço (3,4% da presente amostra), demonstram uma forte ligação com a instituição. Após décadas de dedicação em uma profissão exigente, tanto fisicamente quanto psicologicamente, é provável que tenham absorvido profundamente os valores e regras da cultura organizacional militar. Isso resultou em vínculos sólidos dentro da corporação, baseados nos princípios da disciplina e hierarquia (Silva, 2017).

Sugere-se implementar um programa de emparelhamento, mentoria e capacitação entre policiais mais experientes e novatos, promovendo a transferência de conhecimento e experiência para lidar de forma mais eficaz com as demandas do trabalho, e valorizando a contribuição de seus profissionais e promovendo um ambiente de

trabalho colaborativo e enriquecedor para toda a força policial.

O quesito estado civil dos policiais militares revela que a maioria é casada, com 79,4% dos participantes da pesquisa nesta categoria. De acordo com os estudos de Perlin (2006), isso pode ser parcialmente explicado pelo fato de que o casamento e a família desempenham um papel fundamental na percepção de qualidade de vida pessoal e social do policial militar. Cappelle e Melo (2010) em suas pesquisas, defendem que na carreira militar é comum que os membros formem casais, o que fortalece os laços dentro da instituição. Ter um parceiro para compartilhar emoções, resolver problemas e dividir os custos financeiros pode contribuir para uma melhor qualidade de vida entre os militares da corporação. Nesse sentido, sugere-se a implementação de políticas de apoio familiar para policiais militares casados, visando equilibrar as exigências profissionais e familiares.

Por fim, no quesito escolaridade, há uma predominância de graduados (30,9%), seguido de ensino médio completo (26%), graduação incompleta (18,7%) e especialização completa (17,2%). Percebe-se que a partir do concurso de 2018, ocorreu uma mudança significativa na PMRN, pois se passou a exigir a Conclusão do ensino superior para ingresso na corporação (Polícia Militar do Rio Grande do Norte, 2023).

Supõe-se que a prerrogativa não apenas trate do ingresso de profissionais de maior escolaridade, mas, também demonstra uma busca institucional por qualificação profissional e incentivo para que estes busquem aprimoramento constante, representando um progresso, indicando um esforço contínuo para melhorar a qualidade dos serviços prestados à sociedade. Essa melhoria é embasada não apenas na experiência prática, mas também em dados científicos, o que contribui para um entendimento mais aprofundado da realidade, tanto profissionalmente quanto como membros da sociedade (Oliveira *et al.*, 2023).

#### 4.2 Comprometimento Organizacional

O comprometimento organizacional dos policiais militares do Rio Grande do Norte é crucial para a eficiência e coesão dentro da corporação. Este conceito abrange o nível de dedicação, identificação com os valores institucionais e interesse no progresso da organização por parte dos profissionais. Compreender e fomentar um alto grau de comprometimento não só fortalece a motivação e o desempenho dos policiais, mas também contribui significativamente para a segurança pública

e para a qualidade dos serviços prestados à comunidade.

A Tabela 01 apresenta os resultados da Escala de comprometimento organizacional, proposta por (Bastos *et al.*, 2011), escolhida por sua ampla utilização nos estudos analisados. A escala avalia o grau de identificação e envolvimento dos policiais com a organização, abordando aspectos como orgulho, alinhamento de valores, inspiração no trabalho e vínculo afetivo

**Tabela 01** - Escala de comprometimento organizacional de integrantes da PMRN

Questionamento	Média	Desvio Padrão	Coefficiente de Variação
Eu me sinto orgulhoso dizendo às pessoas que sou parte da organização onde trabalho.	4,23	1,54	0,36
Conversando com amigos, eu sempre me refiro a essa organização como uma grande instituição para a qual é ótimo trabalhar.	4,06	1,45	0,36
Sinto os objetivos da minha organização como se fossem os meus.	3,53	1,49	0,42
A organização em que trabalho realmente inspira o melhor em mim para meu progresso no desempenho do trabalho.	3,27	1,46	0,45
A minha forma de pensar é muito parecida com a da empresa.	2,98	1,29	0,43
Eu acho que os meus valores são muito similares aos valores defendidos pela organização onde trabalho.	3,49	1,46	0,42
Sinto que existe uma forte ligação afetiva entre mim e minha organização.	3,51	1,45	0,41
Essa organização tem um imenso significado pessoal para mim.	4,26	1,49	0,35
Aceito as normas da empresa porque concordo com elas.	3,42	1,38	0,40
Eu realmente me interesso pelo destino da organização onde trabalho.	4,29	1,43	0,33
Se eu tivesse uma empresa, escolheria as mesmas normas da empresa em que trabalho.	2,92	1,47	0,50
Eu realmente sinto os problemas dessa organização como se fossem meus.	3,34	1,48	0,44

**Fonte:** Dados da pesquisa (2024)

O comprometimento organizacional dos policiais militares do Rio Grande do Norte revela elementos importantes para a eficiência e coesão da corporação, sobretudo no que se refere ao orgulho de pertencer à instituição e à valorização da imagem organizacional. Os resultados desta pesquisa demonstram que os participantes expressam elevado nível de orgulho em integrar a PMRN, frequentemente mencionando a corporação de

forma positiva em seus círculos sociais. Esse sentimento de pertencimento reflete uma percepção institucional fortalecida e uma identidade profissional bem consolidada.

Tais achados convergem com os estudos de Alves, Torres e Macedo (2023) e de Lizote, Verdinelli e Nascimento (2017), que associam altos níveis de comprometimento afetivo a maior envolvimento e menor rotatividade nas organizações. Além disso, ao comparar com o

estudo de Santos, Araújo e Marques (2020), observa-se que a PMRN apresenta um desempenho semelhante ou superior quanto ao vínculo emocional dos policiais com a instituição, embora ainda enfrente desafios em outras dimensões do comprometimento. Portanto, o sentimento de orgulho e reconhecimento institucional não apenas confirma tendências identificadas em outras corporações, mas também indica um cenário favorável para o fortalecimento de políticas voltadas à motivação e ao engajamento profissional.

Nesse sentido, conforme argumenta Abdoral (2021), o orgulho e a satisfação dos policiais podem ser atribuídos a diversos fatores positivos que fortalecem sua resiliência e dedicação. Entre esses fatores, destacam-se o senso de propósito e contribuição, a vocação e identidade profissional, a solidariedade e apoio dos colegas, a satisfação na resolução de problemas e o reconhecimento da comunidade. Esses elementos reforçam a percepção positiva da organização e contribuem diretamente para o engajamento nas atividades diárias.

Apesar desse cenário positivo, observa-se que a sintonia entre os objetivos individuais dos policiais e os institucionais ainda não é homogênea. Muitos reconhecem que a corporação incentiva seu desempenho, mas também relataram dificuldades em alinhar plenamente suas metas pessoais aos propósitos da organização. Tal descompasso pode estar ligado a falhas na comunicação interna ou ao ambiente organizacional, o que compromete o engajamento pleno dos profissionais.

Diante disso, Santos, Araújo e Marques (2020) ressaltam que o fortalecimento do comprometimento organizacional exige ações voltadas à socialização institucional. Iniciativas como o fortalecimento das relações interpessoais, maior clareza sobre os objetivos organizacionais e acesso facilitado à informação podem ajudar a reduzir as lacunas percebidas, integrando melhor os profissionais à cultura da corporação.

Esse aspecto é reforçado pelos dados que apontam falta de plena congruência entre os valores individuais e os institucionais. No entanto, o

significado simbólico de “ser policial” permanece como importante fator identitário. Mesmo diante de possíveis desalinhamentos, o vínculo emocional com a profissão mantém-se elevado, o que atesta a resiliência e o senso de missão dos profissionais.

De acordo com Nascimento (2014), esse vínculo afetivo é sustentado pelo reconhecimento do papel social da corporação na vida dos policiais, o que contribui para a manutenção do comprometimento organizacional. Esse sentimento de pertencimento é uma âncora importante frente aos desafios cotidianos da função.

Outro ponto que reforça esse comprometimento é o interesse demonstrado pelo futuro da corporação. Mesmo diante de críticas ou limitações internas, os policiais demonstram preocupação genuína com o desenvolvimento institucional. Essa postura está alinhada ao que destacam Siqueira e Gomide Júnior (2004), ao defenderem que o equilíbrio entre expectativas pessoais e institucionais é essencial para a consolidação do comprometimento organizacional.

Ainda assim, a adesão às normas organizacionais mostrou-se moderada, apontando para a necessidade de políticas mais participativas e abertas ao diálogo. Estratégias que incentivem o envolvimento ativo dos policiais na formulação e revisão de normas podem tornar a cultura institucional mais inclusiva e aderente às realidades do efetivo.

Mesmo com essas limitações normativas, muitos policiais demonstraram empatia e responsabilidade pelos desafios da instituição. Conforme observam Organ e Paine (2020), indivíduos com comprometimento afetivo tendem a contribuir com o bom desempenho da organização. Isso sugere que, na PMRN, os vínculos afetivos e normativos atuam em conjunto, fortalecendo o engajamento profissional.

Por fim, como apontam Lizonete, Verdinelli e Nascimento (2017), a assimilação dos valores institucionais é essencial para o desempenho e para o desejo de permanência na organização. Quando os policiais compreendem e compartilham os

princípios da corporação, sua atuação torna-se mais engajada e eficiente.

Em síntese, embora o orgulho e o vínculo afetivo sejam notadamente altos entre os policiais militares da PMRN, ainda existem desafios a superar no que se refere ao alinhamento de valores e práticas institucionais. Investir em uma cultura organizacional mais participativa e sensível às necessidades do efetivo é fundamental para fortalecer o comprometimento e ampliar os resultados institucionais.

## 5 Considerações Finais

Os resultados apontam que os policiais militares do Rio Grande do Norte demonstram um elevado comprometimento organizacional, perceptível pelo orgulho em pertencer à corporação e pelo forte vínculo emocional com a instituição. Esse comportamento é considerado alto quando comparado a estudos semelhantes realizados em outras polícias militares, reforçando o papel da PMRN como elemento central na identidade profissional de seus integrantes e como referência de valorização no serviço público de segurança.

No entanto, os resultados também evidenciam desafios importantes, como a necessidade de maior alinhamento entre os valores e normas institucionais e as percepções individuais dos policiais. Embora muitos profissionais demonstrem interesse genuíno pelo futuro da corporação, a aceitação de algumas práticas e políticas organizacionais ainda é moderada, o que pode impactar o desempenho e o engajamento em longo prazo.

Esse cenário aponta para a importância de estratégias que promovam uma cultura

organizacional mais participativa, com maior diálogo entre os gestores e os policiais, de forma a ajustar expectativas e valores. A valorização do trabalho policial, aliada a políticas institucionais que reforcem a identificação com os objetivos da corporação, pode potencializar ainda mais o comprometimento e a motivação dos profissionais.

Os resultados reforçam a relevância do comprometimento organizacional para a eficiência e a coesão da corporação, mas indicam que há espaço para melhorias que podem fortalecer a relação entre os policiais e a instituição. Investir nesse alinhamento é fundamental para garantir um ambiente de trabalho mais harmonioso e eficiente, contribuindo para a excelência dos serviços prestados à sociedade.

Este estudo evidencia a importância do comprometimento organizacional do policial militar, contribuindo para futuras pesquisas. Destaca a necessidade de considerar os anseios da categoria e reforça a relevância de estudos adicionais sobre o tema. Além disso, aborda desafios enfrentados pelos policiais e sugere estratégias para melhorar seu bem-estar e engajamento no trabalho.

A presente pesquisa apresenta algumas limitações metodológicas, especialmente pelo fato de a coleta de dados ter sido realizada por meio de questionários distribuídos em grupos online de policiais militares do RN, o que restringiu o controle sobre a abrangência e resultou em participação voluntária.

Reconhecendo as limitações naturais de escopo, sugere-se que estudos futuros ampliem a amostragem e aprofundem a análise sobre o comprometimento organizacional no contexto policial, buscando uma compreensão mais abrangente dos fatores que influenciam esse vínculo.

## Referências

ALVES, Paulo Henrique Ferreira. **Valores humanos, metas de autoimagem e compaixão e comprometimento organizacional na polícia militar do Distrito Federal**, 2018.

ALVES, PHF; TORRES, CV; MACEDO, FGL A influência das metas de compaixão e autoimagem no comprometimento organizacional: o caso da Polícia Militar do Distrito Federal. **Revista Brasileira de Desenvolvimento**, [S. l.], v. 6, pág. 20907–20922, 2023. DOI: 10.34117/bjdv9n6-141. Disponível em: <https://ojs.brazilianjournals.com.br/ojs/index.php/BRJD/article/view/61016>. Acesso em: 6 dez 2023.

ARAÚJO, Wanderson Alves *et al.* ANÁLISE DA EVOLUÇÃO DA VIOLÊNCIA E DO FORTALECIMENTO DE FACÇÕES CRIMINOSAS NO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE ENTRE 2017 E 2019. **Revista de Segurança Pública Vigilantis Semper**, v. 3, n. 04, p. 59-70, 2023.

BANDEIRA, Mariana Lima; MARQUES, Antônio Luiz; VEIGA, Ricardo Teixeira. As dimensões múltiplas do comprometimento organizacional: um estudo na ECT/MG. **Revista de Administração Contemporânea**, v. 4, p. 133-157, 2000.

BANDEIRA, Mariana Lima; MARQUES, Antônio Luiz; VEIGA, Ricardo Teixeira. As dimensões múltiplas do comprometimento organizacional: um estudo na ECT/MG. **Revista de Administração Contemporânea**, v. 4, p. 133-157, 2000.

BASTOS, A. V. B., Maia, L. G., Rodrigues, A. C. A., Macambira, M. O. Borges -Andrade, J. E. **Vínculos dos indivíduos com a organização**: Análise da produção científica brasileira 2000-2010. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 30(2), 153-162, 2014.

BASTOS, A. V. B., Pinho, A. P. M., Aguiar, C. V. N., Menezes, I. G. **Comprometimento organizacional**: Aprimoramento e evidências de validade do modelo tridimensional de Meyer e Allen no contexto brasileiro. In: Zanelli, J. C., Silva, N., Tolfo, S. R. (Orgs.). *Processos psicossociais nas organizações e no trabalho*. São Paulo: Casa do Psicólogo, p. 145-160, 2011.

BASTOS, A.V.B.; BRANDÃO, M.G.; PINHO, A.P.M. Comprometimento organizacional: explorando este conceito entre servidores de instituições universitárias. In: ENANPAD, 20., Angra dos Reis, 1996. **Anais...** Rio de Janeiro: Anpad. p. 289-309, 1996.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República, [2023]. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Constituicao/Constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm).> Acesso em: 19 nov-2023.

CHIAVENATO, Idalberto. **Gestão de Pessoas: o novo papel dos recursos humanos nas organizações**. 3 ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2010 – 6ª reimpressão.

DANTAS, Ângelo Mário de Azevedo. **Cronologia da Polícia Militar do Rio Grande do Norte: 175 anos de história—1834 a 2009**. Natal: **Edição do Autor**, v. 1, 2010.

FERREIRA, Leonardo Rodrigues; ALVES, Marcelo Pereira. Fatores motivacionais que influenciam no desempenho do trabalho exercido pelos policiais militares da 1ºCPM do 8º Batalhão de Polícia - Salgueiro/PE. **Revista hum@nae**, v. 12, n. 2, 2018.

FERREIRA, Patricia Itala Ferreira, **Clima organizacional e qualidade de vida no trabalho**, Rio de Janeiro: GEN, 2017. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/978-85-216-2383-0/pageid/0>. Acessado em: 11 out 2023.

LIZOTE, S. A.; VERDINELLI, M. A. NASCIMENTO, S. Relação do comprometimento organizacional e da satisfação no trabalho de funcionários públicos municipais. **Revista de Administração Pública**, v. 51, n. 6, p. 947-967, 2017.

NASCIMENTO, T. G. **Desempenho Profissional: relações com valores, práticas e identidade no serviço policial.** Tese de Doutorado, Universidade de Brasília, Brasília, 2014. Recuperado de <http://repositorio.unb.br/handle/10482/178>. 08 nov 2023.

ORGAN, D. W.; PAINE, J. B. A new kind of performance for industrial and organizational psychology: Recent contributions to the study of organizational citizenship behavior. **International Review of Industrial and Organizational Psychology**, v. 14, p. 337-368, 2000.

Polícia Militar do Estado do Rio Grande do Norte: Polícia Militar - RN. *In: Polícia Militar do Estado do Rio Grande do Norte: Polícia Militar-RN.* 10186 KB. Natal-RN: PM/ASSECOM, 27 set 2023. Disponível em:<http://www.pm.rn.gov.br/Conteudo.asp?TRAN=ITEM&TARG=2400&ACT=null&PAGE=0&PARM=null&LBL=Hist%C3%B3ria>. Acesso em: 27 set 2023.

RAMOS, Diego Aron Macedo. **Resiliência como fator de influência no clima organizacional da Polícia Militar de Pernambuco.** Trabalho de Conclusão de Curso, 2023.

RODRIGUES, Ana Paula Grillo *et al.* A EXIGÊNCIA DO NÍVEL SUPERIOR COMO INFLUÊNCIA NO DESENVOLVIMENTO DO VÍNCULO DE COMPROMETIMENTO ORGANIZACIONAL: Um estudo na Polícia Militar de Santa Catarina.. **XXIII SEMEAD Seminários em Administração**, Florianópolis-SC, p. 1-16, nov 2020.

SAMPIERI, R. H.; COLLADO, C. F.; LUCIO, M. del P B. **Metodologia de Pesquisa.** 5. ed. Porto Alegre: Penso, 2013.

SANTOS, Daiane Nunes dos; ARAÚJO, Marley Rosana Melo de; MARQUES, Erika Cavalcanti. Influência da socialização organizacional sobre o comprometimento organizacional: um estudo de caso na Polícia Militar de Sergipe. **Administração Pública e Gestão Social**, v. 12, n. 4, 2020.

SILVA, João Batista da. **Formação policial-militar: diagnósticos e perspectiva.** Natal, Manimbu, 2017.

SILVA, João Batista da. **Polícia Militar do Rio Grande do Norte: fatos históricos e desafios contemporâneos.** Natal, SESC, 2024.

SIQUEIRA, M. M. M., & Gomide Júnior, S. **Vínculos do indivíduo com o trabalho e com a organização.** Em J. C. Zanelli, J. E. Borges Andrade, & A. V. B. Bastos (Orgs.). *Psicologia, Organizações e Trabalho no Brasil.* (pp. 300-330) Porto Alegre: Artmed, 2004.

SIQUEIRA, Mirlene Maria Matias. **Medidas do comportamento organizacional: Ferramentas de diagnóstico e de gestão / Mirlene Maria Matias Siqueira (org.).** – Porto Alegre: Artmed, 2008.

SOUZA, Flávio Umberto da Silva. **Comprometimento organizacional: o caso policiais militares do 5º Distrito de Polícia Rodoviária Estadual do Comando de Polícia Rodoviária Estadual-5º DPRE/CPRE/PM RN.** Trabalho de Conclusão de Curso. Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 2021.

UNGARI, Diego Fernandes. A influência dos elementos da cultura organizacional no desenvolvimento dos vínculos organizacionais: Estudo de caso na polícia militar de Santa Catarina. **A influência dos elementos da cultura organizacional no desenvolvimento dos vínculos organizacionais:** Estudo de caso na polícia militar de Santa Catarina, Florianópolis, Sc, P. 1-143, 4 Jul 2019.

VERGARA, Sylvia Constant. **Projetos e relatórios de pesquisa em administração.** 8. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

WAGNER, John A; HOLLENBK, John R.. **Comportamento Organizacional: criando vantagens competitivas.** 2 ed. São Paulo: Saraiva, 2009.

## DINÂMICA URBANA E VIOLÊNCIA LETAL: ANÁLISE ESPACIAL DOS HOMICÍDIOS EM MANAUS

*Fabrcio de Almeida Neves<sup>13</sup>*

*Arnaldo Costa Gama<sup>14</sup>*

**RESUMO:** O presente trabalho tem como objetivo geral analisar a dinâmica territorial da mortalidade por homicídios dolosos em Manaus no período de 2018 a 2020, visando subsidiar o planejamento de políticas públicas de segurança e estudos sobre as desigualdades sociais e urbanas. Como objetivos específicos, busca-se: (1) mapear a distribuição espacial dos homicídios na cidade, identificando padrões territoriais e áreas de concentração dos casos; (2) avaliar a relação entre a dinâmica urbana e os fatores de risco associados à violência letal, com base em dados secundários e indicadores socioeconômicos; e (3) identificar o perfil das vítimas de homicídio doloso no município, considerando variáveis como sexo, idade, raça/cor e local de ocorrência. Pesquisa exploratória-descritiva com análise quanti-qualitativa de Boletins de Ocorrência (2018-2020) da SSP-AM, dados do IBGE e bases territoriais, utilizando QGIS para georreferenciamento e análise espacial de homicídios, complementada por revisão bibliográfica sobre violência e segregação urbana. A pesquisa pretende, assim, oferecer subsídios para a compreensão da violência urbana em Manaus, contribuindo para a formulação de estratégias que promovam maior equidade socioespacial e segurança pública na capital amazonense.

**Palavras-chave:** Urbanização, Conflitos urbanos, Violência, Manaus.

## URBAN DYNAMICS AND LETHAL VIOLENCE: SPATIAL ANALYSIS OF HOMICIDES IN MANAUS

**ABSTRACT:** The general objective of this study is to analyze the territorial dynamics of the intentional homicide mortality in Manaus from 2018 to 2020, in order to support the planning of public security policies and studies on social and urban inequalities. The specific objectives are: (1) to map the spatial distribution of homicides in the city, identifying territorial patterns and areas where cases are concentrated; (2) to assess the relationship between urban dynamics and risk factors associated with lethal violence, based on secondary data and socioeconomic indicators; and (3) to identify the profile of victims of intentional homicide in the municipality, considering variables such as gender, age, race/color and place of occurrence. This is an exploratory-descriptive study with a quantitative-qualitative analysis of police reports (2018-2020) from SSP-AM, IBGE data and territorial bases, using QGIS for georeferencing and spatial analysis of homicides, complemented by a literature review on violence and urban segregation. The research thus aims to provide input for understanding urban violence in Manaus, contributing to the formulation of strategies that promote greater socio-spatial equity and public safety in the Amazonian capital.

**KEYWORDS:** Urbanization, Urban Conflicts, Violence, Manaus.

---

13 Esp. em Gestão Pública Aplicada à Segurança (UEA); Atual em área de gestão estratégica em Segurança Pública, é Capitão da Polícia Militar do Estado do Amazonas, E-mail: [fabricao\\_almeida21@hotmail.com](mailto:fabricao_almeida21@hotmail.com)

14 Dr em Estudos Urbanos e Regionais (UFRN), Mestre em Segurança Pública, Cidadania e Direitos Humanos (UEA), Especialista em Segurança Pública e do Cidadão (UEA); Atua na área Dinâmica Regional, Planejamento Urbano, Crime e Cidades, Gestão da Segurança Pública, é 1º Tenente da Policial Militar do Estado do Amazonas, <https://orcid.org/0000-0002-6500-9538>, <https://lattes.cnpq.br/3877335159680816>, E-mail: [arnaldo.gama@gmail.com](mailto:arnaldo.gama@gmail.com).

## 1 Introdução

O século XX foi marcado pela urbanização no mundo, em que a maioria das pessoas estão habitando as grandes metrópoles. Neste sentido, a cidade tem o papel fundamental na história das sociedades (Maricato, 2011). Até meados do século XX as cidades eram pequenas, distantes uma das outras e seus moradores, camponeses. Com o advento da industrialização - inclusive a tardia - as pessoas que antes moravam no campo passaram a morar nas cidades, dando início ao processo da urbanização o que gerou novas dinâmicas sociais, entre elas, os conflitos urbanos, com destaque para a violência urbana.

O Brasil passou por vários períodos de violência ao longo de sua história (Costa, 1999). Durante o regime militar (1964-1985), o Estado brasileiro promoveu violência política, perseguindo e torturando os insurgentes e opositores políticos. Esse período foi marcado por uma forte repressão e censura, além de uma série de violações dos direitos humanos. Nos anos 80 e 90, o Brasil passou por um período de intensificação da violência urbana, especialmente nas grandes cidades (Beato, 2012). Esse período foi marcado por um aumento no número de homicídios, assaltos e outros crimes violentos, que geraram um sentimento de medo e insegurança na população.

A falta de políticas públicas efetivas para combater a violência, a desigualdade social, a pobreza, o desemprego, a falta de acesso à educação e à saúde foram alguns dos fatores que contribuíram para o aumento da violência nas cidades brasileiras (Zaluar, 1996). Nos últimos anos, o Brasil tem enfrentado um novo período de violência, marcado pelo aumento da violência policial, dos conflitos agrários e ambientais, da violência contra a população LGBT, negra e indígena.

Além disso, o país tem enfrentado uma crise na segurança pública, com poucos recursos financeiros e de pessoal, aumento do número de violência, como de homicídios e outros crimes violentos em várias regiões do país (Cerqueira *et al*,

2021). É importante destacar que a violência no Brasil não é um fenômeno isolado, mas está relacionada a questões estruturais como a desigualdade social, a falta de acesso a direitos básicos e a corrupção (Beato, 2012).

O estilo de vida presente no urbano está envolto nessas relações entre o homem e a sociedade perpassando pela cidade. Nos apontamentos de Carlos (2007) a cidade é uma construção humana, uma produção social constituída por diversos acontecimentos, entre eles, o trabalho enquanto forma de ocupação e outras circunstâncias. Assim, a cidade apresenta lugares estratificados para determinada ação, de produção, consumo, habitação ou vivência, e isso tem a ver com a (re) produção do espaço, como afirma a autora:

O ser humano necessita viver, ocupar um determinado lugar no espaço. Só que o ato em si, não é meramente ocupar uma parcela do espaço, tal ato envolve o de produzir o lugar [...] ao produzirem seus meios de existência, os homens produzem indiretamente a sua própria vida material [...] a vida material do indivíduo relações para além da pura reprodução física; constitui um modo de vida determinado (Carlos, 2007. p.45).

Essa (re) produção do espaço é vivido no cotidiano das pessoas que habitam as cidades como forma de ocupação de determinado lugar e que se utilizam desses em momentos determinados. A cidade se torna singular, concentra a produção de forma geral, de grande circulação, de mercados e atividades diversas: todo o processo é concentrado na cidade, daí uma das justificativas para a urbanização nas polis.

O urbano aparece hoje nas ciências humanas e sociais como ponto de partida para se estudar os acontecimentos diversos da sociedade humana. Por isso o fenômeno urbano é universal, nas palavras de Lefebvre (1999), “uma realidade global”. Assim a urbanização nasce no contexto da industrialização, mas não a considera como sendo o subproduto daquela. O urbano é um lugar de enfrentamentos e

confrontos, uma singularidade de contradições, afirma Martins (1999).

O processo de urbanização, na teoria de John Palen (1975), deve ser entendido como um processo social e espacial que modifica a vida das pessoas em determinado espaço. Palen afirma que as regiões rurais podem se transformar em urbanas. O conjunto dessas histórias é que nos dá a teoria da urbanização: "é um processo em transformação. No Brasil, o processo da urbanização acompanhou a industrialização que ocorreu nas principais capitais. Entre as regiões, a Sudeste se destacou e em poucos anos foi se espalhando para outras regiões, afirmando a característica do capitalismo que emergiu na segunda metade do século XX.

Com a emergência do processo da industrialização e urbanização houve avanços significativos em algumas cidades, como São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, entre outras. A população passa a habitar essas cidades a procura de condições de vida melhor, mas esses centros urbanos também apresentam grandes contradições no meio urbano, o que tem afetado a vida dessas pessoas que habitam esses espaços sociais, como é o caso da violência no município de Manaus. O que direciona para o questionamento: os crimes de homicídios dolosos têm impactado a dinâmica territorial na cidade de Manaus? Para este estudo foram buscadas informações no banco de dados do Sistema Nacional de Informações de Segurança Pública (Sinesp) da Secretaria de Segurança Pública do Amazonas (SSP), com destaque para os homicídios dolosos no município de Manaus, no período de 2018 a 2020, descritos por zona administrativas, bairros e Distritos Integrados de Polícia na capital.

Neste sentido, o presente trabalho tem o objetivo de analisar a dinâmica territorial da mortalidade por homicídios dolosos na capital do Amazonas, no período de 2018 a 2020, com o intuito de subsidiar o planejamento de políticas públicas de segurança e contribuir para a mitigação de desigualdades sociais e urbanas. Assim, mapear a distribuição espacial dos homicídios na cidade,

evidenciando padrões territoriais e possíveis áreas de concentração dos casos; avaliar a relação entre a dinâmica urbana e os fatores de risco à violência letal, com base em dados secundários e indicadores socioeconômicos, bem como, identificar o perfil das vítimas de homicídio doloso no município de Manaus, considerando variáveis como sexo, idade, raça/cor e local de ocorrência.

## 2 Dinâmica Urbana e Criminalidade

A dinâmica urbana contemporânea no Brasil é marcada por profundas desigualdades socioespaciais, que influenciam diretamente os índices de violência e criminalidade, especialmente no que diz respeito aos homicídios dolosos intencionais (Cerqueira *et al.*, 2023). Enquanto o país apresenta taxas altas de assassinatos, a região Norte destaca-se como uma das mais violentas, refletindo problemas estruturais como exclusão social, precariedade institucional e expansão urbana desordenada (FBSP, 2023).

Segundo Souza (2008), a segregação espacial nas cidades brasileiras cria "guetos" em que a ausência do Estado e a concentração de pobreza favorecem a emergência de economias ilegais e o domínio de facções criminosas. Essa lógica é evidente em capitais como Manaus e Belém, onde o crescimento urbano acelerado, sem planejamento adequado, resultou em periferias marcadas por infraestrutura precária e altos índices de homicídios. Para Zaluar (2004), a violência urbana não é um fenômeno isolado, mas sim um produto histórico da combinação entre desigualdade, falência das políticas públicas e cultura da violência masculina, que se manifesta em taxas elevadas de mortes entre jovens negros e pobres.

Os dados do Atlas da Violência (2023) revelam que a região Norte possui uma taxa de homicídios superior à média nacional, com estados como Pará e Amapá figurando entre os mais perigosos. Waiselfisz (2015) argumenta que essa realidade está associada à combinação entre urbanização precária, presença do crime organizado e baixa efetividade das instituições de segurança

pública. Além disso, a expansão de rotas do tráfico de drogas e a disputa por territórios entre facções exacerbam a violência, principalmente em áreas periféricas. Caldeira (2000) complementa essa perspectiva ao destacar que o "medo do crime" transforma a dinâmica urbana, levando ao isolamento das elites em condomínios fechados e ao abandono dos espaços públicos, o que, por sua vez, fragiliza o controle social e facilita a ação de grupos criminosos.

Outro fator relevante é a influência da economia ilegal na dinâmica urbana da Região Norte. Alba Zaluar (2012) ressalta que cidades localizadas em rotas de narcotráfico ou com atividades de garimpo ilegal, como Altamira (PA), apresentam índices de homicídios acima da média devido aos conflitos por controle desses mercados. Diante desse cenário, a redução da violência exige a ocupação qualificada dos territórios periféricos, com acesso à educação, emprego e serviços básicos, rompendo o ciclo de exclusão que alimenta a criminalidade (FBSB, 2023).

## 2.1 Processo de urbanização no Brasil contemporâneo

O crescimento das cidades e a urbanização foi um impactou significativamente a vida das pessoas nos tempos modernos. A cidade não é apenas um local de moradia, de trabalho do homem moderno, mais como centro indicador e controlador da vida econômica, social, política e cultural que ainda continua atraindo pessoas, dos lugares mais remotos da terra, para ambientes que interligam diversos povos e atividades em um enorme universo (Wirth, 1967).

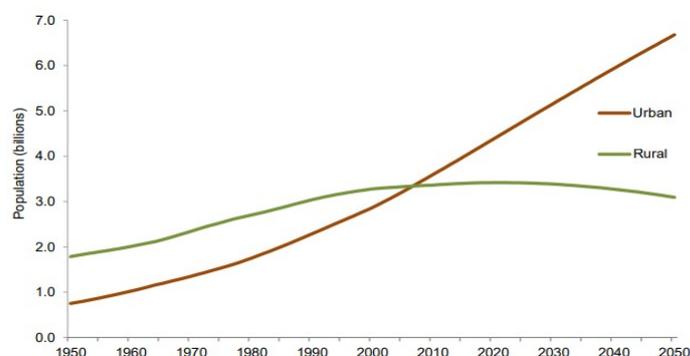
São nas transformações urbanas, que nascem as discontinuidades, que surgem os processos globais (industrialização/urbanização) dando lugar aos subúrbios, conjuntos residenciais, complexos industriais, aglomerados satélites tornando as cidades médias e pequenas dependentes da cidade grande. A urbanização chegou a todas as cidades com maior fluidez, passando a se interligarem nas redes e nos fluxos, e o mundo

passou a ser habitado na sua maioria nos espaços sociais da cidade (Lefebvre, 1999).

Alguns autores afirmam que o século XXI será o da transformação da urbanização no mundo (Ferreira, 2019; Lemos, 1994). O processo de urbanização não deve ser entendido como uma simples mudança territorial do campo para cidade, com maior concentração nas cidades grandes e médias. Esse processo é responsável por grandes transformações, como explica Lemos (1994):

Novas relações de produção são criadas, distribuição e consumo, tanto nas atividades agrárias como nas atividades industriais. Restam destes processos mudanças geradas num maior desenvolvimento das classes sociais em conflito, acentuando nas contradições e grandes efeitos a nível de formação territorial (Lemos, 1994. p.80). Dados do relatório das Nações Unidas, World Urbanization Prospects (WUP, 2014) a população no mundo poderá ter um crescimento a 66% até 2050, com destaque para as áreas urbanas.

**Gráfico 1:** Estimativa da População urbana e rural no mundo 1950 - 2050.



**Fonte:** World Urbanization Prospects - Departamento das Nações Unidas para Assuntos Econômicos e Sociais (DESA, 2018).

O aumento das populações urbanas a partir de 1970, contribuiu para o surgimento das megacidades no mundo, como foi o caso da Cidade do México, Buenos Aires e Pequim. Foi no século XXI a partir dos anos 2000 a 2010 que a urbanização se efetivou. Os principais continentes com maiores aglomerações de pessoas morando nas cidades serão a Ásia e África, provavelmente, afirma o relatório da ONU, sendo o crescimento da população ao redor

do mundo atingirá cerca de 2,5 bilhões de pessoas habitando as cidades, ocasionando maiores conflitos sociais, ambientais, econômicos, entre outros (WUP, 2014).

No Brasil, foi a partir de 1930, que as transformações urbanas começaram a ganhar corpo com as iniciativas políticas do governo para o

crescimento industrial. As indústrias se concentravam na capital paulista e aos poucos se transformou em uma capital mundial, detentora da modernidade, dos pólos fabris, se tornando centro das diversas atividades, atraindo grande número de pessoas de todo o país

**Tabela 1:** Evolução da População Rural e Urbana Brasileira, no período de 1950 a 2010.

Ano	Pop. Urbana	Pop. Rural	Taxa Geométrica de Crescimento da População Urbana por ano (%)	Taxa Geométrica de Crescimento da População Rural por ano (%)	Pop. Urbana (%)	Pop. Rural (%)
1950	18.782.891	33.161.506	-	-	36,2	63,8
1960	32.004.817	38.987.526	5,5	1,6	45,1	54,9
1970	52.904.744	41.603.839	5,2	0,7	56	44
1980	82.013.375	39.137.198	4,5	-0,6	67,7	32,3
1991	110.875.826	36.041.633	2,8	-0,8	75,5	24,5
1996	123.076.831	33.993.332	2,1	-1,1	78,4	21,6
2000	137.953.959	31.845.211	2,9	-1,6	81,3	18,8
2010	160.925.804	29.829.995	1,6	-0,7	84,4	15,6

**Fonte:** IBGE, Censo Demográfico (1960, 1970, 1980, 1991, 2000 e 2010).

Segundo dados do IBGE (2010) foi a partir de 1950 que a população brasileira passou de predominantemente rural à majoritariamente urbana em menos de 40 anos, como aponta o censo 2010. Em 1950 a população urbana alcançou 36%, em 1980 chegou a 70% da população do país (Tabela 1). Em 50 anos de estudo (1960 a 2010) o Brasil urbano cresceu 402%, passando de 32 milhões para 160 milhões de pessoas.

## 2.2 Evolução demográfica com o censo 2022

O Censo demográfico 2022 revela que o país atingiu a marca de 203,1 milhões de habitantes, um aumento de 6,5% em relação ao censo demográfico anterior, realizado em 2010. Esse crescimento populacional tem impactos significativos em diversos aspectos da sociedade brasileira. A taxa de crescimento anual da população do país foi de 0,52%, a menor desde o primeiro censo realizado em 1872. Esse dado pode ser explicado por diversos fatores como a queda da taxa de fecundidade, o envelhecimento da população e a migração interna e internacional.

A região Sudeste é a mais populosa do país, com 84,8 milhões de habitantes, o que representa

41,8% da população brasileira. Os estados de São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro concentram quase 40% da população do país. Já a região Centro-Oeste é a menos populosa, com 16,3 milhões de habitantes.

Dos 20 municípios mais populosos do país, 17 são capitais e concentram 22% da população total. Os outros três municípios que aparecem no ranking são Guarulhos e Campinas, no Estado de São Paulo, e São Gonçalo, no Estado do Rio de Janeiro. A cidade de São Paulo/SP lidera o ranking com 11,5 milhões de habitantes, seguida pelo Rio de Janeiro, com 6,2 milhões e Brasília com 2,8 milhões. O município de Manaus aparece em sétimo no ranking, com 2.063.547, cresceu 14,51% em mais de 10 anos. Por sua vez, a população total do Estado do Amazonas em 2022 é de 3.941.175, com aumento de 475.190 pessoas, ou seja, 13,12% da população total do estado, de 2010 a 2022.

Essa concentração populacional na capital do Amazonas pode ter impactado na dinâmica da violência? Pode ter impactos significativos em diversos aspectos na sociedade brasileira, como a demanda por serviços públicos, a pressão sobre os recursos naturais e a dinâmica do mercado de

trabalho. Além disso, essa distribuição disforme da população pode agravar problemas como desigualdade social, pobreza e violência, assim corroborando para a violência em determinados espaços da cidade (Beato, 2012; FBSP, 2023; Zaluar, 2012).

### 2.3 Conceituando a violência urbana

O fenômeno da violência ultrapassou fronteiras e faz parte de nossa história e deve ser entendida como parte das relações sociais existentes nas sociedades. Na *modernidade tardia*<sup>15</sup>, os conflitos no meio urbano, principalmente das grandes cidades, vêm se tornando cenário de manifestações violentas, acirrando-se os confrontos (Adorno, 2002). A nostalgia da vida bucólica e tranquila, que antes existiam nas cidades, deu lugar a ambientes degradados, violentos e sem nenhuma segurança.

Os estudos para tentar explicar o fenômeno da violência urbana deixou de ser meramente jurídico e voltou-se para questões sociológicas, geográficas, econômicas, demográficas e etc, em que as interpretações são voltadas para as inter-relações da vivência em sociedade com o meio ambiente (Santos, 2010). Entende-se o fenômeno da violência citadina como complexo, ocorrido principalmente na urbe, ceifando vidas de homens e mulheres em plena força de trabalho, diante de homicídios.

Neste sentido, compreende-se o conceito de violência, segundo observado no Relatório Mundial sobre a Violência e Saúde das Nações Unidas de 2015, como sendo o uso intencional da força física ou do poder real ou em ameaça, contra si próprio, contra outra pessoa, contra um grupo ou uma comunidade, que resulte ou tenha qualquer possibilidade de resultar em lesão, morte, dano psicológico, deficiência de desenvolvimento ou privação (OMS, 2015).

Nos apontamentos de Pereira (1975. p. 26) a violência em si “é o ato contrário à razão, à justiça, ato veementemente, resultante do emprego da força para a solução de qualquer conflito humano, seja individual, seja coletivo”. Tanto Pereira quanto a OMS consideram o fenômeno de conceituação complexa, polissêmica e controversa, neste sentido a violência está voltada para questões mais amplas de saúde como acidentes de trânsito e de morbidade. No mesmo sentido, “A violência consiste em ações humanas individuais, de grupos, de classes, de nações que ocasionam a morte de seres humanos ou afetam sua integridade e sua saúde física, moral, mental ou espiritual” (Minayo, Souza, 1998. p.514).

É um conceito difuso que abrange diversas questões sociais mundiais em que os meios de comunicação versam sobre os acontecimentos para disseminação das informações que aguçam os olhares via televisão e nas mídias sociais. Não há uma definição consensual sobre o conceito, assim Minayo e Souza (1998) apontam dois caminhos para o entendimento: a) a violência resulta de necessidades biológicas, psicológicas e sociais, buscando fundamentos na etologia e na sociobiologia, relacionando-as à natureza; b) a violência é um fenômeno de causalidade apenas social, ocorrida pela perda da ordem, ou pela vingança dos oprimidos, ou ainda pela falta do Estado.

É nessa tessitura que se fundamenta a violência urbana. A violência urbana está presente principalmente nos aglomerados suburbanos, nas periferias, em locais que a “mão” do Estado não chega. Essa violência urbana aparenta estar nos processos da fragmentação social, desagregação dos princípios organizadores da solidariedade, a crise da concepção tradicional dos direitos sociais em oferecer um quadro para pensar os excluídos, afirma Hobsbawm (2000).

15 Anthony Giddens (1991) conceitua a modernidade tardia como uma fase posterior da sociedade moderna, caracterizada por mudanças nas relações sociais, na individualização, na globalização e na reflexividade, que trazem desafios e oportunidades únicas. Suas ideias

forneceram uma perspectiva para entender as transformações sociais e culturais das últimas décadas. Ver Giddens, A. *As Consequências da Modernidade*. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1991.

Estamos diante de processos de massificação paralelos a processos de individualismo exacerbado e de solidão narcisista. Rompe-se a consciência coletiva da integração social, há um declínio dos valores coletivos e com o crescimento de uma sociedade extremamente individualista (Hobsbawm, 2000. p. 136).

A violência que assola o território urbano está na compreensão do impacto da globalização econômica e no modo de produção destas, o que impõem romper a coesão social, forçando essa população à pobreza e na violência que se espalha, não só pelos territórios urbanos, como em municípios próximos a metrópole.

Descrever sobre a violência urbana é compreender a tática dos pobres exasperados pela espera, as estratégias permeadas por objetivos incertos e motivações obscuras; é conhecer o método que empregam para alimentar-se, quando suas mesas estão vazias e não lhes é mais oferecida a oportunidade de se proletarizar. Descrever sobre a violência urbana é tentar falar de lutas anônimas. Quando as armas de sobrevivência substituíram a pá, a foice e o martelo, passamos a falar de guerras ocultas que deixam transparecer apenas a violência urbana (Pedrazzini, 2006, p. 14).

Pedrazzini direciona para conflitos aparentes no cotidiano urbano e tem se intensificado com o advento das facções criminosas, dos conflitos sociais urbanos que se afluem, na força bruta e letal, como no fenômeno dos homicídios. Corroborando com a multiplicidade de eventos no meio urbano, Misse (2006) afirma que a violência urbana decorre com maior visibilidade nos aglomerados das metrópoles.

[...] que parecem vinculados ao modo de vida das grandes metrópoles na modernidade tardia. Esses eventos podem reunir na mesma denominação geral, motivações e características muito distintas, desde vandalismos, desordens públicas, motins e saques até ações criminosas individuais de

diferentes tipos, inclusive as não intencionais como as provocadas por negligência ou consumo excessivo de álcool ou outras drogas (Misse, 2006. p. 11-12).

O que se tem observado nesses acontecimentos violentos letais nas cidades são eventos ligados à complexidade de estilo de vida e outros existentes nos aglomerados urbanos metropolitanos, como apresentado por Misse. No entanto, Beato (2002) traz o conceito de violência urbana como uma teoria macrossocial, voltados para os fatores de risco que apontam para o recrudescimento de vertentes da violência urbana “o interesse recai sobre os fatores de riscos que predispoem ao crime, tais como a concentração da pobreza, as estruturas de oportunidades à disposição de populações excluídas, o declínio do capital social ou a socialização de gênero” (Beato, 2012, p. 28).

Nesse sentido, a violência urbana na sociedade brasileira está ligada a conflitos emergentemente globais, vinculados às questões econômicas, desarmonia social, a falta das instituições sociais concretas (família, o direito, sistema educacional, drogas e armas, etc). É preciso entender o processo histórico-cultural-econômico global que molda as sociedades nos espaços sociais urbanos do mundo contemporâneo para buscar entender a complexidade do fenômeno.

#### **2.4. A complexidade da violência urbana no Brasil**

A violência é um problema grave no Brasil, afetando diversas comunidades e grupos minoritários (Cerqueira *et al*, 2021)<sup>16</sup>. A violência envolve causas complexas e multifacetadas, podendo incluir fatores sociais, econômicos, culturais e políticos. Entre as principais causas da violência no Brasil estão a desigualdade social e econômica, a falta de acesso a serviços básicos de saúde, educação e segurança, a discriminação racial e de gênero, a falta de oportunidades de emprego e

16 Os dados podem ser acessados no endereço eletrônico: <https://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/publicacoes/213/atlas-2021-em-infograficos>

renda, a corrupção, a impunidade, o tráfico de drogas e armas, entre outros. Além disso, a violência, como nos casos de homicídios dolosos, pode ser alimentada por conflitos entre grupos rivais, disputas territoriais, vinganças pessoais, entre outros fatores.

Cerqueira et al (2021) ressalta que a violência pode levar a uma deterioração dos dados da saúde, este em que mais de 70% dos assassinatos são cometidos com armas de fogo. Os relatórios oficiais e de organizações não governamentais diagnosticam que a maioria das vítimas de homicídio no país são negras, com uma chance 2,6 vezes maior de ser assassinado em comparação com um não

incluindo um aumento no número de mortes violentas e uma diminuição na expectativa de vida, que pode sobrecarregar o sistema de saúde, tornando mais difícil para as pessoas receberem o tratamento adequado.

Os questionamentos do autor vão ao encontro das taxas de homicídios no Brasil, contexto negro. Entre 2009 e 2019, mais de 333.000 adolescentes e jovens foram assassinados no país, impactando particularmente os jovens, que muitas vezes são vítimas de homicídios e outras formas de violência.

**Tabela 2:** Brasil - Taxa de homicídios dolosos por Estados da Região Norte (2009 a 2019)

Estados da Região Norte	Taxa de Homicídio por 100 mil Habitantes											Variação %		
	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2009 a 2019	2018 a 2019	2014 a 2019
Brasil	27,2	27,8	27,4	29,4	28,6	29,8	28,9	30,3	31,6	27,8	21,7	-20,3%	-22,1%	-27,4%
Acre	22,1	22,5	22,0	27,4	30,1	29,4	27,0	44,4	62,2	47,1	36,9	66,5%	-21,7%	25,5%
Amapá	30,3	38,8	30,5	36,2	30,6	34,1	38,2	48,7	48,0	51,4	42,7	40,8%	-16,9%	25,2%
Amazonas	27,0	31,1	36,5	37,4	31,3	32,0	37,4	36,3	41,2	37,8	38,4	42,3%	1,6%	20,0%
Pará	40,2	46,4	40,0	41,4	42,7	42,7	45,0	50,8	54,7	53,2	39,6	-1,6%	-25,6%	-7,3%
Rondônia	35,8	34,9	28,5	33,1	27,9	33,1	33,9	39,3	30,7	27,1	25,2	-29,7%	-7,1%	-23,9%
Roraima	28,0	26,9	20,6	30,7	43,8	31,8	40,1	39,7	47,5	71,8	38,6	38,0%	-46,2%	21,5%
Tocantins	22,4	23,6	25,8	26,7	23,6	25,5	33,2	37,6	35,9	36,7	29,0	29,6%	-20,9%	13,9%

Fonte: Cerqueira *et al*, (2021).

Essa “geração” pode ter dificuldades para se integrar na sociedade e alcançar seu potencial máximo. As taxas de homicídio são muito mais altas entre a população negra do que entre a população branca, e a violência policial, muitas vezes, afeta de forma desproporcional as comunidades negras. Outra preocupação é a violência contra mulheres, com mais de 50.000 assassinatos de mulheres entre 2009 e 2019, segundo Cerqueira *et al*, (2021). As mulheres negras são particularmente mais vulneráveis, com uma taxa de homicídio 2,6 vezes maior do que as mulheres não negras.

A violência armada é latente nas cidades, como afirma o Atlas da Violência 2021. Foram 439.000 assassinatos com armas de fogo entre 2009 e 2019. Isso equivale a uma média de 109 assassinatos por dia. A violência armada afeta de forma desproporcional as comunidades mais vulneráveis, incluindo as comunidades negras e indígenas.

Nessa perspectiva a criminalidade nos aglomerados urbanos passou a ser uma agenda para

a segurança cidadã. Não só a paisagem urbana foi modificada, mas os hábitos na vida cidadina. Com o passar dos anos, as pessoas passaram a ser reclusas do ambiente residencial, ajustando seus horários de saída para o trabalho, criando muros altos, cercas elétricas, ou mesmo, mudando-se para as cidades verticais com objetivo de fugir dos acontecimentos violentos que ora se apresenta no contexto metropolitano.

### 3 Metodologia

Esta pesquisa adota uma abordagem exploratória-descritiva com análise quantitativa. A coleta de dados foi realizada a partir de fontes primárias (Boletins de Ocorrência de homicídios dolosos de 2018 a 2020 da Secretaria de Segurança Pública do Amazonas - SSP-AM) e secundárias (Censo Demográfico do IBGE de 2000, 2010 e 2022 para variáveis populacionais). São utilizadas ainda as bases territoriais do programa Ronda no Bairro, que inclui 30 Distritos Integrados de Polícia (DIPs) e 30 Companhias Interativas

Comunitárias (CICOMs), distribuídas em 63 bairros de Manaus.

O processamento e análise espacial são conduzidos por meio do software QGIS 3.42.2 "Münster", permitindo o georreferenciamento de registros de homicídio, a criação de mapas temáticos (densidade e hotspots) e a sobreposição nas divisões territoriais administrativas.

O referencial teórico ancora-se na revisão de artigos, livros dispostos nas plataformas Lattes/CNPq, SciELO e Google Acadêmico, fundamentada em autores como Santos (Geografia da Violência, 2008), Caldeira (Segregação Urbana, 2000) e Zaluar (Teorias sobre Criminalidade, 2004).

O tratamento estatístico inclui análise descritiva (frequências e médias), correlações entre variáveis territoriais e taxas de homicídio, e construção de indicadores compostos de vulnerabilidade. A validação dos resultados foi realizada por meio da triangulação de métodos (quantitativo, qualitativo e espacial), comparação com estudos similares em outras capitais e consulta, o que permitiu não apenas mapear a distribuição espacial dos homicídios dolosos, como compreender suas relações com as dinâmicas urbanas e sociais de Manaus, fornecendo subsídios para políticas públicas baseadas em evidências territoriais.

#### **4 O Município de Manaus como Concentrador dos Homicídios no Estado do Amazonas**

O Amazonas possui o maior território do país com 1.559.161,682 km<sup>2</sup>. Sua população, de acordo com o censo do IBGE 2022, é de 3.941.175 habitantes, com crescimento de 13,12% entre os censos de 2010 a 2022 e tem uma densidade demográfica de 2,53 habitantes por km<sup>2</sup>, considerada baixa, com uma média de 3,64 moradores por residência, distribuídos nos seus 63 municípios.

Estudos de Freire (1991) apontam a migrações distintas de pessoas de outros estados para a Região Norte a partir de 1970 com o advento da Zona Franca de Manaus. O autor observa que a

ocupação da região vem de povos ocidentais, uma população autóctone que abandonou seus locais de moradias para escapar da escravidão. Mas foi a partir do final do século XIX e início do século XX que passou a receber inúmeros nordestinos vindos para o Estado em busca de trabalho nos campos da borracha, era conhecida como a Belle Époque Amazônica.

O surgimento das vilas ou cidades ao longo dos rios da Amazônia foi marcado, inicialmente, pelo fim da segunda guerra mundial, por conta da economia local com base no látex retirado da borracha (*hevea brasiliensis*). O fim da segunda guerra mundial causou consequências econômicas desastrosas para o Estado do Amazonas. Houve uma queda no produto no mercado internacional, conseqüentemente, na Amazônia e o mercado passou a comprar os produtos da Malásia. Posteriormente, ocorreu uma debandada de investimentos na Amazônia por conta da grande dificuldade em exportar o Látex da região. A falência dos seringais também se sentiu nos bancos, na redução do capital local, no abandono dos seringais, o que forçou os produtores ribeirinhos a se deslocarem para moradas nas calhas dos rios em pequenas cidades, assim povoando-os ao longo dos rios da região. Os pequenos municípios passaram a ser mais povoados, mas sem nenhuma infraestrutura e atividade econômica, e ficaram abandonados à própria sorte, nos vazios geográficos da região (Benchimol, 1999).

Com a criação da Zona Franca de Manaus a partir de 1970 houve um movimento intensificado do fluxo migratório à periferia-centro no Amazonas. Manaus passa a ser o centro da economia, das relações de consumo, referência em saúde e educação na região. Também, torna-se polo de bens de consumo duráveis importador para todo o país, atraindo gente de municípios do Amazonas e de outros Estados (Daou, 2004).

A Possibilidade de uma vida melhor na capital, forçou milhares de pessoas ao longo dos anos a se deslocarem para Manaus à procura de trabalho nas indústrias multinacionais que ora se

instalavam. Essa migração populacional ao longo dos anos influenciou questões sociais, econômicas e demográficas na cidade e na região, como observou Bentes (1983). O autor sinaliza nove requisitos que podem estar ligados a esse movimento: familiares, educacionais, econômicos e financeiros, trabalho, saúde, ambientais, pessoais, locais e a Zona Franca de Manaus, onde posteriormente se instalou o Polo Industrial de Manaus (PIM).

O município Manaus foi assim se afirmando como centro concentrador da economia regional globalizada, nó dissipador de fluxos diversos. A capital do Amazonas concentra boa parte da rede de saúde, transporte, bancária e etc, o que torna a cidade um importante indutor de concentração populacional.

#### 4.1 Transformações urbanas e a periferização da criminalidade em Manaus

A concentração populacional foi se aglomerando ao passar dos anos em Manaus e mais recentemente em municípios próximos. E isso, teve consequências sociais, econômicas e ambientais. Em 1964 Manaus tinha 34 bairros, em 2010 passou para 63, distinguindo as zonas Norte (34%) e Leste (31%). Por sua vez, o Produto Interno Bruto (PIB) do Estado do Amazonas, em 2022 foi de R\$149,67 bilhões. Nesse contexto, Manaus se consolida entre as primeiras cidades com maior PIB da região Norte, sendo que a participação no PIB nacional é de 1,2%, o que corresponde a R\$91,8 bilhões (FECOMÉRCIO, 2023). O PIB é a soma de todos os bens e serviços produzidos e serve para medir o desempenho da economia.

Manaus é protagonista por concentrar a maior fatia populacional do Estado do Amazonas, sendo (52%) em 2019. Segundo esse censo do IBGE, comportava 39% dos estabelecimentos de saúde, 20% dos estabelecimentos de ensino, 52% de estabelecimentos com outras finalidades, além de possuir instalado o PIM. Por essas razões que Manaus continua atraindo grande parte da população, produtos e serviços.

A migração que ora se aglomera na capital trouxe inúmeros conflitos urbanos. A população manauara se espria para novos bairros da zona Norte e Leste, acirrando as desigualdades sociais entre as classes. Novas periferias se apresentam como a Comunidade São Pedro, Cidade de Deus e Monte Horebe na zona Norte, trazendo consigo violência urbana, degradação ambiental, entre outros conflitos sociais urbanos que o ente federado não conseguiu conter por meio de iniciativas de gestão de políticas urbanas para este estrato da população (Nascimento, 2011; Oliveira, 2003).

A paisagem urbana e a dinâmica da vida em Manaus ganharam novos significados com a construção de edifícios em locais privilegiados, construções de condomínios luxuosos, construção de shopping centers, modificando o organismo urbano. Em meio a essas mudanças urbanas se observa o distanciamento econômico entre classes sociais. A miséria e a pobreza são mais evidentes. Os programas sociais governamentais não são suficientes para diminuir o abismo de renda e da pobreza nas periferias, criando verdadeiros bolsões de miséria nas periferias manauaras.

Manaus apresenta singularidades quando observado os crimes de homicídios. Gama (2018) ressalta que a dinâmica da violência, geralmente, está concentrada em três ou quatro bairros e quase sempre está relacionada aos crimes de tráfico de drogas e dos denominados *risk factors*, como álcool, drogas e armas de fogo. As taxas de homicídios nem sempre estiveram acima em comparação a outras capitais. Essa característica foi mudando ao longo dos anos na capital e no Estado do Amazonas.

Até meados de 2000 apresentava taxas inferiores à média nacional, mas ao longo da segunda metade dos anos 2000, apresentou uma escalada da violência homicida dolosa na capital, espriando-se para outros municípios em uma dinâmica que acompanha o processo de interiorização da violência para os municípios metropolitanos.

Esses dados são mais aparentes na capital, muito por conta da característica geográfica do Estado por fazer fronteira com os países maiores

produtores de coca no mundo (Peru e Colômbia). Este território gera conflito entre as principais facções do Brasil: o Primeiro Comando da Capital (PCC), Comando Vermelho (VC) e Família do Norte (FDN), e que tem reflexos no município (Gama, 2018; Nascimento, 2011; Oliveira, 2018).

Corroborando estudos de outros autores, Gama (2018) apresenta as taxas de homicídios na Região Metropolitana de Manaus e Município de forma comparada. O autor usa da padronização direta dos dados, tendo como padrão a população Brasil, com dados de mortalidade do Sistema de Informações sobre Mortalidade (SIM) do Ministério da Saúde (MS). O estudo aponta que, apesar da padronização dos dados, a capital Manaus ainda continua com a maior taxa de mortalidade na Região Norte no período de 1980 a 2014. O maior registro no período em Manaus foi em 2011, com 46,59 óbitos por 100 mil habitantes. Os dados quando não padronizados ficaram superestimados, ocasionando elevadas taxas na capital e na Região Metropolitana, muito por conta das diferenças das faixas etárias.

Em outro estudo, Cerqueira *et al* (2018) apontam para taxa de mortes violentas em 48,6 para cada 100.000 habitantes em Manaus<sup>17</sup>. A vulnerabilidade juvenil atinge 11% de pessoas de 15 a 24 anos que nem estudam e nem trabalham e são vulneráveis à pobreza, nesta mesma idade a taxa de desocupados é de 20,5%. Um olhar mais crítico quando observado o Centro da cidade ou pelos centros comerciais dos bairros da zona Leste e Norte percebe-se a quantidade de pessoas que estão em atividades informais que disputam espaços com lojistas e clientes em busca de renda (Cerqueira *et al*, 2018).

Em meados de 2011 uma política de redução da criminalidade foi implementada pelo governo Estadual com o programa “Ronda no Bairro”, que teve investimentos na ordem de mais 380 milhões somente na capital. O resultado foi imediato na

redução de roubos, furtos e homicídios, houve aumento do encarceramento como apresentou Nascimento *et al* (2017).

No período foram mais de 113 mil pessoas presas ao longo de 16 anos. Deste total, 73% foi registrado em Manaus, sendo que 27% nos demais municípios do Estado. Nesse período, segundo Nascimento *et al* (2017) a capital do Amazonas apresentou 83.520 prisões, das quais o sistema de segurança autuou 87% (72.715) das pessoas acusadas. Houve um incremento de 399,3% de pessoas presas no período, com destaque para 2011 a 2014, quando o programa da segurança pública, “Ronda no Bairro”, teve sua efetivação.

No entanto, foi a partir de 2015 que a criminalidade recrudescer não apenas na capital amazonense, mas em todo o estado. Nesse período, facções criminosas originárias do Sudeste brasileiro consolidaram sua atuação na região, estabelecendo alianças estratégicas com grupos locais, como a *Família do Norte*, e intensificando seus conflitos com o *Comando Vermelho*. Essa disputa territorial assumiu contornos particularmente letais, materializando-se em rebeliões carcerárias de extrema violência, decapitações e corpos mutilados abandonados em vias públicas e igarapés de Manaus - expressões máximas da barbárie que passou a caracterizar o crime organizado na região (Gama, 2018; Manso; Dias, 2018; Nascimento *et al.*, 2017).

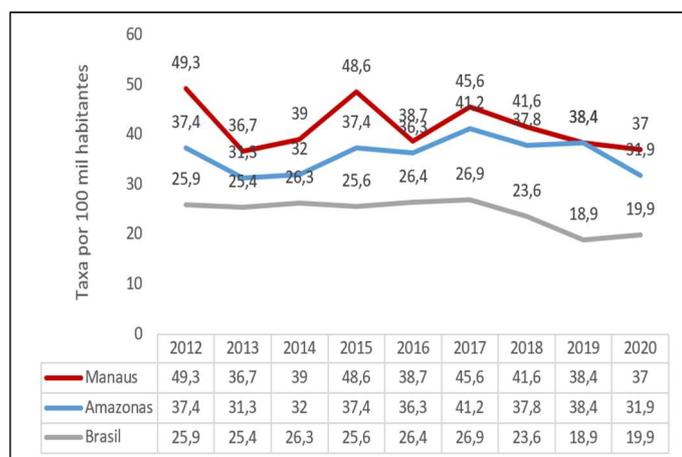
#### 4.2 Manaus como centro da violência extrema na região Norte

Quando analisados os dados sobre homicídios no município de Manaus no período de 2012 a 2020, nos Boletins de Ocorrências (BO), com informações do Sistema Integrado de Segurança Pública (SISP), os dados se mostraram alarmantes. Foram registradas 7.575 mortes com consequência de homicídios, com média de quase 842 mortes por ano e 70 por mês, quase 3 mortes por dia.

<sup>17</sup> As taxas de homicídios por 100.000 habitantes, neste caso, devem ser vistas com cautela, uma vez que esses dados estão

agregados às Mortes Violentas Com Causas Indeterminadas (MVCI). Os homicídios apresentam dados elevados, o que pode implicar na subestimação dos dados.

**Gráfico 2:** Manaus - números absolutos de homicídios, período de 2012 a 2020



Fonte: Sinesp, produção dos autores (2023).

O município de Manaus continua a registrar índices significativos de homicídios, em comparação com outros municípios do país e do próprio estado. Esses números apresentam oscilações, com momentos de aumento acentuado e posterior

declínio, porém permanecem elevados, ultrapassando as taxas tanto em nível nacional quanto estadual. Essas taxas refletem os diversos conflitos que ocorrem dentro do ambiente urbano, expondo os embates interpessoais e as disputas territoriais em alguns bairros de Manaus protagonizadas por facções criminosas. Muitas vezes, as vítimas possuem vínculos com atividades relacionadas ao tráfico de drogas (Gama, 2018; Nascimento et al, 2017).

Quando observados os registros desses assassinatos nos bairros de Manaus, concentram-se nos da periferia, tais como: Jorge Teixeira e São José Operário na zona Leste; Compensa e Tarumã na zona Oeste; Cidade de Deus, Novo Aleixo e Cidade Nova na zona Norte, e Centro da Cidade. O que chama atenção é que quase sempre os homicídios são cometidos em locais de margens de igarapés, becos, ruas de difícil acesso, e no caso da zona Leste, concentrado no bairro Jorge Teixeira.

**Tabela 3:** Manaus – Número de homicídios dolosos absolutos, Subsetores de atuação policial, período de 2018 a 2020

Área	DIP	SUBSETORES	2018		2019		2020		2018 a 2020	
			Abs	(%)	Abs	(%)	Abs	(%)	Abs	(%)
Norte	6° DIP	6.1 a 6.8	33	3,70	32	3,81	19	2,89	84	3,52
	13° DIP	13.1 a 13.5	38	<b>4,26</b>	32	3,81	33	<b>5,02</b>	103	<b>4,31</b>
	15° DIP	15.1 a 15.6	22	2,46	43	<b>5,13</b>	16	2,44	81	3,39
	18° DIP	18.1 a 18.8	26	2,91	34	<b>4,05</b>	29	<b>4,41</b>	89	3,73
	26° DIP	26.1 a 26.8	43	<b>4,82</b>	52	<b>6,20</b>	38	<b>5,78</b>	133	<b>5,57</b>
	27° DIP	27.1 a 27.7	72	<b>8,06</b>	50	<b>5,96</b>	46	<b>7,00</b>	168	<b>7,03</b>
	Total		234	26,20	243	28,96	181	27,55	658	27,54
Leste	4° DIP	4.1 a 4.6	30	3,36	21	2,50	30	<b>4,57</b>	81	3,39
	9° DIP	9.1 a 9.6	35	3,92	34	<b>4,05</b>	12	1,83	81	3,39
	11° DIP	11.1 a 11.5	29	3,25	18	2,15	13	1,98	60	2,51
	14° DIP	14.1 a 14.5	30	3,36	31	3,69	12	1,83	73	3,06
	25° DIP	25.1 a 25.5	37	<b>4,14</b>	14	1,67	8	1,22	59	2,47
	28° DIP	28.1 a 25.3	9	1,01	9	1,07	4	0,61	22	0,92
	29° DIP	29.1 a 29.3	3	0,34	5	0,60	4	0,61	12	0,50
	30° DIP	30.1 a 30.8	61	<b>6,83</b>	36	<b>4,29</b>	33	<b>5,02</b>	130	<b>5,44</b>
	Total		234	26,20	168	20,02	116	17,66	518	21,68
Centro-Oeste	10° DIP	10.1 a 10.7	18	2,02	31	3,69	17	2,59	66	2,76
	17° DIP	17.1 a 17.8	12	1,34	8	0,95	18	2,74	38	1,59
	Total		30	3,36	39	4,65	35	5,33	104	4,35
Sul	1° DIP	1.1 a 1.7	17	1,90	31	3,69	11	1,67	59	2,47
	2° DIP	2.1 a 2.7	26	2,91	31	3,69	19	2,89	76	3,18
	3° DIP	3.1 a 3.9	41	4,59	41	4,89	39	5,94	121	<b>5,06</b>

	7° DIP	7.1 a 7.7	12	1,34	29	3,46	11	1,67	52	2,18
	24° DIP	24.1 a 24.8	60	<b>6,72</b>	59	7,03	45	6,85	164	<b>6,86</b>
	Total		156	17,47	191	22,77	125	19,03	472	19,76
Oeste	5° DIP	5.1 a 5.7	17	1,90	20	2,38	13	1,98	50	2,09
	8° DIP	8.1 a 8.7	55	<b>6,16</b>	36	4,29	80	12,18	171	<b>7,16</b>
	19° DIP	19.1 a 19.5	20	2,24	25	2,98	15	2,28	60	2,51
	20° DIP	20.1 a 20.5	52	<b>5,82</b>	51	6,08	37	5,63	140	<b>5,86</b>
	21° DIP	21.1 a 21.6	47	5,26	27	3,22	29	4,41	103	4,31
	Total		191	21,39	159	18,95	174	26,48	524	21,93
Centro-Sul	12° DIP	12.1 a 12.6	13	1,46	11	1,31	9	1,37	33	1,38
	16° DIP	16.1 a 16.6	3	0,34	14	1,67	9	1,37	26	1,09
	22° DIP	22.1 a 22.7	12	1,34	11	1,31	2	0,30	25	1,05
	23° DIP	23.1 a 23.6	20	2,24	3	0,36	6	0,91	29	1,21
	Total		48	5,38	39	4,65	26	3,96	113	4,73
Total			1738	195	1639	195	1288	196	4665	195

Fonte: Sisp/Sinesp, produção dos autores (2023).

Há de se observar que são 30 Distritos Integrados de Polícia na capital, assim como 30 Distrito de Polícia, no entanto, nem todos funcionam como central de flagrante, o que pode indicar registros em DIPs que não fazem parte da área de atuação.

Na zona Leste, durante o triênio, o total de homicídios alcança a cifra de 563. Esses dados consolidados revelam que as taxas de homicídio, em certos bairros, experimentaram aumentos consideráveis. Um exemplo disso é o bairro Distrito Industrial II, onde a variação entre 2019 e 2020 foi de 175%, partindo de 135,3 óbitos por 100 mil habitantes, no início do período, e chegando a 330,7 óbitos em 2020, indicando um aumento acentuado de 144%.

Outros bairros na zona Leste requerem uma análise mais minuciosa, dadas as taxas de homicídio elevadas em 2018: São José Operário (68,6); Puraquequara (66,5); Jorge Teixeira (60,8); Zumbi dos Palmares (55,2) e Coroadó (49,3). No ano seguinte, em 2019, as taxas ainda se mantêm elevadas, com destaque para o bairro São José que registrou um aumento de 7% em relação a 2018. Enquanto isso, os demais bairros da mesma região começaram a apresentar declínio nas taxas, com exceção do bairro Distrito Industrial II.

Na zona Oeste, o bairro Compensa registrou 60 óbitos por cada 100 mil habitantes, no ano de 2018, e esse número aumentou para 84,6 óbitos em 2020, representando um crescimento de 41%. Seu vizinho, o bairro Santo Agostinho, também situado na zona Oeste, concentra as mais elevadas taxas de homicídios intencionais nesta região. Contudo, é importante direcionar a atenção para os bairros Tarumã e Tarumã-Açu, também na mesma zona. Essa atenção é suscitada pelos registros de 2018, que apontaram uma taxa de 37,14 homicídios por 100 mil habitantes, seguida por um recrudescimento nos anos subsequentes.

O bairro do Tarumã se destaca como um local de edificações de padrão elevado na cidade, beneficiando-se de uma infraestrutura privilegiada. Estas construções de alto padrão resultaram em uma valorização substancial dos terrenos, e foram acompanhadas por investimentos públicos que englobam melhorias estéticas, presença de instituições bancárias, um shopping center, serviços de transporte, entre outros. O bairro efetua um papel de núcleo valorizado que se estende em direção à zona oeste, expondo as áreas menos valorizadas da cidade à medida que avança em direção às zonas Norte e Leste. Porém, tal expansão não é uniforme, com certas vias exibindo condições de acesso

precárias e uma escassa intervenção por parte do governo estadual.

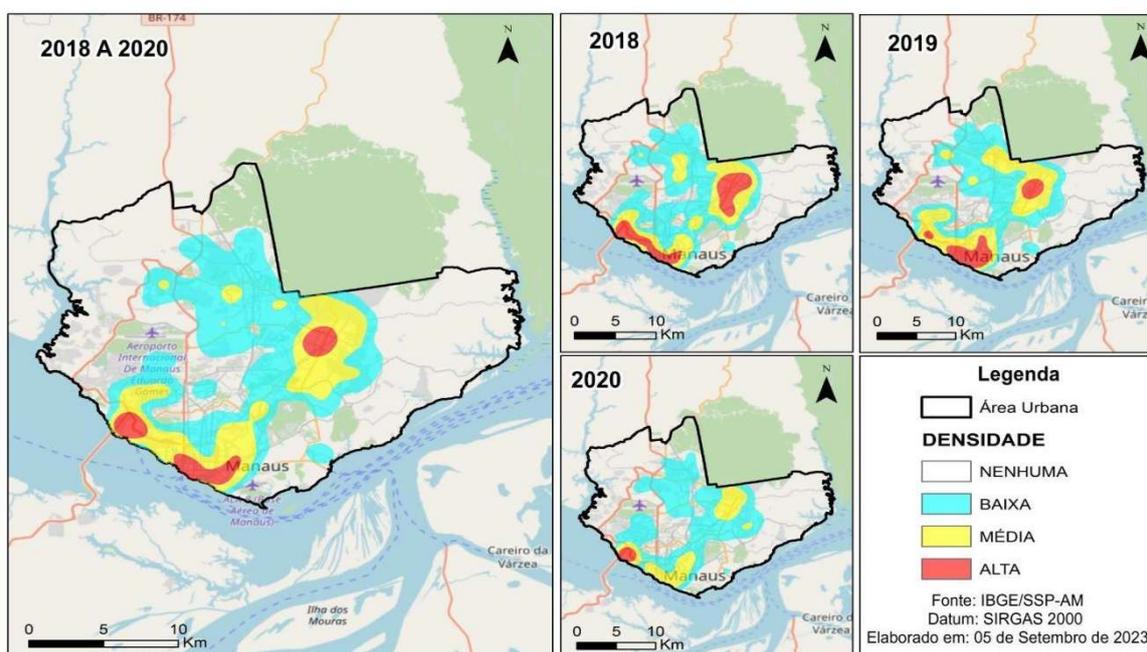
Durante o período de três anos, os registros de homicídios dolosos continuaram a ser notavelmente influenciados pelos homens, totalizando 2.207 casos (92,4%). O grupo etário dominante permanece entre 15 e 29 anos. Dentro desse intervalo, as vítimas de homicídio representam 57,8% do sexo masculino e 54,7% do sexo feminino. A taxa de mortalidade por homicídio em Manaus ao longo do triênio foi de 23,6; 18,9 e 19,9, por 100 mil habitantes, respectivamente, destacando-se que esse risco foi 12 vezes superior entre os homens em relação às mulheres.

No período em análise, observa-se uma aparente alteração nos padrões espaciais dos homicídios. No ano de 2018, é evidente a concentração dos registros de homicídios dolosos

nas zonas Leste, particularmente nos bairros Cidade de Deus e Jorge Teixeira, ao passo que as zonas Sul e Oeste exibem também zonas de calor, o que evidencia maior registros de casos de homicídios naquela zona, assim como no Centro da cidade, Colônia Oliveira Machado e Crespo. Na zona Oeste, especificamente nos bairros Compensa, Vila Marinho e suas áreas circundantes, a incidência de tais crimes parece ser mais acentuada, representada no mapa por cores menos intensas.

Há de se observar que a dinâmica da criminalidade violenta letal (homicídios dolosos) apresenta claro padrão em alguns bairros e essa dinâmica pode indicar pontos importantes para a gestão do policiamento especializado como o convencional o que poderá surtir efeitos na redução dos crimes letais

**Mapa 1:** Manaus - Mapas de calor de homicídios dolosos, período 2018 a 2020.



**Fonte:** Sisp/Sinesp, produção dos autores (2024).

É importante analisar a evolução dos homicídios dolosos em Manaus considerando a diversidade da dinâmica criminal e urbana, que a distingue de outras capitais brasileiras. Alguns aspectos comuns a Manaus: sua população apresenta perfil demográfico dinâmico, indicando um envelhecimento populacional e um aumento na concentração de pessoas no município. Além disso, o reflexo do tráfico de drogas desempenha um papel significativo, tanto no âmbito municipal quanto na fronteira norte do Brasil, quando dos acontecimentos violentos na região. A política de segurança pública que tem sido implementada desde 2012 e foi revista em

2019, também desempenha um papel importante, embora com impactos ainda limitados nos conflitos intencionais letais urbanos, principalmente, nos espaços periféricos.

## 5 Considerações Finais

Este estudo evidenciou a intrínseca relação entre dinâmica urbana, desigualdades socioespaciais e criminalidade violenta no município de Manaus, analisando os homicídios dolosos entre 2018 a 2020. Os resultados mostram que os padrões territoriais da violência estão ancorados em periferias marcadas por precariedade infraestrutural, ocupações irregulares e ausência de políticas públicas efetivas. A concentração de casos em áreas específicas – como em limites entre territórios de facções ou próximas a igarapés – revela como a segregação espacial alimenta ciclos de violência. O perfil das vítimas (homens jovens, negros, moradores da periferia) reflete, ainda, a intersecção entre exclusão social, racismo estrutural e vulnerabilidade territorial.

A análise demonstrou que a urbanização acelerada e desordenada de Manaus, impulsionada por fluxos migratórios e pela industrialização, criou um cenário propício à emergência de conflitos urbanos. A formação de "vazios institucionais" em áreas periféricas permitiu que economias ilegais se consolidassem como alternativa à marginalização econômica. No entanto, a pobreza não determina linearmente a criminalidade, mas sim a combinação entre falta de oportunidades, acesso desigual à cidade e presença de *organizações criminosas* que exploram essas fissuras.

Os achados do trabalho reforçam a urgência de políticas públicas que articulem segurança, urbanização e inclusão social. A mera repressão policial mostra-se insuficiente diante da complexidade do fenômeno. Ações integradas entre governo e sociedade podem ser pontos de inflexão para redução da criminalidade violenta, tais como: intervenções urbanísticas integradas – de regularização fundiária e investimentos em mobilidade, iluminação pública e equipamentos sociais em áreas críticas; inteligência territorial - uso permanente de geoprocessamento para monitorar padrões de violência e direcionar ações preventivas, integradas às novas tecnologias da informação e comunicação; enfrentamento às desigualdades - programas de geração de renda e educação em territórios vulneráveis, com foco em jovens em risco; - governança colaborativa - articulação entre município, estado, União e comunidades locais para desarticular redes criminosas e promover justiça espacial.

A violência extrema em Manaus é, em grande medida, um sintoma de falhas históricas no planejamento urbano e na distribuição equitativa de recursos. Transformar essa realidade exige reconhecer a cidade como um organismo vivo, onde segurança pública e direito à cidade são faces da mesma moeda. A participação ativa das comunidades no desenho de políticas locais surge como caminho indispensável para construir uma urbanização mais justa e menos violenta

## Referências

- BEATO, C. Crime e cidades. Belo Horizonte, Ed. UFMG, 2012.
- BENCHIMOL, Samuel. Amazônia: Formação Social e Cultural. Manaus: Valer, 1999.
- BENTES, Rosalvo. A Zona Franca e o Processo Migratório para Manaus. Dissertação de Mestrado. Belém, 1983 (mimeo).
- CALDEIRA, Teresa. Cidade de muros: Crime, segregação e cidadania em São Paulo. EDUSP, 2000.
- CARLOS, A. F. A. A cidade. 8 ed. 1 reimpressão. São Paulo: Contexto (repensando a geografia), 2007.

CERQUEIRA *et al.*. Atlas da Violência 2017. IPEA e FBSP. Rio de Janeiro, 2018.

\_\_\_\_\_ *et al.*. Atlas da Violência 2021. IPEA e FBSP. Rio de Janeiro, 2022.

DAOU, Ana Maria. A Belle Époque Amazônica. 3 ed. Jorge Zahar, Rio de Janeiro, 2004.

Federação do Comércio do Amazonas. Painel Economia do Amazonas. [online]. Manaus, 2023. Disponível em: [https://www.feocommerce-am.org.br/ohs/data/docs/1/PAINEL-ECONOMIA-DO-AMAZONAS-FECOME%CC%81RCIO-AMAZONAS-ATUALIZAC%CC%A7A%CC%83O-13.04.2023\\_leitura.pdf](https://www.feocommerce-am.org.br/ohs/data/docs/1/PAINEL-ECONOMIA-DO-AMAZONAS-FECOME%CC%81RCIO-AMAZONAS-ATUALIZAC%CC%A7A%CC%83O-13.04.2023_leitura.pdf). Acesso em: 31 ago. 2024.

Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP). Cartografias da violência na Amazônia. Coord.: Renato Sérgio de Lima; Samira Bueno; Aiala Colares Couto. 2. ed. São Paulo: Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2023. Disponível em: <https://publicacoes.forumseguranca.org.br/bitstreams/22fbb4d8-4f91-49f6-9a2a-5b8440da21b7/download>. Acesso em: 13 mai. 2025.

FREIRE, Bessa. A Amazônia Colonial (1616 - 1798). Manaus: Metro Cúbico, 1991.

GAMA, A. C. Evolução e Distribuição da Mortalidade por Causas Externas nas Regiões Metropolitanas Brasileiras. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Segurança Pública, Cidadania e Direitos Humanos da Universidade do Estado do Amazonas (UEA). Disponível em: <http://www.pos.uea.edu.br/data/area/dicente/download/129-4.pdf>

HOBBSAWM, E. Novo século. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Censo Demográfico 2010. Rio de Janeiro: IBGE, 2010. Disponível em: <http://censo2010.ibge.gov.br>.

LEFEBVRE, H. A revolução urbana. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1999.

LEMOS, A. I, G, de. Dimensão Ambiental da Urbanização Latino-Americana. Revista do Departamento de Geografia, São Paulo: USP, n.8, 1994. pp.79-83.

MANSO, B. P.; DIAS, C. N. A guerra – A ascensão do PCC e o mundo do crime no Brasil. 2. ed. São Paulo: Todavia, 2018.

MARICATO, E. Urbanismo na Periferia do Mundo Globalizado: Metrôpoles Brasileiras. São Paulo Perspec. vol.14 no.4 São Paulo Oct./Dec. 2000. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102-88392000000400004](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-88392000000400004). Acesso em: 28 de ago. 2024.

MARTINS, S. Prefácio. In: A revolução urbana. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1999, p.7-13

MINAYO, M. C. de S. e SOUZA, E. R. de. Violência e Saúde como um Campo Interdisciplinar e de Ação Coletiva. História, Ciências, Saúde— Manguinhos, IV(3), 1998. pp. 513-531.

MISSE, Michel. Crime e Violência no Brasil Contemporâneo, Estudos de Sociologia do Crime e da Violência Urbana. Rio de Janeiro, Lumen Juris, 2006.

NASCIMENTO, A G. O. Evolução do impacto das mortes por causas violentas na esperança de vida da população de Manaus entre 1980 a 2009. Tese de Doutorado. CEDEPLAR/UFMG. Belo Horizonte, 2011. Disponível em: [http://www.cedeplar.ufmg.br/downloads/2011/Antonio\\_Nascimento.pdf](http://www.cedeplar.ufmg.br/downloads/2011/Antonio_Nascimento.pdf). Acesso em: 02 set. 2024.

NASCIMENTO, A. G. O; JANUÁRIO, J. R; SPÓSITO, M. Segurança Pública no Brasil: O Amazonas em perspectiva. Secretaria de Segurança Pública do Amazonas e Universidade do Estado do Amazonas, 2017.

OLIVEIRA, Sandro Sales. Uso de Geotecnologias para identificação de ilícitos: Plantio de coca na fronteira Amazônica Brasil-Peru. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Segurança Pública, Cidadania e Direitos Humanos da Universidade do Estado do Amazonas (UEA). Disponível em: <http://www.pos.uea.edu.br/data/area/dicante/download/129-13.pdf>. Acesso em: 14 ago. 2024.

OMS, Organização das Nações Unidas. Relatório Mundial Sobre Prevenção da Violência 2014. Org. UNUDC, Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crimes e Núcleo de Estudos da Violência da Universidade de São Paulo. 2015.

PALEN, J. J. O mundo urbano. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1975.

PEDRAZZINI, Yves. A violência das cidades. Tradução Giselle Unti. – Petrópolis, RJ: Vozes, 2006.

PEREIRA, José. Violência: uma análise do "Homo Brutalis". São Paulo: Alfa-omega, 1975.

SANTOS, Ailton Luiz dos; MASSULO, Fabio Amazonas. Um estudo Sobre Os Processos De Institucionalização E Desinstitucionalização Das Práticas Trazidas Pelo Programa Ronda No Bairro Às Polícias Civil E Militar Do Amazonas. Nova Hileia | Revista Eletrônica de Direito Ambiental da Amazônia. ISSN: 2525 – 4537, [S.l.], v. 1, n. 2, dez. 2018. ISSN 2525-4537. Disponível em: <https://periodicos.uea.edu.br/index.php/novahileia/article/view/1262>. Acesso em: 13 maio 2025.

SOUZA, Marcelo Lopes de. Fobópole: O medo generalizado e a militarização da questão urbana. Bertrand Brasil, 2008.

United Nations – UN. Department of Economic and Social Affairs Population Division. (2014). World Urbanization Prospects: the 2014 revision. New York: United Nations. Disponível em: <https://esa.un.org/unpd/wup/publications/files/wup2014-highlights.pdf>. Acesso em: 23 ago. 2024.

WAISELFISZ, Julio Jacobo. Mapa da Violência 2015: Homicídios de mulheres no Brasil. FLACSO, 2015.

WIRTH, Louis. O urbanismo como modo de vida. In: O fenômeno urbano / Georg Simmel ... [et al.] ; organização e introdução de Otávio Guilherme Velho. 1967.

ZALUAR, Alba. Violência e crime no Brasil contemporâneo. Civilização brasileira, 2012.

\_\_\_\_\_. Integração perversa: Pobreza e tráfico de drogas. FGV, 2004.

## PARA QUE SERVEM AS CANÇÕES MILITARES? UM ESTUDO SOBRE OS EFEITOS PSICOFÍSICOS DA MÚSICA EM ALUNOS DE CURSOS DE FORMAÇÃO POLICIAL MILITAR

*Leon Denis da Costa*<sup>18</sup>

*Márcio de Paula*<sup>19</sup>

*Hugo Aragão*<sup>20</sup>

**Resumo:** Este artigo tem como objetivo analisar as funções e os efeitos das canções militares (CMs) nos treinamentos físicos realizados durante os cursos de formação da Polícia Militar de Goiás. Partindo de uma abordagem interdisciplinar, a pesquisa integra revisão bibliográfica e levantamento empírico, com base na aplicação de um questionário estruturado contendo 27 questões objetivas. O instrumento foi respondido por 1.169 integrantes em formação entre junho e novembro de 2023. Os dados revelam que as canções militares são amplamente percebidas como recursos eficazes para elevar a motivação, melhorar o desempenho físico, promover a coesão grupal e fortalecer a identidade profissional. Além de atuarem como estímulo psicofísico durante atividades intensas, essas canções também exercem funções simbólicas e pedagógicas, relacionadas à preservação da tradição, à transmissão de valores institucionais e ao reforço do espírito de corpo. Embora os resultados indiquem efeitos predominantemente positivos, reconhece-se a limitação da pesquisa quanto à ausência de análise do conteúdo lírico das canções, sugerindo-se a realização de estudos futuros com foco qualitativo e análise crítica das letras, a fim de aprofundar a compreensão sobre seus impactos na formação policial.

**Palavras-chave:** Música; Cursos de formação; Motivação; Espírito de Corpo; Efeitos psicofísicos; Polícia Militar de Goiás.

## WHAT IS THE ROLE OF MILITARY SONGS? A STUDY ON THE PSYCHOPHYSICAL EFFECTS OF MUSIC ON STUDENTS IN MILITARY POLICE TRAINING COURSES

**Abstract:** This article aims to analyze the functions and effects of military chants (MCs) during physical training in the training courses of the Military Police of Goiás, Brazil. Based on an interdisciplinary approach, the research combines a literature review with empirical data collected through a structured questionnaire containing 27 multiple-choice questions. The instrument was answered by 1,169 trainees between June and November 2023. The data reveal that military chants are widely perceived as effective tools for increasing motivation, enhancing physical performance, promoting group cohesion, and strengthening professional identity. In addition to serving as psychophysical stimuli during intense activities, these chants also perform symbolic and pedagogical functions, contributing to the preservation of tradition, the transmission of institutional values, and the reinforcement of esprit de corps. Although the results indicate predominantly positive effects, the study acknowledges the limitation of not analyzing the lyrical content of the chants. Future research is recommended to adopt a qualitative focus and critical analysis of the lyrics in order to deepen the understanding of their impact on police training.

**Keywords:** Music; Training courses; Motivation; Esprit de corps; Psychophysical effects; Military Police of Goiás.

---

18 Tenente-Coronel da Polícia Militar do Estado de Goiás (2021). Mestre em Sociologia pela Universidade Federal de Goiás (2016). Especialista em Altos Estudos de Segurança Pública / UEG/SSPGO (2022). Especialista em Gerenciamento de Segurança Pública (2013) Especialista em Docência do Ensino Superior (2013). Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6061682489349264>

19 Possui Graduação em Educação Física pela Unievangélica - Centro Universitário (2007), Especializações em Fisiologia do Exercício e Treinamento Esportivo pelo Centro Universitário de Volta Redonda (2008), Exercício Físico e Treinamento Esportivo para Grupos Especiais (2010) e em Personal Training - Metodologia do Treinamento Personalizado (2017). Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2380555827934139>

20 Possui graduação em Gestão Pública pela Faculdade Processus(2017). Atualmente é Policial Penal da Diretoria Geral de Administração Penitenciária. Tem experiência na área de Administração, com ênfase em Gestão Pública. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0918738140654837>

## 1 Introdução

Para exercer o cargo e a função de policial militar, após ser aprovado em concurso público específico, nos termos da legislação brasileira, o candidato nomeado passa por um curso de formação profissional, executado no Comando da Academia de Polícia Militar (CAPM), órgão responsável pelo ensino, instrução e pesquisa na Polícia Militar do Estado de Goiás (PMGO).

O curso de formação visa promover o desenvolvimento de competências necessárias para o exercício da profissão de policial militar, proporcionando tanto a formação militar quanto a policial. Nesse processo, o aluno é imerso na cultura militar, sendo socializado segundo normas, valores, tradições e regulamentos militares, além dos conhecimentos, habilidades e atitudes relacionadas à ocupação policial, com qualificação técnica e profissional para o uso da força e demais procedimentos operacionais exigidos pela função.

Um dos recursos utilizados na formação do policial militar é o uso de canções militares, que, segundo Costa (2020), são entoadas principalmente durante treinamentos de corrida ou marcha da tropa. A voz é o principal instrumento da canção, entoada sob diferentes ritmos e melodias, com conteúdos frequentemente improvisados, buscando inspirar força, coesão e identidade, entre outras funções e propósitos importantes.

As canções militares são ferramentas utilizadas diariamente nos cursos de formação e especialização de policiais militares, contribuindo para a socialização dos alunos que ingressam nas corporações ou em unidades especializadas. De acordo com a percepção de militares mais experientes, essas canções, também denominadas *charlie mikes*, produzem efeitos positivos no desempenho das atividades físicas e na assimilação da cultura, tradição e valores militares (Guillard; Costa, 2018).

Destaca-se que as virtudes militares impõem ao policial militar o cumprimento de seus deveres com elevado grau de obediência e respeito à

hierarquia e à disciplina. Tais virtudes contribuem para o desenvolvimento do espírito militar, a ponto de o policial estar disposto a sacrificar a própria vida em defesa da sociedade. A virtude militar é, portanto, um pré-requisito moral indispensável para uma formação eficiente, sendo as canções militares consideradas um dos pilares para o fortalecimento dessas virtudes durante o processo de formação.

Contudo, as canções militares são, por vezes, incompreendidas por segmentos da sociedade, conforme evidenciado em reportagens jornalísticas, da mesma forma que ocorre com as próprias instituições policiais. Monjardet (2004) esclarece que o aparelho policial deve ser compreendido em suas três dimensões indissociáveis: como instituição (instrumento de poder estatal), como organização (serviço público requisitado) e como profissão (corpo de profissionais com valores e cultura próprios). Assim, estudar as funções das canções militares contribui para a compreensão mais ampla de sua prática e uso na formação dos policiais militares, evitando preconceito e interpretações equivocadas.

A pergunta que norteou este artigo foi saber se há benefícios no emprego de canções militares durante corridas e marchas nos cursos de formação de policiais militares?

O objetivo do estudo foi identificar as funções e os efeitos das canções militares nos treinamentos policiais, a partir da percepção dos alunos durante o curso de formação. Os objetivos específicos foram: revisar o uso das canções militares em cursos de formação; revisar a relação da música com a atividade física; descrever as funções das canções militares; e, por fim, identificar seus efeitos conforme a percepção daqueles que as entoam.

A pesquisa contou com levantamento bibliográfico, com foco nos estudos sobre canções militares no contexto da PMGO e sobre os efeitos da música na atividade física. A etapa empírica consistiu em pesquisa quantitativa, com a aplicação de um questionário de autoperenchimento elaborado com base na literatura revisada. O

instrumento foi previamente testado com um pequeno grupo de alunos, a fim de verificar sua clareza e adequação.

O questionário, composto por 27 questões objetivas, foi divulgado via *link* nos grupos institucionais frequentados pelos alunos em formação, com participação voluntária, anônima e consentida. Ao todo, foram recebidas 1.169 respostas válidas, oriundas de um universo de 1.286 alunos policiais militares em formação no ano de 2023, sendo 685 alunos soldados da primeira turma, 496 da segunda turma do curso de formação de praças e 105 alunos do curso de formação de oficiais. A coleta de dados foi realizada durante o período de elaboração dos trabalhos de Conclusão de curso, o que contribuiu para a seriedade e comprometimento dos participantes. O estudo foi conduzido de modo a preservar a integridade e o anonimato dos respondentes, respeitando os princípios éticos da pesquisa científica com seres humanos.

## 2 Revisão da Literatura

### 2.1 O Que são Canções Militares?

As canções militares (CM) desempenham um papel multifacetado e crucial no cotidiano das forças armadas, sendo utilizadas tanto em contextos de treinamento quanto em operações reais. A canção militar, com sua capacidade de motivar, unir e disciplinar, tem sido uma ferramenta essencial para manter a moral das tropas, bem como para reforçar a identidade e as tradições militares. Essas canções, muitas vezes compostas com letras que exaltam a bravura, o patriotismo e a camaradagem, servem como fonte de inspiração e força em momentos desafiadores.

No âmbito das forças armadas, as canções militares não são somente uma forma de entretenimento, mas também um meio eficiente de comunicação. Em situações de combate ou treinamento, músicas específicas podem ser utilizadas para transmitir ordens e coordenar ações. Além disso, essas canções estão profundamente enraizadas nas tradições militares, contribuindo para

a criação de um senso de identidade coletiva e pertencimento entre os membros de uma unidade ou de uma nação.

Essas canções também encontram aplicação em cerimônias e eventos militares, sendo executadas em ocasiões solenes, como paradas, funerais e homenagens. Além do papel cerimonial, as canções militares contribuem para a preservação da história, narrando eventos significativos e mantendo viva a memória coletiva das forças armadas.

Neste artigo, encara-se como canções militares aquelas que representam os hinos e canções das forças armadas e da Polícia Militar de Goiás e Academia de Polícia Militar de Goiás que possuem ritmo, letra e demais arranjos musicais regulamentados pelas corporações militares, normalmente cantadas com a presença de bandas militares. Nos demais casos, em que as canções militares são entoadas em corridas, instruções de ordem unida, marchas e treinamentos físicos militares, são as canções improvisadas, não regulamentadas ou informais.

No contexto dos treinamentos físicos, como corridas e marchas, as canções militares exercem efeitos significativos sobre o desempenho dos militares. Elas não somente ajudam a sincronizar os movimentos do grupo, promovendo disciplina e coesão, como também desempenham papel fundamental na construção do espírito de equipe. Ao cantar juntos, os militares fortalecem os laços entre si, criando uma unidade mais coesa e focada.

Por fim, as canções militares podem atuar como ferramentas para aumentar a resistência mental e reduzir o estresse durante treinamentos rigorosos. A familiaridade e a energia transmitidas pela música auxiliam os militares a manterem a concentração, a resistirem à fadiga e a superarem desafios físicos e mentais, reforçando assim a tradição e os valores militares no processo.

As canções militares, entoadas por tropas durante corridas e marchas, são reconhecidas como canções por serem expressões musicais produzidas pela voz humana, ainda que desacompanhadas de instrumentos. Conforme a definição de Autran

Dourado (2008 apud Costa, 2020), uma canção é uma peça musical breve que pode ou não ser acompanhada por instrumentos, diferenciando-se da música puramente instrumental pela exigência da voz humana. As CM são ferramentas fundamentais na socialização militar, utilizadas para internalizar valores como disciplina, obediência, espírito de corpo e solidariedade, especialmente entre os novos recrutas, funcionando como ritos de passagem na cultura castrense (Costa, 2020).

Nos Estados Unidos, essas canções são conhecidas como *military cadence* ou *Jody calls*; no Brasil, são denominadas canções militares, entoadas sob a liderança de um militar que inicia o canto, sendo respondido ou repetido pela tropa durante a marcha ou corrida. Essas canções, quando oficiais e regulamentadas como símbolos das Forças Armadas ou de unidades específicas, são entoadas regularmente em cerimônias e cursos de formação para reforçar a missão e os valores militares. Muitas vezes improvisadas, refletem as experiências e circunstâncias vivenciadas pelo grupo (Costa, 2020).

Nas academias e centros de formação de policiais militares, as CM são utilizadas para manter a cadência e sincronia dos movimentos durante os treinamentos físicos. O líder ou comandante da tropa inicia as canções, ou designa um militar para “puxar a canção”, determinando o ritmo e a entonação, elementos fundamentais para a coesão do grupo. As canções, geralmente repetidas e ajustadas conforme a necessidade, podem incluir gritos e palavras de ordem, servindo não somente para motivar, mas também para unificar e fortalecer os laços entre os militares.

Costa (2020) revisou cinco estudos que analisaram a influência das canções militares nos cursos de formação de praças da Polícia Militar. A análise considerou os objetivos, procedimentos metodológicos e principais conclusões de cada estudo. Os resultados demonstraram, consistentemente, que as canções militares desempenham um papel relevante na motivação e no desempenho físico dos alunos durante os treinamentos. Elas contribuíram para elevar o ânimo

dos participantes, auxiliando-os a superar o cansaço; fortaleceram o espírito de grupo e a socialização; e associaram o ato de cantar a sentimentos de vibração, patriotismo e honra.

Portanto, os resultados evidenciam que as canções militares, além de motivarem e auxiliarem os policiais a superar o cansaço, são ferramentas importantes na transmissão de valores e na formação do espírito de corpo. Também aumentam a motivação, a disposição e a concentração dos militares, impactando diretamente o desempenho nas atividades físicas e preservando as tradições militares. As canções influenciam o imaginário dos policiais, elevam a moral e promovem a coesão do grupo.

A análise dos trabalhos revisados destacou que as canções militares são recursos significativos nos cursos de formação, especialmente durante corridas e marchas, em razão de sua simbologia na socialização dos militares. Entoadas cadenciadamente, essas canções auxiliam na superação de dificuldades, reforçam a identidade coletiva e funcionam como veículos de transmissão dos valores e crenças do ambiente militar. Além disso, deixam uma marca na memória afetiva dos militares, contribuindo para o desenvolvimento motor e afetivo, a disciplina, a coesão do grupo e a construção de uma identidade coletiva sólida (Costa, 2020).

Guillard e Costa (2018), em estudo realizado na Academia da Polícia Militar de Goiás (APM), exploraram a influência das canções militares na motivação e desempenho dos alunos do Curso de Formação de Praças (CFP). A pesquisa foi conduzida qualitativamente, por meio de entrevistas com 20 alunos, e quantitativa, por meio de questionários aplicados a 454 alunos. Os resultados também demonstraram que as canções militares exercem papel relevante na motivação dos policiais durante as atividades físicas, sendo frequentemente citadas como elementos que aumentam a disposição e a energia do grupo. O estudo apontou que os temas variam entre histórias motivacionais, verídicas ou fictícias, e outras que exaltam tropas

especializadas ou as forças armadas. As canções mais apreciadas são aquelas relacionadas à Polícia Militar de Goiás, ao refletirem os valores e a missão da instituição.

A pesquisa confirmou que as canções militares têm influência direta na emoção e motivação dos alunos, muitos dos quais relataram sentir “arrepio de emoção” ao entoar ou ouvir tais canções. As letras desempenham papel fundamental nesse processo: as canções identificadas como positivas contribuem para o foco e a fluência durante os exercícios físicos. Essa identificação com as letras reforça a interiorização dos valores e da missão da Polícia Militar de Goiás (Guillard; Costa, 2018).

Por fim, as canções militares foram reconhecidas como ferramentas didáticas importantes na formação profissional dos policiais militares. A maioria dos participantes destacou que essas canções contribuem para a coordenação motora — essencial para a atuação policial —, promovem a coesão do grupo, aumentam a eficácia das operações e reforçam a preparação física e mental dos futuros policiais (Guillard; Costa, 2018).

É importante ressaltar que, durante o levantamento bibliográfico, não foi possível localizar uma literatura acadêmica abrangente sobre o conteúdo das canções militares, quando se pesquisou pelo termo “canções militares” nos repositórios acadêmicos tradicionais. O que se encontrou foram principalmente reportagens e matérias jornalísticas com críticas a algumas das letras cantadas por policiais militares, normalmente focando em frases ou mensagens presentes nas canções, algumas das quais retratam experiências vivenciadas em ocorrências, frequentemente marcadas por violência (Sousa, 2022). Nessas análises jornalísticas, os temas frequentemente abordados incluem autoridade, poder, conservadorismo, suspeição, solidariedade interna e nacionalismo — elementos presentes em boa parte da cultura policial, conforme aponta Reiner (2004).

É importante reconhecer que parte da literatura sociológica contemporânea compreende as canções militares como instrumentos simbólicos de

dominação ideológica no interior das instituições estatais, especialmente aquelas voltadas ao uso legítimo da força, como as Polícias Militares. Silva (2017, p. 59–60), apoiando-se nos conceitos de aparelhos ideológicos do Estado de Louis Althusser, ideologia de Marilena Chauí, de violência simbólica de Pierre Bourdieu, e da formação da consciência coletiva de Durkheim, argumenta que tais canções atuam na conformação do imaginário institucional, contribuindo para a internalização de valores autoritários, punitivos e excludentes. Nessa perspectiva, a música seria uma das formas de veiculação cultural de normas e padrões de comportamento associados à ideologia dominante, operando mesmo nos momentos lúdicos, como brincadeiras, informalidades ou canções entoadas durante treinamentos físicos.

No entanto, salienta-se que o presente estudo não tem por escopo realizar uma análise sociológica acerca da influência das canções militares sobre a conduta procedimental ou ética dos policiais militares. Embora se reconheça a relevância dessas abordagens teóricas, o foco da investigação aqui empreendida está centrado na análise dos efeitos psicofísicos provocados pelas canções durante o contexto específico dos treinamentos físicos na formação policial. Dessa forma, a pesquisa volta-se para os sentimentos, sensações corporais, estados emocionais e níveis de motivação experimentados pelos discentes ao entoarem essas canções. Entende-se a música como estímulo sonoro que interage com o corpo e mente no esforço físico, e não como vetor direto de conformação ideológica ou de reprodução de condutas sociais normativas.

Neste trabalho, encararam-se como canções militares aquelas que representam hinos e canções das forças armadas, como a “Canção do Expedicionário” e “Canção da Infantaria”. Assim como o hino da Polícia Militar de Goiás e a canção da Academia de Polícia Militar de Goiás, que possuem ritmo, letras e demais arranjos musicais regulamentados, normalmente, cantadas com presença de bandas militares.

De outra forma, este estudo não tem como objeto de investigação as canções militares entoadas em corridas, instruções de ordem unida, marchas e treinamentos físicos militares, cujas canções e letras são improvisadas, não regulamentadas ou informais. (Costa, 2020; Costa e Guillard, 2018). Canções improvisadas são como as citadas por Silva (2017, p.59) ou a que foi analisada por Sousa (2022):

“Combate corpo a corpo não se pode vacilar,  
pega o inimigo e dá porrada até matar.  
O interrogatório é fácil de fazer,  
pega o inimigo e dá porrada pra valer.”  
(Estrofe de uma das canções entoadas no CFSd de 1993, na PMRN. Informações cedidas por integrantes da turma e corroboradas pelo autor).

Ou:

“Boris, Boris camarada, meu Sr. Boris.  
O interrogatório é fácil de fazer.  
A gente pega o animal e bate nele pra valer.  
E se não colaborar, bate nele até matar.  
Esse sangue é bom, já provei, não há perigo.  
É melhor que café, é o sangue do inimigo.”  
(Estrofe de uma das canções entoadas no CFSd de 2007, na PMRN, coletadas no período da observação participante).

### 2.3 Quais são Os Efeitos da Música na Atividade Física?

A revisão da literatura sobre o uso da música em contextos de exercício físico revela duas abordagens distintas: a música assíncrona e a música síncrona, cada uma com características e efeitos diferentes sobre o desempenho dos indivíduos. De acordo com Terry e Karageorghis (2006), a música assíncrona refere-se ao uso da música em segundo plano, onde não há sincronização consciente entre o ritmo da música e os movimentos realizados. Nesse contexto, o andamento da música é considerado o principal determinante da resposta do ouvinte, sendo que referências por ritmos mais rápidos ou mais lentos podem variar conforme a excitação fisiológica e o contexto da atividade física (Karageorghis *et al.*, 1999). Pesquisas sugerem que

músicas de ritmo rápido tendem a aumentar a motivação e o desempenho, especialmente em momentos de estagnação ou nas fases finais de uma sessão de exercícios. No entanto, é importante notar que a música assíncrona pode perder seus benefícios em atividades de intensidade muito alta.

Por outro lado, o uso da música síncrona envolve a sincronização deliberada dos movimentos do corpo com os elementos rítmicos da música, como o andamento ou a batida. Terry e Karageorghis (2006) destacam que a música síncrona pode ter um impacto significativo no desempenho aeróbico e anaeróbico, mesmo entre atletas não-élite. Um exemplo notável é o caso do atleta Haile Gebreselassie, que quebrou o recorde dos 2.000 metros indoor em 1998, sincronizando sua passada com a canção Scatman. Essa sincronização não somente otimiza a eficiência do movimento, mas também pode prolongar a resistência e reduzir a percepção do esforço durante a atividade física.

Embora a música assíncrona e a música síncrona apresentem diferentes mecanismos de ação, ambas oferecem benefícios distintos que podem ser explorados em contextos variados de exercício. A música assíncrona parece ser mais adequada para atividades de intensidade moderada, onde pode servir como uma ferramenta motivacional e ergogênica, enquanto a música síncrona é particularmente eficaz em atividades que requerem movimentos repetitivos e cadenciados. Apesar das evidências promissoras, Terry e Karageorghis (2006) observam que a pesquisa sobre música síncrona ainda é limitada, indicando a necessidade de estudos adicionais para compreender melhor seu potencial e suas aplicações no esporte e no exercício físico.

Santos (2008), em sua pesquisa de campo, cujo objetivo foi estudar a relação entre música e exercício físico, por meio de uma amostra de 10 pessoas praticantes de caminhada, constatou que o ato de escutar música pode provocar alterações físicas e psicológicas no desempenho do exercício. A música produz alterações psicofisiológicas perceptíveis no rendimento, na frequência cardíaca e

na motivação dos praticantes durante a atividade, confirmando os achados da literatura.

O ato de escutar música durante a prática de exercícios físicos funciona como um elemento que distrai o indivíduo da sensação de dor, do cansaço e até mesmo da monotonia, desviando a atenção para outro estímulo de maior satisfação, proporcionado pela música.

De acordo com Tame (1984), a música pode afetar a energia muscular, elevar ou diminuir os batimentos cardíacos e influenciar na digestão. Csikszentmihalyi (1992) afirma que uma das funções da música é dirigir a atenção do ouvinte para padrões adequados a um determinado estado de ânimo, além de afastar o tédio e a ansiedade. A música nas atividades é utilizada no sentido de motivar a continuidade dos exercícios físicos ou de distrair o praticante de estímulos não prazerosos como cansaço, dor ou até tensão psicológica. (Valin, 2007 *apud* Santos, 2008, p.2).

Martins (1996 *apud* Santos, 2008) explana, em sua monografia, sobre a Teoria da Percepção Seletiva de Broadbent (1958) e a Teoria da Atenção Restrita de Hernandez Peon (1961). Segundo as quais, o sistema nervoso pode bloquear estímulos auditivos desagradáveis para facilitar a transmissão sensorial de estímulos agradáveis, predominando no indivíduo a percepção daquilo que produz prazer e não dor. Dessa forma, a música pode ter efeitos positivos ou negativos: negativos quando produz irritação, desconforto ou quando é dissonante; e positivos quando faz parte do gosto musical do ouvinte e produz sensação de alegria e motivação. Quando a música não gera estímulo agradável, segundo Martins (1996), o sistema nervoso direciona a atenção para outro estímulo ambiental.

Os efeitos da música na redução da dor explicam-se pela teoria do portal do controle da dor. A música age como um estímulo em competição com a dor, distraindo o paciente e desviando sua atenção do desconforto, modulando, assim, o estímulo doloroso. Estudos de imagem cerebral mostraram atividade nos contornos auditivos, no córtex auditivo e no sistema límbico em resposta à música. Constatou-se que a música pode reduzir

níveis elevados de estresse e que certos estilos, como a música meditativa ou a música clássica lenta, diminuem os marcadores neuro-hormonais do estresse (Todres, 2007 *apud* Santos, 2008, p. 2).

O estudo dos efeitos psicofísicos da música no esporte e no exercício, conforme analisado por Terry e Karageorghis (2006), tem ganhado atenção significativa na última década, destacando-se como uma área emergente de interesse entre pesquisadores esportivos. A música, segundo esses autores, apresenta benefícios psicofísicos que se manifestam durante a atividade física, proporcionando uma gama de efeitos que potencializam o desempenho do atleta. O quadro conceitual desenvolvido para esse estudo baseia-se em três hipóteses principais: a música atua como uma estratégia de dissociação ao restringir a atenção do intérprete e desviar o foco das sensações de fadiga, promovendo um estado de humor mais positivo; a música pode alterar a excitação psicomotora, funcionando como estimulante ou sedativo antes e durante o exercício; e, finalmente, a música ritmicamente sincronizada com o movimento do atleta durante a atividade submáxima contínua pode aumentar a eficiência do desempenho.

Karageorghis e Terry (2006) apresentaram uma estrutura conceitual que enfatiza que os principais benefícios da música (conforme Quadro 1) são determinados por quatro fatores: resposta rítmica, musicalidade, impacto cultural e associações extra musicais. O ritmo está relacionado às respostas naturais evocadas pela cadência da música, principalmente representado pelo tempo musical (andamento) ou a velocidade das batidas por minuto (bpm). Por exemplo, uma música rápida e animada produz um efeito estimulante, enquanto uma música lenta e suave produz um efeito sedativo — isto é, a música pode alterar a excitação psicomotora. A musicalidade refere-se a elementos como a melodia e a harmonia, ou como as notas se combinam. O impacto cultural trata da popularidade ou frequência com que a música permeia o grupo estudado, enquanto a associação diz respeito às relações extramusicais que a música pode evocar, como

memórias relacionadas a determinada canção (Karageorghis e Terry, 2006).

Quadro 1 - Principais benefícios ao ouvir música.

a	aumento do humor positivo e redução do humor negativo
b	ativação ou relaxamento pré-evento
c	dissociação de sentimentos desagradáveis como dor e fadiga
d	redução da percepção subjetiva de esforço, especialmente durante o treinamento aeróbio
e	produção de trabalho ampliada através da sincronização da música com o movimento
f	aquisição aprimorada de habilidades motoras quando o ritmo ou a associação são combinados com os padrões de movimento exigidos
g	maior probabilidade de os atletas atingirem estados de fluxo
h	melhor desempenho através dos mecanismos acima

Fonte: Karageorghis e Terry, 2006, p. 415, adaptado pelos Autores.

O impacto desses fatores é exemplificado pela maneira como diferentes tipos de música influenciam o estado psicológico e o desempenho físico dos indivíduos. Terry e Karageorghis (2006) indicam que músicas rápidas e energéticas tendem a produzir efeitos estimulantes, aumentando a motivação e o desempenho, enquanto músicas lentas e suaves podem induzir um estado de relaxamento ou sedação. Essa diferenciação sugere que a escolha da música deve ser estrategicamente alinhada aos objetivos do exercício, seja para aumentar a intensidade do esforço físico ou para promover a recuperação e o relaxamento. O modelo conceitual proposto, portanto, oferece uma base sólida para compreender como a música pode ser utilizada de maneira eficaz em intervenções que visam melhorar o desempenho e o bem-estar dos praticantes de exercícios e atletas.

### 3 Metodologia

A presente pesquisa adotou uma abordagem quantitativa, com delineamento descritivo, visando identificar as percepções de alunos em formação na Polícia Militar do Estado de Goiás (PMGO) sobre os efeitos psicofísicos das canções militares utilizadas durante os treinamentos físicos. A abordagem quantitativa permite mensurar variáveis e analisar padrões de comportamento de forma objetiva e sistemática, enquanto a pesquisa descritiva visa observar, registrar, analisar e correlacionar fatos ou fenômenos sem os manipular (Gil, 2009).

A investigação procurou captar, especificamente, os sentimentos, sensações e estados corporais experimentados pelos discentes ao entoarem canções militares durante atividades como corridas e marchas, focando-se em seus efeitos subjetivos e psicofísicos, mais do que em opiniões cognitivas ou avaliações racionais a respeito da prática.

Como instrumento de coleta de dados, foi utilizado um questionário estruturado de autopreenchimento, elaborado a partir de revisões da literatura especializada sobre os efeitos da música na atividade física (Terry; Karageorghis, 2006; Santos, 2008; Tame, 1984) e sobre o uso de canções militares em instituições policiais (Guillard; Costa, 2018; Costa, 2020). A construção do questionário foi também fundamentada na estrutura proposta por Aragão e Costa (2023), cujos estudos abordaram a mesma temática em contexto semelhante.

O questionário foi composto por 27 questões objetivas, organizadas em blocos temáticos que contemplavam: (i) dados demográficos e de identificação do curso; (ii) frequência e contexto de uso das canções; (iii) percepção de efeitos físicos e emocionais; e (iv) sensações relacionadas à motivação, coesão, superação de esforço e assimilação da cultura militar. Previamente à aplicação em larga escala, o instrumento foi submetido a um pré-teste com uma amostra reduzida de alunos, a fim de avaliar a clareza,

coerência e pertinência das questões, promovendo os ajustes necessários.

A coleta de dados foi realizada no segundo semestre de 2023, por meio de um *link* para preenchimento do questionário enviado aos grupos institucionais de comunicação utilizados pelos alunos dos cursos de formação da PMGO. A participação foi voluntária, anônima e consentida, respeitando os princípios éticos aplicáveis à pesquisa com seres humanos. Foram obtidas 1.169 respostas válidas, de um universo de 1.286 alunos regularmente matriculados no Comando da Academia de Polícia Militar (CAPM) naquele período.

Não se realizou distinção entre os alunos soldados do Curso de Formação de Praças e os cadetes do Curso de Formação de Oficiais, uma vez que o foco da pesquisa incidiu sobre a experiência comum de exposição às canções militares no contexto da formação. Considerou-se que tanto o repertório musical quanto a metodologia de aplicação e os efeitos sensoriais e emocionais decorrentes são substancialmente similares entre os dois grupos.

Por fim, os dados coletados foram analisados por meio de procedimentos estatísticos descritivos, com vistas à identificação de padrões nas percepções dos alunos quanto aos efeitos psicofísicos relatados. A análise foi orientada pelos referenciais teóricos que discutem a relação entre música, esforço físico, motivação e estados emocionais, contribuindo para a compreensão do papel das canções militares no processo formativo da Polícia Militar.

#### 4 Resultados e Discussão

A análise das respostas obtidas junto a 1.169 integrantes da Polícia Militar de Goiás que estavam em processo de formação entre junho e novembro de 2023 revela percepções amplamente favoráveis

quanto aos efeitos positivos das canções militares entoadas durante treinamentos. Esses participantes, já inseridos em uma rotina marcada por atividades coletivas como desfiles matinais, corridas cantadas e exercícios de ordem unida, compartilham uma experiência imersiva em práticas tradicionais da cultura militar, nas quais o canto coletivo é elemento central de coesão e expressão institucional.

Convém esclarecer que os Gráficos 1 e 2 deste artigo se referem especificamente às canções militares oficiais, ou seja, aquelas institucionalizadas como símbolos das Forças Armadas (Exército, Marinha e Aeronáutica), da Polícia Militar de Goiás e da Academia da Polícia Militar de Goiás. Essas canções são regulamentadas pelas respectivas corporações e tradicionalmente entoadas em cerimônias, solenidades e, sobretudo, durante os cursos de formação, com o objetivo de reforçar os valores institucionais e a missão a ser cumprida pelos militares. Entre os exemplos mais recorrentes estão a Canção da Infantaria, Canção do Exército, Canção da Marinha, Canção do Expedicionário, entre outras. Por sua vez, os Gráficos 3 à 8 referem-se às canções militares em sentido amplo, abrangendo principalmente as de caráter não oficial ou improvisado, aprendidas no cotidiano da formação, nas experiências dos instrutores ou mesmo criadas pelos alunos. Conforme descreve Costa (2020), essas canções são entoadas sob a liderança de um militar e repetidas pelo grupo durante marchas ou corridas, com o propósito de manter a cadência, o ritmo e a sincronia dos movimentos. Elas assumem diversas formas, podendo incluir contagens rítmicas, perguntas e respostas, frases motivacionais e expressões criativas. Devido à sua natureza espontânea e adaptativa, essas canções sofrem variações constantes e refletem a cultura do grupo e as circunstâncias vivenciadas no ambiente de instrução.

Quadro 2 - Os efeitos das canções militares nos alunos em curso de formação.

Efeitos das canções militares quanto cantadas pelos alunos em cursos de formação da Polícia Militar de Goiás		Discordo totalmente		Discordo		Não discordo nem concordo		Concordo		Concordo totalmente	
		n	%	n	%	n	%	n	%	n	%
1	Ao cantar canções militares durante atividades de treinamento, sinto-me mais incentivado e capaz de superar a fadiga mental.	7	0,6	14	1,2	39	3,3	357	30,5	752	64,3
2	Ao cantar canções militares durante atividades de treinamento, sinto-me mais forte e com energia física.	6	0,5	32	2,7	55	4,7	407	34,8	669	57,2
3	Ao entoar canções militares durante atividades de treinamento, as canções militares me proporcionam ânimo e entusiasmo?	3	0,3	16	1,4	29	2,5	397	34	724	61,9
4	A canção militar me ajuda a melhorar o desempenho físico e mental.	4	0,3	32	2,7	89	7,6	444	38	600	51,3
5	A canção militar me ajuda a melhorar a coordenação motora.	6	0,5	63	5,4	135	11,5	412	35,2	553	47,3
6	A canção militar me ajuda a melhorar a concentração?	6	0,5	58	5	160	13,7	442	37,8	503	43
7	A canção militar me faz sentir orgulho de pertencer ao grupo?	2	0,2	8	0,7	29	2,5	300	25,7	830	71
8	A canção militar me faz arrepiar de emoção quando estou cantando.	6	0,5	14	1,2	72	6,2	340	29,1	737	63
9	A canção militar me faz cansar mais e prejudica a respiração.	342	29,3	461	39,4	210	18	111	9,5	45	3,8
10	A canção militar eleva a moral do grupo?	0	0	5	0,4	19	1,6	334	28,6	811	69,04
11	A canção militar ajuda a desenvolver o espírito de corpo, a união da turma/grupo.	1	0,1	9	0,8	27	2,3	383	32,8	749	64,1
12	A canção militar ajuda a fortalecer a identidade e coesão do grupo.	1	0,1	11	0,9	35	3	438	37,5	684	58,5
13	A canção militar contribui para o policial se tornar violento.	703	60,1	335	28,7	77	6,6	35	3	19	1,6
14	A canção militar ajuda o militar a melhorar a ordem unida.	5	0,4	56	4,8	149	12,7	449	38,4	510	43,6
15	A canção militar serve para manter a tradição e os valores militares.	0	0	9	0,8	30	2,6	402	34,4	728	62,3
16	A canção militar serve para homenagear policiais militares.	4	0,3	14	1,2	76	6,5	470	40,2	605	51,8
17	Ao ouvir canções militares cuja letra aborda confrontos policiais, uso de armas de fogo, prisão ou morte de criminosos/bandidos/traficantes, indique o quanto você acredita que essas canções afetam sua forma de pensar ou influenciam seu comportamento em relação à violência.	665	56,9	118	10,1	308	26,3	61	5,2	17	1,5

Fonte: Dados da pesquisa de Aragão e Costa (2023), adaptados pelos Autores (2024).

Conforme os dados do Quadro 2, observa-se um consenso majoritário quanto ao papel das canções militares como ferramentas de incentivo e superação da fadiga mental. Aproximadamente 95% dos respondentes relataram sentir-se mais motivados e fortalecidos mentalmente ao entoarem essas melodias durante os treinamentos. O impacto positivo sobre a energia física e o ânimo também é evidente, com taxas de concordância superiores a 92% em relação a essas dimensões. Tal resultado reforça a ideia de que o canto militar funciona não somente como um ritual simbólico, mas como um recurso pedagógico e psicológico com efeitos concretos no desempenho individual e coletivo.

De maneira igualmente expressiva, os resultados apontam que essas práticas musicais fortalecem vínculos afetivos e identitários no grupo. Mais de 96% dos participantes afirmaram que cantar em uníssono gera orgulho de pertencer à corporação, promove o espírito de corpo e contribui significativamente para a coesão e a união da turma. Essa percepção coletiva parece indicar que a música cumpre, nesse contexto, um papel semelhante ao descrito por Binder (2006), ao funcionar como instrumento de integração emocional, identidade institucional e estímulo ao engajamento grupal.

Além dos efeitos emocionais e sociais, os dados sugerem que o canto também contribui para aspectos operacionais da formação. Cerca de 82% reconhecem que as canções facilitam o aprendizado da ordem unida, e 80,8% percebem melhorias na concentração durante os exercícios. A coordenação motora, outro elemento fundamental para a execução eficiente das ações táticas, também foi apontada como favorecida pela prática musical por 82,5% dos participantes. Esses achados corroboram os apontamentos de Montagu (2001), que descreve a música militar como um importante mecanismo de sincronização motora e organização dos movimentos coletivos.

No que diz respeito aos aspectos fisiológicos do canto durante atividades físicas, o levantamento evidencia que uma parcela significativa dos entrevistados (68,7%) discorda da ideia de que o canto comprometa a respiração ou provoque maior cansaço. Essa percepção é contrária às críticas externas que frequentemente apontam o exercício simultâneo de correr e cantar como prejudicial. Pelo contrário, os resultados sugerem que, no contexto controlado do treinamento militar, essa prática

contribui para o desenvolvimento de resistência física e foco mental.

Em relação ao conteúdo das letras, especialmente aquelas que mencionam confrontos armados, morte de criminosos e situações de violência, a pesquisa oferece uma contribuição relevante para o debate público sobre o tema. Enquanto parte da sociedade civil e da mídia questiona a presença de tais temas nas canções militares, os dados colhidos demonstram que a grande maioria dos respondentes (67%) não se sente influenciada negativamente por esse tipo de conteúdo. Somente 6,7% reconhecem alguma influência nesse sentido, sugerindo que o contexto institucional e a intencionalidade da mensagem são determinantes para a interpretação e internalização dessas letras.

Nesse ponto, é pertinente levantar reflexões críticas sobre os discursos que associam, de maneira simplista, o conteúdo musical à formação de atitudes violentas (Silva, 2017). Se fosse válido afirmar que ouvir ou cantar determinados estilos musicais — como rap ou funk — conduz necessariamente a comportamentos desviantes, seria igualmente razoável esperar que pessoas que ouvem música religiosa se tornassem, em contrapartida, mais virtuosas ou moralmente elevadas. Tais relações não são automáticas, e a experiência relatada pelos próprios profissionais da segurança pública evidencia que o canto, mesmo com conteúdo bélico, é compreendido em um escopo simbólico e institucional, não como incitação à violência.

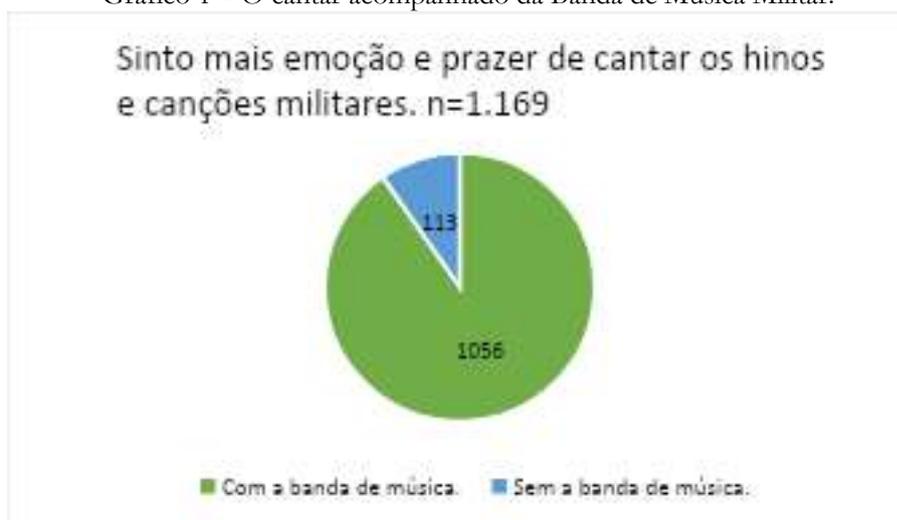
Em relação à preservação de valores e tradições, os resultados também são bastante contundentes: 96,7% reconhecem que as canções cumprem um papel importante na manutenção das tradições militares, enquanto 92% compreendem

essas práticas como uma forma de homenagear integrantes da corporação. Isso reforça a função cerimonial e cultural da música no cotidiano militar, aproximando a prática musical de uma ferramenta de transmissão simbólica de valores, normas e identidade institucional.

A presença da Banda de Música da Polícia Militar, conforme evidenciado no Gráfico 1, amplia

ainda mais esse efeito simbólico. Para 90,3% dos participantes, cantar acompanhado da banda provoca maior emoção e prazer, indicando que o componente estético-musical tem um papel sensível na intensificação da experiência coletiva e na imersão dos envolvidos no ritual. A emoção evocada pela presença da banda reforça o pertencimento ao grupo e o respeito à tradição institucional.

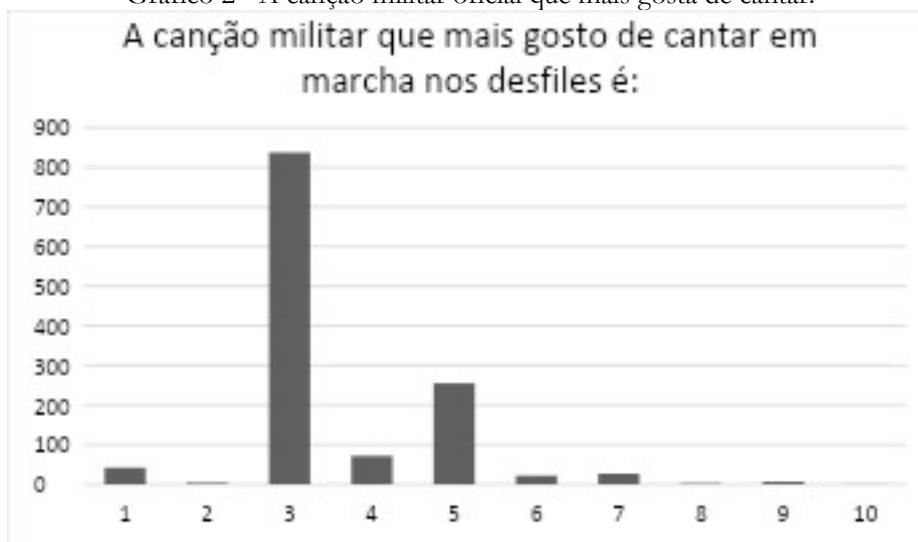
Gráfico 1 – O cantar acompanhado da Banda de Música Militar.



Fonte: Dados da pesquisa de Aragão e Costa (2023), adaptados pelos Autores (2024).

Já o Gráfico 2 evidencia que determinadas canções possuem maior apelo emocional e simbólico para os participantes. A preferência pela Canção da Infantaria (71,7%) durante desfiles aponta para o reconhecimento de determinados repertórios como mais envolventes ou representativos da cultura organizacional. A Canção da PMGO, embora menos mencionada (21,8%), também figura entre as favoritas, indicando um repertório simbólico internalizado e mobilizador no contexto da formação militar.

Gráfico 2 - A canção militar oficial que mais gosta de cantar.



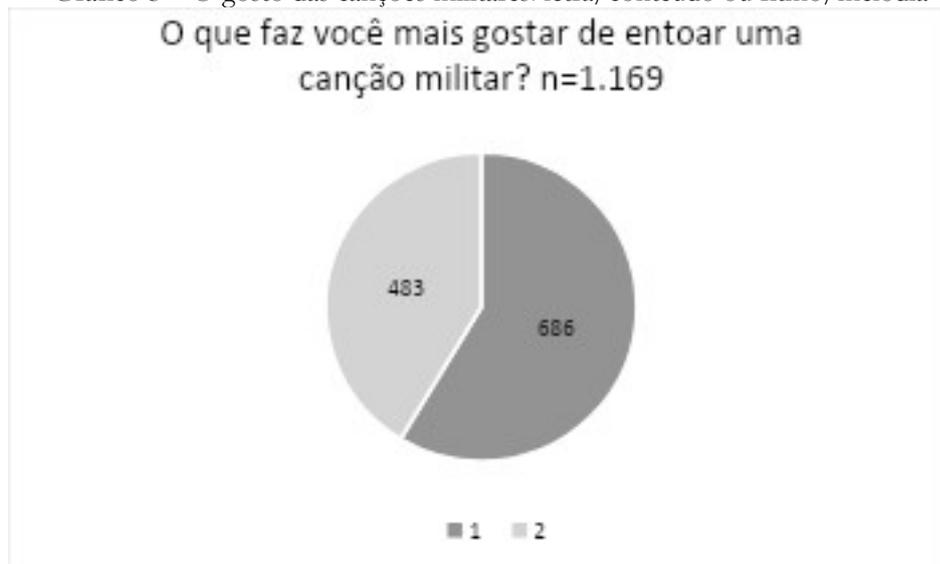
Fonte: Dados da pesquisa de Aragão e Costa (2023), adaptados pelos Autores (2024).

Montagu (2001) ressalta que a música militar tem uma função crucial no cadenciamento da marcha das tropas e no estímulo moral dos soldados, tanto em tempos de guerra quanto de paz. Esse papel pode ser observado nos dados sobre a preferência dos alunos pelas canções entoadas durante os desfiles, onde 71,7% dos alunos preferem cantar a Canção da Infantaria. O fato de essa canção ter sido a mais escolhida sugere que ela desempenha uma função importante no estímulo moral e na manutenção do ritmo da marcha.

A preferência dos alunos pela Canção da PMGO (21,8%) e outras canções específicas, demonstra que essas músicas possuem um valor simbólico que vai além do simples ato de cantar. Elas reforçam a identidade institucional e as tradições militares, funções que Binder (2006) e Montagu (2001), identificam como centrais na música militar. A banda de música, como descrito no texto, reforça essa identidade, projetando uma imagem positiva das forças armadas e fortalecendo o vínculo com a sociedade.

O Gráfico 3 revela que não existe uma preferência maior de um aspecto sobre o outro, pois 58,7% dos respondentes manifestaram gostar de canções militares, considerando a letra/conteúdo, enquanto 41,3% preferem cantar pelo ritmo/melodia.

Gráfico 3 – O gosto das canções militares: letra/conteúdo ou ritmo/melodia



Fonte: Dados da pesquisa de Aragão e Costa (2023), adaptados pelos Autores (2024).

A Figura 1 apresenta uma nuvem de palavras que reflete os sentimentos predominantes relatados pelos alunos durante o canto de canções militares nas atividades físicas. Dentre as palavras mais mencionadas, “motivação” aparece com destaque (47,6%), seguida por termos como “força” (13,2%), “determinação” (12,2%), “união” (8,2%), “coragem” (5,7%) e “resistência mental” (3,1%). Esses dados dialogam diretamente com a literatura especializada sobre os efeitos da música em contextos de exercício físico, particularmente no que se refere à música síncrona.

Figura 1 – Nuvem de palavras que mais descrevem o sentimento durante canções militares.



Fonte: Dados da pesquisa de Aragão e Costa (2023) adaptados pelos Autores (2024).

De acordo com Terry e Karageorghis (2006), a música síncrona é aquela utilizada de maneira deliberada para sincronizar os movimentos dos praticantes com o ritmo musical, gerando benefícios significativos no desempenho físico, como aumento da eficiência, prolongamento da resistência e redução da percepção de esforço. No contexto policial analisado, as canções militares cumprem precisamente essa função: ritmadas e entoadas em uníssono durante corridas ou treinamentos físicos intensos, elas contribuem para manter a cadência dos movimentos, promover alinhamento rítmico e reforçar o espírito coletivo dos participantes.

A prevalência do sentimento de “motivação” é coerente com os achados de Karageorghis e Terry (2006), que destacam a capacidade da música síncrona de elevar o estado motivacional, não somente individual, mas também coletivo, especialmente em contextos de esforço físico contínuo. Os sentimentos de “força”, “determinação” e “união” relatados pelos alunos também podem ser interpretados à luz do chamado efeito de dissociação (Terry e Karageorghis, 2006), no qual a atenção do praticante é desviada das sensações desagradáveis — como dor e cansaço — para um estímulo mais prazeroso, no caso, o ato de cantar em grupo. Esse mecanismo permite que os indivíduos suportem melhor a fadiga e prolonguem o engajamento físico.

Essa compreensão é reforçada por Santos (2008) ao destacar que a música influencia diretamente variáveis fisiológicas e psicológicas durante o exercício, como a frequência cardíaca e o nível de excitação psicomotora. Cantar canções militares, nesse caso, pode funcionar como um estímulo externo que ativa respostas fisiológicas positivas (liberação de adrenalina, aumento do vigor) e ainda regula o estado emocional, tornando o treinamento mais tolerável e eficiente.

Além disso, a presença de sentimentos como “coragem” (5,7%) e “resistência mental” (3,1%) sugere que a música não apenas auxilia fisicamente, mas também atua como um recurso psicológico de enfrentamento. Conforme argumenta Santos (2008), uma das funções da música é moldar estados de ânimo, auxiliando os indivíduos a alcançarem disposições emocionais mais adequadas ao contexto exigido. Nesse sentido, as canções militares operam como um meio de reforço emocional e mental, fundamental em ambientes de treinamento que demandam disciplina, resiliência e superação constante.

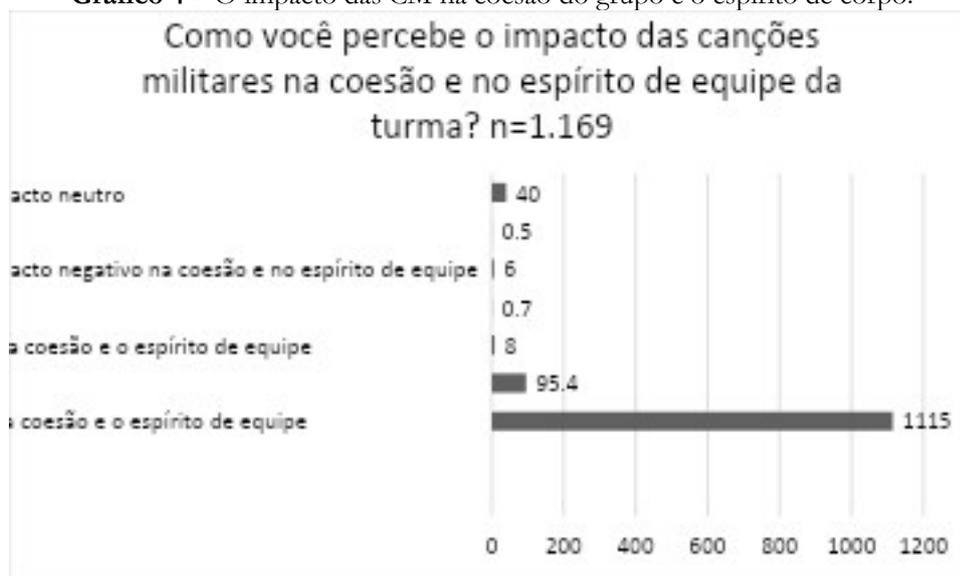
O baixo índice de respostas como “tédio” (0,1%) e “indiferença” (0,3%) também merece destaque por reforçar a tese de que a música cantada em grupo tem um efeito de bloqueio sensorial, como proposto pela teoria do portal de controle da dor (Todres, 2007 apud Santos, 2008). Essa teoria sugere

que estímulos como a música competem com sinais de dor e desconforto, reduzindo a sua percepção pelo sistema nervoso central. Assim, o canto

coletivo se mostra eficaz como estratégia de enfrentamento físico e emocional, especialmente em treinos de alta intensidade.

A análise dos demais gráficos aprofunda esses achados. O Gráfico 4 evidencia que a maioria dos respondentes reconhece nas canções militares um papel relevante na coesão do grupo e no fortalecimento do espírito de corpo. Tal percepção é respaldada por Binder (2006), que argumenta que a música militar, ao longo da história, tem contribuído para a formação de identidade coletiva e para o reforço de vínculos entre os membros da tropa. A palavra “união” (8,2%) evidenciada na nuvem de palavras reforça esse aspecto sociocultural da música como veículo de pertencimento e solidariedade.

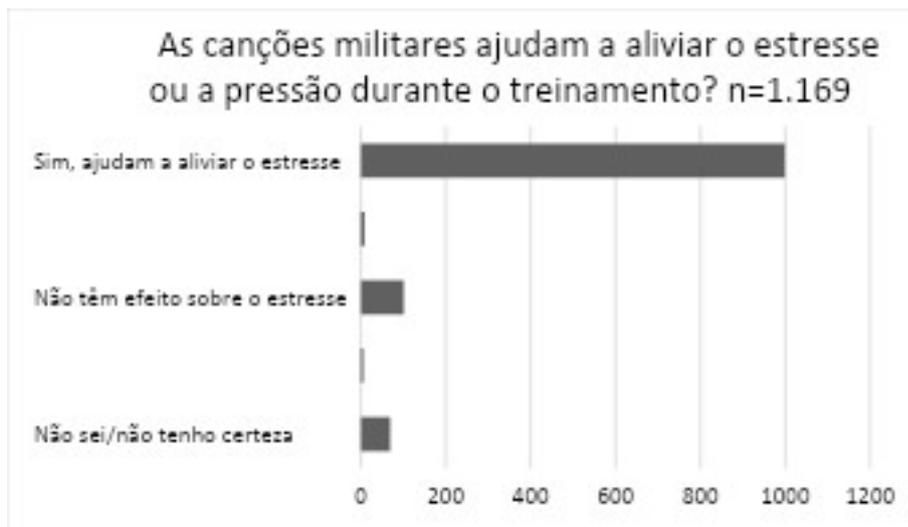
**Gráfico 4** – O impacto das CM na coesão do grupo e o espírito de corpo.



Fonte: Dados da pesquisa de Aragão e Costa (2023) adaptados pelos Autores (2024).

Já o Gráfico 5 revela que 85,5% dos participantes afirmam que o canto das canções militares ajuda a aliviar o estresse ou a pressão durante os treinos. Novamente, esse dado converge com as contribuições de Karageorghis e Terry (2006) e de Santos (2008), ao descreverem a música como ferramenta de regulação emocional e atenuação da ansiedade. Em ambientes de treinamento militar, marcados por exigências físicas e emocionais elevadas, o uso da música como técnica de dissociação e relaxamento se mostra altamente funcional.

Gráfico 5 - As canções militares e o alívio do estresse e pressão.



Fonte: Dados da pesquisa de Aragão e Costa (2023) adaptados pelos Autores (2024).

No Gráfico 6, observa-se que 95,8% dos alunos consideram as canções militares, parte essencial da tradição militar. Esse dado ressalta a dimensão simbólica e cultural das canções, que ultrapassam a função instrumental e adquirem um caráter identitário. A tradição, nesse caso, atua como reforço da disciplina, da continuidade histórica e da integração com valores institucionais próprios das corporações militares.

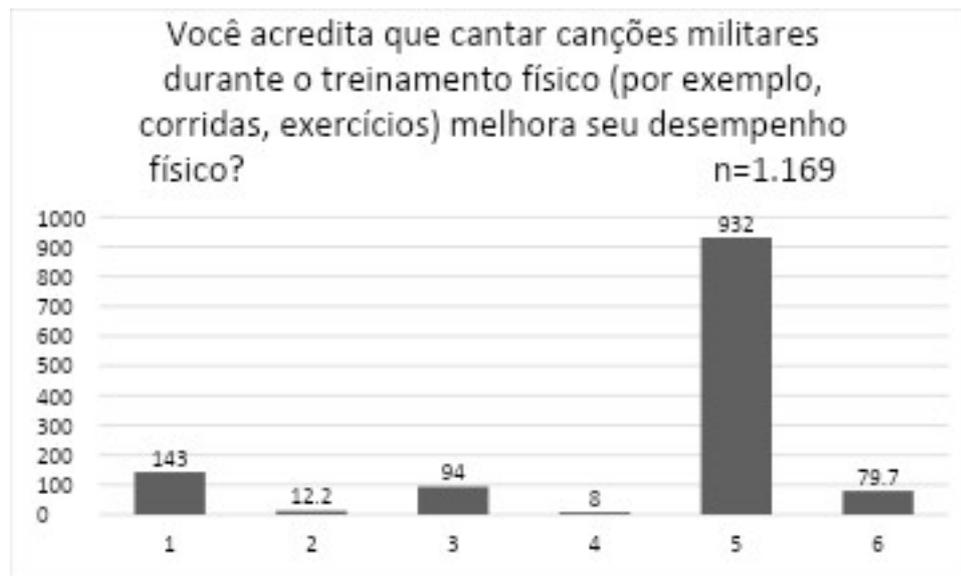
Gráfico 6 – As canções militares na tradição militar.



Fonte: Dados da pesquisa de Aragão e Costa (2023) adaptados pelos Autores (2024).

O Gráfico 7 demonstra que 79,7% dos respondentes acreditam que cantar canções militares melhora o desempenho físico. Essa percepção se articula diretamente com os benefícios da música síncrona já explorados: aumento de eficiência, resistência, sincronização rítmica e sensação de fluidez nos movimentos (Karageorghis e Terry, 2006). A repetição rítmica dos cantos permite um melhor aproveitamento da energia física, reduzindo oscilações no desempenho e promovendo constância durante atividades aeróbicas, como as corridas.

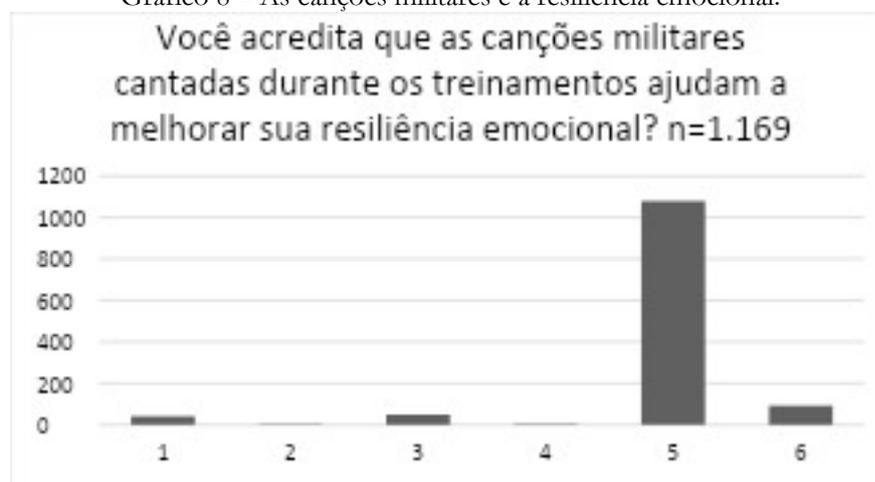
Gráfico 7 – As canções militares e o desempenho físico.



Fonte: Dados da pesquisa de Aragão e Costa (2023) adaptados pelos Autores (2024).

Por fim, o Gráfico 8 indica que 92,3% dos participantes acreditam que as canções militares contribuem para o fortalecimento da resiliência emocional. Esse dado sintetiza diversos pontos discutidos na análise: o impacto da música no humor, a capacidade de modulação do estado emocional e sua função como reguladora da excitação psicomotora. Em contextos adversos, como o treinamento policial, essa regulação se mostra fundamental para garantir estabilidade emocional, foco e enfrentamento eficaz de situações de pressão, como aponta a literatura de Karageorghis e Terry (2006) e Santos (2008).

Gráfico 8 – As canções militares e a resiliência emocional.



Fonte: Dados da pesquisa de Aragão e Costa (2023) adaptados pelos Autores (2024).

Os resultados analisados demonstram de forma clara e consistente que as canções militares exercem múltiplos efeitos positivos sobre os alunos em formação na Polícia Militar de Goiás, abrangendo dimensões físicas, cognitivas, emocionais e sociais. Longe de serem meros rituais

formais, essas práticas musicais revelam-se ferramentas potentes de engajamento, motivação e coesão grupal, favorecendo o desempenho operacional e o fortalecimento da identidade institucional. Além disso, os dados evidenciam que o conteúdo simbólico das letras é compreendido no

contexto organizacional, sem incitar condutas violentas, desmistificando críticas externas pouco fundamentadas. Com forte adesão dos participantes, as canções também se consolidam como elemento

## 5 Considerações Finais

Este artigo teve como objetivo analisar as funções e os efeitos das canções militares (CMs) nos treinamentos físicos durante a formação policial, a partir da percepção de alunos da Polícia Militar de Goiás. Para tanto, adotou-se uma abordagem quantitativa, mediante a aplicação de um questionário estruturado, com 27 questões de múltipla escolha, disponibilizado via *Google Forms* aos pelotões/turmas da Academia de Polícia Militar. A participação foi voluntária, e a amostra abrangeu alunos de 32 pelotões distintos.

Os resultados obtidos evidenciam que as canções militares são percebidas pelos discentes como elementos relevantes para a elevação da motivação, o aprimoramento do desempenho físico, o fortalecimento da resiliência emocional e a consolidação dos laços de camaradagem e espírito de corpo. Tais achados dialogam de maneira consistente com a literatura revisada, especialmente com os estudos de Karageorghis e Terry (2006), Santos (2008) e Todres (2007), que abordam os efeitos da música como estímulo psicológico e fisiológico em contextos de esforço físico e socialização intensos.

Dentre os principais pontos de convergência entre os dados empíricos e a base teórica, destacam-se:

a) A música entoada de forma síncrona durante o exercício físico atua como estímulo extrínseco de motivação, com potencial para reduzir a percepção de esforço, favorecer o foco e prolongar a resistência física;

b) As canções militares contribuem significativamente para a construção de identidade grupal, coesão social e internalização dos valores institucionais, funcionando como ferramenta de integração simbólica e disciplinar;

de preservação das tradições e de valorização da cultura militar, reforçando o vínculo afetivo dos alunos com a corporação.

c) O conteúdo lírico das canções funciona como mecanismo de transmissão de valores, crenças e tradições militares, participando ativamente da formação ética e da construção da identidade profissional dos futuros policiais;

d) A sincronia entre ritmo, letra e movimento — conforme salientado por Guillard e Costa (2018) — potencializa os efeitos emocionais e motivacionais das canções, reforçando o papel da música como tecnologia pedagógica nos treinamentos militares.

Adicionalmente, observou-se que os alunos demonstram maior identificação com canções que mencionam diretamente a Polícia Militar de Goiás, o que indica que a carga simbólica e o vínculo institucional contidos nas letras reforçam o sentimento de pertencimento e o comprometimento com a missão policial. Esse dado reforça a importância de se considerar o contexto cultural e institucional na seleção e produção das canções utilizadas no ambiente de formação.

Não obstante os resultados promissores, é importante reconhecer as limitações deste estudo. A pesquisa foi realizada em uma única instituição de formação policial, restringindo a generalização dos achados para outros contextos regionais ou institucionais. Além disso, o delineamento transversal adotado impossibilita o estabelecimento de relações causais entre o uso das canções e os efeitos relatados pelos participantes, limitando-se a apontar correlações percebidas.

Outro ponto que merece atenção é que, embora a pesquisa tenha captado percepções sobre os efeitos das canções, não houve análise do conteúdo lírico das mesmas, o que poderia oferecer dados mais densos sobre os valores e as representações veiculadas por essas composições. As letras, em muitos casos, reforçam ideais de bravura, resistência, lealdade e sacrifício — elementos centrais na cultura militar — mas também

podem reproduzir estereótipos ou narrativas questionáveis, requerendo investigação crítica.

Nesse sentido, recomenda-se que futuras pesquisas adotem abordagens qualitativas e interdisciplinares, envolvendo áreas como psicologia, sociologia, educação física e musicologia, para explorar com maior profundidade tanto os efeitos subjetivos do canto militar quanto o conteúdo das letras das canções entoadas. Estudos longitudinais também são necessários para avaliar os impactos a longo prazo do uso dessas canções na formação e no desempenho profissional dos policiais militares. Além disso, sugere-se que se investigue o uso de outros gêneros musicais em

contextos de formação e treinamento, bem como a influência de variáveis institucionais, como liderança, clima organizacional e práticas pedagógicas.

Em síntese, as canções militares se revelam não apenas como parte de uma tradição institucional, mas também como ferramenta de ensino e gestão do esforço físico, emocional e simbólico no processo formativo dos profissionais de segurança pública. Compreender sua função a partir de múltiplas perspectivas pode contribuir para a construção de estratégias pedagógicas mais eficazes e coerentes com os desafios contemporâneos da formação policial

## Referências

- BINDER, F. P. **Bandas Militares no Brasil**: difusão e organização entre 1808–1889. Dissertação. 132 p. (Mestrado em Música) Instituto de Artes da Universidade Estadual Paulista — UNESP. São Paulo–SP 2006. Disponível em: [https://www.academia.edu/3087525/Bandas\\_Militares\\_no\\_Brasil\\_difus%C3%A3o\\_e\\_organiza%C3%A7%C3%A3o\\_entre\\_1808\\_1889\\_Mestrado\\_Volume\\_II\\_Partituras?auto=download](https://www.academia.edu/3087525/Bandas_Militares_no_Brasil_difus%C3%A3o_e_organiza%C3%A7%C3%A3o_entre_1808_1889_Mestrado_Volume_II_Partituras?auto=download).
- Acesso em: 6 DEZ 2023.
- BRASIL. **Manual de Campanha Ordem Unida**. 4.ed. Ministério da Defesa. Exército Brasileiro, Comando de Operações Terrestres, 2019.
- COSTA, L.D. As Canções Militares em treinamentos policiais: revisão de estudos do Comando da Academia da Polícia Militar de Goiás. **RIBSP**. Vol. 3, n.º 6, jan/jun, 2020. Disponível em: <https://revista.ibsp.org.br/index.php/RIBSP/article/view/71/71> Acesso em: 17 set. 2023.
- FOLHA DE SÃO PAULO. **Promotoria apura vídeo em que PMs de Goiás incitam agressão a testemunhas**. 22 jun 2024. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2024/06/promotoria-apura-video-em-que-pms-de-goias-incitam-agressao-a-testemunhas.shtml>. Acesso em: 10 abr 2025
- FREITAS, R. F. **A influência da música militar no exército brasileiro durante a guerra do Paraguai**. 2022. Disponível em: <https://bdex.eb.mil.br/jspui/handle/123456789/11048> Acesso em: 17 set. 2023.
- GAZETA DO POVO. Canções militares também desrespeitam mulheres e elogiam tortura. 17 mai 2017. Disponível em: <https://www.gazetadopovo.com.br/vozes/caixa-zero/cancoes-policiais-violencia/> Acesso em: 10 abr 2025.
- GIL, Antônio Carlos. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas S.A, 2009.
- GUILLARDI, L.C; COSTA, L.D. As canções militares como instrumento didático para o treinamento e formação profissional de policiais na Polícia Militar do Estado de Goiás. **REBESP**. v. 11, n. 1, 2018.
- JOVEM PAN. **Cântico com incitação à violência em treinamento da PM causa polêmica no PR**. 17 mai 2017. Disponível em: <https://jovempan.com.br/noticias/cantico-com-incitacao-violencia-em-treinamento-da-pm-causa-polemica-no-pr.html>. Acesso em 10 abr 2025.

KARAGEORGHIS, C.I., e TERRY, P.C. The psychophysical effects of music in sport and exercise: A review. **Journal of Sport Behavior**, 20, 54–68, 1997.

KARAGEORGHIS, C.I., TERRY, P.C., e LANE, A. M. Development and validation of an instrument to assess the motivational qualities of music in exercise and sport: The Brunel Music Rating Inventory. **Journal of Sports Sciences**, 17, 713–724, 1999.

KARAGEORGHIS, C.I.; TERRY, P.C. Psychophysical Effects of Music in Sport and Exercise: An Update on Theory, Research and Application. **Conference of The Australian Psychological Society and the New Zealand Psychological Society**, p. 415–419, 2006

MARTINS, C.O. **A influência da música na atividade física**. Brasil. Monografia de Conclusão de curso. Florianópolis, (SC): Centro de Desportos, Universidade Federal de Santa Catarina, 1996.

PAVLOVIC, B. **Ginástica aeróbica: uma nova cultura física**. Rio de Janeiro: Sprint, 1987.

REINER, R. A política da polícia. Trad. Jacy Cardia Ghiretti e Maria Cristina Pereira da Cunha Marques. São Paulo: EDUSP, 2004

SANTANA, A. L; OLIVEIRA, A.T. **Música militar: definições, história e importância**. 2022. **Revista agulhas negras**. Vol. 6, n.º 7, p. 91–106. ISSN 2595-1084. Disponível em: <http://ebrevistas.eb.mil.br/aman/article/view/8603> Acesso em: 17 set. 2023.

SANTOS, M.O.S. Exercício físico e música: uma relação expressiva. **Lecturas: Educación Física y Deportes: Revista Digital**, Buenos Aires, v. 122, n. 13, p.1-13, jul. 2008. Disponível em: <https://www.efdeportes.com/efd122/exercicio-fisico-e-musica-uma-relacao-expressiva.htm#:~:text=Se%20a%20m%C3%BAsica%20estabelece%20o,tamb%C3%A9m%20a%20ter%20um%20melhor>. Acesso em: 17 set. 2023.

SILVA, J.B. Pensando para além do currículo oculto. In: **Formação policial militar no século XXI: diagnósticos e perspectivas**. Natal: Manimbu, 2017.

SOUZA, E. O fim foi em Goiás: rito como memória do mito entre militares. **Revista Brasileira de Segurança Pública**, [S. l.], v. 16, n. 2, p. 90–103, 2022. DOI: 10.31060/rbsp.2022.v16.n2.1318. Disponível em: <https://revista.forumseguranca.org.br/rbsp/article/view/1318>. Acesso em: 14 abr. 2025.

TAME, D. **Poder Oculto da Música**. Editora Cultrix, 1984.

TODRES, I. D. Música é remédio para o coração. **Jornal de Pediatria**, v. 82, p. 166–168, 2006.

VALIM, P.C *et al.* Redução de estresse pelo alongamento: a preferência musical pode influenciar. **Motriz**, v. 8, n. 2, p. 18–25, 2002

## POLICIAMENTO TURÍSTICO E POLÍCIA TURÍSTICA: FUNÇÕES, OBJETIVOS E SUAS COMPLEXIDADES

*Oziel Pereira da Silva<sup>21</sup>*

**RESUMO:** O Policiamento Turístico não é uma abordagem exclusiva de uma única unidade policial, mas uma estratégia de segurança pública aplicada ao turismo (SPAT) - expressão aqui cunhada como política pública de Estado voltada à proteção de áreas turísticas - que envolve ações preventivas e repressivas, incluindo o uso de sistemas de monitoramento e sinalização. Por outro lado, a Polícia Turística é uma unidade especializada no atendimento ao turista, com foco na proteção, segurança e facilitação de sua experiência. Nesse contexto, para evitar distorções conceituais ou interpretativas, é de fundamental importância definir uma identidade própria para os Policiais Turísticos, assim como direcionar adequadamente os esforços e investimentos dos governos municipal, estadual, distrital e federal, na formação desses policiais turísticos e das equipes envolvidas no Policiamento Turístico, a fim de evitar respostas inadequadas que possam prejudicar a economia local, a imagem das instituições e contribuir para uma percepção negativa do destino. Por fim, destaca-se a necessidade de ampliar a produção científica sobre o tema, com o objetivo de estabelecer uma doutrina comum que, apesar das diferenças regionais e limitações operacionais das forças policiais brasileiras, possa nortear os cursos de formação e qualificação, garantindo que estejam devidamente alinhados às finalidades e objetivos específicos do Policiamento Turístico e da Polícia Turística.

**Palavras-chave:** Policiamento Turístico; Polícia Turística; Segurança Pública; Segurança Turística; Turismo.

### TOURIST POLICING AND TOURIST POLICE UNITS: FUNCTIONS, OBJECTIVES AND COMPLEXITIES

**ABSTRACT:** Tourism Policing is not an approach exclusive to a single police unit, but rather a strategy of public security applied to tourism (SPAT) — a term here coined as a State public policy aimed at protecting tourist areas — which involves both preventive and repressive actions, including the use of monitoring systems and signage. On the other hand, Tourist Police refers to a specialized unit focused on assisting tourists, with an emphasis on protection, safety, and the facilitation of their experience. In this context, to avoid conceptual or interpretative distortions, it is fundamentally important to define a distinct identity for Tourist Police Officers, as well as to appropriately direct the efforts and investments of municipal, state, district, and federal governments in the training of these officers and the teams involved in Tourism Policing. This is essential to avoid inadequate responses that could harm the local economy, damage the image of public institutions, and contribute to a negative perception of the destination. Finally, it is important to expand scientific research on the subject, with the aim of establishing a common doctrine that, despite regional differences and the operational limitations of Brazilian police forces, can guide training and qualification programs, ensuring they are properly aligned with the specific goals and objectives of Tourism Policing and Tourist Police units.

**Keywords:** Tourist Policing; Tourist Police; Public Security; Tourist Security, Tourism.

Recebido em de março de 2025

Aprovado em maio de 2025

21 Oziel **Pereira da Silva**, Major QOPM, Comandante da Companhia Independente de Policiamento Turístico(CIPTur) / Polícia Militar do RN, é Bacharel em Segurança Pública pela Academia de Polícia Militar “Cel Milton Freire de Andrade” e Pós-Graduado em Segurança Pública e Cidadania pela Escola da Assembléia Legislativa do RN(ALERN). Orcid: 0009-0004-7866-4779 ID Lattes: 0064066970241551

## 1 Introdução

Segundo dados das Nações Unidas, o turismo mundial movimentou aproximadamente US\$ 3,3 trilhões em 2023, representando cerca de 3% do PIB global. (NAÇÕES UNIDAS NO BRASIL, 2024). Para fomentar o crescimento desse importante setor e, conseqüentemente, impulsionar a economia, é indispensável que o poder público assegure que os turistas se sintam seguros e acolhidos, já que a segurança pública é um pilar essencial para a viabilidade dos destinos, uma vez que o crime e a violência são fatores que podem ocasionar mudança nos destinos e até mesmo cancelamentos.

Sobre isso, Pizam e Mansfeld (2025 apud Matakovic; Cunjak Matakovic, 2019, p. 2, tradução nossa) destacam que as “ameaças à segurança, como terrorismo, crime e potenciais conflitos armados, podem afetar fortemente a tomada de decisão na escolha do destino turístico.”, o que dialoga claramente com o entendimento de Chandran (2019, p. 2, tradução nossa), que reforça que a ausência de condições seguras “em aeroportos, estações ferroviárias, terminais de ônibus, resorts, centros de bem-estar, serras, praias e outros destinos atuam como impedimento motivacional no desejo de viajar do turista.”.

Nos dias de hoje, percebe-se que a grande preocupação do trade turístico, anteriormente focada nas questões de infraestrutura, conforto e belezas naturais, principalmente após os atentados terroristas de 11 de setembro de 2001, agora se concentra na segurança pública voltada ao turismo. O ataque às Torres Gêmeas do World Trade Center deixou o mundo perplexo e alterou o rumo da visão global sobre o turismo e sobre essa mudança de percepção. Morales (2002, p. 1, tradução nossa) salienta que “durante muito tempo, acreditamos que, na área do turismo, deveríamos apenas ‘vender’ paisagens, e agora nos deparamos com o fato de que também, e principalmente, precisamos ‘vender’ segurança”.

Nesse contexto de crescimento na demanda de segurança pública especializada e de maior exigência por parte dos turistas, faz-se necessário que os governos compreendam profundamente os recursos operacionais de que dispõem e estabeleçam políticas de segurança pública aplicadas ao turismo (SPAT) para atender melhor às necessidades e expectativas do setor. Enquanto as forças de segurança, devem criar mecanismos de valorização, controle disciplinar, normatização de ações e procedimentos, a fim de evitarem desvios de função ou subutilização de recursos financeiros e humanos. Nisto, prevenindo prejuízos à imagem das instituições e, conseqüentemente, à viabilidade da circulação de bens e serviços, à geração de empregos e renda, e a outros benefícios advindos do turismo.

Na busca por corresponder às expectativas do turismo mundial em termos de segurança, diariamente, nas áreas de maior interesse turístico, é possível visualizar a presença de policiais executando o Policiamento Turístico, seja de forma isolada, em conjunto com a Polícia Turística, ou com outras forças públicas de segurança. No entanto, esses aplicadores da lei muitas vezes não compreendem a importância de sua atuação para a segurança e a economia local e são direcionados erroneamente para o atendimento aos turistas.

Em outro extremo, a Polícia Turística pode ser empregada rotineiramente, fora de suas competências, em ações de policiamento ostensivo geral, comprometendo os objetivos esperados pela instituição e o sucesso das ações voltadas à segurança dos turistas. Essas situações podem ocorrer, seja pela falta de conhecimento especializado dos respectivos comandos de polícia, ou pela carência de doutrina específica, o que pode contribuir para a desmotivação do Policial Turístico, o mau desempenho de suas funções enquanto policial especializado e conseqüentemente, para uma experiência negativa de um público extremamente exigente: os turistas.

Essas distorções conceituais, de caráter teórico, acerca da distinção entre Policiamento Turístico e Polícia Turística, são perceptíveis

inclusive na própria estrutura organizacional das várias polícias militares do Brasil, como na Polícia Militar do Rio Grande do Norte (Rio Grande do Norte, 2010), que por meio do Decreto nº 21.610, de 07 de abril de 2010, institui em seu artigo 1º que: "fica criada a Companhia Independente de Policiamento Turístico - CIPTUR, órgão de execução e unidade operacional de caráter especializada". Daquela forma, observa-se que o ato do Governo do Estado do Rio Grande do Norte não formalizou a criação da Polícia Turística, sendo perceptível o equívoco conceitual na descrição do decreto.

A ausência de conhecimento específico sobre essa temática é extremamente prejudicial na tomada de decisão dos gestores públicos (civis ou militares), resultando no uso incorreto de recursos e inviabilizando a criação de planos e ações assertivas que fortaleçam a segurança pública voltada ao turismo. Ademais, essa falta de compreensão dificulta o entendimento dos pontos de convergência e divergência entre o Policiamento Turístico e a Polícia Turística, o que leva à repetição desses equívocos nos cursos de formação e qualificação policial. Diante disso, a questão central é: como garantir que as forças de segurança possam compreender e empregar o Policiamento Turístico e a Polícia Turística de forma correta e técnica?

Para alcançar os objetivos deste estudo, a pesquisa foi conduzida utilizando uma abordagem qualitativa, com ênfase na análise comparativa de conceitos e práticas relacionadas ao Policiamento Turístico e à Polícia Turística. Também foram utilizadas fontes bibliográficas especializadas nacionais e internacionais, leis, manuais e documentos oficiais de órgãos de segurança pública. O método de análise focou na identificação das principais semelhanças e diferenças entre as duas abordagens para avaliar suas implicações na eficácia das ações de segurança pública aplicadas ao turismo (SPAT) e o impacto na percepção de segurança dos turistas nos locais visitados.

## 2 Policiamento Turístico: Definição e Características

O Policiamento Turístico pode ser compreendido como um conceito ainda em construção, devido à carência de literatura, doutrina e manuais técnicos que ofereçam uma definição amplamente aceita e aplicável por todas as polícias no Brasil. A respeito deste tema, Miranda e Albach afirmam que:

[...] É perceptível que o Policiamento Turístico nas cidades ainda está em desenvolvimento, fato este constatado pela impossibilidade de citar um conceito nacionalmente aceito do que possa vir a ser exatamente a atividade do "Policiamento Turístico" de forma técnica. [...] (Miranda e Albach, 2024, p. 4).

Apesar dessa lacuna, o Policiamento Turístico é melhor definido como uma estratégia de segurança pública, não restrita a uma única unidade policial, mas aplicada por instituições policiais em áreas de grande fluxo turístico. Para tanto, faz-se necessário um planejamento prévio e a execução de ações de patrulhamento preventivo e repressivo, integrados ou não, incluindo o uso de tecnologias de monitoramento, como câmeras de segurança e sinalização adequada. Essas ações objetivam garantir a segurança dos turistas e, por consequência, a proteção da comunidade local.

Na prática, o Policiamento Turístico abrange uma gama de ações planejadas, que vão desde a presença ostensiva ou não de policiais em áreas turísticas até a implementação de sistemas de monitoramento e sinalização para assegurar a tranquilidade pública nessas áreas. A integração dessas diversas unidades operacionais, utilizando a Polícia Militar como exemplo, através da Polícia Ambiental, Cavalaria, entre outras, quando devidamente planejada e com objetivos definidos, caracteriza-se como uma atividade de Policiamento Turístico.

É importante destacar que a forte presença policial distribuída em pontos estratégicos, resultante de um bom planejamento do

Policiamento Turístico local, não somente previne delitos, mas também transmite maior confiança aos turistas, especialmente aos estrangeiros, naturalmente mais vulneráveis por uma série de razões. Sobre esse tema, Albuquerque e McElroy (apud Matakovic; Cunjak Matakovic; 2019, p.9, tradução nossa) avaliam que “os turistas, primeiramente, buscam diversão e relaxamento, portanto, colocam a sua segurança pessoal em segundo plano”.

Esse comportamento, conforme Michalko (apud Matakovic; Cunjak Matakovic, 2019, p.9, tradução nossa) “decorre do fato de que, os turistas, em seus países de origem, costumam ter um elevado nível de segurança e projetam expectativas de encontrar o mesmo padrão no destino escolhido”. Aliado a isso, de acordo com Crotts (1996, p. 4, tradução nossa), os turistas “por serem muitas vezes reconhecidos, devido ao seu estilo de se vestir distinto” dos nativos e por sua etnia, bem como “aos itens que portam, como câmeras, dinheiro e cartões de crédito”, conforme acrescenta Ryan (Apud Crotts, 1996, p. 4, tradução nossa), reforçam essa condição de maior vulnerabilidade.

Corroborando com esse entendimento, Brunt, P.; Mawby, R.; Hambly, Z. (2000, p. 3, tradução nossa) também observam que os viajantes são considerados de uma maneira geral “como pessoas de alto poder aquisitivo, especialmente em países mais pobres, tornando-se assim alvos mais atraentes para os criminosos locais”. Nesse contexto, a Organização Mundial do Turismo (1999, p. 4) recomenda que as autoridades públicas prestem “especial atenção” aos turistas estrangeiros, devido à sua particular vulnerabilidade. Com esta finalidade, facilitarão o estabelecimento de meios de informação, prevenção, proteção, seguro e assistência específicos que correspondam às suas necessidades”.

Por tudo isso, o Policiamento Turístico se apresenta como uma alternativa estratégica e de vital importância dentro do planejamento das ações de segurança pública aplicadas ao turismo (SPAT), a fim de garantir que os turistas se sintam mais seguros

durante a sua estadia e, conseqüentemente, contribuam para a segurança de todas as pessoas que utilizam as áreas de interesse turístico.

### **3 Polícia Turística: a Unidade Especializada De Proteção e Apoio ao Turista**

A Polícia Turística é uma unidade especializada cujos objetivos são a proteção, o apoio aos turistas e a garantia da segurança em áreas turísticas. Ao contrário do Policiamento Turístico, que pode ser realizado por qualquer unidade e por qualquer policial, a Polícia Turística deve dispor de profissionais treinados para lidar com as necessidades específicas dos turistas. Esses profissionais desempenham papéis que vão além da segurança pública tradicional, como a mediação de conflitos culturais, a orientação sobre normas locais e a promoção de uma experiência turística mais segura e agradável. Sobre isso, Payam (2016) resume o papel e as funções da unidade de Polícia Turística da seguinte forma:

[...] 1. Proporcionar segurança e assistência aos turistas, 2. Ter um conhecimento profundo dos destinos e atrações turísticas, 3. Fornecer informações e orientação aos turistas, 4. Garantir que os destinos turísticos sejam seguros para turistas e livres de quaisquer atividades criminosas, 5. Garantir que os turistas não sejam vítimas ou enganados durante a sua estadia no país, 6. Garantir que os turistas sejam informados sobre as normas e costumes locais, leis e regulamentos, 7. Agilizar as ações, incluindo investigações e processos criminais que envolvam turistas, 8. Controlar e prevenir quaisquer atividades desagradáveis ou fraudes na indústria do turismo, 9. Fornecer e divulgar informações e assistência aos turistas envolvidos em acidentes, roubos ou perda de documentos importantes 10. Fiscalizar as instituições dos destinos para segurança e proteção dos turistas. [...] (Payam, 2016, p. 6, tradução nossa).

O policial turístico, como primeiro contato do visitante com as autoridades locais, deve atuar como “embaixador” da sua cidade e região. Esse profissional precisa ter uma compreensão aprofundada não apenas dos aspectos técnicos da segurança pública, mas também dos impactos do

turismo na economia e na cultura local. O investimento na qualificação dos profissionais da Polícia Turística é essencial para garantir um atendimento eficaz e alinhado com as expectativas dos turistas, sendo possível, em alguns casos, reverter impressões negativas decorrentes de situações de caráter criminal.

Sobre isso, Mawby (2016, p. 202, tradução nossa) entende que "quando os países têm prestado apoio especializado às vítimas turísticas, existem evidências de que esses serviços são valorizados por elas e podem, de fato, contrariar o impacto negativo que um crime tem nos turistas", o que reforça ainda mais a necessidade de que as Polícias Turísticas recebam a devida atenção e protagonismo próprios de suas atividades.

Por fim, é importante destacar que o Policiamento Turístico é uma atividade inerente à Polícia Turística, pois se trata da materialização de suas ações, servindo como instrumento à perfeita execução de suas atividades próprias de proteção e apoio ao turista, sendo a existência de planejamento anterior ou específico considerado irrelevante.

No entanto, no Policiamento Turístico executado por outras unidades policiais, a existência de um plano operacional prévio é obrigatória para validar e respaldar as ações dentro de um contexto de segurança pública voltada para áreas de interesse turístico. Dessa forma, entende-se que, à Polícia Turística, exige-se apenas o cumprimento de suas ações operacionais e rotineiras, realizadas em razão de sua especialidade e escalas de serviço, para justificarem suas ações de Policiamento Turístico.

#### **4 Atuação e Responsabilidade Territorial**

Para entender a área de atuação e responsabilidade do Policiamento Turístico e da Polícia Turística, é necessário compreender o conceito de malha protetora (ou de proteção) das instituições policiais. No entanto, é importante destacar que a inexistência de regulamentação por um órgão central possibilita que as diretrizes operacionais das polícias apresentem variações em razão de suas capacidades e particularidades

operacionais. A Polícia Militar do Pará, por exemplo, em sua Diretriz Geral de Emprego Operacional, define que:

O conceito de malha protetora é baseado na ocupação de espaços vazios para prevenção ao delito. Consiste na definição de esforços de policiamento de forma escalonada e sucessiva, a partir da célula básica do policiamento preventivo, como 1º esforço, obedecendo ao princípio da responsabilidade territorial, até a utilização de unidades e esforços em recobrimento, para fazer face a eventuais situações de crise ou elevação demasiada da criminalidade em determinados locais. DIRETRIZ GERAL DE EMPREGO OPERACIONAL (nº 001/2014, DGOp/PMPA, 2014, p. 42).

Apesar da existência de pequenas diferenças conceituais ou interpretativas, vale salientar que o elo comum entre todas as definições reside no escalonamento das forças policiais no terreno e principalmente, no foco das ações preventivas e repressivas empregadas com o intuito de prover segurança pública à população. Nesse contexto, Reis (1987, p. 107) corrobora, destacando que a malha protetora visa manter a ordem pública por meio da "prevenção do delito, numa diuturna ação de presença, obstaculizando oportunidades ou dissuadindo a vontade de delinquir, e repressão dos delitos, coibindo e/ou prendendo os infratores".

A doutrina também não apresenta consenso na quantidade exata de esforços (1º, 2º, 3º...), dentro da malha protetora (ou de proteção), no entanto, sem aprofundar-se no assunto e de maneira simplificada, a fim de se alcançar o entendimento necessário, basta compreender que o serviço policial é uma atividade distribuída em níveis crescentes, que se inicia no atendimento mais básico e se estendem até o patamar mais complexo e/ou extremo.

Nesse sentido, verifica-se que o policiamento realizado em áreas turísticas, devidamente formalizado por meio de um plano específico (Ver Tópico "Policiamento Turístico: Uma estratégia de segurança pública aplicada ao turismo (SPAT)"), efetuado por policiais de área (com responsabilidade territorial) ou especializados,

que não estejam atuando de acordo com suas finalidades próprias, não se incluindo aqui o policial turístico, sempre será de esforço ordinário ou de 1º esforço, de acordo com as normas internas da instituição de origem, para ações preventivas e atendimentos gerais de menor complexidade, desde que não envolvam o atendimento direto ao turista. Sobre isso, a Diretriz Geral de Emprego Operacional da Polícia Militar do Pará descreve o esforço ordinário como a:

[...] Ocupação preventiva ou de repressão imediata dos espaços de responsabilidade territorial pelos esforços da célula básica (1Setor, 2GPM, 3Cia PM), por meio de seu efetivo a pé, em bicicletas e motorizado, com vistas a criar um clima de segurança objetiva e subjetiva nas comunidades ou restabelecer a ordem pública. (DIRETRIZ GERAL DE EMPREGO OPERACIONAL, nº 001/2014, DGO<sub>Op</sub>/PMPA, 2014, p. 42).

Por outro lado, a Polícia Turística deve ser compreendida como uma força de 3º ou 4º esforço, dependendo da doutrina adotada, como ocorre na Diretriz Geral de Planejamento e Emprego da Polícia Militar do Paraná, que, embora não mencione especificamente sua unidade de Polícia Turística, elenca, em sua norma interna, a atuação de suas unidades de policiamento especializado dentro de sua malha protetora (ou de proteção) de 4º esforço, definindo-a como o:

1  
2 <sup>1</sup> Setor – É o espaço físico atribuído à responsabilidade de um Pelotão PM; <sup>2</sup> GPM – Grupo Policial Militar; <sup>3</sup>Cia PM – Companhia Policial Militar; <sup>4</sup> UOp – Unidade Operacional (Batalhão).

[...] Lançamento das subunidades, pelotões ou frações constituídas de acordo com a disponibilidade da UOp: policiamento feminino, montado, trânsito, guarda. Estes recobrirão, respectivamente com policiamento a pé e motorizado, montado e suplementado por cães, os locais mais sensíveis à delinquência ou assumindo missões específicas. Este esforço executará também eventos especiais, escolta de valores e de presos, devendo ser apoiado pelo emprego do

pessoal da atividade meio das Unidades e de alunos de escolas de formação, especialização e aperfeiçoamento, quando for o caso. (Diretriz Geral de Planejamento e Emprego da PMPR, nº 004/2000, p. 22).

É importante reforçar que as diretrizes operacionais devem ser precedidas de estudos técnicos e da busca por Referências comprovadamente bem-sucedidas, que respeitem as características de cada esforço policial de forma a otimizar as ações de segurança pública, garantindo a livre circulação de bens e serviços e maior sensação de segurança para todos que utilizem as áreas de interesse turístico para trabalho, lazer e trânsito, contribuindo com a promoção turística e viabilidade do destino.

A inobservância do emprego correto do Policiamento Turístico ou da Polícia Turística configura negligência na gestão de recursos, afetando o desempenho e a motivação dos operadores, resultando em um atendimento sem os requisitos mínimos e necessários para atender às elevadas expectativas do turista, e impactando diretamente na percepção da estrutura de segurança pública voltada ao turismo no destino.

Portanto, é importante esclarecer de forma definitiva que a Polícia Turística não deve ser vista como uma unidade de esforço ordinário ou de 1º esforço tal qual uma “Rádio Patrulha de praia”, banalizando seu emprego operacional e ocupando seus policiais em situações fora de sua especialidade, prejudicando diretamente no tempo de resposta e na eficiência dos atendimentos próprios de sua atividade.

## 5 Policiamento Turístico, Polícia Turística e suas Identidades Visuais

De acordo com o Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP, 2024), em 2023, o Brasil contava com aproximadamente 796.180 profissionais de segurança pública. Destes, 404 mil eram policiais militares, o que torna a Polícia Militar a força policial brasileira com o maior número de

operadores e, conseqüentemente, a responsável pelo maior número de atendimentos à população.

A partir desse dado informativo, a Polícia Militar será utilizada como referência para analisar a identidade visual dos policiais turísticos e dos policiais envolvidos no Policiamento Turístico, bem como suas implicações na percepção dos turistas. Nesse contexto será avaliada a existência de meios de identificação que informem rapidamente a presença policial ao turista, principalmente ao estrangeiro, sobre qual autoridade pública pode atender de forma qualificada a sua demanda específica e se, na inexistência dessa identificação visual do Policial Turístico em relação a outros policiais, poderia existir algum processo paradoxal de “insegurança” pela forte presença ostensiva dos uniformes, equipamentos e viaturas.

3 Rádio Patrulha - Unidade de esforço ordinário ou de 1º esforço, que, na Polícia Militar do Estado do Rio Grande do Norte – PMRN, atua no atendimento de ocorrências de baixa complexidade.

No Brasil, a estética da grande maioria das polícias militares segue os moldes das Forças Armadas, mais especificamente do Exército Brasileiro, sendo essa vinculação prevista pelo artigo 142, § 3º da Constituição Federal de 1988, que define as Polícias Militares e os Corpos de Bombeiros como forças auxiliares e reservas do Exército.

Apesar de algumas variações serem facilmente percebidas nos uniformes policiais, especialmente nas unidades especializadas, como o Batalhão de Operações Especiais (BOPE), cujo fardamento é totalmente preto, ainda assim é possível identificar semelhanças com os trajes utilizados pelas Forças Armadas, que carregam consigo um histórico, identidade visual e estrutura funcional voltados ao combate, à defesa da honra, a integridade e a soberania da Pátria contra agressões externas.

De maneira geral, é impossível não perceber essa herança militar do Exército Brasileiro e o forte

simbolismo presentes nos fardamentos das polícias militares, assim como os efeitos psicológicos esperados, que acabam sendo comuns tanto para o Exército quanto para a Polícia Militar, e que se dividem em aspectos internos, relacionados ao indivíduo e à busca pela sensação de pertencimento e união com a tropa, e aspectos externos, ligados ao trabalho operacional, onde se busca subjugar o inimigo por meio do impacto visual do uniforme, a fim de dissuadi-lo de qualquer intento, favorecendo a colaboração e a rendição, sem a necessidade do confronto e conseqüente perda de vidas. Corroborando com o assunto, Pereira da Silva (2022) destaca que:

[...] O uniforme Policial Militar, não somente no Rio Grande do Norte, mas também nos outros Estados da Federação, traz consigo uma história que reflete no imaginário da população a expectativa de que suas demandas de segurança serão atendidas. As pessoas idealizam, a partir da visualização do efetivo Policial fardado, pessoas destemidas que arriscam suas vidas em prol do bem comum, assim como o próprio Policial, que se apropriando de sua farda estabelece uma completa simbiose, perdendo sua individualidade e se torna uno com o seu grupo, com sua instituição. [...] (PEREIRA DA SILVA, 2022, p. 8).

O turista sabe que os destinos apresentam similaridades em diversos aspectos, como a rede hoteleira, que segue um padrão internacional; a infraestrutura das cidades turísticas, que prioriza as rotas e áreas turísticas; a frota utilizada em *transfers*, que é nova e confortável; e os serviços prestados, que atendem a rigorosos critérios de qualidade. Mas será que ele pode ter a mesma garantia em relação à eficiência da estrutura de policiamento voltada para o turismo no Brasil? O turista consegue identificar facilmente a Polícia Turística para solicitar informações e comunicar situações que requeiram imediata proteção e apoio ou buscaria outros policiais?

A estrutura das 27 Polícias Militares Brasileiras é gerida pelos Governos Estaduais e do Distrito Federal. Embora a identidade visual padrão de suas corporações também seja aplicada ao

Policiamento Turístico, algumas unidades de Polícia Turística adotam adaptações diferenciando-se do policiamento ostensivo geral, mas ainda assim carregam os traços estéticos das Forças Armadas.

A estrutura organizacional e o controle interno das 27 Polícias Militares Brasileiras são de competência dos Governos Estaduais e do Distrito Federal, que, embora adotem a identidade visual padrão de suas corporações, para o Policiamento Turístico, e, em alguns poucos casos, implementam mudanças para a Polícia Turística, ainda assim continuam visualmente com a mesma aparência estética das Forças Armadas.

É importante salientar que a ausência de diferenciação dos uniformes policiais pode gerar uma percepção negativa de segurança por parte dos turistas, levantando dúvidas sobre a tranquilidade do local devido ao forte impacto ostensivo dos fardamentos, viaturas e equipamentos utilizados pelo policiamento ostensivo geral empregado nas áreas turísticas.

Essa forte identidade visual militar presente no fardamento oficial/convencional das instituições policiais, também adotada pelo Policiamento Turístico e pela maior parte das Polícias Turísticas do Brasil, pode confundir, principalmente, turistas estrangeiros, que, acostumados com as forças de segurança especializadas de seus próprios países ou com as Referências adquiridas por suas experiências pessoais em viagens à Europa, aos Estados Unidos da América ou ao Canadá, sabem, em razão de uma maior assertividade visual dessas polícias, exatamente a quem recorrer em situações de crise.

Essas forças internacionais de segurança, que notoriamente seguem as melhores práticas de atendimento ao turista, buscam adotar uma identidade visual característica e distinta em suas polícias, como, por exemplo, o uso do termo *Tourist Police* visível em seus uniformes e viaturas e, em alguns países, até dispensam o uso de armas de fogo nas interações e patrulhamentos com a comunidade turística.

Essa busca por uma identidade própria da Polícia Turística, em relação ao Policiamento

Turístico e às demais unidades, objetiva transmitir ao turista estrangeiro uma percepção de alinhamento internacional no campo da segurança, conferindo maior credibilidade ao atendimento e, por associação ao trabalho realizado em outros países, facilita a rápida identificação dos Policiais Turísticos, favorecendo interações espontâneas e criando um ambiente mais acolhedor e amistoso. Chandran (2019), em sua pesquisa, inclusive, observa que:

[...] os turistas perceberam que o uniforme da Polícia de Turismo e as informações disponíveis sobre os serviços geram confiança, permitindo que se aproximem da equipe. Eles também destacaram que o uniforme é visualmente agradável e facilita a identificação da Polícia de Turismo. (Chandran, 2019, p. 12-13, tradução nossa).

Sobre esse tema, Payam (2016, p. 6, tradução nossa) afirma que "a Polícia Turística deve distinguir-se dos demais agentes de segurança/polícia por um uniforme único e distinto.". Já Loureiro (2021, p. 32) destaca que "para a organização de um modelo de policiamento orientado ao turismo, é fundamental que as equipes possuam uma identificação distinta em seus uniformes, veículos, instalações e equipamentos".

Essa diferenciação, que não deve se limitar somente às questões estéticas, requer estudos específicos, mas, necessariamente, passa pela adoção de um fardamento mais amigável, pela preferência por detalhes azuis (cor tradicionalmente associada ao turismo) e pela adoção e impressão do termo *Tourist Police* como elemento de distinção utilizado nos uniformes, veículos e equipamentos da Polícia Turística.

Essa quebra de paradigma institucional, que envolve a ruptura com o passado e a tradição de uma identidade visual sedimentada na cultura organizacional do Exército Brasileiro, deve ser adotada pelas Polícias e incentivada pelos Governos, com o objetivo de alcançar uma Polícia Turística profissional e, de fato, especializada, sem jamais perder de vista a necessidade de investimentos na formação e qualificação de seu efetivo, já que, como observa Payam (2016, p. 3, tradução nossa), "apenas

mudar o fardamento ou chamar alguém de policial turístico sem treinamento e educação adequada pode, na verdade, ser contraproducente”.

## **6 O Papel da Qualificação Profissional no Policiamento Turístico e na Polícia Turística**

É notória a importância da segurança pública para o turismo, pois o sucesso ou fracasso de suas ações, executadas por meio do trabalho de seus operadores, influencia diretamente na confiança e no bem-estar dos turistas em relação ao local que estão visitando. A criação de unidades especializadas, formação e profissionalização de policiais conscientes de sua atividade e da importância de suas funções para o turismo, têm se mostrado uma estratégia eficaz e efetiva em várias partes do mundo. Para Pizam e Mansfeld (2021), às Polícias especializadas no turismo são:

[...] Polícias especializadas no turismo são mais eficazes a reduzir a criminalidade associada porque têm formação adequada à missão, estão disponíveis e capacitados para apoiar os turistas, reforçam a visibilidade policial preventiva nos locais turísticos e facilitam a articulação com a indústria e a comunidade para resolver os problemas locais de segurança. [...] (Pizam & Mansfeld, 2006, apud Loureiro, 2021, p. 19).

Uma das questões-chave para a eficácia do Policiamento Turístico e da Polícia Turística é a seleção e a formação continuada dos agentes envolvidos. No Policiamento Turístico, exige-se o pleno conhecimento das atividades policiais básicas, bem como de sua constante atualização no atendimento ao público a fim de se evitem erros de protocolo e prejuízos na imagem da instituição e do destino.

Já a formação de um policial turístico exige conhecimentos que vão além da segurança pública convencional, sendo de fundamental importância que esses profissionais também participem de cursos, seminários e eventos relacionados ao turismo, para que possam compreender as especificidades do atendimento ao turista e as demandas do setor, bem como se faz necessário

aprender idiomas estrangeiros, compreender normas culturais e ter a habilidade de mediar situações de conflito que possam surgir entre turistas e habitantes locais.

Como exemplo, Tarlow (2014, p. 16, tradução nossa) observa que “a segurança turística é uma área altamente complexa e que exige conhecimentos diversos, como: habilidades linguísticas, compreensão das diferentes culturas, empatia, respeito às questões de gênero, escuta ativa e autocontrole”.

A qualificação continuada de todos os aplicadores da lei selecionados para atuar em áreas turísticas, envolvidos direta ou indiretamente no atendimento ao turista, é essencial não apenas para o desenvolvimento de suas habilidades técnicas e padronização de ações e condutas, mas também para garantir uma postura profissional que reflita os valores de hospitalidade e segurança que os turistas almejam. Dessa forma, por meio de um calendário anual de ensino e instrução promovido pelas instituições policiais, espera-se que o Policiamento Turístico seja executado por policiais conscientes de sua missão e que a Polícia Turística cumpra de forma integral com seus objetivos e responsabilidades.

Nesse sentido, Payam (2016, p. 5, tradução nossa) ressalta que “o Policial Turístico também deve fornecer assistência e informações aos visitantes, particularmente sobre costumes locais, cultura, leis e atrações da cidade”, o que reforça o entendimento sobre os aspectos multidisciplinares do Policial Turístico, que devem incluir não apenas sua formação policial básica, mas também conhecimentos em áreas como turismo, hospitalidade, mediação de conflitos, comunicação qualificada, relações públicas, qualidade no atendimento, entre outros saberes transversais.

## **7 Policiamento Turístico: uma Estratégia de Segurança Pública Aplicada ao Turismo (SPAT)**

A carência de estratégias governamentais de segurança pública aplicadas ao turismo (SPAT), aliada à inexistência de um planejamento operacional

específico por parte de muitas polícias nas diversas esferas de poder, pode influenciar diretamente na diminuição da venda de pacotes turísticos e nas recomendações do *trade* turístico, tornando um determinado destino inviável, não por questões de infraestrutura, atrações culturais e gastronômicas, mas sim pelo *fator segurança*. Sobre isso, Águas e Brás (2024, p. 5) afirma que “em muitos casos, tem sido a própria indústria turística que alerta o turista para o perigo de viajar para determinados locais onde existe uma boa oferta de serviços turísticos, mas que não possuem os níveis de segurança adequados”.

É fato que, em razão do crime e da insegurança, muitos destinos turísticos, embora populares e com alta demanda, devido a algum evento/incidente específico, podem amargar reduções significativas ou até mesmo esvaziamentos no fluxo de turistas, impactando negativamente na economia local e, conseqüentemente, ocasionando reduções nos números e prejuízos para o setor turístico.

Nesse sentido, Tarlow (apud Loureiro, 2021, p. 15) corrobora que “os crimes cometidos contra turistas têm significativo impacto financeiro na indústria turística e nas comunidades locais, para além de afetarem a reputação do destino por vários anos”. De maneira semelhante, Águas e Brás (2024, p. 5) reforçam que “a insegurança gerada em um destino turístico por determinados acontecimentos, como crimes e atentados, constitui uma preocupação para a indústria do turismo, pois pode repercutir negativamente na escolha do destino e na intenção dos turistas de retornar”.

O Policiamento Turístico não deve ser limitado à esfera operacional e ao emprego tático das equipes de serviço. É fundamental que seja

compreendido também em nível estratégico, como uma resposta técnica para solucionar problemas de segurança pública. Sua atuação impacta diretamente a percepção de segurança de turistas e residentes em áreas de interesse turístico, influenciando a viabilidade do destino.

Para sua execução adequada, torna-se imprescindível que os comandos de policiamento local, regional e as políticas de segurança turística institucionais desenvolvam um planejamento aprofundado, baseado em dados estatísticos de segurança pública e informações de órgãos ligados ao turismo.

Esse plano de ação, que também pode incluir ações integradas com outras instituições, deverá avaliar as especificidades de cada recurso a ser empregado nas áreas turísticas e de grande fluxo de pessoas, relacionadas ou não ao turismo da cidade. Essa importante estratégia de segurança pública aplicada ao turismo exige não apenas o conhecimento profundo da região ou corredor turístico, mas também das rotinas das áreas comercial, hoteleira, bancária, do fluxo de veículos, entre outros aspectos.

Por fim, vale destacar que a atuação do Policiamento Turístico não deve se limitar apenas à repressão criminal, mas também promover uma maior sensação de segurança para a comunidade turística, através de ações complementares às atividades da Polícia Turística local, sejam realizadas pela unidade especializada da Polícia Militar ou pela delegacia especializada da Polícia Civil. Dessa forma, o Policiamento Turístico não somente garante a incolumidade física dos turistas, mas também contribui para a construção de um ambiente mais seguro e acolhedor para todos.

## 8 Distingões Conceituais: Policiamento Turístico x Polícia Turística

A seguir, apresentamos uma tabela explicativa que busca delinear as principais diferenças entre o Policiamento Turístico e a Polícia Turística, visando esclarecer as funções e objetivos de cada abordagem:

**Tabela 1** – Distingões entre Policiamento Turístico e Polícia Turístico

O que não é Polícia Turística?	O que é Polícia Turística?
--------------------------------	----------------------------

1. Atuação de Rádio Patrulha;	1. Atendimento especializado na segurança e proteção ao turista;
2. Responsabilidade territorial;	2. Atuação onde o turista e o turismo necessitar;
3. Suplementação em áreas turísticas com eventos voltados à residentes;	3. Suplementação em áreas turísticas com eventos voltados à turistas;
4. Barreiras, bloqueios ou <i>checkpoints</i> com ações unicamente ligadas a Segurança Pública, mesmo que ocorram em corredores turísticos;	4. Barreiras, bloqueios ou <i>checkpoints</i> que tenham finalidade de estabelecer proximidade com turistas ou visitantes, normalmente de caráter educativo com ou sem apoio de outros órgãos ligados ao setor turístico;
5. Processo específico de policiamento: Bicicleta, Quadriciclo, a pé, etc.	5. Atuação em qualquer processo: Bicicleta, Quadriciclo, a pé, etc.
6. Ações de caráter exclusivamente preventivo;	6. Foco em ações preventivas, com atuação repressiva em situações excepcionais;
7. Policiamento ostensivo geral/convencional	7. Polícia Turística (Exclusividade);
8. Formação policial básica;	8. Formação policial básica e multidisciplinar (Idiomas estrangeiros, mediação de conflitos culturais, etc...);
9. Uso exclusivo de doutrina policial e manuais técnicos (Generalistas).	9. Uso da doutrina policial e manuais (Generalistas) e doutrina específica (criação, desenvolvimento e difusão).
10. Emprego exclusivo de efetivo policial fardado.	10. Policiamento fardado ou velado especializado.

Fonte: O Autor, Silva, O. Pereira (2025).

**Tabela 2** – Distinções entre Policiamento Turístico e Polícia Turística

O que não é Policiamento Turístico?	O que é Policiamento Turístico?
1. Atribuição exclusiva a uma única unidade ou órgão policial.	1. Atuação planejada e, frequentemente, integrada a diversas unidades ou órgãos policiais.
2. Atuação voltada para o atendimento do turista;	2. Responsabilidade territorial em áreas turísticas e de preservação do patrimônio, voltada para a segurança pública de todos;
3. Ações de caráter exclusivamente preventivo	3. Ações preventivas e repressivas;

4. Emprego exclusivo de efetivo policial fardado.	4. Policiamento fardado ou velado, uso de câmeras de monitoramento, sinalizações e de outros recursos tecnológicos.
5. Ações pontuais promovidas por algum Comando em áreas turísticas sem nenhum vínculo com o planejamento do Policiamento Turístico local, normalmente motivado por ações repressivas ou emergenciais.	5. Barreiras, bloqueios ou <i>checkpoints</i> planejados, com a finalidade de contribuir para a segurança dos turistas e de todos que frequentam as áreas de interesse turístico
6. Processo específico de policiamento: Bicicleta, Quadriciclo, a pé, etc.	6. Utilização de vários processos de policiamento: Bicicletas, Quadriciclos, Cavalos, Etc.
7. Responsabilidade no Policiamento em eventos voltados à turistas;	7. Responsabilidade no Policiamento em eventos voltados à turistas e residentes;

Fonte: O Autor, Silva, O. Pereira (2025).

A Organização Mundial do Turismo define em seu código de ética (OMT, 1999, p. 4) que “as autoridades públicas têm a missão de proteger turistas e visitantes, assim como de seus pertences”, dessa forma, espera-se que o sistema de segurança, por meio de suas polícias, possa dirimir qualquer dúvida acerca do tema em âmbito institucional, sendo esta tabela explicativa um recurso auxiliar de fácil acesso para que todos compreendam rapidamente as funções e os objetivos do Policiamento Turístico e da Polícia Turística no contexto específico da segurança pública voltada ao turismo.

## 9 Considerações Finais

A falta de compreensão acerca do tema “Policiamento Turístico” e da “Polícia Turística” resulta em incorreções conceituais que continuam a ser reproduzidas ao longo do tempo, especialmente em revistas e sites especializados, manuais policiais, cursos de formação e especializações profissionais, onde essas distorções continuam sendo propagadas de forma equivocada e sem fundamentação lógica, como ocorre, por exemplo, no caso do “Curso de Policiamento Turístico”, que deveria ser substituído por “Curso de Polícia Turística”.

Esse entendimento se fundamenta no fato de que não é possível conceber um curso de Policiamento Turístico em nível operacional, uma vez que, nesse nível, o policial deve se basear exclusivamente nos princípios da teoria geral de policiamento ostensivo, em técnicas policiais e de Polícia Comunitária para guiar suas ações de patrulhamento, permanência e atendimento ao

público, sendo necessário apenas avaliar o perfil dos operadores.

Vale destacar, inclusive, que, por não se tratar de um tipo de policiamento complexo, alguns policiais, por desconhecerem o Plano de Policiamento Turístico local, podem não perceber que estão atuando neste tipo específico de policiamento, julgando estarem apenas executando atividades peculiares ao seu serviço diário.

Por outro lado, o curso voltado ao especialista, que deve ser focado no nível estratégico, caso a terminologia “Curso de Policiamento Turístico” ainda assim seja mantida, deve oferecer em sua grade curricular disciplinas que envolvam a análise técnica da região turística, dos recursos a serem empregados, com base em variáveis, como dados estatísticos, tipo de terreno, fluxo de pessoas, mobilidade do policiamento, criação de cartões programa, integração com diversas unidades policiais e órgãos, entre outras alternativas táticas, com o objetivo de se produzir o conhecimento

necessário para traçar as diretrizes operacionais do Plano de Policiamento Turístico nas áreas de especial interesse turístico.

Com base no que foi exposto, seria mais adequado tecnicamente que o “Curso de Policiamento Turístico” fosse incorporado como uma disciplina no currículo do “Curso de Polícia Turística”. Dessa forma, a especialidade em questão seria o objetivo final, e não o meio ou ferramenta necessária para a execução de uma atividade operacional específica (o Policiamento Turístico) voltada à garantia da segurança pública em áreas turísticas, que inclusive, pode ser aplicada por qualquer unidade ou policial, sem maiores dificuldades.

Também é importante destacar que esses repetidos erros de interpretação conceitual e os equívocos no emprego policial dentro malha protetora (ou de proteção) da segurança local, que tornaram o Policiamento Turístico e a Polícia Turística sinônimos e contribuem para a desinformação tanto no âmbito interno, das instituições de segurança pública, quanto externo, junto ao público, necessitam de imediata correção para que não comprometam a imagem das unidades de Polícia Turística e afetem a noção de identidade social de seus operadores, colocando em dúvida o seu profissionalismo e depreciando a sua auto compreensão sobre o seu verdadeiro papel funcional.

Para Tajfel (apud Valentim, 2008, p. 110), essa identidade social está “ligada ao conhecimento de sua pertença a certos grupos sociais e à significação emocional e avaliativa que essa pertença representa”. Dessa forma, é essencial que os policiais turísticos compreendam e expressem sua própria identidade profissional, tornando-se conscientes de sua missão e tendo um entendimento claro sobre suas funções e objetivos dentro do sistema de segurança pública.

Com isso, espera-se que os Policiais Turísticos, ao perceberem a importância do seu trabalho e o seu valor enquanto indivíduos e membros de um grupo de relevância dentro da

corporação, possam alcançar altos índices de excelência no trato diário para com o turista, contribuindo para a criação de um ambiente mais seguro e acolhedor.

Essa necessidade deve transcender a esfera teórica, atingindo a prática, com foco na qualidade do atendimento, focada na atividade fim, ou seja, junto ao turista e onde o turismo precisar. Isso decorre da realidade de que municípios, estados ou países com forte potencial turístico, como o Brasil, precisa ampliar o fluxo de turistas que buscam, principalmente, segurança e tranquilidade em sua estadia, e que possuam aplicadores da lei devidamente qualificados para respeitarem sua cultura, raça, credo e outros aspectos pessoais, sociais e psicológicos.

Dessa forma, esses locais podem obter mais benefícios, como o aumento da circulação de moeda e o fortalecimento da economia interna impulsionada pelo turismo. Nesse contexto, Paraskevas e Arendell (apud Loureiro, 2021, p. 17) concluem que: “Para países onde o turismo é fulcral, é imperativo uma abordagem proativa e estratégica no reforço da segurança percebida pelos turistas”.

Este artigo nos levou a refletir sobre a necessidade de formação continuada das forças policiais que atuam nas áreas de interesse turístico, a necessidade de revisar os conceitos analisados, sua precisa utilização e o correto emprego do Policiamento Turístico, além da criação de unidades de Polícia Turística, baseadas na doutrina policial aplicada ao turismo, que, mesmo de forma dispersa e ainda em processo de formulação no Brasil, busca atender a crescente demanda por mais segurança e bem estar social dos turistas, contribuindo para a promoção da imagem dos destinos, o crescimento da economia e a construção de um ambiente favorável ao turismo seguro. Sobre esse aspecto, Morales (2002) destaca que:

[...] O turista do novo milênio exige segurança, pois já teve acesso ao conforto, à variedade de opções e modalidades turísticas, e já demonstrou seu descontentamento com o turismo

de massa, tendo, em grande parte, saciado seu desejo por turismo. (Morales, 2002, p. 8, tradução nossa).

Por fim, propomos que o conceito de segurança pública aplicada ao turismo (SPAT) seja adotado como diretriz estratégica de gestão pública em destinos turísticos. Sugerimos, ainda, que todas as unidades policiais responsáveis pelo atendimento ao turista implementem as recomendações relativas à formação continuada e aos conceitos aqui apresentados, promovendo-os amplamente, com o

objetivo de fomentar um debate nacional e impulsionar a produção científica em todas as forças de segurança e esferas de poder.

O objetivo é adotar as melhores práticas implementadas nas Polícias Turísticas ao redor do mundo, aprimorar a atuação das instituições de segurança pública brasileiras nas áreas de interesse turístico, fortalecer a confiança dos turistas e reforçar a credibilidade da atuação policial entre todos que trabalham e vivem do turismo.

## Referências

ÁGUAS, Paulo; BRÁS, Maria da Fé. **Percepção de segurança pública**. Encontros científicos. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=4788984>. Acesso em: 5 de janeiro de 2025, às 18h40min.

DE ALBUQUERQUE, K.; MCELROY, J. **Tourism and crime in the Caribbean**. *Annals of Tourism Research*, v. 26, n. 4, p. 968–984, 1999.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

RIO GRANDE DO NORTE. **Decreto nº 21.610, de 07 de abril de 2010**. Dispõe sobre a criação da Companhia Independente de Policiamento Turístico – CIPTUR, na estrutura organizacional básica da Polícia Militar, aprova os respectivos organogramas e quadro de organização, e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Rio Grande do Norte, 07 abr. 2010. Disponível em: <http://adcon.rn.gov.br/ACERVO/gac/DOC/DOC000000000063881.PDF>. Acesso em: 16 de janeiro de 2025, às 12h30min.

BRUNT, P.; MAWBY, R.; HAMBLY, Z. **Tourist victimisation and the fear of crime on holiday**. *Tourism Management*, v. 21, n. 4, p. 417-424, 2000.

CHANDRAN, A. **The efficacy of tourism oriented policing and protection services in Puducherry: A mixed method inquiry**. *Atna Journal of Tourism Studies*, v. 14, n. 1, p. 31-45, 2019. DOI: <https://doi.org/10.12727/ajts.21.3>. Acesso em: 05 de janeiro de 2025, às 22h15.

CROTTS, J. C. **Theoretical perspectives on tourist criminal victimisation**. *The Journal of Tourism Studies*, v. 7, n. 1, p. 2-9, 1996.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. **Raio-x das forças de segurança pública no Brasil**. São Paulo: Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2024. Infográfico.

LOUREIRO, S. F. (2021). **Gestão estratégica da segurança pública no contexto do turismo: Para uma especialização na Polícia de Segurança Pública**. *5.º Curso de Direção e Estratégia Policial*, Trabalho Individual Final. Lisboa.

MATAKOVIC, Hrvoje; CUNJAK MATAKOVIC, Ivana. **The impact of crime on security in tourism**. *Security & Defence Quarterly*, v. 27, n. 5, 2019. ISSN 2300-8741, eISSN 2544-994X. Disponível em: <https://securityanddefence.pl/pdf-115539-45172?filename=45172.pdf>. Acesso em: 18 jan. 2025, às 11h16.

MAWBY, R. **Policing policies in cities dependent on tourism: developing an evidence-based approach.** *International Journal of Police Science & Management*, v. 18, n. 3, p. 195-205, 2016. DOI: <https://journals.sagepub.com/doi/abs/10.1177/1461355716653276?journalCode=psma>. Acesso em: 25 de dezembro de 2024, às 22h05.

MICHALKO, G. **Tourism eclipsed by crime.** *Journal of Travel & Tourism Marketing*, v. 15, n. 2-3, p. 159-172, 2003.

MIRANDA, Ana Lúcia Kosloski; ALBACH, Valéria de Meira. **Policamento Turístico no Paraná: Experiência de Foz do Iguaçu como sugestão à Ilha do Mel.** REVISTA APROXIMAÇÃO, v. 6, n. 11, p. 4, jan.-mar. 2024. ISSN 2675-228X. Guarapuava, Paraná, Brasil.

MORALES, S. **Análisis del concepto de seguridad turística.** 2002. Disponível em: <https://www.semae.es/wp-content/uploads/Psicosociologia-Turismo.pdf>. Acesso em: 26 dez. 2024, às 23h10.

NAÇÕES UNIDAS NO BRASIL. **Turismo global deve retomar nível pré-pandemia em 2024.** Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/258446-turismo-global-deve-retomar-n%C3%A0vel-pr%C3%A0-pandemia-em-2024>. Acesso em: 23 dezembro de 2024, às 22h.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO TURISMO (OMT). **Código mundial de Ética e Turismo (1999, P. 4).** Disponível em: [https://www.each.usp.br/turismo/livros/codigo\\_de\\_etica\\_mundial\\_para\\_o\\_turismo\\_UNWTO.pdf](https://www.each.usp.br/turismo/livros/codigo_de_etica_mundial_para_o_turismo_UNWTO.pdf). Acesso em: 02 de dezembro de 2024, às 22h10.

PAYAM, M. **Tourists' security: The need for tourism police in Bosnia and Herzegovina.** *British Journal of Economics, Management & Trade*, v. 12, n. 1, p. 1-9, 2016. DOI: <https://doi.org/10.9734/BJEMT/2016/23135>. Acesso em: 03 de janeiro de 2025, às 20h40.

PARANÁ. **Diretriz Geral de Planejamento e Emprego da PMPR, nº 004/2000**, de 16 de junho de 2000. Curitiba: Polícia Militar do Paraná, 2000. Disponível em: <https://silo.tips/download/16-jun-de2000-em-diretriz-n-004-pm-3-diretriz-geral-de-planejamento-e-emprego-d>. Acesso em: 21 de janeiro de 2025, às 14:31. p. 21-22.

PARÁ. **Diretriz Geral de Emprego Operacional da Polícia Militar do Pará, nº 001/2014, DGOp/PMPA.** Abril/2014. Disponível em: [https://www.pm.pa.gov.br/images/2020/Portarias/diretriz\\_geral\\_para\\_emprego\\_operacional.pdf](https://www.pm.pa.gov.br/images/2020/Portarias/diretriz_geral_para_emprego_operacional.pdf). Acesso em: 21 janeiro de 2025, às 14:15. p. 42

PARASKEVAS, A., & ARENDELL, B. (2007). **A strategic framework for terrorism prevention and mitigation in tourism destinations.** *Tourism Management*, 28(6), 1560-1573. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.tourman.2007.02.012>. Acesso em: 02 de janeiro de 2025, às 21h50.

PEREIRA DA SILVA, O. **Estudo sobre o uniforme operacional da PM-RN: Já fui cáqui, azul e, hoje, cinza... Mas quem eu devo ser?** 2022. Trabalho acadêmico apresentado ao Curso de Aperfeiçoamento de Oficiais da Polícia Militar do Rio Grande do Norte (CAO-2022), como requisito para a aprovação no curso de especialização em Gestão de Segurança Pública e Cidadania. Natal/RN, 2022.

PIZAM, A.; MANSFELD, Y. **Toward a theory of tourism security.** In: MANSFELD, Y.; PIZAM, A. (Ed.). **Tourism, security and safety: From theory to practice.** 1.ª ed. Oxford: Butterworth-Heinemann, 2006. p. 1-28. DOI: <https://doi.org/10.1016/B978-0-7506-7898-8.50004-7>. Acesso em: 02 de janeiro de 2025, às 23h50.

REIS, Marco Antônio Gomide. **A evolução do policiamento ostensivo: sua execução na capital.** *O Alferes*, ano 5, n. 13, p. 99-108, abr./maio/jun. 1987. Disponível em:

<https://revista.policiamilitar.mg.gov.br/index.php/alferes/article/view/375/358>. Acesso em: 21 de janeiro de 2025, às 14:47.

RYAN, C. **Crime, violence, terrorism and tourism: an accidental or intrinsic relationship?** *Tourism Management*, v. 14, n. 3, p. 173-183, 1993.

TARLOW, P. **Letter from America: A short history of tourism oriented policing services.** *Crime Prevention and Community Safety: An International Journal*, v. 2, n. 1, p. 55-58, 2000. DOI: <https://link.springer.com/article/10.1057/palgrave.cpcs.8140046>. 04 de janeiro de 2025, às 21h50.

TARLOW, PETER E. **Tourism security: strategies for effectively managing travel risk and safety.** Oxford: Elsevier, 2014.

TAJFEL, H. (1972). La catégorisation sociale. In: **Moscovici, S.** (Org.), *Introduction à la psychologie sociale: v. 1* (pp. 272-302). Paris: Larousse.

VALENTIM, Joaquim Pires. **Identidade pessoal e social: entre a semelhança e a diferença.** *Psychologica*, 2008. Disponível em: [https://estudogeral.uc.pt/bitstream/10316/18441/1/Identidade%20pessoal%20e%20social\\_entre%20a%20semelhan%c3%a7a%20e%20a%20diferen%c3%a7a.pdf](https://estudogeral.uc.pt/bitstream/10316/18441/1/Identidade%20pessoal%20e%20social_entre%20a%20semelhan%c3%a7a%20e%20a%20diferen%c3%a7a.pdf). Acesso em: 17 de janeiro de 2025, às 19h56.

# SEGURANÇA PÚBLICA E DIREITOS CIVIS: A VISÃO DE INTEGRANTES DA POLÍCIA MILITAR DO RIO GRANDE DO NORTE: UMA ANÁLISE SOBRE DESIGUALDADES RACIAIS E ABORDAGEM POLICIAL<sup>22</sup>

*Edu Silvestre de Albuquerque<sup>23</sup>*

*João Batista da Silva<sup>24</sup>*

*Regivaldo Sena Rocha<sup>25</sup>*

**RESUMO:** A pesquisa analisou a percepção de integrantes dos batalhões das zonas Norte, Sul, Leste e Oeste, da capital potiguar, da Polícia Militar do Rio Grande do Norte (PMRN), acerca das desigualdades raciais na sociedade, particularmente no que se refere a ação policial em abordagem de rua. A metodologia operacional foi baseada na aplicação de questionários entre os agentes de segurança da PMRN, que foram separados em grupos amostrais por cor e tempo de serviço, independente de cargo na instituição. Neste artigo, exploramos os resultados da pesquisa no que se refere ao grupo amostral cor de pele.

**Palavras-chave:** Segurança Pública; Violência Urbana; Desigualdade Social; Cor.

**ABSTRACT:** The research analyzed the perception of members of battalions in the North, South, East and West zones, of the capital of Rio Grande do Norte, of the Military Police of Rio Grande do Norte (PMRN), regarding racial inequalities in society, particularly with regard to police action in street approaches. The operational methodology was based on the application of questionnaires among PMRN security agents, who were separated into sample groups by color and length of service, regardless of position in the institution. In this article, we explore the research results as they relate to the skin color sample group.

**Keywords:** Public Security; Urban Violence; Social Inequality; Color.

Recebido em 12 março de 2025

Aprovado em 29 de maio de 2025

<sup>22</sup> Pesquisa aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa da UFRN. Protocolo na Plataforma Brasil CAAE: 64725322.6.0000.5292, sob o título Segurança pública e direitos civis: a visão da instituição militar do RN sobre as desigualdades raciais, e tendo por pesquisador responsável Edu Silvestre de Albuquerque. A pesquisa seguiu os aspectos éticos da pesquisa, conforme a Resolução CNS n.º 466, de 12 de dezembro de 2012, inclusive com a elaboração do TCLE. A pesquisa foi autorizada na PMRN por meio do Processo SEI n.º 01510114.002551/2022-66.

<sup>23</sup> Doutor em Geografia Humana (UFSC). Docente do Programa de Pós-Graduação e Pesquisa em Geografia da UFRN. E-mail: 2congeo@gmail.com.

<sup>24</sup> Especialista em Gestão de Segurança Pública (EALRN) e Doutor em Educação em Ciências Sociais (UFRN). Tenente coronel da PMRN. E-mail: jbsbrown@yahoo.com.br.

<sup>25</sup> Bacharel em Ciências Sociais e Administração Pública (UFRN); Bacharel em Segurança Pública (UEPB/CFO PMPB), Mestre em Geografia (PPGE/UFRN). Tenente da PMRN Email: regivaldosn@gmail.com

## 1 Introdução

Em que pese as ações institucionais adotadas pelo Estado brasileiro, este não tem conseguido proporcionar a segurança devida a todos os cidadãos, o que, conseqüentemente, tem colocando as cidades brasileiras entre os lugares mais perigosos do mundo para se viver. Por outro lado, a violência no Brasil encontra múltiplas causas que se entrelaçam numa teia socialmente complexa e que parecem reforçar a fragmentação do tecido urbano.

Nesse sentido, há um sentimento enraizado na sociedade brasileira de que o cidadão pobre é alvo preferencial das abordagens policiais, e de que o sistema judicial não usa do mesmo rigor quando os casos envolvem os chamados crimes de colarinho branco. Em paralelo, vivenciamos a escalada do uso de todo tipo de drogas, unindo numa rede antes improvável, traficantes internacionais, sistema financeiro, narco estados, gangues de traficantes que aliciam menores nas comunidades e usuários, desde moradores de rua até as classes mais abastadas da sociedade. Este, portanto, são alguns dos muitos fatores que intensificam e complexificam o cotidiano do trabalho policial, em especial, o militar, dado que, constitucionalmente, é a Polícia Militar (PM) a responsável pelo policiamento ostensivo, seja ele preventivo ou repressivo — nos preceitos legais.

Para além desse complexo *locus* da prática da atividade profissional, na discussão sobre o tema da violência urbana no país, raramente se considera a opinião dos próprios agentes de segurança sobre os problemas sociais brasileiros e em relação às suas próprias ações de policiamento e/ou políticas de segurança pública (Sapori, 2007; Silva Júnior; Rondon Filho, Silva *et al.*, 2022). Nessa perspectiva, é importante que se registre que essa problemática da ausência de participação desses profissionais em pesquisas e produções acadêmicas, pode ter ocorrido dado ao reconhecimento tardio das Ciências Policiais, que no Brasil ocorreu somente em 2019 (Batista da Silva; Rondon Filho, 2021), mesmo tendo havido uma larga produção em segurança pública, sobretudo nas academias de polícias

militares, a partir dos anos 1980 (Silva Júnior; Rondon Filho, Silva *et al.*, 2022).

Nesse contexto, visando contribuir mesmo que localizadamente, escolhemos como objeto de pesquisa *a percepção dos policiais militares do Rio Grande do Norte em relação aos aspectos sociais e raciais das ações de policiamento de rua*, com o propósito de fornecer subsídios para as políticas públicas destinadas à orientação e à padronização da ação policial no que se refere ao policiamento ostensivo e às abordagens de rua, de integrantes da Polícia Militar do Rio Grande do Norte (PMRN), pertencentes aos quatro batalhões de polícia militar, os quais são responsáveis pelo policiamento nas zonas Norte, Sul, Leste e Oeste, do município do Natal.

O artigo está dividido em cinco partes. Na primeira é feita uma breve introdução contextualizando a pesquisa. Na segunda são apresentados os aportes metodológicos que nortearam o estudo. Na terceira parte, resgata-se a opinião de órgãos de mídia, de organizações sociais não governamentais e de pesquisadores acadêmicos sobre o tema da abordagem policial e a questão racial no Brasil. Na quarta parte, analisamos a percepção da corporação PMRN, através de seus agentes de segurança, no que se refere a sua própria ação de policiamento e abordagem. E na quinta apresentamos nossas considerações finais acerca dos resultados.

## 2 Metodologia

Para avançarmos além da perspectiva mais recorrente (acadêmica) de examinar as relações de poder na perspectiva da história institucional, tal como descrita metodologicamente por Michel Foucault. Optamos pela análise da fenomenologia. Para Nascimento e Costa (2016, p. 44), as potencialidades de aplicação da abordagem fenomenológica ao campo da ciência geográfica residem na possibilidade de “trabalhar com a experiência, ou seja, o espaço vivido e existencial do indivíduo, que serão considerados sobre diferentes perspectivas, principalmente os valores que o indivíduo adquire no cotidiano.” Em outras

palavras, “o objetivo do método fenomenológico é descrever a estrutura integral da experiência vivida, os significados que essa experiência tem para os indivíduos que a vivenciam.” (Nascimento e Costa, 2016, p. 45).

A corporação policial militar, sobretudo em suas atividades operacionais, conformam um espaço vivido, cuja “objetividade não provém de regras estritas de observação, mas do uso possível das diversas interpretações na compreensão do comportamento social dos atores no espaço.” (Gomes, 1996, p. 320). Retomando Nascimento e Costa (2016, p. 49), “quando o pesquisador geógrafo vai a campo, é necessário decompor essa observação conforme a interpretação do observado, de seus valores, isto é, de sua forma própria de entender essa realidade.”

Por outro lado, como teoriza Silva Júnior *et al.* (2022), as especificidades, os códigos e as matizes que compõem a complexidade de determinada profissão, só àquele corpo profissional é possível conceber. Nessa perspectiva, em que pese o rigor científico que o pesquisador acadêmico busca imprimir, cujo método lhe é peculiar, a interação com o pesquisador policial pode contribuir significativamente para ampliar a compreensão desse “campos” e “habitus” (Bourdieu, 1989) profissional, *sui generis*, pertencentes à instituição polícia, em especial, a militar.

Para tanto, foram aplicados 182 questionários junto aos Oficiais e Praças da PMRN, da capital potiguar. Como critério de inclusão se estabeleceu a necessidade do policial participar ou ter participado de ações de abordagem. A aplicação dos questionários foi realizada junto aos batalhões da PMRN, responsáveis pelas quatro zonas geográficas da cidade de Natal, mediante apresentação da pesquisa ao comando de cada

batalhão e/ou diretamente aos comandados durante a formatura matinal. Os questionários foram preenchidos eletronicamente por meio do *GoogleForms*<sup>26</sup>, através de link encaminhado aos policiais que participaram voluntariamente da pesquisa.

## 2 A ação policial e a questão racial brasileira

O Censo Demográfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) de 2022, revela que 55,5% dos brasileiros se autoidentificam como negros ou pardos. Em que pese a discussão acerca do significado do termo pardo (Silva, Fonseca, 2020), a mestiçagem, neste caso, indica geralmente a presença de algum ancestral negro, demonstrando a importância dos afro-brasileiros na formação étnica do brasileiro (Ribeiro, 1995). Não obstante, ainda estarmos distantes de uma situação de igualdade racial no país, fruto tanto da permanência de atitudes sociais de julgamento pela aparência, quanto da insuficiência de políticas públicas que efetivamente tirem o negro da condição de invisibilidade social (sobretudo nos campos da política e da economia).

Nessa perspectiva, é necessário destacar que essa construção social, denominada por Almeida (2018), como *racismo estrutural* é um elemento fundante de uma concepção social, que conforma a estruturação econômica, política e social de uma sociedade. No Brasil, esta condição se reifica de várias formas, por meio de práticas formais, mas também de maneira dissimulada, no cotidiano social, mascarando o racismo (materializada, inclusive, por meio do *mito da democracia racial*), que na sociedade brasileira, foi direcionada à população negra, trazida escravizada para o Brasil<sup>27</sup>.

26 Disponível em: [https://docs.google.com/forms/d/e/1FAIpQLScAix5SWuZKjyyJ5Q\\_VibllGY3uwgrFOw64TGTY-XdPdE9o8g/closedform](https://docs.google.com/forms/d/e/1FAIpQLScAix5SWuZKjyyJ5Q_VibllGY3uwgrFOw64TGTY-XdPdE9o8g/closedform). Acesso em: 24 dez. 2023.

27 No continente americano, o Brasil foi o país que importou mais escravos africanos. Entre os séculos XVI e meados do

XIX, vieram cerca de 4 milhões de homens, mulheres e crianças, o equivalente a mais de um terço de todo comércio negreiro. Disponível em: [https://brasil500anos.ibge.gov.br/territorio-brasileiro-e-povoamento/negros#:~:text=Presen%C3%A7a%20negra,%C3%A9%20exatamente%20para%20ser%20comemora da](https://brasil500anos.ibge.gov.br/territorio-brasileiro-e-povoamento/negros#:~:text=Presen%C3%A7a%20negra,%C3%A9%20exatamente%20para%20ser%20comemora da.). Acesso em: 07 jan. 2024.

Assim, as formas de agir e pensar de determinada sociedade (Durkheim, 1990) se reproduzem nas instituições sociais — famílias, escola, justiça, polícia, entre outras — o que necessariamente não implica em materialização do racismo institucional. Este, por seu turno, quando se efetiva, ocorreria oficialmente por meio de normas estabelecidas.

Por outro lado, a mídia também repercutiu as políticas de segurança pública no que se refere à questão racial. Assim, o site UOL publicou em 15 de julho de 2020 que “Negros são 75% dos mortos pela polícia no Brasil, segundo relatório”, fazendo referência ao documento produzido pela Rede de Observatórios da Segurança, grupo de estudos ligado ao Centro de Estudos de Segurança e Cidadania (CESeC). O site R7, do Grupo Record, em 03 de junho de 2020, noticiou que “Em São Paulo, a Polícia Militar mata um negro por dia e protestos são frequentes”, afirmando que de acordo com dados oficiais do governo paulista, a cada 16 horas um negro foi morto pela Polícia Militar de São Paulo (PMESP), no primeiro trimestre de 2020. Das 203 mortes de civis em confronto com a PMESP, que trazem informação da cor da pele nos boletins de ocorrências, 129 vítimas (63,5%) são pretos ou pardos<sup>28</sup>.

O site RBA Rede Brasil Atual, em 23 de abril de 2021, trouxe a manchete “Segundo pesquisa, 78% dos mortos pela polícia são negros”, refletindo dados de 2020 que apontariam por parte das abordagens policiais um “racismo histórico no país”<sup>29</sup>. A matéria se baseia em dados do Monitor da Violência, uma parceria entre site G1, Fórum Brasileiro de Segurança Pública e Núcleo de Estudos da Violência da USP. Ainda, segundo o mesmo site,

Confrontando os dados da letalidade da polícia por cor, apresentados pela Rede de Observatórios da Segurança — CESeC com a classificação por cor do Censo Demográfico do IBGE — 2010, observa-se que a

reproduzindo a fala de Dennis Pacheco, pesquisador do Fórum: “O motivo é histórico. A gente tem uma representação social da população negra no Brasil que foi construída por meio da escravidão”. E continua o mesmo pesquisador: “A perspectiva de que o negro é perigoso, de que ele é pobre, de que tem uma tendência maior a estar envolvido em atividades criminosas acaba tendo impacto na forma como essas pessoas são abordadas”. Por seu turno, de acordo com a fala de Jurema Werneck, diretora-executiva da Anistia Internacional no Brasil; para quem “Além dos agentes de segurança, a responsabilidade por esses números também deve ser atribuída às instituições do sistema de justiça”.

O site CNN Brasil, do grupo estadunidense CNN, em matéria publicada em 14 de dezembro de 2021, noticiou que “Um negro é morto pela polícia a cada quatro horas, aponta levantamento”, citando também a Rede de Observatórios da Segurança — CESeC<sup>30</sup>. A afirmação estaria baseada nos seis estados onde o instituto realiza seus estudos. A matéria ainda menciona a pesquisa “Pele alvo: a cor da violência policial”, elaborada pela própria ONG, com base em dados obtidos pela Lei de Acesso à Informação, que registrou que das 2.653 mortes provocadas pela polícia, 82,7% delas foram de pessoas negras, sendo que o Rio de Janeiro lidera em termos absolutos (representando cerca de 86% das vítimas) e a Bahia em termos relativos, com 98%. Na Região Nordeste, os dados informados apontam que no Piauí, 91% das vítimas da violência letal da polícia no estado foram negras e, em Pernambuco, onde a proporção de negros mortos nessas ações chegou a 97%.

28 Disponível em: <https://noticias.r7.com/sao-paulo/em-sao-paulo-pm-mata-um-negro-por-dia-e-protestos-sao-frequentes-03062020>. Acesso em: 10 fev. 2022.

29 Disponível em: <https://www.redebrasilatual.com.br/cidadania/2021/04/>

segundo-pesquisa-78-dos-mortos-pela-policia-sao-negros/. Acesso em: 10 fev. 2022.

30 Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/nacional/um-negro-e-morto-pela-policia-a-cada-quatro-horas-aponta-levantamento/>. Acesso em: 10 fev. 2022.

letalidade policial entre cidadãos da cor preta ou parda é maior do que a participação percentual destes grupos na população brasileira (Tabela 1).

<b>Tabela 1 – Letalidade Policial segundo a cor — Brasil e UFs selecionadas (em %)</b>		
País/UF	Letalidade policial para cor preta e parda	Participação de pretos e pardos na população
Brasil	82,7	50,7
RJ	86	51
BA	98	76
PI	91	73
PE	97	61
RN	-	57,7

**Fontes:** SIDRA IBGE — Censo Demográfico de 2010; Rede de Observatórios da Segurança, 2021.

Embora para os movimentos sociais de defesa dos direitos dos negros essas taxas de letalidade policial indiquem claramente uma ação racialista<sup>5</sup>, a situação torna-se mais complexa ao se analisar o rendimento das pessoas por cor<sup>31</sup>. Na Tabela 2, percebe-se que a exceção de Pernambuco, o percentual de pretos e pardos com rendimento é bastante inferior a sua participação na composição racial das UFs selecionadas. Assim, se no Rio de Janeiro pretos e pardos representam 51% da população, configuram somente 33,1% das pessoas com rendimento. Por seu turno, na Bahia, onde pretos e pardos são 76% da população do estado, estes detêm somente 51, % do pessoal com rendimento.

<b>Tabela 2 – Pessoas de 10 anos ou mais de idade, com rendimento, por cor — Brasil e UFs selecionadas (em %)</b>						
	Brasil	RJ	BA	PI	PE	RN
<b>Total</b>	100	100	100	100	100	100
<b>Branca</b>	50,69	65,33	47,15	32,68	32,14	39,9
<b>Preta</b>	8,25	6,01	10,08	5,35	7,61	6,46
<b>Amarela</b>	1,13	1,51	0,95	1,32	1,15	1,32
<b>Parda</b>	39,64	27,04	41,67	60,44	58,66	51,87
<b>Indígena</b>	0,28	0,11	0,14	0,22	0,44	0,44

Fonte: SIDRA / IBGE — Censo Demográfico de 2010.

Diana Anuniação, Leny Alves Bonfim, Tiago Ferreira (2020, p. 1) no artigo “Mão na cabeça!”: abordagem policial, racismo e violência estrutural entre jovens negros de três capitais do Nordeste”, consideram que “A intersecção entre raça, classe social, pertencimento territorial e perfil etário tem sido determinante na produção dos critérios de suspeição na prática policial brasileira”. Para os autores, o ato de abordagem policial “em duas dimensões interdependentes: a técnica-operacional, que corresponde à norma institucionalizada e que, em princípio, pauta-se em critérios objetivos; e a discricionária, que depende, claramente, do julgamento dos agentes e, portanto, tem um caráter mais subjetivo.” (2020, p. 11).

<sup>31</sup> Ao considerar a característica genética, Pena e Bortolini (2004, p. 43) afirmam mediante pesquisa baseada em amostras no DNA que “87% dos brasileiros, ou seja, cerca de 146 milhões de pessoas pelo censo de 2000, apresentam mais de 10% de ancestralidade africana.” Esse número estaria oculto pelas subnotificações das cores preta e parda no censo demográfico, e mais próximo das taxas de letalidade policial por grupo racial.

Após pesquisa nas cidades de Salvador, Recife e Fortaleza com jovens negros, pobres e moradores de favelas, que “configuram o público alvo das abordagens policiais”, os autores concluem que embora “Em uma sociedade democrática, na qual prevalece o Estado de Direito, é de se esperar que a primeira dimensão prevaleça na fundamentação de suspeição [...], constatou-se que a dimensão discricionária, que reflete representações sociais, crenças e valores morais, predominantes na sociedade, tem um papel decisivo na construção do perfil de suspeição” (2020, p.11). Por fim, acreditam que “A ausência de fiscalização efetiva por parte das instâncias competentes da segurança pública contribui para a disseminação de práticas discriminatórias e racistas entre os agentes policiais.” (2020, p. 11). E que na formação desse quadro de violência estrutural, “As fragilidades no plano das políticas públicas destinadas à juventude, bem como a fragilidade ou ausência das redes de proteção sociais são intensificadoras da vulnerabilidade vivenciada pelos (as) jovens negros(as), cujas trajetórias se cruzam negativamente com os caminhos da Polícia Militar em seu trabalho cotidiano de controle social.” (2020, p. 12).

Maria Fernanda Tourinho Peres, Nancy Cardia, Paulo de Mesquita Neto, Patrícia Carla dos Santos e Sérgio Adorno, no artigo “Homicídios, desenvolvimento socioeconômico e violência policial no Município de São Paulo, Brasil”, concluem que “as áreas com maior vitimação fatal por parte de policiais [...] são, da mesma forma, as que apresentavam piores indicadores de desenvolvimento socioeconômico.” (2008, p. 274). Para os autores, não é a pobreza que explica as altas taxas de homicídio, mas a combinação de desvantagens sociais que dificultam o trabalho de profissionais e a implantação de políticas públicas nas áreas periféricas: “A polícia, percebendo essas localidades como — mais violentas — poderia ter mais receio de lá atuar, e esse receio poderia, por sua vez, fazer aumentar a percepção de risco e o uso de violência fatal.” (2008, p. 275).

Ampliando a compreensão da complexa forma de manifestação e reinvenção da teoria do *racismo estrutural* Silva e Fonseca (2020) defendem que, embora os dados estatísticos ratifiquem que a vitimação da população negra no Brasil, em decorrência de confrontos policiais, seja flagrantemente maior quando comparada ao grupo de brasileiros brancos, há ações institucionais e políticas públicas em desenvolvimento no país voltadas para mitigar essa problemática.

Contudo, em que pese ações e políticas institucionais e/ou governamentais tenham sido implementadas Brasil afora, em especial na última década, tais como a melhoria da formação profissional policial-militar (Brasil, 2014; Silva, 2017) e a profissionalização dos sistemas de responsabilização por meio das corregedorias (Lemgruber, Musumeci, Cano; 2003), sobretudo, em face de uma ação ineficiente de um sistema de justiça criminal que, efetivamente, reduza os índices criminais, entre outras ações estatais de cunho mais preventivo e ressocializante, conforme defende Saporì (2007), a materialização dos resultados das medidas supracitadas, parecer ser imperceptível, seja para a sociedade em geral e, principalmente para a parcela mais vulnerável desta, nas quais se encontram não apenas negros e pardos, como também os excluídos socialmente, conforme os dados da violência e criminalidade da maioria dos relatórios que anualmente são publicizados nacionalmente (FBSP; IPEA, 2023).

Em Nota Técnica voltada para esclarecimento e capacitação profissional, em especial da segurança pública, o Estado do Rio Grande do Norte emitiu a seguinte referência teórica institucional: “[...] o racismo estrutural, por se revestir de faces perversas e violentas, ceifando vidas, seja por milícias ou mesmo pelo próprio aparelho policial, denota urgência de revisão e reconstrução dos protocolos policiais de intervenção (Rio Grande do Norte, 2021, p. 3).

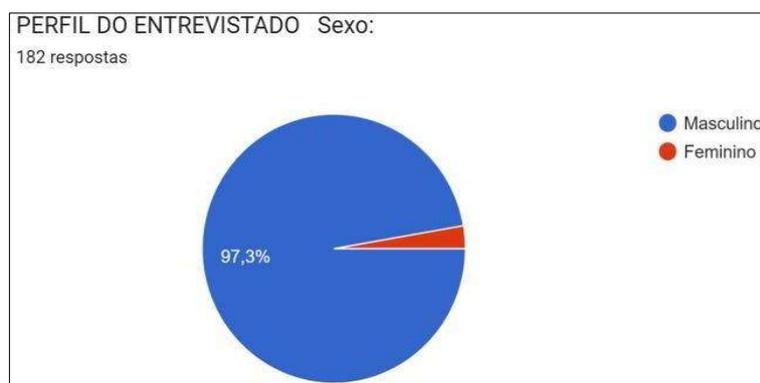
### 3 A PMRN e a questão racial nas abordagens de rua: análise e discussão dos resultados da pesquisa empírica

Os participantes da pesquisa são pertencentes aos batalhões da zona Leste (1º BPM), da zona Norte (4º BPM), da zona Oeste (9º BPM) e da zona Sul (5º BPM) de Natal, inseridos em realidades sociais e territoriais distintas. Esses batalhões são responsáveis pelas ações de policiamento ostensivo na capital potiguar. Dos 182 questionários, 177 (97,3%) foram respondidos por policiais do sexo masculino e apenas 5 (2,7%) policiais do sexo feminino (Gráfico 1), inviabilizando uma análise da variação das respostas em função da variável sexo<sup>32</sup>.

Portanto, para efeito de capilaridade do efetivo que participou, como respondentes (voluntários) da pesquisa (177 PMs), este representa aproximadamente 10% do efetivo do policiamento da capital do Estado.

O efetivo de policiais militares da capital potiguar, cujo grande comando é o Comando de Policiamento da Capital (CPC), representa 20% do efetivo total (existente)<sup>33</sup> da PMRN. Por seu turno, os quatro batalhões participantes da pesquisa, têm atualmente um efetivo similar, que somados, representam 18% do efetivo do CPP<sup>34</sup>.

Importa registrar, também, que além do 1º, 4º, 5º e 9º BPMs que participaram do referido estudo, ainda há unidades especializadas como Cavalaria, Batalhão de Operações Policiais Especiais (BOPE), Batalhão de Polícia de Choque (BPCHOQUE), Rondas Ostensivas com Apoio de Motocicletas (ROCAM), entre outras, que completam o efetivo do CPC.



**Gráfico 1** – Distribuição dos entrevistados segundo a variável sexo  
**Fonte:** Pesquisa dos autores (2023).

Em relação à variável cor de pele, 101 (55,5%) policiais se autodeclararam pardos ou mestiços, 58 (31,9%) brancos, 22 (12,1%) pretos e 01 amarelo (0,5%) (Gráfico 2).

Como é latente, o número de respondentes do sexo feminino é muito desproporcional ao masculino. Na PMRN, isso ocorre, pois é apenas em 2021, com a aprovação da Lei Complementar n.º 683, que o efetivo é reorganizado “[...] de modo a extinguir a diferenciação por sexo para ingresso nos quadros da Instituição”. Assim, com

32 Disponível em: [http://diariooficial.rn.gov.br/dei/dorn3/docview.aspx?id\\_jor=00000001&data=20210728&id\\_doc=732193](http://diariooficial.rn.gov.br/dei/dorn3/docview.aspx?id_jor=00000001&data=20210728&id_doc=732193), Acesso em: 02 jan. 2023.

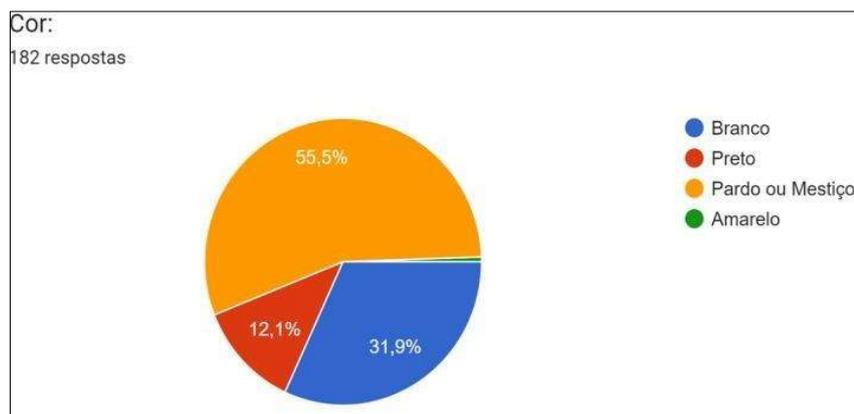
33 Este efetivo total da PMRN, atualmente representa um pouco mais de 65% do previsto. Acerca desta temática Silva e Borges (2017) fizeram um estudo aprofundado. BORGES. André Gustavo de Moraes Vespaziano; SILVA, João Batista da. Política de ingresso na Polícia Militar: planejamento para seleção e recrutamento no RN. In:

**Direito público e governança: reflexões práticas sobre políticas públicas.**(Orgs.) David de Medeiros Leite, Patrícia Moreira de Menezes, Rogério Emiliano Guedes Alcoforado (Orgs.) – Mossoró – RN: EDUERN, 2017. Disponível em: [https://issuu.com/eduern/docs/direito\\_p\\_blico\\_e\\_governan\\_a\\_reflex](https://issuu.com/eduern/docs/direito_p_blico_e_governan_a_reflex). Acesso em: 03 jun. 2024.

34 Dados atualizados, de acordo com a Diretoria de Pessoal da PMRN em junho de 2024.

essa legislação dos” [...] (treze mil, quatrocentos e sessenta e seis) policiais militares, com a distribuição pelos postos, graduações e quadros específicos, na forma dos Anexos I e II desta Lei Complementar”, doravante, não pode haver mais qualquer tipo de distinção no quantitativo de vagas ofertadas para ingresso na corporação. É importante consignar, também, que não é possível inferir se as respostas teriam outros percentuais caso o quantitativo de participantes fossem menos desproporcional, em relação ao gênero.

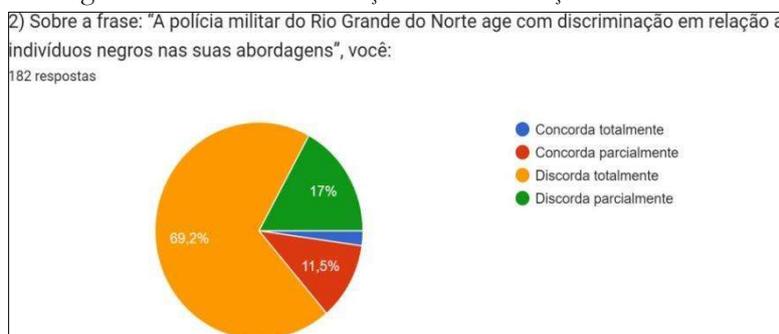
**Gráfico 2** – Distribuição dos entrevistados segundo a variável cor de pele



**Fonte:** Pesquisa dos autores (2023).

Quanto à questão que trazia a afirmação: “A Polícia Militar do Rio Grande do Norte age com discriminação em relação a indivíduos negros nas suas abordagens”, 126 (69,2%) policiais entrevistados discordam totalmente e 31 (17%) discordam parcialmente. Enquanto 21 (11,5%) policiais entrevistados concordam com a frase parcialmente, e apenas 4 (2,2%) concordam totalmente (Gráfico 3).

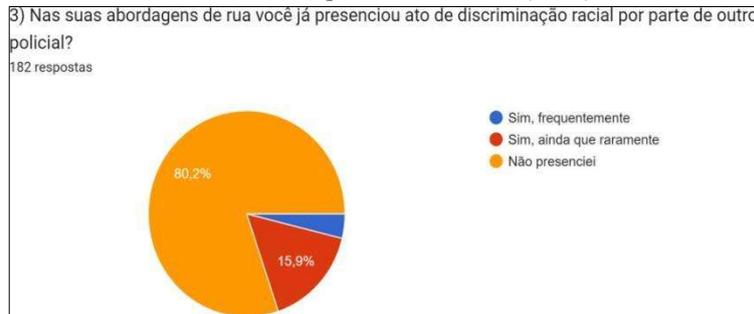
**Gráfico 3** – Percepção dos agentes da PMRN em relação à discriminação racial nas abordagens policiais



**Fonte:** Pesquisa dos autores (2023).

Entretanto, quando os entrevistados foram questionados se “Nas suas abordagens de rua você já presenciou ato de discriminação racial por parte de outro policial?”, apenas 7 (3,8%) policiais afirmaram “Sim, frequentemente” e 29 (15,9%) responderam “Sim, ainda que raramente”, enquanto 146 (80,2%) disseram que “Não presenciou” (Gráfico 4).

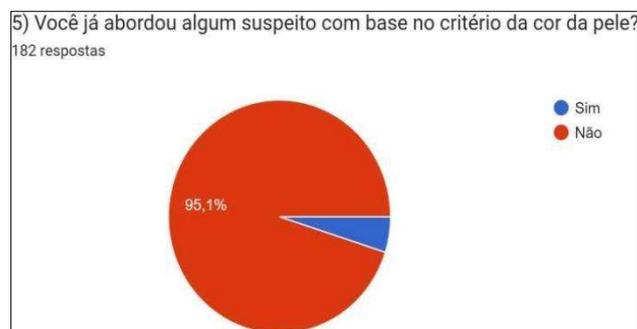
**Gráfico 4** - Percepção dos agentes da PMRN em relação à discriminação racial efetiva nas abordagens policiais  
**Fonte:** Pesquisa dos autores (2023).



Quando os entrevistados foram indagados se “Você já presenciou algum colega policial abordar suspeitos com base no critério da cor da pele?”, 26 (14,3%) responderam “Sim”, ou seja, uma diferença de cinco pontos percentuais para baixo, em relação aos que afirmaram na questão anterior terem presenciado ato de discriminação racial por parte de colega policial (Gráfico 5). Não temos elementos para indicar se houve na pesquisa uma subnotificação dos casos em razão de proteção corporativa ou do agente policial, apesar de todas as garantias fornecidas aos respondentes de que o sigilo das informações era absoluto.

A mesma explicação anterior pode ser atribuída às respostas ao quesito se “Você já abordou algum suspeito com base no critério da cor da pele?”, pois apenas 09 (4,9%) responderam afirmativamente (Gráfico 6).

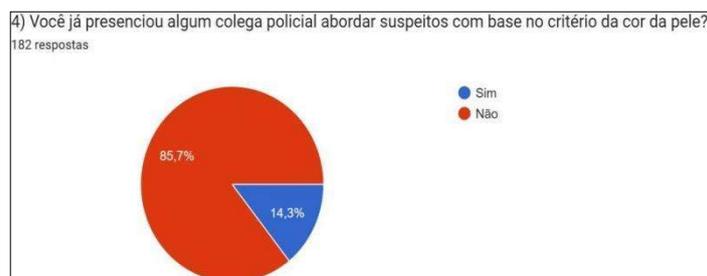
**Gráfico 5** - Percepção dos agentes da PMRN em relação à discriminação racial de colega de farda nas abordagens policiais



**Fonte:** Pesquisa dos autores (2023).

**Gráfico 6** - Percepção dos agentes da PMRN em relação à sua conduta nas abordagens policiais.  
**Fonte:** Pesquisa dos autores (2023).

Para observar a variação das respostas segundo o critério cor de pele, eliminamos a cor amarela considerando o pequeno tamanho da amostra deste grupo, permanecendo apenas os grupos branco, preto e



pardo.

**Tabela 03** — Distribuição relativa das respostas relacionadas à questão racial nas abordagens de rua da PMRN, segundo a variável cor de pele do agente policial

Quesitos/autoidentificação por cor da pele	Branco	Preto	Pardo/Mestiço
	58 respostas	22 respostas	101 respostas
“A Polícia Militar do Rio Grande do Norte age com discriminação em relação a indivíduos negros nas suas abordagens”.	12,06%	27,27%	11,88%
<b>Concorda</b>	87,93%	72,73%	88,12%
<b>Discorda</b>			
“Nas suas abordagens de rua você já presenciou ato de discriminação racial por parte de outro policial?”.	13,79%	22,73%	22,77%
<b>Sim</b>	86,21%	77,27%	77,23%
<b>Não</b>			
“Você já presenciou algum colega policial abordar suspeitos com base no critério da cor da pele?”.	6,90%	18,18%	17,82%
<b>Sim</b>	93,10%	81,82%	82,18%
<b>Não</b>			
“Você já abordou algum suspeito com base no critério da cor da pele?”.	3,45%	9,09%	4,95%
<b>Sim</b>	96,55%	90,91%	95,05%
<b>Não</b>			

**Fonte:** Pesquisa dos autores (2023).

Observa-se na Tabela 03 que policiais de cor preta é o grupo com maior concordância — somados concordância parcial e total — em relação à frase “*A Polícia Militar do Rio Grande do Norte age com discriminação em relação a indivíduos negros nas suas abordagens*”, com 27,27%. Entretanto, mesmo neste grupo a discordância parcial ou total formou a maioria absoluta, com 72,73% das respostas.

Para a questão “Nas suas abordagens de rua, você já presenciou ato de discriminação racial por parte de outro policial?”, a resposta negativa formou maioria absoluta em todos os grupos de cor, variando de 77,2% nos grupos negro e pardo a 86,2% no grupo branco. Não obstante, nos grupos de policiais pretos e pardos/mestiços a resposta afirmativa foi maior em 9 pontos percentuais, comparado com o grupo de policiais brancos.

Na questão acerca do policial ter presenciado alguma abordagem de suspeito com base em julgamento racial por parte de seu colega, as respostas afirmativas foram ainda menores para todos os grupos de cor, ainda que a diferença dos grupos de cor negra e parda em relação ao grupo de cor branca tenha sido agora maior (superior a 11 pontos percentuais). Todavia, observa-se que apenas 18,18% dos policiais negros e 17,82% dos pardos/mestiços afirmaram ter observado colega de farda se utilizar do critério da cor de pele para abordar suspeito.

Finalmente, quando o policial respondente foi indagado se ele próprio já abordou um “suspeito” de prática de delito, com base no critério da cor de pele, as respostas afirmativas foram ainda menos expressivas, percentualmente, em todos os grupos. Importante destacar que no grupo de policiais negros a resposta afirmativa tenha sido praticamente o triplo comparado ao grupo dos policiais brancos (9,09% contra 3,45%). Ainda que essa diferença mereça pesquisas mais aprofundadas, pode-se apontar que para parte dos policiais as abordagens com base no critério cor de pele (a tipificação do suspeito pelo critério racial) não se constitui racismo propriamente dito.

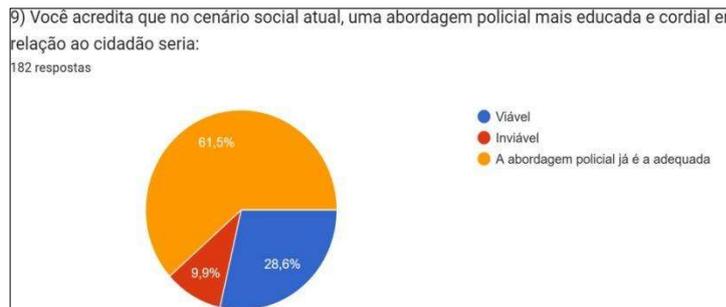
Nesse contexto, é pertinente resgatar a teorização do *racismo estrutural* de Almeida (2018), corroborada e contextualizada para o campo da segurança pública, por Silva e Fonseca (2020), inferindo-se que mesmo os policiais tendo realizado ou presenciado abordagens baseadas na cor da pele, dado à materialização das formas de reificação do *racismo estrutural*, a prática de tais ações funcionais,

quase de forma automática, pelos agentes do Estado, não representariam para eles uma ação discriminatória.

### 3.1 Considerações sobre as abordagens de rua da Polícia Militar do Rio Grande do Norte

Sobre a frase: “*Falta educação e cordialidade na abordagem da polícia ao cidadão*”, os respondentes que concordaram total e parcialmente representam, somados, 60 policiais (32,9%); enquanto os que discordaram total ou parcialmente totalizaram 122 policiais (67,1%) (Gráfico 7).

**Gráfico 7** - Percepção dos agentes da PMRN em relação à educação e cordialidade nas abordagens policiais

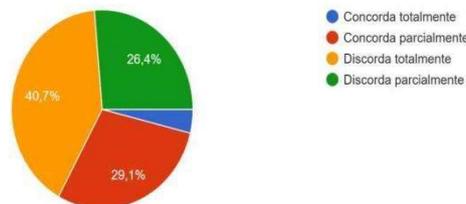


Fonte: Pesquisa dos autores (2023).

**Gráfico 8** - Percepção dos agentes da PMRN em relação à viabilidade de abordagens policiais mais educadas e cordiais no atual cenário social

8) Sobre a frase: “*Falta educação e cordialidade na abordagem da polícia ao cidadão*”, você:

182 respostas



Fonte: Pesquisa dos autores (2023).

O percentual dos que concordam que falta ao policial militar uma abordagem mais cordial ao cidadão, apresenta uma pequena queda quando se pergunta ao policial se ele acredita que no cenário social atual, uma abordagem policial mais educada e cordial em relação ao cidadão seria viável, com 28,6% das respostas. Para 61,5% dos policiais “A abordagem policial já é a adequada”; enquanto para 9,9% uma abordagem mais educada e cordial seria inviável no atual cenário social brasileiro (Gráfico 8).

Quando os entrevistados foram indagados se “Você se considera preparado com cursos e técnicas para uma abordagem mais educada e cordial nas operações de rua”, 128 policiais (70,3%) responderam “Sim” e apenas 11 (6%) “Não”. Entretanto, considerando que 43 (23,6%) responderam “Parcialmente”, ainda há espaço para melhora dos cursos e técnicas administrados na formação do policial (Gráfico 9).

**Gráfico 9** – Percepção dos agentes da PMRN quanto à adequação de sua preparação para as operações de rua



**Fonte:** Pesquisa dos autores (2023).

A questão “Para obter êxito em abordagens mais educadas e cordiais você considera que é mais necessário: (1) Melhorar o processo de seleção do policial exigindo curso superior; (2) Cursos de formação para preparar melhor o policial nas abordagens; (3) Mecanismos disciplinares como corregedoria; (4) Utilização de câmeras nos uniformes e viaturas policiais; (5) Todas as medidas acima são desnecessárias, pois a abordagem já é educada e cordial”, solicitava enumerar a sequência considerada mais importante. Dentre a variada gama de respostas, desde a escolha de uma única opção até a inserção de opiniões que remetiam além do escopo avaliado, as alternativas mais citadas foram:

Cursos de formação para preparar melhor o policial nas abordagens foi citado por 33 policiais;

Melhorar o processo de seleção do policial exigindo curso superior foi citado por 12 policiais;

Todas as medidas acima são desnecessárias, pois a abordagem já é educada e cordial” foi citado por 06 policiais;

Utilização de câmeras nos uniformes e viaturas policiais foi citado por apenas 03 policiais;

Mecanismos disciplinares como corregedoria foi citado apenas por 01 policial.

Como esta foi uma questão mais aberta, muitos respondentes optaram por elaborar suas próprias alternativas, tais como:

*“Melhores condições de trabalho para o policial militar”,*

*[...]com a mudança de nível médio para nível superior, já percebemos mudanças nas abordagens policiais”,*

*“As abordagens são feitas dentro da proporcionalidade que cada situação exige”,*

*“A abordagem policial já é a adequada, a polícia age de acordo com a pessoa abordada, tem que se levar em consideração o contexto em que o pares vivem, de ascensão de facções criminosas, se a abordagem for um pouco mais rígida, é porque foi necessário fazer um uso diferenciado da força para impedir que a vida do policial seja colocada em risco”,*

*“[...]os Cidadãos também devem ser cordiais na hora das abordagens”,*

*“Ênfase em teorias e práticas focadas em abordagens veicular e entradas táticas a edificações do início ao fim de qualquer formação e formação específica sobre audiências e comportamento do policial e direitos”.*

*Ainda na etapa de divulgação da pesquisa junto aos batalhões policiais-militares da capital potiguar, percebemos uma ânsia muito grande por parte dos policiais em expressarem livremente suas ideias, remetendo para uma percepção mais complexa dos policiais e que não se traduzia especificamente nas alternativas pré-determinadas do questionário, tampouco na agenda de segurança pública estabelecida.*

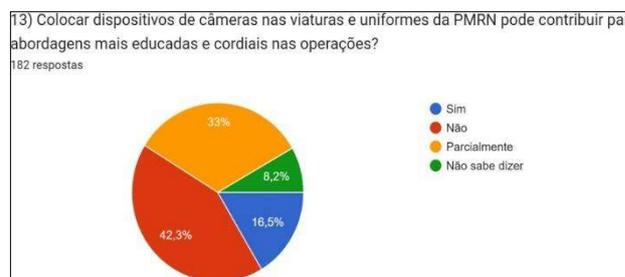
*Esta percepção corrobora as impressões já alcançadas por Silva e Fonseca (2020) que concluíram, não obstante ser noticiado recorrentemente no Brasil um número relativamente alto de abordagens policiais que, à primeira vista, pode parecer haver tido seletividade racial, em detrimento de negros e pardos, na percepção dos profissionais de segurança pública, as abordagens de rua envolvem outros fatores, tais como alto índice de violência e criminalidade, sobretudo o praticado contra policiais; aumento e capilarização de facções criminosas em todos os estados brasileiros; e a própria complexidade em se realizar uma abordagem policial,*

conforme já teorizado por Pinc (2007), na qual a autora considera tal evento um “um encontro (des)concertante entre a polícia e o público”.

Entretanto, quando realizamos uma questão mais objetiva como “Colocar dispositivos de câmeras nas viaturas e uniformes da PMRN pode contribuir para abordagens mais educadas e cordiais nas operações?”, 49,5% dos policiais responderam “Sim” ou “Parcialmente”, contra 42,3% que disseram “Não”.

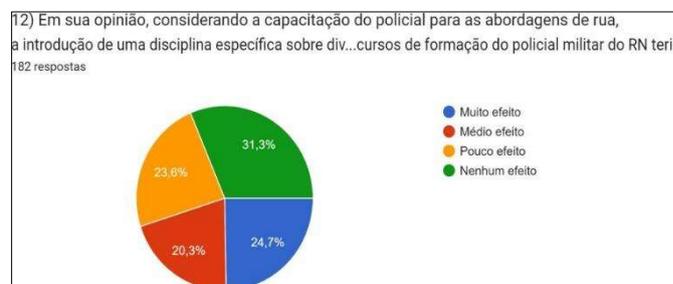
Ainda nesta perspectiva, indagamos sobre o efeito da “introdução de uma disciplina específica acerca de diversidade étnico-racial nos cursos de formação do policial militar do RN” na “capacitação do policial para as abordagens de rua”. É importante destacar que 31,3% dos policiais responderam que traria “Nenhum efeito”. Com mais de dois terços dos policiais distribuindo suas respostas entre “Muito efeito” (24,7%), e “Pouco efeito” (23,6%). Finalizando esse quesito, “Médio efeito” alcançou (20,3%) (Gráfico 11).

**Gráfico 10** — Percepção dos agentes da PMRN quanto à instalação de dispositivos de câmeras nas viaturas e uniformes



Fonte: Pesquisa dos autores (2023).

**Gráfico 11** — Percepção dos agentes da PMRN quanto à inserção de disciplina sobre diversidade étnico-racial nos cursos de formação

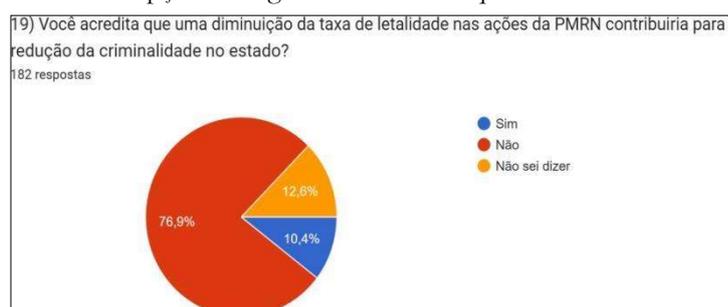


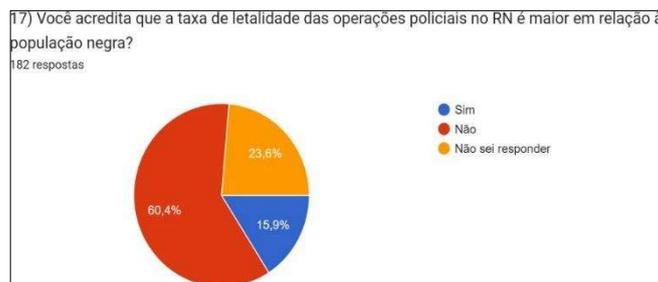
Fonte: Pesquisa dos autores (2023).

### 3.2 Uma polícia menos letal?

Na questão “Você acredita que a taxa de letalidade das operações policiais no RN é maior em relação à população negra?”, foram 15,9% (29) que responderam afirmativamente, 60,4% (110) que responderam negativamente e 23,6% (43) que disseram não saber responder (Gráfico 12).

**Gráfico 12** — Percepção dos agentes da PMRN quanto à letalidade nas operações policiais





Fonte: Pesquisa dos autores (2023).

**Gráfico 13** — Percepção dos agentes da PMRN quanto à relação entre letalidade policial e criminalidade

Fonte: Pesquisa dos autores (2023).

A última questão indagava se o policial “acredita que uma diminuição da taxa de letalidade nas ações da PMRN contribuiria para a redução da criminalidade no Estado?”, expressivos 76,9% (140) disseram que não, contra 10,4% (19) que sim, e 12,6% (23) que não sabiam dizer (Gráfico 13).

#### 4 Considerações finais

A afirmação de que a Polícia Militar do Rio Grande do Norte, enquanto corporação e através de seus agentes de segurança ainda encerre práticas discriminatórias, sobretudo nas abordagens de rua, não encontra eco na maioria dos policiais participantes da pesquisa. Esta percepção é corroborada entre todos os grupos de policiais distribuídos segundo a cor, inclusive pardos e negros que participaram desta pesquisa.

Contudo, mesmo que questões como o uso de critérios raciais nas abordagens de rua por parte de policiais tenham apresentado baixos percentuais entre os respondentes, indicam a necessidade de continuidade das políticas educativas e da vigilância da sociedade civil e do Estado para não termos mais em um futuro breve novos casos de discriminação racial.

As câmaras de filmagem nas operações policiais e mudanças curriculares, por exemplo, nos cursos de formação são medidas com aceitação na corporação policial-militar do Rio Grande do Norte, e podem contribuir para abordagens isonômicas e educadas dos policiais entre os cidadãos, e sem colocar a vida do agente de segurança em risco.

#### Referências

ALMEIDA, Sílvio Luiz de. **O racismo estrutural**. Belo Horizonte: Letramento, 2018.

ASSUNÇÃO, Diana; TRAD, Leny Alves Bonfim; FERREIRA, Tiago Ferreira. “Mão na cabeça!”: abordagem policial, racismo e violência estrutural entre jovens negros de três capitais do Nordeste. **Saúde Soc.**, São Paulo, v.29, n.1, e190271, 2020.

BATISTA DA SILVA, J.; RONDON FILHO, E. B. Nota técnica: ciências policiais no Brasil. **Vigilantis Semper — Revista Científica de Segurança Pública** — e-ISSN 2764-3069 | ISSN 2764-5908, [S. l.], v. 1, n. 1, p. 159–166, 2021. Disponível em: <https://www.revista.pm.rn.gov.br/index.php/revista/article/view/41>. Acesso em: 4 jun. 2024.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand do Brasil, 1989.

DURKHEIM, Émile. **Da divisão do trabalho social**. (Trad.) Eduardo Brandão. 2ª edição. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

FERREIRA, Antônio Honório. Classificação racial no Brasil, por aparência ou por origem? 36º Encontro Anual da ANPOCS. Águas de Lindóia–SP, 21 a 25 de outubro de 2012.

**BRASIL**. Ministério da Justiça. Matriz curricular nacional: para ações formativas dos profissionais da área de segurança pública. Brasília: Ministério da Justiça; Secretaria Nacional de Segurança Pública, 2014. Disponível em: <https://dspace.mj.gov.br/handle/1/2320>. Acesso em: 04 jun. 2024.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA; INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. **ATLAS DA VIOLÊNCIA 2023**. (coordenadores) Daniel Cerqueira; Samira Bueno. Brasília: Ipea; FBSP, 2023. 115 p. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/arquivos/artigos/9350-223443riatlasdaviolencia2023-final.pdf>. Acesso em: 04 jun. 2024.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir: nascimento da prisão**. Petrópolis: Vozes, 1987.

GOMES, Paulo César da Costa. **Geografia e Modernidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1996.

**IBGE**. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua — Primeiro Trimestre de 2021, Brasília.

LEMGRUBER, Julita; MUSUMECI, Leonarda; CANO, Ignacio. **Quem vigia os vigias?** Um estudo sobre controle externo da polícia no Brasil. Rio de Janeiro: Record, 2003.

PENA, Sérgio D. J.; BORTOLINI, Maria Cátira. Pode a genética definir quem deve se beneficiar das cotas universitárias e demais ações afirmativas? **Estudos Avançados**, 18 (50), abril de 2004, pp. 31–50.

PERES, M. F. T.; CARDIA N, Mesquita Neto P.; SANTOS, P. C., ADORNO, S. Homicídios, desenvolvimento socioeconômico e violência policial no Município de São Paulo, Brasil. **Rev. Panam. Salud Publica**, 2008; 23(4), pp.268–276

PINC, Tânia. Abordagem policial: um encontro (des)concertante entre a polícia e o público. **Revista Brasileira de Segurança Pública**, [S. l.], v. 1, n. 2, p. 6–23, 2012. DOI: 10.31060/rbsp.2007.v1.n2.13. Disponível em: <https://revista.forumseguranca.org.br/index.php/rbsp/article/view/13>. Acesso em: 4 jun. 2024.

ROCHA, Regivaldo Sena da Rocha, MENDONÇA, Gabriel Araújo de; SILVA, João Batista da. **Os desafios da Educação à Distância na formação de Sargentos da Polícia Militar do Rio Grande do Norte**. TCC do Curso de Formação de Oficiais da PMPB. João Pessoa–PB, 2021.

NASCIMENTO, Taiane Flores do; COSTA, Benhur Pinós da. Fenomenologia e geografia: teorias e reflexões. **Geografia, Ensino & Pesquisa**, Vol. 20 (2016), n.3, pp. 43–50.

RIBEIRO, Darcy. **O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil**. Curitiba: Companhia das Letras, 1995.

RIO GRANDE DO NORTE. **Racismo institucional e segurança pública: reconhecer para enfrentar**. Nota Técnica Conjunta 001/2021 — CPCIC/CORPPIR. Natal: SESED, 2021. Disponível em: <http://www.adcon.rn.gov.br/ACERVO/cpcid/DOC/DOC000000000276365.PDF>. Acesso em: 06 jun. 2024.

SAPORI, Luís Flávio. **Segurança pública no Brasil: desafios e perspectivas**. Rio de Janeiro: FGV, 2007.

SILVA, João Batista da; FONSECA, Janilson Gomes da. Vidas negras também importam no Brasil? In: **Segurança pública, racismo e direitos humanos**. (Org.) Paulo Tiego de Gomes de Oliveira. Catu: Bordô-Grená, 2020. Disponível em: [https://www.editorabordogrena.com/files/ugd/d0c995\\_e4e55629a8934a31b276f87b0ba599d6.pdf](https://www.editorabordogrena.com/files/ugd/d0c995_e4e55629a8934a31b276f87b0ba599d6.pdf). Acesso em: 04 jun. 2024.

SILVA JÚNIOR, Azor Lopes da. **Gargalos da Segurança Pública no Brasil**: uma abordagem política, sociológica e de direito comparado. São José do Rio Preto–SP: HN, 2022.

SILVA, João Batista da. **Formação policial-militar no século XXI**: diagnóstico e perspectivas. Natal: Fundação José Augusto, 2017. [Col. Cultura Popular].

SILVA JÚNIOR, Azor Lopes da; RONDON FILHO, Edson Benedito; SILVA, João Batista da; GOMES, Paulo Jorge Valente; SANDES, Wilquerson Felizardo. **Ciências Policiais**: conceito, objeto e método da investigação científica. São José do Rio Preto–SP: HN, 2022.

# A IMPORTÂNCIA DO AMBIENTE VIRTUAL DE APRENDIZAGEM DA DIRETORIA DE ENSINO (AVADE) PARA A PMRN: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA

*Alzamir Maurício de Freitas<sup>35</sup>*  
*Joilton Ronaldo da Silva Filho<sup>36</sup>*  
*Manoel Eduardo Cabral<sup>37</sup>*  
*Odinildo Dantas da Costa<sup>38</sup>*  
*Marcos Aragão Fontoura<sup>39</sup>*

## 1 Introdução

O presente Relato de Experiência (RE) tem como objetivo compreender e ao mesmo tempo publicizar a importância da plataforma Ambiente Virtual de Aprendizagem da Diretoria de Ensino (AVADE), no ensino policial-militar no âmbito da PMRN, verificando sua contribuição nos processos de formação dos policiais militares nos diversos cursos ofertados pela instituição durante os últimos anos.

Com o advento das tecnologias da informação, as mudanças no mundo contemporâneo, principalmente no que tange às necessidades do processo educacional que alcance a formação de seres humanos criativos, autônomos, críticos e que atendam às especificidades da sociedade atual.

O ensino a distância, por intermédio do Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA), apresenta-se como processo de ensino personalizado e autônomo, otimizador de uma aprendizagem mediada pela tecnologia.

A plataforma AVADE foi criada pela Polícia Militar do Rio Grande do Norte no ano de 2020<sup>40</sup> com o intuito de fomentar a educação a distância dentro da instituição, porém foi durante o período da pandemia, COVID - 19, que a plataforma ganhou contornos de importância e urgência para o auxílio na formação policial-militar.

O presente RE originou-se de pesquisa realizada no Curso de Aperfeiçoamento de Sargentos (CAS), da PMRN, edição 2025.2 e justifica-se para que se compreenda como o AVADE contribuiu para formação policial-militar, desde a sua criação até os dias atuais. Para tanto, foi adotada uma metodologia qualitativa na exploração do tema, utilizando-se de pesquisa bibliográfica em *sites*, livros e periódicos, coleta de documentos, verificando-se perspectivas de compreensão por meio de questionários que subsidiem e fundamentem a presente pesquisa.

Para avaliar a importância do AVADE para a PMRN, foi aplicado um questionário ao Chefe da Divisão de Ensino do Centro de Formação e Aperfeiçoamento da PMRN (CFAPM), com seis perguntas. Aos Sargentos-Alunos do CAS 2025.2, foi utilizado um questionário de Likert com cinco perguntas, cada uma avaliando o nível de satisfação em uma escala de 1 (mínima) a 5 (máxima).

Recebido em 18 de junho de 2025

Aprovado em 30 de junho de 2025

35 2º Sgt PMRN. Graduado em Teologia - FAERPI. Atualmente desenvolve atividades na 3ª Seção da PMRN (Email: alz.mauricio@hotmail.com).

36 2º Sgt PMRN. Graduando em Pedagogia - UNIASSELVI. Atualmente desenvolve atividades na APM da PMRN (Email: dcjoilton@gmail.com).

37 2º Sgt PMRN. Pós-graduado em Gestão Pública - ILP. Graduado em Administração de Empresas - Estácio. Atualmente desenvolve atividades no CPRE. (Email: bairronordestes@gmail.com).

38 2º Sgt PMRN. Ensino Médio na Escola Estadual Doutor Severiano. Atualmente desenvolve atividades no 9º BPM (Email: nildojula@gmail.com).

39 Doutor em música - UA; Mestre em música -UFPB. Atualmente desenvolve atividades artísticas na Banda de música da PMRN. Professor dos Cursos de Formação e Aperfeiçoamento da PMRN

40 A plataforma de Educação a Distância da PMRN foi confeccionada pelos policiais militares: Cap PM Clausan **Liano** Dantas Santos, Asp Of PM Regivaldo Sena da Rocha e 1ºSgt PM Edinardo Gurgel Linhares a época.

## 2 Educação a distância - recorte histórico no Brasil e na PMRN

As inúmeras responsabilidades do mundo contemporâneo, como trabalho, família, estudos e compromissos pessoais, demandam um modelo de ensino que se adapte a essas realidades. Nesse contexto, a Educação a Distância (EaD) destaca-se como uma modalidade que utiliza diversas tecnologias para responder de forma eficiente a essas necessidades.

Dessa forma, a educação a distância surge como um modelo que oferece ao aluno a autonomia necessária para organizar seu tempo e escolher o local mais adequado para seus estudos, adaptando-se ao seu estilo de vida. Esse processo é facilitado por materiais didáticos e tecnologias que incentivam a autoaprendizagem, conforme destacado por Guarezi e Matos,

A EaD apresenta algumas características, como: autonomia, comunicação e processo tecnológico. Em relação ao aspecto da autonomia, o estudante pode definir o melhor horário e local para estudar, conforme seu ritmo e estilo de aprendizado, por meio de materiais didáticos que facilitem a mediatização dos conhecimentos e promovam a autoaprendizagem. (2012 *apud* DA COSTA, 2017, p.61)

No Brasil, a EaD surgiu aproximadamente há cem anos atrás com a comunicação a distância por meio de textos, passando pelas fases do ensino por rádio e televisão, cursos por áudio e vídeo-conferências, até chegar aos dias atuais com as universidades e cursos *online*, baseados em tecnologias via Internet.

No âmbito da Polícia Militar do Rio Grande do Norte, o primeiro grande momento da Educação a Distância, deu-se com a criação do programa Bolsa Formação, pela Lei nº 12.513, de 26 de outubro de 2011, no qual foi ofertado, em parceria com o governo federal, diversos cursos voltados para formação profissional e técnica dos agentes de segurança pública.

Ainda que, a Educação a Distância tenha sido fomentada com a criação da Rede Nacional de Educação a Distância (RENAESP), em 2005 pela Secretaria Nacional de Segurança Pública (SENASP), foi por meio do programa Bolsa Formação que essa modalidade de ensino ganhou contorno robusto na formação dos agentes de segurança pública, em especial dos policiais militares, em todo território nacional e, em particular na PMRN.

Diante das realidades e dificuldades apresentadas com a pandemia COVID – 19 e da necessidade em dar continuidade ao processo de formação policial militar segundo Rocha (2020, p.8) “A oferta de um curso EaD pareceu, então, a medida mais lógica para atender a demanda das associações militares [...] e as crescentes decisões jurídicas que davam o direito dos impetrantes de terem acesso aos quadros de promoções anuais”.

Por intermédio da Nota nº 24/DE, publicada no Boletim Geral nº 106, de 10 de junho de 2020, a Diretoria de Ensino (DE) criou a “Plataforma de Educação a Distância da PMRN”, em meio a pandemia COVID-19, com o objetivo de fomentar a educação na corporação, na sua modalidade a distância e estimular o uso de tecnologias de informação e comunicação no processo de ensino aprendizagem, para os cursos de formação profissional e capacitação técnica policial-militar.

Neste momento, abria-se o caminho para a modalidade de ensino a distância com intuito na formação policial-militar produzida pela instituição, tendo no Curso de Formação de Sargentos, turma 2020.1, como o primeiro curso de formação a fazer uso da plataforma de Educação a Distância da PMRN.

No ano de 2023, a plataforma de Educação a Distância foi institucionalizada e teve o nome modificado para Ambiente Virtual de Aprendizagem da Diretoria de Ensino (AVADE), por meio de Portaria Normativa nº 064/2023, do Comando Geral da PMRN, publicado no Diário Oficial do

Estado (DOE), de 25 de janeiro de 2023, Edição 15.353.

Com contornos interativos atualizados, o AVADE tornou-se ferramenta, institucional, essencial para a formação policial-militar nos diversos cursos ofertados pela PMRN, não apenas os de cunho de formação e aperfeiçoamento (ou seja, cursos obrigatórios para ascensão profissional), como também os de capacitação sendo disponibilizado para coirmãs, fora do Estado do Rio Grande do Norte e se estabelecendo ainda mais como ferramenta pedagógica de Educação a Distância, cuja abordagem teórica pedagógica e administrativa foi feita por Silva (2024), possibilitando um panorama do cenário educacional na PMRN.

Outra perspectiva a ser teorizada é que o policial militar no dia-a-dia de suas atribuições funcionais necessita da autonomia e disciplina, da capacidade de se autogovernar, de disciplinar suas ações, de ter o controle moral e da liberdade. Para evidenciar estas afirmações tomemos como exemplo uma determinada ocorrência em que se exija do agente de segurança pública o autogoverno das emoções e da liberdade que lhe fora dada para execução do cumprimento da lei e da ordem.

Para Pinheiro (2007, p. 16 apud Nodari; Saugo, 2011, p. 142) o indivíduo apenas se tornará autônomo por meio da disciplina e coação: Disciplina e coação [instrução] são colocadas como fundamentos necessários para a liberdade e a moral. A autonomia, princípio básico do bom uso da razão, [...]. Apenas por meio de uma educação baseada na disciplina e na coação será possível postularmos um indivíduo autônomo.

Nesse mesmo sentido, Silva (2017) já teorizava acerca da obrigatoriedade da construção e/ou desenvolvimento de competências profissionais na formação policial-militar. Ou seja, espera-se que ao término da formação profissional o PM tenha desenvolvido e/ou aperfeiçoado determinadas capacidades (competências e habilidades) para atuar com autonomia em

contextos situacionais da sua carreira profissional. *In casu*, na formação inicial tal aptidão ocorre de forma presencial, sendo posteriormente aperfeiçoada na sua formação continuada, podendo esta ser por meio da EaD.

### 3 Plataforma AVADE: ferramenta institucional para formação e aperfeiçoamento na PMRN

O Ambiente Virtual de Aprendizagem da Diretoria de Ensino está disponível em [www.avade.rn.gov.br](http://www.avade.rn.gov.br) tendo como objetivo funcionar como ferramenta pedagógica no processo de ensino aprendizagem, na gestão e na profissionalização educacional nos diversos níveis, cursos eventos e modalidades do ensino policial-militar da corporação.

A plataforma AVADE faz uso do Sistema de Gestão de Aprendizagem (LMS) *Moodle*, sistema de código aberto que permite a criação de ambientes de aprendizagem *online*, ou seja, um espaço virtual onde se realizam cursos, atividades de aprendizagem e interação entre alunos e professores, possibilitando “desenvolver condições, estratégias e intervenções de aprendizagem, organizado de maneira a favorecer a construção de conceitos, por meio da interação entre alunos, professores e objeto de conhecimento”. (Sales, 2019, *apud* Vasconcelos; De Jesus; De Miranda Santos, 2020, p.15549).

A sofisticação e, ao mesmo tempo simplificação desse mecanismo fazem parte dos recursos interativos da plataforma de ensino a distância da PMRN, potencializando o processo pedagógico. Assim, dispositivos já disponíveis no ambiente *Moodle*, tem possibilitado nos cursos de ascensão profissional atividades educacionais como: 1. fóruns, em que se permite a interação professor/aluno, aluno/professor, aluno/aluno, compartilhamento de mensagens, ambientes para sanar dúvidas sobre o assunto sugerido; 2. atividades síncronas como *chats*, *vídeo*chamadas; e 3. H5P interativo que se utiliza de vídeos para o desenvolvimento da aprendizagem em que o professor, no transcorrer da apresentação pode

inserir *hiperlink*, caixas de mensagens, perguntas sobre o tema/assunto, que está sendo desenvolvido entre outros.

Teorizando com Pimenta; Cruz; Silva Júnior (2024) “Plataformas online e recursos digitais permitem que os alunos acessem conteúdos, realizem atividades e interajam com professores e colegas de forma remota, ampliando o alcance e a flexibilidade do curso”.

O AVADE conta atualmente com 5.851 usuários inscritos, destes 441 na condição de professor (militares e civis), distribuídos em diversas categorias de cursos como, de formação inicial e continuada da PMRN: Curso de Formação de Praças (CFP), Curso de Formação de Sargentos (CFS), Curso de Formação de Oficiais (CFO), Curso de Aperfeiçoamento de Sargentos (CAS), Curso de Aperfeiçoamento de Oficiais (CAO), Curso de Aperfeiçoamento de Oficiais Administrativos (CAOA), Estágio de Adaptação de Oficiais (EAO).

A Plataforma AVADE ainda contribui em cursos de aperfeiçoamento e capacitação técnica, tais como, para o Curso de Capacitação de Operadores de Sistemas de Aeronaves não Tripuladas e para o Curso de Capacitação de Instrutor de Armamento e Tiro Policial.

De acordo com o Anexo A - Questionário aplicado ao Chefe da Divisão de Ensino do Centro de Formação e Aperfeiçoamento da Polícia Militar, o AVADE em um período de 04 anos fora utilizado como ferramenta pedagógica para a formação policial-militar de 6.205 policiais militares, em um total de 18 turmas, entre CFP, CFS e CAS.

Percebe-se que, de acordo com os dados levantados, a Polícia Militar do Rio Grande do Norte formou, desde 2020, uma média de 1.550 policiais militares/ano, em diversos cursos, o que permite apontar que, a PMRN em pouco espaço de tempo, por intermédio da flexibilização e interatividade na modalidade de ensino a distância, construiu conceitos rápidos sobre a organização, buscando

modernizar a formação profissional sem desconsiderar a essência da cultura e identidade policial-militar.

A institucionalização desse mecanismo educacional no seu sistema de ensino da PMRN, que outrora era gerido apenas na modalidade presencial (Silva, 2017), definiu também que a modalidade de ensino a distância não substituirá a formação profissional (presencial). Portanto, a EaD, conforme previsto nas normativas de formalização, funcionará de forma complementar ao ensino presencial, visando adequação às novas demandas sociais e otimizar novos mecanismos pedagógicos, potencializando práticas educacionais, recursos logísticos e de pessoal (Silva, 2024).

Neste sentido, otimizou o processo, reduzindo custos com treinamento e deslocamento da tropa, tendo um maior alcance territorial e melhorando a gestão de recursos humanos, propiciando aos policiais militares desenvolverem suas atividades laborais sem prejuízo a aprendizagem (Linhares, 2013).

O Anexo A evidencia que o uso do AVADE tem se mostrado eficaz, não apenas como alternativa às limitações estruturais e logísticas, mas também como um instrumento de inovação pedagógica, capaz de manter a qualidade da formação mesmo diante de adversidades.

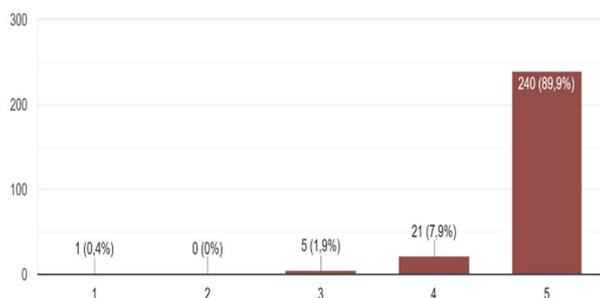
Diante da necessidade de notabilizar a importância da plataforma de ensino foi disponibilizada pesquisa pelo Google Formulários para os 670 alunos do Curso de Aperfeiçoamento de Sargentos (CAS), Turma 2025.2, dos quais 267 responderam ao questionário no período de sete dias do mês de junho de 2025. Cerca de 95% dos respondentes possuem mais de 20 anos de polícia, trabalhando nas atividades meio e fim.

A seguir os gráficos que pormenorizam a importância do ensino a distância, como maneira da redução de custos, tempo e distância, entre outras especificidades

### Gráfico 1 e 2 - Importância do AVADE para PMRN

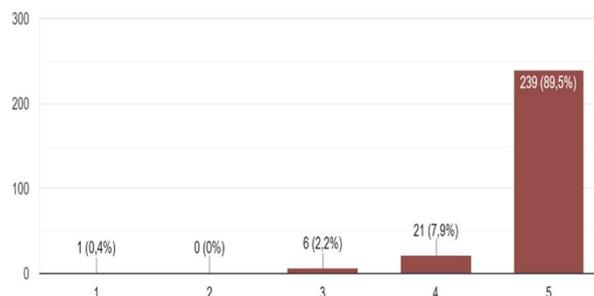
O ambiente virtual de aprendizagem da PMRN (AVADE) lhe proporcionou economia financeira em comparação a um curso totalmente presencial?

267 respostas



Com o ambiente virtual de aprendizagem (AVADE) foi possível fazer sua rotina de estudos de acordo com a sua disponibilidade de horário?

267 respostas



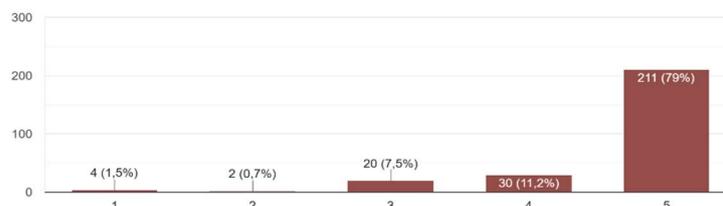
Fonte: Elaborado pelos autores, 2025.

Outro fator verificado foi a capacidade do estímulo à autonomia e disciplina:

### Gráfico 3 - Importância do AVADE para PMRN

O AVADE estimulou a autonomia da aprendizagem, a pesquisa independente permitindo os estudos individuais sem trazer prejuízo a sua escala de trabalho?

267 respostas



Fonte: Elaborado pelos autores, 2025.

Considerando os dois últimos níveis da escala de satisfação, cerca de 90% atestam que o AVADE possibilitou um ganho de aprendizagem sem prejuízo a rotina normal do serviço ordinário da Polícia Militar, além de construir a capacidade da autonomia e disciplina.

Nesta perspectiva, além do agente de segurança pública conseguir desenvolver suas atividades laborais de maneira satisfatória, “sem prejuízo ao serviço”, o policial militar desenvolveu a autonomia e a disciplina, quer seja nos estudos, na administração do tempo e na organização das tarefas de suas atividades diárias.

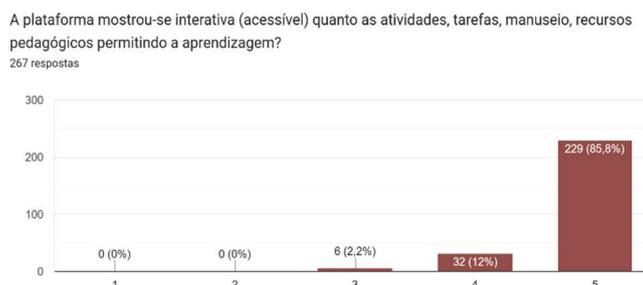
A instrução, a disciplina são condições *sine qua non*<sup>41</sup> na formação policial militar, porém no mundo atual com o advento das tecnologias, das ferramentas tecnológicas, cada dia mais se faz necessário que o policial militar esteja preparado para os desafios deste novo mundo. A educação a distância outorga aos policiais militares a capacidade de aprender novas tecnologias, bem como desenvolver e/ou aperfeiçoar competências para sua atuação profissional (Silva, 2017).

A plataforma de ensino a distância da PMRN estimula em seus usuários o ser humano pesquisador, tecnológico, autônomo na busca pelo conhecimento, altamente interativa, o AVADE mostrou-se acessível por

41 Indispensável, essencial. Priberam. Disponível em <https://dicionario.priberam.org/sine%20qua%20non>. Acesso em: 31 mai. 2025.

intermédio de suas tecnologias no processo de aprendizagem para cerca de 97% dos usuários do CAS 2025.2 como aponta o gráfico abaixo:

**Gráfico 4 - Importância do AVADE para PMRN**



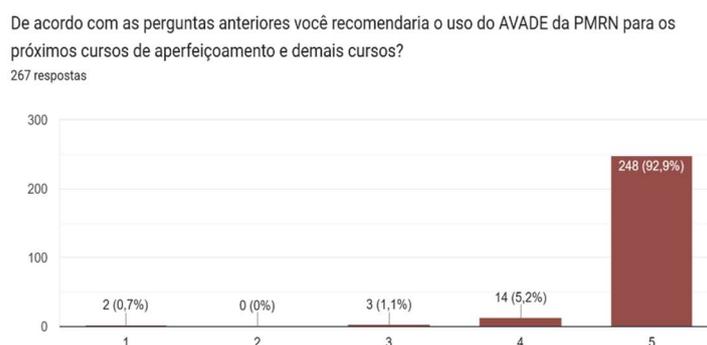
**Fonte:** Elaborado pelos autores, 2025.

Segundo o questionário disponível no Anexo A, o AVADE, com sua robustez e adaptabilidade, tem proporcionado aos discentes acesso contínuo aos conteúdos, avaliações e atividades complementares, enquanto aos instrutores oferece condições de gestão e acompanhamento acadêmico mais eficientes. Este processo de interação é importante para que o aluno consiga desenvolver a aprendizagem. Portanto o mecanismo da interação é essencial nessa modalidade de ensino (Da Costa, 2017)

Seguindo neste entendimento, a mensuração do AVADE pela Divisão de Ensino do CFAPM é extremamente positiva, sendo considerado não apenas um suporte, mas um pilar fundamental para o funcionamento e desenvolvimento da capacitação profissional dentro da corporação.

Esta mensuração coaduna com a pesquisa realizada com os Sargentos Alunos CAS 2025.2, na qual o senso de satisfação e indicação da plataforma para os próximos cursos da PMRN atingiram o índice de 98,2%:

**Gráfico 5 - Importância do AVADE para PMRN**



**Fonte:** Elaborado pelos autores, 2025.

É importante pontuar que segundo Liaw (2008 apud Quintana e Afonso, 2017, p. 18) “a satisfação ambiental irá melhorar a percepção dos estudantes sobre a tecnologia, de forma que vá promover sua participação nos processos de aprendizagem”. Portanto, quando uma ferramenta pedagógica, quer seja presencial ou a distância apresenta dificuldades no processo da aprendizagem, tem-se a tendência de gerar no

corpo discente o desleixo, a desmotivação, a falta de envolvimento com o que está sendo ensinado, apresentado ocasionando barreiras à aquisição do conhecimento.

#### 4 Considerações finais

A formação policial-militar geralmente é realizada na modalidade de ensino presencial, tendo como parâmetros a educação formal por currículos planejados, horários determinados, professores com formação específica, e a emissão de certificados ou diplomas reconhecidos ao final de cada nível de estudo (Silva, 2017).

O presente trabalho não buscou discutir ou analisar qual modelo de educação/ensino é apropriado para a formação policial-militar, mas compreender por meio de análises bibliográficas e aplicação de questionários a importância do AVADE para o ensino policial militar no âmbito da PMRN, possibilitando sua difusão por meio deste Relato de Experiência.

Após a análise dos dados e documentos, verificou-se o quanto o AVADE tem sido importante para a formação policial-militar, em virtude de permitir aos policiais militares: praticidade, flexibilidade, autonomia nos estudos; organização do tempo, adequando-o ao serviço ordinário; possibilidade de maior público nos cursos de formação, capacitação e aperfeiçoamento, quebrando barreiras geográficas, econômicas e laborais; e dentre outros fatores descritos no decorrer do trabalho (Silva, 2024).

Fica evidente que a Educação a Distância é uma realidade nos tempos presentes e que a PMRN precisa se adequar e fomentar ainda mais esta modalidade de ensino, por meio do AVADE, na

formulação de cursos que promovam uma educação continuada, para que os resultados no processo educacional sejam favorecedores na produção do conhecimento e na prática da vivência policial.

Ainda que se tenha observado um alto grau de satisfação e importância do AVADE para a PMRN, a pesquisa mostrou a necessidade de melhorias na parte estrutural e tecnológica da plataforma, a produção de documentos para a criação de coordenadorias de ensino a distância, por exemplo, coordenação de TI, coordenação pedagógica, coordenação de mídias, todas voltadas para o ensino *online*, desta forma regulamentando, padronizando e aperfeiçoando a Educação a Distância na corporação.

Percebeu-se ainda a necessidade da capacitação e requalificação periódica de instrutores e suportes técnicos dos cursos desenvolvidos no Ambiente Virtual de Aprendizagem, além de parcerias com outras instituições<sup>42</sup> de ensino que utilizem a Educação à Distância como modalidade de ensino para a formação inicial e continuada.

Portanto, o policial militar, para um melhor desempenho de suas funções policiais, requer ferramentas que possibilitem, na prática, a capacidade crítica, autônoma, criativa e, atualmente, tecnológica, para lidar com as especificidades do mundo contemporâneo. Após os estudos realizados, o AVADE se mostrou uma ferramenta pedagógica com métodos capazes de assegurar a adaptação recíproca do conteúdo informativo aos indivíduos que se deseja formar

42 Durante o período de criação e aprimoramento do AVADE foi realizada parceria com o Departamento de Educação a Distância da Universidade Estadual do Rio Grande do Norte – DEAD UERN

## REFERÊNCIAS

- DA COSTA, Adriano Ribeiro. **A educação à distância no Brasil: concepções, histórico e bases legais**. 2017. Disponível em: [https://www.unirios.edu.br/revistarios/media/revistas/2017/12/a\\_educacao\\_a\\_distancia\\_no\\_brasil\\_concepcoes\\_historico\\_e\\_bases\\_legais.pdf](https://www.unirios.edu.br/revistarios/media/revistas/2017/12/a_educacao_a_distancia_no_brasil_concepcoes_historico_e_bases_legais.pdf). Acesso em: 28 mai. 2025
- LINHARES, Maria Helena Melo dos Santos. **Ensino à Distância na Polícia Militar do Rio Grande do Norte: uma análise da atual aplicação**. 2013. Disponível em: <https://dspace.mj.gov.br/handle/1/4436>. Acesso em: 28 mai. 2025.
- NODARI, Paulo César; SAUGO, Fernando. Esclarecimento, educação e autonomia em Kant. **CONJECTURA: filosofia e educação**, v. 16, n. 1, 2011. Disponível em: <https://sou.ucs.br/etc/revistas/index.php/conjectura/article/view/892>. Acesso em: 31 mai. 2025
- PIMENTA, Diogo de F.; CRUZ, Keila; SILVA JUNIOR, Francisco das Chagas da. TECNOLOGIAS DIGITAIS NA FORMAÇÃO DE PRAÇAS DA POLÍCIA MILITAR DO RIO GRANDE DO NORTE (2020/2021). **Revista de Segurança Pública Vigilantis Semper**, v. 4, n. 6, p. 131-146, 2024.
- QUINTANA, Alexandre Costa; AFONSO, Luis Eduardo. **Satisfação em aprender: identificando a percepção dos estudantes sobre o uso de tecnologias da educação**. 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.11144/javeriana.cc18-46.saip>. Acesso em: 31 mai. 2025.
- ROCHA, Regivaldo Sena. **Os desafios da educação à distância na formação de sargentos da polícia militar do Rio Grande do Norte**. I SIMPÓSIO DE CIÊNCIAS POLICIAIS DE SEGURANÇA PÚBLICA, 1, 2020, Natal, RN. Disponível em <https://ibsp.org.br/1o-simposio-de-ciencias-policiais-pmrn-ibsp-09-10-e-11-12-2020/>. Acesso em 29 jun. 2025.
- SILVA, João Batista da. **Formação policial-militar no século XXI: diagnósticos e perspectivas**. Natal: Mamimbu, 2017.
- SILVA, João Batista da. **Polícia Militar do Rio Grande do Norte: fatos históricos e desafios contemporâneos**. (Org.) João Batista da Silva. Natal: SESC, 2024.
- VASCONCELOS, Cristiane Regina Dourado; DE JESUS, Ana Lúcia Paranhos; DE MIRANDA SANTOS, Carine. Ambiente virtual de aprendizagem (AVA) na educação a distância (EAD): um estudo sobre o Moodle. **Brazilian Journal of Development**, v. 6, n. 3, p. 15545-15557, 2020. Disponível em: <https://ojs.brazilianjournals.com.br/ojs/index.php/BRJD/article/view/8165>. Acesso em: 28 mai. 2025

## ANEXO A - Questionário

### INFORMAÇÃO

Em atenção a Parte Genérica 156 TTP - CAS 2025.2 (33958566), segue a resposta ao questionário conforme solicitado:

**1. Quantos alunos foram formados que utilizaram a plataforma AVADE?**

6.205 alunos.

**2. Quantas turmas foram formadas que utilizaram a plataforma AVADE?**

18 turmas.

**3. A plataforma AVADE é utilizada em quais cursos ofertados por esta unidade de Ensino?**

CAS, CFS e CFP.

### QUESTIONÁRIO PARA AVALIAR A IMPORTÂNCIA DO AVADE PARA PMRN:

**1. Diante das realidades apresentadas pela PMRN, quanto a logística, necessidades de Instrutores, capacidade física para formação como esta Unidade de Ensino mensura o AVADE? Justifique**

Com base na realidade atual da PMRN, é possível constatar que a logística para a realização de cursos presenciais enfrenta limitações significativas, principalmente quanto à insuficiência de salas de aula e à crescente escassez de instrutores disponíveis para atender à alta demanda. Em virtude disso, a Unidade de Ensino tem adotado o Ambiente Virtual de Aprendizagem da Diretoria de Ensino (AVADE), por meio da plataforma Moodle, como ferramenta estratégica e imprescindível para a continuidade e expansão da formação e do aperfeiçoamento profissional. Essa solução tecnológica tem permitido a descentralização dos processos educativos, otimizando recursos físicos e humanos, além de garantir maior alcance e flexibilidade no processo de ensino-aprendizagem.

O uso do AVADE tem se mostrado eficaz, não apenas como alternativa às limitações estruturais e logísticas, mas também como um instrumento de inovação pedagógica, capaz de manter a qualidade da formação mesmo diante de adversidades. A plataforma Moodle, com sua robustez e adaptabilidade, tem proporcionado aos discentes acesso contínuo aos conteúdos, avaliações e atividades complementares, enquanto aos instrutores oferece condições de gestão e acompanhamento acadêmico mais eficientes. Assim, a mensuração do AVADE pela Unidade de Ensino é que este é de grande valia e extremamente positiva, sendo considerado não apenas um suporte, mas um pilar fundamental para o funcionamento e desenvolvimento da capacitação profissional dentro da Corporação.

**2. Quais as principais necessidades para um melhor desenvolvimento do AVADE?**

Para um melhor desenvolvimento do AVADE, é necessário realizar atualizações constantes da plataforma Moodle, o que atualmente não vem ocorrendo com a devida regularidade, afetando seu desempenho e segurança. Também se faz urgente a implementação de plugins que ampliem os recursos disponíveis e melhorem a apresentação dos conteúdos, promovendo maior interatividade e qualidade no processo de ensino.

Além disso, a falta de um corpo técnico específico de informática para atuar na gestão do AVADE limita o aproveitamento de todo o potencial da plataforma. Com uma equipe dedicada, seria possível explorar melhor suas funcionalidades, oferecer suporte aos usuários e capacitar os instrutores, garantindo uma utilização mais eficiente e alinhada às necessidades da formação na Corporação.

**3. Dentro das perspectivas do ensino, aprendizagem, produção de conhecimento o AVADE tem atendido as necessidades desta Unidade? Justifique.**

Sim, o AVADE, por meio da plataforma Moodle, tem atendido de forma satisfatória às necessidades desta Unidade no que se refere ao ensino, aprendizagem e produção de conhecimento. A plataforma se mostra estável, funcional e capaz de suportar o número crescente de discentes, oferecendo um ambiente seguro e acessível.

Embora ainda não sejam explorados todos os recursos disponíveis, o AVADE tem cumprido bem seu papel, possibilitando a continuidade dos cursos e a integração entre instrutores e alunos. Com pequenos avanços estruturais e técnicos, seu potencial poderá ser ainda mais bem aproveitado.

Respeitosamente,

André Luiz de Menezes Nunes - Maj QOPM  
Chefe da Divisão de Ensino do CFAPM



Documento assinado eletronicamente por ANDRE LUIZ DE MENEZES NUNES, Major PM, em 28/05/2025, às 08:45, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 4º do Decreto nº 27.685, de 30 de janeiro de 2018.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [https://sei.rm.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.rm.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador 33994831 e o código CRC BB8FA08B.